DIOESC
DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL E EDITORA DE SANTA CATARINA

Assinado de forma digital por FUNDO DE MATERIAIS PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIA:14284430000197
DN: c=BR, st=SC, l=FLORIANOPOLIS, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=ARSERPRO, ou=RFB e-CNPJ A1, cn=FUNDO DE MATERIAIS PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIA:14284430000197
Dados: 2019.03.22 19:17:47 -03'00'

85 anos
DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA 2019

Diário Oficial

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO LXXXV | FLORIANÓPOLIS, SEXTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2019 | NÚMERO 20.980

Desde **1º de março de 1934** o Diário Oficial do Estado de Santa Catarina confere legalidade, transparência, publicidade e perenidade aos atos oficiais do Estado.

Governo do Estado
Atos do Poder Judiciário
Atos do Poder Legislativo 01
Atos do Poder Executivo 01
Gabinete do Governador 05
Gabinete da Vice-Governadora
Secretarias de Estado
Administração 05
Agricultura e da Pesca 07
Executiva de Programa SC Rural .....
Assistência Social, Trabalho e Habitação 07
Executiva de Política Social de Combate à Fome .....
Casa Civil .....
Executiva da Casa Militar .....
Executiva de Articulação Nacional .....
Comunicação .....
Defesa Civil .....
Desenvolvimento Econômico Sustentável 07
Educação 08
Fazenda 08
Infraestrutura .....
Justiça e Cidadania 08
Planejamento 08
Saúde 09
Segurança Pública 09
Turismo, Cultura e Esporte .....
Agências de Desenvolvimento Regional 11
Defensoria Pública 11
Autarquias Estaduais 11
Fundações Estaduais 12
Economias Mistas 14
Repartições Federais
Concursos
Licitações 14
Contratos e Aditivos 16
Prefeituras Municipais 18
Câmaras Municipais
Publicações Diversas 23

Atos do Poder Legislativo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SC

LEI Nº 17.694, DE 14 DE JANEIRO DE 2019

Parte vetada pelo Governador do Estado e mantida pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina do Projeto de Lei que foi convertido na Lei nº 17.694, de 14 de janeiro de 2019, que "Proíbe a produção de mudas e o plantio da *Spathodea Campanulata*, também conhecida como Espatódea, Bisnagueira, Tulipeira-do-Gabão, Xixi-de-Macaco ou Chama-da-Floresta e incentiva a substituição das existentes".

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do § 7º do art. 54 da Constituição do Estado e do § 1º do art. 311 do Regimento Interno, promulga a seguinte parte da Lei:

"Art. 2º Compete ao Poder Executivo Estadual, através do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA), promover campanhas publicitárias no sentido de tornar público os efeitos danosos da árvore que trata esta Lei e de incentivar a substituição das existentes por espécies nativas.

.....

Art. 4º A fiscalização quanto à aplicação da presente Lei compete aos agentes públicos vinculados ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA), por ato de ofício ou denúncia comprovada."

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 21 de março de 2019.

Deputado **JULIO GARCIA**
Presidente

Cod. Mat.: 593996

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 70, DE 22 DE MARÇO DE 2019

Abre crédito suplementar em favor das unidades orçamentárias que menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições privativas que lhe conferem os incisos I e III do art. 71 da Constituição do Estado, conforme o disposto na Lei nº 16.859, de 18 de dezembro de 2015, no art. 8º da Lei nº 17.698, de 16 de janeiro de 2019, o que consta no Ato Normativo 2019AN00141, de março de 2019, e nos autos do processo nº SEF 3653/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, na importância de R$ 44.793.498,85 (quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa e três mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), a programação constante do Anexo I deste Decreto, conforme segue:

I – R$ 14.810,81 (quatorze mil, oitocentos e dez reais e oitenta e um centavos) em favor da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, por conta do superávit financeiro apurado no seu balanço patrimonial no exercício de 2018, conforme a seguinte discriminação:

Fonte	Valores apurados no balanço patrimonial (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.1.28	2.798,18	0.3.28	4.503,10
0.3.28	1.704,92		
0.3.25	5.194,57	0.3.25	5.194,57
0.3.85	235,27	0.3.85	235,27
0.6.28	152,51	0.6.28	152,51
0.6.85	4.725,36	0.6.85	4.725,36
Total	14.810,81		14.810,81

II – R$ 1.279,98 (um mil, duzentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos) em favor do Fundo Estadual de Assistência Social, por conta do superávit financeiro apurado no seu balanço patrimonial no exercício de 2018, conforme a seguinte discriminação:

Fonte	Valores apurados no balanço patrimonial (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.6.25	936,68	0.6.25	936,68
0.6.69	343,30	0.6.69	343,30
Total	1.279,98		1.279,98

III – R$ 401.467,00 (quatrocentos e um mil e quatrocentos e sessenta e sete reais) em favor do Fundo para a Infância e Adolescência, por conta do superávit financeiro apurado no seu balanço patrimonial no exercício de 2018, conforme a seguinte discriminação:

Fonte	Valores apurados no balanço patrimonial (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.2.69	401.467,00	0.6.69	401.467,00
Total	401.467,00		401.467,00

IV – R$ 510.676,62 (quinhentos e dez mil, seiscentos e setenta e seis reais e sessenta e dois centavos) em favor do Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento, por conta do superávit financeiro apurado no seu balanço patrimonial no exercício de 2018, conforme a seguinte discriminação:

Fonte	Valores apurados no balanço patrimonial (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.2.40	510.676,62	0.6.40	510.676,62
Total	510.676,62		510.676,62

V – R$ 4.275.926,83 (quatro milhões, duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e vinte e seis reais e oitenta e três centavos) em favor do Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde, por conta do superávit financeiro apurado no seu balanço patrimonial no exercício de 2018, conforme a seguinte discriminação:

Fonte	Valores apurados no balanço patrimonial (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.1.91	1.118.482,62	0.3.91	3.764.641,84
0.3.91	2.646.159,22		
0.2.85	151.773,86	0.6.85	511.284,99
0.6.85	359.511,13		
Total	4.275.926,83		4.275.926,83

VI – R$ 491.486,92 (quatrocentos e noventa e um mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e dois centavos) em favor do Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, Hemosc, Cepon e Hospitais Municipais, por conta do superávit financeiro apurado no seu balanço patrimonial no exercício de 2018, conforme a seguinte discriminação:

Fonte	Valores apurados no balanço patrimonial (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.1.00	84.264,28	0.3.00	84.264,28
0.1.61	91.935,05	0.3.61	91.935,05
0.1.62	186.807,21	0.3.62	186.807,21
0.2.85	128.480,38	0.6.85	128.480,38
Total	491.486,92		491.486,92

VII – R$ 3.319.530,16 (três milhões, trezentos e dezenove mil, quinhentos e trinta reais e dezesseis centavos) em favor dos Encargos Gerais do Estado, por conta do superávit financeiro apurado no seu balanço patrimonial no exercício de 2018, conforme a seguinte discriminação:

Fonte	Valores apurados no balanço patrimonial (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.1.11	1.573.445,51	0.3.11	1.573.445,51
0.1.19	2.440,23	0.3.19	2.440,23
0.1.22	0,02	0.3.22	0,02
0.1.29	0,54	0.3.29	0,54
0.1.40	75,00	0.3.40	75,00
0.2.19	392.835,36	0.6.19	392.835,36
0.2.40	148.787,69	0.6.40	148.787,69
0.2.60	4.133,68	0.6.60	4.133,68
0.2.63	24.021,32	0.6.63	24.021,32
0.2.66	29.771,01	0.6.66	29.771,01
0.2.69	1.144.019,80	0.6.69	1.144.019,80
Total	3.319.530,16		3.319.530,16

VIII – R$ 109.673,69 (cento e nove mil, seiscentos e setenta e três reais e sessenta e nove centavos) em favor do Fundo de Esforço Fiscal, por conta do superávit financeiro apurado no seu balanço patrimonial no exercício de 2018, conforme a seguinte discriminação:

Fonte	Valores apurados no balanço patrimonial (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.3.85	109.673,68	0.3.85	109.673,68
0.3.92	0,01	0.3.92	0,01
Total	109.673,69		109.673,69

IX – R$17.567.164,61 (dezessete milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e um centavos) em favor do Fundo Pró-Emprego, por conta do superávit financeiro apurado no seu balanço patrimonial no exercício de 2018, conforme a seguinte discriminação:

Fonte	Valores apurados no balanço patrimonial (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.1.85	1.666.896,37	0.3.85	10.342.312,74
0.3.85	8.675.416,37		
0.3.91	7.224.851,87	0.3.91	7.224.851,87
Total	17.567.164,61		17.567.164,61

X – R$ 332.229,89 (trezentos e trinta e dois mil, duzentos e vinte e nove reais e oitenta e nove centavos) em favor do Departamento Estadual de Infraestrutura, por conta do superávit financeiro apurado no seu balanço patrimonial no exercício de 2018, conforme a seguinte discriminação:

Fonte	Valores apurados no balanço patrimonial (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.1.19	14.682,73	0.3.19	200.992,13
0.3.19	186.309,40		
0.2.40	0,73	0.6.40	0,73
0.2.60	3.298,97	0.6.60	131.237,03
0.6.60	127.938,06		
Total	332.229,89		332.229,89

XI – R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais) em favor do Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina, por conta do superávit financeiro apurado no seu balanço patrimonial no exercício de 2018, conforme a seguinte discriminação:

Fonte	Valores apurados no balanço patrimonial (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.2.19	2.100.000,00	0.6.19	2.100.000,00
Total	2.100.000,00		2.100.000,00

XII – R$ 15.669.252,34 (quinze milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e quatro centavos) em favor do Fundo Financeiro, por conta do superávit financeiro apurado no Balanço Geral do Estado no exercício de 2018, conforme a seguinte discriminação:

Fonte	Valores apurados no Balanço Geral (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.2.69	15.669.252,34	0.6.69	15.669.252,34
Total	15.669.252,34		15.669.252,34

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 22 de março de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Douglas Borba
Paulo Eli

Cod. Mat.: 594403

ESTADO DE SANTA CATARINA

Relatório Ato Normativo
Decreto
Anexo I **Ano Base: 2019**

Ato Normativo 2019AN000141
Órgão 26000 Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
U. O. 26001 Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
002783	33.90.39	0.6.28	08.122.0900	152,51
002783	33.90.39	0.3.28	08.122.0900	4.503,10
002783	33.90.39	0.3.85	08.122.0900	235,27
002783	33.90.39	0.6.85	08.122.0900	4.725,36
002783	33.90.39	0.3.25	08.122.0900	5.194,57
Subtotal				14.810,81

U. O. 26093 Fundo Estadual de Assistência Social

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
002286	33.90.39	0.6.69	08.244.0510	343,30
002286	33.90.14	0.6.25	08.244.0510	936,68
Subtotal				1.279,98

U. O. 26099 Fundo para a Infância e Adolescência

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
012660	33.50.41	0.6.69	14.243.0745	401.467,00
Subtotal				401.467,00

Órgão 41000 Gabinete do Governador do Estado
U. O. 41091 Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
008100	33.90.30	0.6.40	03.122.0900	20.000,00
008100	33.90.36	0.6.40	03.122.0900	310.676,62
008100	33.90.39	0.6.40	03.122.0900	180.000,00
Subtotal				510.676,62

Órgão 47000 Secretaria de Estado da Administração
U. O. 47076 Fundo Financeiro

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
009345	31.90.01	0.6.69	09.272.0860	15.669.252,34
Subtotal				15.669.252,34

Órgão 48000 Secretaria de Estado da Saúde
U. O. 48092 Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
012976	44.50.42	0.6.85	10.302.0101	359.511,13

Governo do Estado de Santa Catarina
Governador
Carlos Moisés da Silva
Vice-Governadora
Daniela Cristina Reinehr
Secretário de Estado da Administração
Jorge Eduardo Tasca
Secretário Adjunto da Administração
Luiz Antonio Dacol
Diretor da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina
Felix Fernando da Silva
Gerente de Publicações
Arlene Natália Cordeiro

Secretaria de Estado da Administração
Centro Administrativo
Rodovia SC 401 KM 5 nº 4.600
Saco Grande II | CEP: 88.032-000
Florianópolis | SC
Fone: (48) 3665-1400
www.sea.sc.gov.br

Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina
Rua Duque de Caxias, 261
Saco dos Limões
CEP 88045-250
Florianópolis | SC
CNPJ: 14.284.430/0001-97
Fone: (48) 3665-6200
e-mail: diariooficial@sea.sc.gov.br
www.doe.sea.sc.gov.br
DIOESC IMPRENSA OFICIAL

012976	44.40.42	0.6.85	10.302.0101	151.773,86
012978	44.50.42	0.3.91	10.302.0101	3.342.752,33
012978	44.40.42	0.3.91	10.302.0101	421.889,51
Subtotal				4.275.926,83

U. O. 48093 Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, Hemosc, Cepon e Hospitais Municipais

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
014019	33.90.39	0.3.00	10.302.0430	84.264,28
014019	33.90.39	0.6.85	10.302.0430	128.480,38
014019	33.90.39	0.3.61	10.302.0430	91.935,05
014019	33.90.39	0.3.62	10.302.0430	186.807,21
Subtotal				491.486,92

Órgão 52000 Secretaria de Estado da Fazenda

U. O. 52002 Encargos Gerais do Estado

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
003562	46.90.71	0.3.40	28.846.0990	75,00
003562	46.90.71	0.6.40	28.846.0990	148.787,69
003562	46.90.71	0.6.60	28.846.0990	4.133,68
003562	46.90.71	0.6.63	28.846.0990	24.021,32
003562	46.90.71	0.6.66	28.846.0990	29.771,01
003562	46.90.71	0.6.69	28.846.0990	1.144.019,80
003562	46.90.71	0.3.29	28.846.0990	0,54
003562	46.90.71	0.3.22	28.846.0990	0,02
003562	46.90.71	0.3.19	28.846.0990	2.440,23
003562	46.90.71	0.3.11	28.846.0990	1.573.445,51
003562	46.90.71	0.6.19	28.846.0990	392.835,36
Subtotal				3.319.530,16

U. O. 52092 Fundo de Esforço Fiscal

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor

Ato Normativo 2019AN000141

Órgão 52000 Secretaria de Estado da Fazenda

U. O. 52092 Fundo de Esforço Fiscal

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
014244	44.90.40	0.3.92	04.123.0830	0,01
014244	44.90.40	0.3.85	04.123.0830	109.673,68
Subtotal				109.673,69

U. O. 52093 Fundo Pró-Emprego

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
012737	44.40.42	0.3.91	19.573.0101	7.224.851,87
012737	44.40.42	0.3.85	19.573.0101	10.342.312,74
Subtotal				17.567.164,61

Órgão 53000 Secretaria de Estado da Infraestrutura

U. O. 53025 Departamento Estadual de Infraestrutura

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
000022	31.90.11	0.6.60	26.122.0850	131.237,03
000022	31.90.11	0.3.19	26.122.0850	200.992,13
000022	31.90.11	0.6.40	26.122.0850	0,73
Subtotal				332.229,89

Órgão 54000 Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

U. O. 54096 Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
010924	46.90.71	0.6.19	14.421.0750	2.100.000,00
Subtotal				2.100.000,00
Total				44.793.498,85

Cod. Mat.: 594404

DECRETO Nº 71, DE 22 DE MARÇO DE 2019

Abre crédito especial em favor das unidades orçamentárias que menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições privativas que lhe conferem os incisos I e III do art. 71 da Constituição do Estado, conforme o disposto na Lei nº 16.859, de 18 de dezembro de 2015, no art. 8º da Lei nº 17.698, de 16 de janeiro de 2019, e o que consta no Ato Normativo 2019AN000142, de março de 2019, e nos autos do processo nº SEF 3457/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito especial, na importância de R$ 12.735.120,39 (doze milhões, setecentos e trinta e cinco mil, cento e vinte reais e trinta e nove centavos), de acordo com a programação constante do Anexo I deste Decreto, conforme segue:

I – R$ 6.002.071,91 (seis milhões, dois mil, setenta e um reais e noventa e um centavos), em favor do Fundo Estadual de Saúde, por conta do superávit financeiro apurado no Balanço Geral do Estado no exercício de 2018, conforme a seguinte discriminação:

Fonte	Valores apurados no Balanço Geral (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.3.91	6.002.071,91	0.3.91	6.002.071,91
Total	6.002.071,91		6.002.071,91

II – R$ 6.733.048,48 (seis milhões, setecentos e trinta e três mil, quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), em favor do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, por conta do superávit financeiro apurado no seu balanço patrimonial no exercício de 2018, conforme a seguinte discriminação:

Fonte	Valores apurados no balanço patrimonial (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.1.85	727.239,77	0.3.85	798.749,40
0.3.85	71.509,63		
0.1.91	2.983.683,00	0.3.91	5.934.299,08
0.3.91	2.950.616,08		
Total	6.733.048,48		6.733.048,48

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 22 de março de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Douglas Borba
Paulo Eli

Cod. Mat.: 594405

ESTADO DE SANTA CATARINA

Relatório Ato Normativo

Decreto

Anexo I **Ano Base: 2019**

Ato Normativo 2019AN000142

Órgão 48000 Secretaria de Estado da Saúde

U. O. 48091 Fundo Estadual de Saúde

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
012574	44.90.51	0.3.91	10.302.0101	5.182.213,62
012492	44.90.51	0.3.91	10.302.0100	819.858,29
Subtotal				6.002.071,91

Órgão 52000 Secretaria de Estado da Fazenda

U. O. 52090 Fundo Estadual de Apoio aos Municípios

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
013416	44.40.42	0.3.85	04.123.0100	247.331,18
012719	44.40.42	0.3.91	04.123.0101	5.467.077,22
013416	44.40.42	0.3.91	04.123.0100	467.221,86
012719	44.40.42	0.3.85	04.123.0101	551.418,22
Subtotal				6.733.048,48
Total				12.735.120,39

Cod. Mat.: 594407

DECRETO Nº 72, DE 22 DE MARÇO DE 2019

Abre crédito suplementar em favor das unidades orçamentárias que menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições privativas que lhe conferem os incisos I e III do art. 71 da Constituição do Estado, conforme o disposto na Lei nº 16.859, de 18 de dezembro de 2015, no art. 8º da Lei nº 17.698, de 16 de janeiro de 2019, o que consta no Ato Normativo 2019AN00154, de março de 2019, e nos autos do processo nº SEF 3660/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, na importância de R$ 7.687.265,83 (sete milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e três centavos), por conta da disponibilidade financeira gerada pelo cancelamento de restos a pagar não processados no exercício de 2018, a programação constante do Anexo I deste Decreto, conforme segue:

I – R$ 2.149.737,67 (dois milhões, cento e quarenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e sessenta e sete centavos), por conta da disponibilidade financeira gerada pelo cancelamento de restos a pagar constantes no Balanço Geral do Estado no exercício de 2018, em favor da Secretaria de Estado da Educação, conforme a seguinte discriminação:

Fonte	Valores apurados no Balanço Geral (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.1.31	2.104.648,68	0.3.31	2.104.648,68
0.1.86	45.088,99	0.3.86	45.088,99
Total	2.149.737,67		2.149.737,67

II – R$ 5.537.528,16 (cinco milhões, quinhentos e trinta e sete mil, quinhentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos), por conta da disponibilidade financeira gerada pelo cancelamento de restos a pagar dos seus respectivos balanços patrimoniais do exercício de 2018, conforme a seguinte discriminação:

a) R$ 700.785,29 (setecentos mil, setecentos e oitenta e cinco reais e vinte e nove centavos), em favor do Fundo de Melhoria da Polícia Civil, de acordo com a tabela abaixo:

Fonte	Valores apurados no balanço patrimonial (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.1.11	700.785,29	0.3.11	700.785,29
Total	700.785,29		700.785,29

b) R$ 2.807.263,59 (dois milhões, oitocentos e sete mil, duzentos e sessenta e três reais e cinquenta e nove centavos), em favor do Fundo de Melhoria da Polícia Militar, de acordo com a tabela abaixo:

Fonte	Valores apurados no balanço patrimonial (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.1.11	2.807.263,59	0.3.11	2.807.263,59
Total	2.807.263,59		2.807.263,59

c) R$ 241.093,24 (duzentos e quarenta e um mil, noventa e três reais e vinte e quatro centavos), em favor do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar, de acordo com a tabela abaixo:

Fonte	Valores apurados no balanço patrimonial (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.1.11	241.093,24	0.3.11	241.093,24
Total	241.093,24		241.093,24

d) R$ 1.788.386,04 (um milhão, setecentos e oitenta e oito mil, trezentos e oitenta e seis reais e quatro centavos), em favor do Fundo para Melhoria da Segurança Pública, de acordo com a tabela abaixo:

Fonte	Valores apurados no balanço patrimonial (R$)	Fonte	Valores abertos no orçamento (R$)
0.1.11	1.788.386,04	0.3.11	1.788.386,04
Total	1.788.386,04		1.788.386,04

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 22 de março de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Douglas Borba
Paulo Eli

Cod. Mat.: 594408

ESTADO DE SANTA CATARINA

Relatório Ato Normativo
Decreto
Anexo I **Ano Base: 2019**

Ato Normativo 2019AN000154
Órgão 16000 Secretaria de Estado da Segurança Pública
U. O. 16084 Fundo de Melhoria da Polícia Civil

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
006750	31.90.11	0.3.11	06.122.0706	700.785,29
Subtotal				700.785,29

U. O. 16085 Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
004423	31.90.11	0.3.11	06.122.0705	241.093,24
Subtotal				241.093,24

U. O. 16091 Fundo para Melhoria da Segurança Pública

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
006605	31.90.11	0.3.11	06.122.0706	1.788.386,04
Subtotal				1.788.386,04

U. O. 16097 Fundo de Melhoria da Polícia Militar

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
000686	31.90.11	0.3.11	06.122.0706	2.807.263,59
Subtotal				2.807.263,59

Órgão 45000 Secretaria de Estado da Educação
U. O. 45001 Secretaria de Estado da Educação

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
001008	31.90.11	0.3.31	12.365.0625	2.104.648,68
001008	31.90.11	0.3.86	12.365.0625	45.088,99
Subtotal				2.149.737,67
Total				7.687.265,83

Cod. Mat.: 594409

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve baixar os seguintes atos:

ATO nº 483 - de 15/02/2019
ALTERAR, conforme processo n° SEA 2354/2019, no Ato n° 302, publicado em 05/02/19, que colocou à disposição do TCE, JAIRO WENSING, mat. 261.864-8-01, lotado na UDESC, para a parte referente ao ônus que deverá ser: com ônus da remuneração e encargos patronais ressarcidos à origem.

ATO nº 688 / 2019
PRORROGAR, conforme processo nº ADR07 3737/2018, os efeitos do Ato nº 358, publicado no DO de 09/02/17, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Ibicaré, para exercer cargo comissionado de Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, CLEUSA CENCI, mat. nº 336.652-9-02, no cargo PROFESSOR, lotada na SED, até 31/12/2020.

ATO nº 689 / 2019
PRORROGAR, conforme processo nº ADR24 6609/2018, os efeitos do Ato nº 407, publicado no DO de 09/02/17, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Laurentino, para exercer o cargo comissionado de Secretária de Educação, Cultura e Esportes, NEUSA NARDELLI, mat. nº 156.999-6-02, no cargo PROFESSOR, lotada na SED, até 31/12/2020.

ATO nº 691 / 2019
FAZER CESSAR, conforme processo n° ADR01 1474/2019, os efeitos do Ato n° 1128, publicado em 13/04/15, prorrogado por intermédio do Ato n° 2598/18, que colocou à disposição da ADR-SÃO MIGUEL DO OESTE, CELIA SALETE BIANCHI, mat. n° 229.231-9-02, lotada na SED, a contar de 01/02/2019.

ATO nº 693 / 2019
AUTORIZAR, de acordo com o art. 2º, inciso II, do Decreto nº 879/2012 e conforme processo nº PMSC 11650/2019, o Ten PM WANDERSON ALESSANDRO DA SILVA FORTES, matrícula nº 932.478-0-01, da PMSC, a se ausentar do país para participar do Curso Terrorismo e Subversão, na Itália, no período de 11/03/2019 a 22/03/2019, com ônus limitado ao Estado, que implica apenas em vencimento ou salário e demais vantagens do cargo, função ou emprego.

ATO nº 694 / 2019
AUTORIZAR, de acordo com o art. 2º, inciso II, do Decreto nº 879/2012 e conforme processo nº PMSC 9914/2019, o Ten PM FRANCISCO OTÁVIO LEMOS DA CUNHA, matrícula nº 932.465-8-01, da PMSC, a se ausentar do país para participar do Curso Terrorismo e Subversão, na Itália, no período de 11/03/2019 a 22/03/2019, com ônus limitado ao Estado, que implica apenas em vencimento ou salário e demais vantagens do cargo, função ou emprego.

ATO nº 706 / 2019
COLOCAR A DISPOSIÇÃO, da SUDERF, de acordo com o Decreto 1073/2012, conforme processo nº SUDERF 07/2019, JOSE RAFAEL BIFF, mat. n° 684.120-1-01, ocupante do cargo de ANALISTA TECNICO ADMINISTRATIVO II, lotado na ADR-ARARANGUA, com ônus para órgão de destino, no período de 21/02/2019 a 31/12/2022, fazendo cessar o Ato n° 334, publicado em 20/02/19, que colocou à disposição da SST.

ATO nº 708 / 2019
CONSIDERAR CESSADO, conforme processo n° ADR09 714/2019, os efeitos do Ato n° 408, publicado em 09/02/17, prorrogado por intermédio do Ato n° 2598/18, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, JULIAR LUIZ MANENTI, mat. n° 338.902-2-03, lotado na SED, a contar de 01/01/2019.

ATO nº 711 / 2019
PRORROGAR, conforme processo nº SEA 12971/2018, os efeitos do Ato nº 35, publicado no DO de 14/01/15, que colocou à disposição da ELETROBRAS, DILMA MARIA TEODORO, lotada na CELESC, até 31/12/2022, fazendo cessar os efeitos do Ato n° 234, publicado em 31/01/11, a contar de 01/02/15, por constituir duplicidade.

ATO nº 726 / 2019
FAZER CESSAR, conforme processo n° FCEE 774/2019, os efeitos do Ato n° 356, publicado em 28/02/18, prorrogado por intermédio do Ato n° 2598/18, que colocou à disposição da FCEE, ROGERIO ANDRE SARAIVA ORCELLI, mat. n° 650.014-5-01, lotado na SEA, a contar de 18/03/2019.

ATO nº 739 / 2019
DESIGNAR, de acordo com a Lei n° 16.534/14, alterada pela Lei 16.833/15, conforme processo SST 886/2019, as pessoas abaixo relacionadas, para comporem o Conselho Estadual dos Direitos Humanos CEDH/SC, para o biênio 2019/2021, a partir de 14/03/2019.

Representantes governamentais:
SED
Titular: ROSIMARI KOCH MARTINS
Suplente: MARIA BENEDITA DA SILVA PRIM

SEF
Titular: ALEXANDRE BOLISLAU WISINTAINER

SES
Titular: LEDRONETE SILVESTRE, por recondução
Suplente: ARLETE JOCELINA ADRIANO, por recondução

SST
Titular: ARETUSA LARROYD
Suplente: ALEXANDRA MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA

SJC
Titular: JULIANA COELHO DE CAMPOS
Suplente: MAIRA DE AGUIAR MONTEGUTTI

IMA
Titular: ELIAS ZACARIAS ROMÃO
Suplente: TATIANE ALVES ANGELINA, por recondução

Representantes de entidades não governamentais:
Central Única dos Trabalhadores - CUT
Titular: NADIR CARDOZO DOS SANTOS

Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz
Titular: CYNTHIA MARIA PINTO DA LUZ, por recondução
Suplente: LIZANDRA CARPES DA SILVEIRA, por recondução

Associação dos Defensores Públicos do Estado de Santa Catarina - ADEPESC
Titular: ANNE TEIVE AURAS, por recondução
Suplente: JOÃO JOFFILY COUTINHO, por recondução

Caritas Brasileira Regional de Santa Catarina
Titular: GELSON NEZI, por recondução
Suplente: LUCIANO LEITE DA SILVA FILHO

Fundação Nereu Ramos - FINER
Titular: ERLI APARECIDA CAMARGO, por recondução
Suplente: HÉLIO DINIZ FURLAN, por recondução

Conselho Regional de Psicologia - CRP/SC
Titular: YARA MARIA MOREIRA DE FARIA HORNKE

Federação Catarinense de Entidade de e para Cegos - FECEC
Titular: JAIRTON FABENE DOMINGOS
Suplente: ADRIANA GORETI DIAS BARBOSA DOMINGOS

Associação Serrana dos Deficientes Físicos - ASDF
Titular: JOÃO CARLOS DE LIZ
Suplente: VANILDA ANTUNES CORREA

Associação de Deficientes Visuais de Itajaí e Região - ADVIR
Titular: RODRIGO LIMA
Suplente: ALVACIR PAULO DA SILVA

Associação dos Deficientes Visuais de Brusque e Região - ADVB
Titular: SIDNEI PAVESI

ATO nº 743 / 2019
COLOCAR A DISPOSIÇÃO, da SED, de acordo com o Decreto 1073/2012, conforme processo nº SED 4620/2019, FRANCINI RENSI SCHMITZ, mat. n° 657.483-1-01, ocupante do cargo de TECNICO UNIVERSITARIO DE DESENVOLVIMENTO, lotada na UDESC, com ônus para órgão de destino, até 31/12/2022.

ATO nº 744 / 2019
CONSIDERAR PRORROGADO, conforme processo nº SCC 2235/2017, os efeitos do Ato nº 961, publicado no DO de 16/05/14, prorrogado pelo Ato n° 805/16, que colocou à disposição do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, SILVANA JARDIM, mat. nº 344.997-1-04, no cargo ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO, lotada na SED, em permuta com Reginara Garcez Suris e Rosangela Martins, até 31/12/2017.

ATO nº 746 / 2019
DESIGNAR, de acordo com a Lei nº 16.945/16, conforme processo SST 774/2019, DÉBORA BATISTA RODRIGUES, conselheira suplente, em substituição a Carmem Regina Delziovo, representante da Secretaria de Estado da Saúde - SES, para compor o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM, para a gestão 2018/2020, a contar de 11/02/2019.

ATO nº 747 / 2019
DESIGNAR, de acordo com o art. 38, da Lei nº 6.745/85, conforme processo nº PGE 644/2019, DIONE ANDREIA FOLLMANN, mat. nº 0958211-8-01, SECRETÁRIO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, para responder, cumulativamente, pelo cargo de DIRETOR DE APOIO TÉCNICO, nível DGS/FTG - 1, da PGE, em substituição à titular, CAROLINA FERREIRA HAIDE PACHECO, mat. nº 0950837-6-01, durante o usufruto de férias, no período de 06/03/2019 a 15/03/2019.

ATO nº 748 / 2019
DESIGNAR, de acordo com o art. 38, da Lei nº 6.745/85, conforme processo nº PGE 833/2019, CLACI MARIA BECKER KUNZLER, mat. nº 0960424-3-01, para responder pelo cargo de GERENTE DE APOIO OPERACIONAL, nível DGS/FTG - 2 da PGE, em substituição à titular, FERNANDA PEREIRA DE FARIAS, mat. nº 0327681-3-02, durante o usufruto de férias, no período de 16/03/2019 a 14/04/2019.

ATO nº 751 / 2019
COLOCAR A DISPOSIÇÃO, da EMPRAPA, de acordo com o Decreto 1073/2012 e Convênio de Cooperação Técnica n° 10200.06-0156-1, celebrado entre a EPAGRI e EMBRAPA, conforme consta no processo nº EPAGRI 457/2019, WILSON REIS FILHO, lotado na EPAGRI, com ônus para a origem, no período de 01/04/2019 a 30/11/2019.

ATO nº 763 / 2019
COLOCAR À DISPOSIÇÃO, da SCM, de acordo com o art. 90, da Lei n° 6.218/1983, conforme processo nº CBMSC 744/2019, 1° Tem BM BRUNO GOLIN SPROVIERI, mat. n° 931.895-0-01, lotado no CBMSC, com ônus para o origem, no período de 13/03/2019 a 31/12/2022, fazendo cessar os efeitos do Ato n° 2076, publicado em 04.09.18, que colocou à disposição da SDC.

ATO nº 764 / 2019
COLOCAR A DISPOSIÇÃO, da SCC, de acordo com o Decreto 1073/2012, conforme processo nº SCC 1080/2019, ROSINEIDE SANTOS RACHADEL, mat. n° 307.270-3-03, ocupante do cargo de PSICOLOGO, lotada no IPREV, com ônus para órgão de destino, até 31/12/2022.

ATO nº 765 / 2019
O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 24, do Decreto Estadual n° 350, de junho de 2007, resolve, CONCEDER a "Medalha 2° Tenente Domingos Maizoneti" ao Major BM Mtcl 927.276-3 ATILA MEDEIROS SARTE, por ter concluído em primeiro colocado o Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM/CAO), com efeitos a contar de 22 de setembro de 2017.

ATO nº 766 / 2019
NOMEAR POR CONCURSO, em cumprimento à decisão judicial exarada no Procedimento Comum nº 0303325-10.2016.8.24.0064 e nos termos do processo FCEE 591/2019, ELIANE MARIA DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, nível III, referência A, do Quadro do Magistério da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, com carga horária de 40 horas, e exercício em Instituição Conveniada com a FCEE, na 19ª Região, nos termos do Edital FCEE nº 001/2014.

ATO nº 767 / 2019
NOMEAR POR CONCURSO, em cumprimento à decisão judicial exarada no Procedimento Comum nº 0303325-10.2016.8.24.0064 e nos termos do processo FCEE 591/2019, ELIZETE BEATRIZ GONÇALVES FERREIRA, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, nível III, referência A, do Quadro do Magistério da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, com carga horária de 40 horas, e exercício em Instituição Conveniada com a FCEE, na 19ª Região, nos termos do Edital FCEE nº 001/2014.

ATO nº 768 / 2019
NOMEAR POR CONCURSO, em cumprimento à decisão judicial exarada no Procedimento Comum nº 0303325-10.2016.8.24.0064 e nos termos do processo FCEE 591/2019, MARIA MADALENA CRISPIM DE SOUZA, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, nível III, referência A, do Quadro do Magistério da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, com carga horária de 40 horas, e exercício em Instituição Conveniada com a FCEE, na 19ª Região, nos termos do Edital FCEE nº 001/2014.

ATO nº 769 / 2019
NOMEAR POR CONCURSO, em cumprimento à decisão judicial exarada no Procedimento Comum nº 0303325-10.2016.8.24.0064 e nos termos do processo FCEE 591/2019, ALESSANDRA DA SILVA TOME, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, nível MAG 7-A, do Quadro do Magistério da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, com carga horária de 40 horas, e exercício em Instituição Conveniada com a FCEE, na 19ª Região, nos termos do Edital FCEE nº 001/2014.

ATO nº 771 / 2019
NOMEAR, de acordo com a Lei Complementar nº 313/05, conforme consta no processo SCC 1017/2019, as pessoas abaixo relacionadas, para comporem a Câmara de Ética Tributária - CET, representantes da(o):

SEF
LEANDRO LUIS DAROS, a contar de 28/09/2017;

DETRAN/SC
FELIPE CABRAL, a contar de 01/08/2018, por recondução;

Federação das Câmaras de Dirigentes Logistas - FCDL/SC
ROSALBO FERREIRA JUNIOR, a contar de 17/07/2018;

Fed. das Assoc. de Micro e Pequenas Empresas do Estado/SC - FAMPESC
PITERSON SANTANA, a contar de 16/07/2018;

Organização das Cooperativas do Estado/SC - OCESC
DENILSE COELHO DO ROSÁRIO, a contar de 13/07/2018, por recondução;

Federação da Agricultura do Estado/SC - FAESC
ANDREIA BARBIERI ZANLUCHI, a contar de 01/08/2018;

Federação das Indústrias do Estado/SC - FIESC
ADRIANA ABRAHAM SANCHEZ, a contar de 02/08/2018;

Fed. das Assoc. Comerciais e Industriais do Estado/SC - FACISC
MURILO GOUVÊA DOS REIS, a contar de 13/07/2018, por recondução;

Fed. das Empresas de Transp. de Carga do Estado/SC - FETRANCESC
ALAN CRISTIANO ZIMMERMANN, a contar de 13/07/2018;

Sindicato dos Fiscais do Estado - SINDIFISCO/SC
ASTY PEREIRA JUNIOR, a contar de 16/07/2018, por recondução;

Associação dos Funcionários Fiscais do Estado/SC - AFFESC
ARI JOSÉ PRITSCH, a contar de 19/07/2018;

Conselho Regional de Contabilidade - CRC/SC;
SIDINEIA MARIA DELAI ONZI, a contar de 13/07/2018;

Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC
FABIANO RAMALHO, a contar de 13/07/2018, por recondução;

Federação do Comércio do Estado - FECOMERCIO/SC
LUCIANO NEVES CÓRDOVA, a contar de 16/07/2018.

ATO nº 774 / 2019
ALTERAR, conforme processo n° SJC 11994/2019, no Ato n° 97, publicado em 16/01/19, que colocou à disposição do Governo do Estado do Ceará, para compor Força Tarefa de Intervenção Penitenciária, grupo de servidores lotados na SJC, para a parte referente à vigência, que deverá ser: de 24/01/19 a 27/02/19.

ATO nº 780 / 2019
O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, conforme processo n° SCC 2309/2019, resolve baixar os seguintes atos, no âmbito da ENA:

* **EXONERAR**, de acordo com o art. 169, inciso I, da Lei n° 6.745/85, as pessoas relacionadas abaixo:

- SONIA MARA FLORES, matrícula n° 210.240-4-01, do cargo de DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO, nível DGS/FTG-1.
- MIRANI MASSANEIRO MELO, matrícula n° 950.183-5-01, do cargo de GERENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GOVERNANÇA ELETRÔNICA, nível DGS/FTG-2.

* **DISPENSAR**, de acordo com o art. 171, da Lei n° 6.745/85, CLAUDIA REGINA CASTELLANO LOSSO, matrícula n° 191.907-5-01, da FG de DIRETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO, nível FG-1.

* **NOMEAR**, de acordo com os arts. 9° e 11, da Lei n° 6.745/85, as pessoas relacionadas abaixo:

- CLAUDIA REGINA CASTELLANO LOSSO, matrícula n° 191.907-5-01, para exercer o cargo de DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO, nível DGS/FTG-1.
- MONICA SEIXAS DE OLIVEIRA MELLO, matrícula n° 251.970-4-02, para exercer o cargo de GERENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GOVERNANÇA ELETRÔNICA, nível DGS/FTG-2.

* **DESIGNAR**, de acordo com o art. 39, da Lei n° 6.745/85, MIRANI MASSANEIRO MELO, matrícula n° 950.183-5-01, para exercer a FG de DIRETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO, nível FG-1.

ATO nº 781 / 2019
NOMEAR, de acordo com os arts. 9° e 11, da Lei nº 6.745/85, conforme processo nº SED 7693/2019, DALVA APARECIDA MOSER, mat. n° 0238087-0-01, para exercer o cargo de GERENTE DE EDUCAÇÃO, nível DGS/FTG - 2, da ADR-JOINVILLE, a contar de 19/03/2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

JORGE EDUARDO TASCA
Secretário de Estado da Administração
Cod. Mat.: 594474

Gabinete do Governador

Procuradoria Geral do Estado

Extrato de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", **referente ao projeto atividade** 008083 DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de 25.01.2012. Estagiária: **MIRIAN SIMONY CANDIDO VELOSO**; CPF: 082.851.149-70; Termo de Compromisso nº 001/2019; Início: 18/03/2019; Valor: R$ 380,00; Lotação: **GEAPO**.
Cod. Mat.: 594064

Extrato de Termo de Compromisso do Programa "Adimplência Geral - PAG", da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, referente ao convênio celebrado com a **ESUCRI** conforme Decreto Estadual n° 1.756, de 26 de setembro de 2013. **Estagiário**: **RODOLFO M. MILITÃO;** CPF: 073.264.859-92; TC 021/2019; Início: 16/02/2019; Valor: 1.000,00; Lotação: **REGIONAL DE CRICIÚMA/SC.**
Cod. Mat.: 594076

Extrato de Termo de Compromisso do Programa "Adimplência Geral - PAG", da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, referente ao convênio celebrado com a **UFSC** conforme Decreto Estadual n° 1.756, de 26 de setembro de 2013. **Estagiário**: **MARCELO HENRIQUE RODRIGUES HOKI**; CPF: 099738.609-69; TC 029/2019; Início: 18/03/2019; Valor: 1.000,00; Lotação: **PROCONT/NUSEG.**
Cod. Mat.: 594082

Extrato de Termo de Compromisso do Programa "Adimplência Geral - PAG", da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, referente ao convênio celebrado com a **UFSC** conforme Decreto Estadual n° 1.756, de 26 de setembro de 2013. **Estagiária**: **CAROLINA P. WERNER**; CPF: 101.853.509-84; TC 031/2019; Início: 19/03/2019; Valor: 1.000,00; Lotação: **SECAP.**
Cod. Mat.: 594085

Secretarias de Estado

Administração

PORTARIA nº 105 / 2019
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no processo PGE 1968/2018, para fins de regularização funcional, resolve considerar cessados, a contar de 10.01.03, os efeitos da Portaria nº 1969, publicada em 13.11.01, que prorrogou por 1 ano e 6 meses a licença sem remuneração concedida à servidora MARINES MARANGONI, matrícula nº 200.557-3-01, e, ainda, tornar sem efeito a Portaria nº 1897, publicada em 21.10.02, por constituir duplicidade.

PORTARIA nº 108 / 2019
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando a delegação de competência inserta no Decreto n° 1.158, de 18.03.2008, conforme processo n° FESPORTE 2131/2017, resolve baixar as seguintes Portarias para regularizar a situação funcional do servidor ANTONIO TEIXEIRA DO PRADO, mat. n° 0335312-5-03, ocupante do cargo PROFESSOR, lotado na(o) FESPORTE:

CONSIDERAR CONCEDIDO PROGRESSO FUNCIONAL HORIZONTAL, por tempo de serviço, com base no disposto no § 1º do art. 15, da Lei nº 1.139/92, alterado pela Lei Complementar nº 457/2009, c/c com o capítulo I, do Decreto nº 3.593/2010, passando de MAG-11-C para MAG-11- D a contar de 01/10/2014.

RETIFICAR, nos termos da Lei Complementar nº 668/2015, o enquadramento na parte referente ao nível e referência do servidor, que deverá ser: nível 05, referência D, a contar de 01/03/2016.

RETIFICAR, na Portaria nº 479 de 05/11/2018, publicada no DO nº 20.896 de 14/11/2018, que concedeu a Promoção, na parte referente a referência, que deverá ser do Nível/Referência 05/D para o Nível/Referência 05/E a contar de 01/10/2017.

JORGE EDUARDO TASCA
Secretário de Estado da Administração
Cod. Mat.: 594100

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 5 / 2019

Orienta quanto à realização de procedimentos relativos a organização e destinação dos documentos e processos administrativos a serem observados na desativação das Agências de Desenvolvimento Regional

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, como órgão normativo do Sistema Administrativo de Gestão Documental e Publicação Oficial, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, 29, 30, inciso XII, 31 e 57 da Lei Complementar nº

381 de 07 de maio de 2007, e considerando a necessidade de normatização das atividades referentes à edição do Decreto nº 3, de 18 de janeiro 2019,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece as regras e os procedimentos relativos a organização e destinação dos documentos e processos administrativos das Agências de Desenvolvimento Regionais (ADRs) em desativação, visando assegurar a identificação, preservação, acesso e divulgação do patrimônio documental e arquivístico da Administração Pública Estadual.

Art. 2° A destinação da documentação recebida e produzida pela Administração Pública deve obedecer às normas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que determina a constituição de Comissões Permanentes de Avaliação Documental - CPAD, instituídas nos **órgãos públicos** para analisar, avaliar e destinar os documentos públicos.

Art. 3º Caberá à Gerência de Administração Financeira e Contábil (GEAFC) das ADRs encarregar a Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) do desenvolvimento das atividades de organização e destinação dos documentos e processos, segundo as orientações desta Instrução Normativa.

Parágrafo único - Caso a ADR não possua CPAD instituída, a GEAFC deverá indicar um servidor ou um grupo de servidores para executar as atividades de organização e destinação dos documentos e processos, dispensada a publicação de ato.

Art. 4º Para fins de utilização e normatização de procedimentos, os termos e definições referentes à gestão documental constam no glossário desta Instrução Normativa.

Art. 5º Nenhum documento poderá ser eliminado em desacordo com esta Instrução Normativa, ficando o responsável sujeito às penas previstas no art. 25 da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

CAPÍTULO II
DA DESTINAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROCESSOS DAS ADRs

Art. 6º Os procedimentos relativos à organização, destinação e transferência da documentação oficial recebida e produzida pelas ADRs, em face de desativação ou extinção, deverão visar o zelo e a preservação do patrimônio documental para garantir a recuperação e o acesso às informações.

Art. 7º Os documentos e processos em poder das ADRs, referentes a função que continuar sendo desenvolvida por algum órgão ou entidade da Administração Pública, deverão ser transferidos ao respectivo sucessor.

§1º Sobre a transferência dos conjuntos documentais, a GEAFC deverá informar a Gerência de Gestão Documental (GEDOC), por meio de ofício, registrado no Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico (SGP-e), o nome do órgão ou entidade de origem e de destino, o local onde será armazenado e o nome do responsável pelo recebimento da documentação.

§2º As gerencias regionais dos órgãos centrais deverão assumir os documentos das ADR,s em desativação, no que lhes confere a continuidade das suas atividades.

§3º Os documentos e processos cuja função ou atividade será extinta deverão ser encaminhados ao Arquivo Central da Secretaria de Estado da Administração (SEA), por meio de Ofício, registrado no SGP-e, informando o nome do órgão ou entidade de origem e de destino, o local de guarda e o nome do responsável pelo recebimento da documentação.

§4º Todos os documentos e processos vigentes em tramitação, deverão ser arquivados no órgão que absorver a função da ADR. Exceto os documentos relativos a imóveis, ainda que não reunidos em processo específico, os quais, deverão ser remetidos à Diretoria de Gestão Patrimonial (DGPA), conforme disposto na Instrução Normativa n° 6/2019/SEA.

Art. 8° Poderão ser doados ou eliminados, por processo de picotagem, com a supervisão da GEAFC, os periódicos (jornais, livros, revistas e similares) não produzidos pelas ADRs, por não se tratarem de documentos públicos.

CAPÍTULO III
DOS PROCEDIMENTOS DE ORGANIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E PROCESSOS

Art. 9º Os documentos e processos administrativos deverão ser organizados por gerência ou setor da ADR e por ano, e acondicionados em caixas-arquivo poliondas.

Parágrafo único. Na impossibilidade de aquisição de caixas-arquivo, os documentos deverão ser acondicionados em caixas que preservem sua integridade física.

Art. 10. As caixas deverão ser devidamente identificadas com etiquetas, conforme consta no anexo I**,** contendo o número da caixa, o nome da ADR, a gerência ou setor que produziu e/ou acumulou os documentos, o ano e a sigla do órgão de destinação.

Parágrafo único. Os documentos que excedam o tamanho A4 ou em outros suportes, os quais não possam ser acondicionados em caixas-arquivo, deverão ser embalados em papel craft, de forma a garantir a sua integridade física, e devidamente identificados, conforme artigo anterior.

Art. 11. A transferência dos documentos e processos administrativos para o órgão ou entidade de destino deverá ser encaminhada por meio de Relação de Documentos para Transferência (anexo III), onde deverá ser informada a quantidade de caixas a serem transferidas, o nome da ADR de origem, o(s) ano(s) da documentação e o órgão ou entidade ao qual será destinada a documentação.

CAPÍTULO IV
DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E PROCESSOS PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE ASSUMIRÃO FUNÇÃO DA ADR

Art. 12. Os gestores e a CPAD dos órgãos e entidades que assumirem as funções das ADRs deverão se responsabilizar pelo recebimento e guarda da documentação, bem como pela conferência da Relação de Documentos para Transferência, no momento do recebimento.

§ 1º Em caso de inconsistência na conferência da Relação de Documentos para Transferência, o responsável pelo recebimento da documentação deverá comunicar imediatamente à GEAFC da ADR de origem e receber a documentação ressalvando na relação as irregularidades.

§ 2º Deverão ser aplicados pelos órgãos ou entidades recebedores da documentação das ADRs, sob coordenação das suas CPADs, os procedimentos de gestão documental previstos na legislação estadual, sob a orientação do Sistema Administrativo de Gestão Documental.

Art. 13. O Arquivo Central da SEA receberá a documentação da ADR cuja função ou atividade for extinta.

Art. 14. Os documentos recebidos pelos órgãos ou entidades de destino deverão ser armazenados em local seguro, livre de intempéries e organizados em estantes, separados por ano e ADR, visando facilitar a identificação e recuperação dos documentos e processos administrativos e agilizar o acesso à informação.

§1° Em caso de impossibilidade de recebimento de toda a documentação devido à falta de espaço físico para armazenagem, a Secretaria de Estado da Administração cederá espaço para guarda, mediante Termo de Solicitação (anexo II) assinado pela CPAD ou pelo servidor responsável pelo recebimento da documentação no órgão de destino.

CAPITULO V
DOS DOCUMENTOS E PROCESSOS VIGENTES EM TRAMITAÇÃO

Art. 15. É obrigatória a digitalização e inclusão no SGP-e dos documentos e processos físicos que estão vigentes e em fase de tramitação.

Art. 16. A inclusão dos documentos e processos no SGP-e deverá ocorrer integralmente de acordo com os critérios estabelecidos na Instrução Normativa n° 003/2019/SEA.

Art. 17. Peças como mapas e plantas em tamanhos diferenciados (A3, A2) que não possuem o arquivo convertido em formato “pdf” deverão ser digitalizados por partes, dobrados, com numeração de página.

Art. 18. A digitalização deve ser realizada da esquerda para a direita, de cima para baixo, e é responsabilidade do setor que a fez verificá-la antes de tramitar o processo.

§ 1º Peça inserida em desacordo com o caput deste artigo deverá ser excluída, digitalizada novamente e reinserida antes da tramitação do processo;

§ 2º Após a tramitação, se o setor que estiver responsável pelo processo ou documento precisar corrigir a digitalização, obrigatoriamente deverá desentranhar as peças equivocadas, com a devida justificativa, para que não fiquem duplicadas no sistema;

§ 3º Os processos físicos juntados por apensação devem ser desapensados para digitalização e inserção de peças em seus respectivos processos. Uma vez inseridas as peças, deve-se realizar novamente a juntada nos meios físico e digital;

§ 4º Os processos físicos juntados por anexação devem ser digitalizados na íntegra.

Art. 19. O recebimento e a tramitação do documento ou processo físico serão efetuados eletronicamente pelo SGP-e, podendo substituir a guia de tramitação.

§ 1º Caso o usuário recebedor se negue a fazê-lo no Sistema SGP-e, o emissor deverá informar imediatamente a sua chefia, para que sejam tomadas as medidas administrativas cabíveis.

§ 2º No caso de não recebimento do documento ou processo administrativo, será enviado automaticamente, a cada 24 horas, um e-mail ao emissor avisando que o documento ou processo não foi recebido.

§ 3º Havendo necessidade de emitir a guia de tramitação, recomenda-se utilizar a versão disponível no sistema.

Art. 20. Os documentos e processos que já cumpriram seu ciclo de tramitação não deverão ser digitalizados, uma vez que serão encaminhados para o órgão ou entidade que assumir a função da ADR desativada ou para o Arquivo Central da SEA.

Art. 21. Os órgãos/setores detentores da documentação deverão elaborar relação de documentos ou processos extraviados, quando aplicável, a qual deverá ser assinada pela respectiva GEAFC e encaminhada aos órgãos e entidades que assumirão as competências das ADRs, conforme a extensão das atividades que lhes cabe.

Art. 22. As relações dos documentos extraviados que não se enquadrem na descrição anterior deverão ser encaminhadas ao responsável pelo Arquivo Central da SEA.

Art. 23. As dúvidas e casos omissos desta Instrução Normativa serão dirimidos pela Secretaria de Estado da Administração.

Art. 24. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Jorge Eduardo Tasca
Secretário de Estado da Administração

Félix Fernando da Silva
Diretor de Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina

GLOSSÁRIO

I - DOCUMENTO PÚBLICO: São os documentos produzidos e recebidos por um órgão governamental na condução de suas atividades, classificados como: textuais, que são os manuscritos, impressos, datilografados ou digitados, independente do suporte (papel, microfilme, micro ficha, disquetes); audiovisuais, que são os filmes, fotografias, microfilmes, discos, fitas magnéticas; cartográficos, que são os mapas, plantas, atlas, projetos arquitetônicos; e os iconográficos, que são gravuras, desenhos e cartazes.

II - DOCUMENTOS PERMANENTE: São aqueles que, esgotados os prazos de vigência e precaucional estabelecidos em tabelas de temporalidade, apresentam no seu conteúdo ou forma, informações que devam ser preservadas para a memória da administração, ou possam servir de pesquisa ou prova à coletividade.

III – PROCESSO ADMINISTRATIVO: Procedimento administrativo constituído de atos processuais ordenados que tem por finalidade obter decisão administrativa sobre demanda apresentada ou serviço requerido.

IV - FUNDO : Conjunto de documentos produzidos e recebidos, acumulados por um órgão público.

V - DATA-LIMITE: Ano do documento mais antigo e do mais recente contido na unidade de acondicionamento. Ex.: 1958/1964. Quando na organização da documentação for percebido a falta de documentos referente ao sequencial dos anos, use hífen (-). Ex.: na falta de documentos do ano de 1959, use 1958-1960/1964 para mostrar os intervalos de datas.

VI - PATRIMONIO DOCUMENTAL: Conjunto de documentos produzidos e recebidos, acumulados no decorrer das atividades dos órgãos públicos.

VII - ARQUIVO CENTRAL: Unidade vinculada à área administrativa de um órgão público, responsável pelo controle dos documentos acumulados pelos seus diversos setores e pelos procedimentos técnicos a que os documentos devem ser submetidos.

VIII - CAIXAS-ARQUIVO: Padrão: 13,5 cm de largura x 25,0 cm de altura x 36,0 cm de comprimento, produzidas em material poliondas.

IX - COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL – CPAD: a legislação estadual, alinhada as diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, determina que a destinação da documentação recebida e produzida pela Administração Pública seja tratada por meio constituição de Comissões Permanentes de Avaliação Documental - CPAD, nos órgãos e entidades públicas, que serão responsáveis por analisar, avaliar e destinar os documentos da Administração Pública Estadual.

ANEXO I

ETIQUETA

CAIXA N°

FUNDO: (nome da ADR**)**

GERÊNCIA/SETOR:

DATA LIMITE: (Ano do documento mais antigo e do mais recente contido na caixa)

SIGLA DO ÓRGÃO DESTINO:

ANEXO II
TERMO DE SOLICITAÇÃO

Eu,..... presidente da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) do órgão....., declaro que não há espaço suficiente em nossos arquivos para a guarda de toda documentação recebida em ...../...../..... decorrente da desativação das Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs).
Por esse motivo, requisito à Secretaria de Estado de Administração (SEA) que ceda espaço para acondicionamento de.....caixas de documentos, em caráter emergencial e temporário, sob responsabilidade da .... e que a está, caberá a responsabilidade pela documentação, com a coordenação da CPAD, de realizar a gestão da documentação acondicionada pela SEA, bem como a recuperação da informação e pesquisa aos documentos quando necessário.

Nome e assinatura do presidente da CPAD

Nome e assinatura do responsável pelo órgão

Anexo: Relação de Documentos

ANEXO III

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA TRANSFERÊNCIA

ÓRGÃO REMETENTE: AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL -.....
ÓRGÃO DESTINO: .....
TOTAL DE CAIXAS:.....

ANO	GERÊNCIA/ SETOR	QUANTIDADE (em unidades de acondicionamento)	OBSERVA-ÇÃO

PORTARIA N° 105/2019 – de 22/02/2019.
Dispõe sobre a designação de gestores para cadastrar usuários no Portal de Convênios da União (SICONV) para o CNPJ da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007,

RESOLVE:
Art. 1º **DESIGNAR**, Jorge Apóstolo Diamantaras, matrícula nº 0312566-1-04, da Gerência de Administração, Contabilidade e Finanças, para cadastrar novos usuários e definir perfis de acesso no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal – SICONV, sendo que o perfil Cadastrador de Usuário deverá ser obtido junto às unidade cadastradoras do SICONV para o CNPJ da SDS, 07.255.568/0001-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

LUCAS ESMERALDINO
Secretário de Estado

Cod. Mat.: 594073

Educação

CEE – Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina

PORTARIA CEE/SC Nº 024/2019
Constitui Comissão Avaliadora com vistas à renovação de reconhecimento do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, ofertado no *campus* de Rio do Sul, pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), mantido pela Fundação Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, com sede no Município de Rio do Sul/SC, conforme Processo SED nº 4500/2019, composta pelos seguintes membros: Professora Doutora Josildete Pereira Oliveira e Professor Doutor Luiz Alberto de Souza.
Florianópolis, 21 de março de 2019.
Osvaldir Ramos
Presidente do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina

Cod. Mat.: 594014

Fazenda

PORTARIA Nº 81/2019

Altera os orçamentos das unidades orçamentárias que menciona.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 17.698, de 16 de janeiro de 2019, combinado com o Ato n° 209, de 24 de janeiro de 2019, o que consta do Ato Normativo 2019AN00157, de março de 2019, e nos autos do processo nº SEF 3845/2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica anulada parcialmente na importância de R$ 806.000,00 (oitocentos e seis mil reais), a programação constante do Anexo I desta Portaria.
Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o art. 1º desta Portaria fica suplementada a programação constante do Anexo II desta Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 20 de março de 2019.

PAULO ELI
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo I Ano Base: 2019
Ato Normativo 2019AN000157
Órgão 16000 Secretaria de Estado da Segurança Pública
U. O. 16084 Fundo de Melhoria da Polícia Civil

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
013224	33.90.39	0.6.69	06.126.0707	200.000,00
006753	33.90.30	0.2.69	06.122.0707	100.000,00
Subtotal				300.000,00

Órgão 27000 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
U. O. 27024 Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
011449	33.90.20	0.2.28	19.571.0230	100.000,00
011449	44.50.42	0.2.28	19.571.0230	40.000,00
Subtotal				140.000,00

Órgão 45000 Secretaria de Estado da Educação
U. O. 45022 Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
005317	44.90.51	0.1.00	12.364.0630	366.000,00
Subtotal				366.000,00
Total				806.000,00

Anexo II Ano Base: 2019
Ato Normativo 2019AN000157
Órgão 16000 Secretaria de Estado da Segurança Pública
U. O. 16084 Fundo de Melhoria da Polícia Civil

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
013109	44.90.52	0.6.69	06.181.0707	200.000,00
013109	44.90.52	0.2.69	06.181.0707	100.000,00
Subtotal				300.000,00

Órgão 27000 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
U. O. 27024 Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
000069	44.90.20	0.2.28	19.571.0230	140.000,00
Subtotal				140.000,00

Órgão 45000 Secretaria de Estado da Educação
U. O. 45022 Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
012100	44.90.51	0.1.00	12.364.0630	366.000,00
Subtotal				366.000,00
Total				806.000,00

Cod. Mat.: 593900

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 04.122.0600.4133 da Secretaria de Estado da Fazenda, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de 25.01.2012. Estagiária: **Ana Karolina Ribeiro**; CPF: 114.065.719-46; Termo de Compromisso nº 74/17 - Data da Rescisão: 18/03/2019.

Cod. Mat.: 593934

PORTARIA Nº 83/2019

Altera os orçamentos das unidades orçamentárias que menciona.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 17.698, de 16 de janeiro de 2019, combinado com o Ato n° 209, de 24 de janeiro de 2019, o que consta do Ato Normativo 2019AN00166, de março de 2019, e nos autos do processo nº SEF 3948/2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica anulada parcialmente na importância de R$ 411.715,00 (quatrocentos e onze mil e setecentos e quinze reais), a programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o art. 1º desta Portaria fica suplementada a programação constante do Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 21 de março de 2019.

PAULO ELI
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo I Ano Base: 2019
Ato Normativo 2019AN000166
Órgão 16000 Secretaria de Estado da Segurança Pública
U. O. 16091 Fundo para Melhoria da Segurança Pública

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
006359	44.90.52	0.1.11	06.126.0707	50,00
Subtotal				50,00

Órgão 44000 Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
U. O. 44023 Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
002171	44.90.52	0.6.98	20.606.0310	240.486,67
002206	33.90.37	0.6.60	20.571.0310	171.178,33
Subtotal				411.665,00
Total				411.715,00

Anexo II Ano Base: 2019
Ato Normativo 2019AN000166
Órgão 16000 Secretaria de Estado da Segurança Pública
U. O. 16091 Fundo para Melhoria da Segurança Pública

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
013186	44.90.52	7.1.11	06.181.0707	50,00
Subtotal				50,00

Órgão 44000 Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
U. O. 44023 Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.

Subação	Natureza	F. R.	Fun/Sub/Prog	Valor
002206	44.90.52	0.6.60	20.571.0310	171.178,33
003698	44.90.52	0.6.98	20.122.0310	240.486,67
Subtotal				411.665,00
Total				411.715,00

Cod. Mat.: 594095

Justiça e Cidadania

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 2015/TR0367 celebrado com a Associação **Betânia** para atendimento de internação provisória – CASEP na região de **São José do Cedro**. VIGENCIA: desde a data da publicação até 31 de dezembro de 2019. **Valor** R$ 912.881,42 (Novecentos e doze mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e dois centavos). DATA: **Florianópolis, 27 de fevereiro de 2019**. SIGNATÁRIOS: Sr. Leandro Antônio Soares Lima, pela SJC, Sr. Zeno Augusto Tressoldi, pelo DEASE e Sr. Carlos Costa, pela entidade. AL/SCC

Cod. Mat.: 594092

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 2015/TR281 celebrado com a Associação Esporte Clube Flamengo– **AFHAGO** para atendimento de Semiliberdade na região de **Caçador**. VIGENCIA: desde a data da publicação até 31 de dezembro de 2019. Valor R$ 597.808,64 (quinhentos e noventa e sete mil, oitocentos e oito reais e sessenta e quatro centavos). DATA: **Florianópolis, 27 de fevereiro de 2019**. SIGNATÁRIOS: Sr. Leandro Antônio Soares Lima, pela SJC, Sr. Zeno Augusto Tressoldi, pelo DEASE e Sr. Silvio Antonio Zipperer, pela entidade. AL/SCC

Cod. Mat.: 594094

Planejamento

PORTARIA Nº 004/2019, de 20 de março de 2019. O SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso I do artigo 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, RESOLVE: **DESIGNAR**, com fundamento no artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993, o servidor **Marcos Antonio Macedo**, inscrito na matrícula nº 220.112-7, para realizar o acompanhamento e a fiscalização dos Contratos Administrativos abaixo relacionados: Contrato: SPG n. 006/2014; Empresa: Proserv Ass. E Consultoria de Pessoal Ltda; Objeto: Serviços terceirizados; Contrato: SPG n. 001/2018; Empresa: Neo Consultoria e Administração de Benefícios EIRELLI; Objeto: Gerenciamento do fornecimento de aditivos, combustíveis e óleos e lubrificantes; e Contrato: SPG n. 006/2018; Empresa: ThyssenKrupp elevadores; Objeto: Manutenção de elevadores; bem como o servidor **Alex dos Santos**, matrícula n° 658.525-6, para realizar o acompanhamento e a fiscalização do Contrato Administrativo SPG n. 001/2015; Empresa: CIASC – Centro de Informática e Automação de SC; Objeto: Serviço de informática.
Florianópolis/SC, 20 de março de 2019.
JORGE EDUARDO TASCA. Secretário de Estado do Planejamento.

Cod. Mat.: 594084

Saúde

PORTARIA n° 191 de 08/03/2019

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 12/2019, resolve: **AUTORIZAR**, conforme processo SES nº 8923/2019, os seguintes servidores, ocupantes do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção da Saúde, a dirigirem veículos oficiais da Secretaria de Estado da Saúde, até 31/12/2019:

Nome	Matrícula	Lotação
Débora Samira da Costa	367.649-8-03	GERSA Chapecó
Deyse Angelini	369.393-7-02	GERSA Chapecó
Mayella Soares	365.666-7-02	GERSA Joinville
Fernanda de Menezes S.de Melo	385.229-6-01	GERSA Joinville

Art. 1º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

VANDERLEI VANDERLINO VIDAL
Superintendente de Gestão Administrativa
(republicada por incorreção)

Cod. Mat.: 593866

PORTARIA n° 1076 de

O SECRETARI0 DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei nº 9.747, de 26 de novembro de 1994 e a Instrução Normativa nº 06/2008/SEA de 27 de maio de 2008.
RESOLVE,
Art. 1º Instituir a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) da Secretaria de Estado da Saúde (SES/SC), com vinculação administrativa à Superintendência de Gestão Administrativa SGA-SES/SC;
Art. 2º Designar de acordo com o Art. 8º, § 1º, da Lei nº 9.747, de 26 de novembro de 1994, como membros titulares os servidores, sob a Presidência do primeiro, e, na sua ausência, a do segundo, para comporem Comissão Permanente de Avaliação de Documentos para elaboração, implantação, atualização e aplicação da Tabela de Temporalidade, no âmbito da SES/SC, a seguir:

Servidor	Matrícula	Lotação
Maria de Fátima Lunardeli Silvestre	960.513-4-01	DPGD/SGA
Andréa Maria Barbato	979.040-3-01	GPLAN
Andressa da Silveira	962.836-3-01	DIVS/SVS
Angela Angioletti	962.710-3-01	GEAPO
Carlos Roberto Costa Junior	656.771-1-01	ASJUR
Giselle Tiburcio Matildes	377.643-3-01	HIJG/SUH
Karine Coutinho	377.723-5-01	GERSA Tubarão
Karine Ouriques Maia	666.824-0-01	GETIN/SGA
Micheli Edinete Ramos	377.491-0-01	GECOT/SGA
Regina Célia Ferreira L.de Souza	294.809-5-01	LACEN/SVS

Art. 3º - designar a servidora Karine Coutinho como membro da CPAD e responsável pela gestão documental das Gerências Regionais (GERSAS), sendo que as atividades de gestão documental a serem realizadas nas GERSAS deverão ser submetidas previamente à apreciação da CPAD/SES/SC em reunião específica e estar de acordo com as orientações e deliberações da CPAD/SES/SC;
Art. 4º - designar a servidora Giselle Tiburcio Matildes como membro e secretária da CPAD/SC;
Art. 5º – Definir as atribuições da CPAD/SES/SC:
I – orientar as Unidades produtoras de documentos no que tange a gestão documental da SES/SC, de acordo com as normativas da Secretaria de Estado da Administração (SEA), como órgão central e do APESC;
II - coordenar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada na SES/SC, decorrentes de suas funções e atividades;III – elaborar e enviar propostas ao APESC, para adaptações e atualizações do Código de Classificação de Documentos e da Tabela de Temporalidade de Documentos da SES/SC relativos àsatividades–meio;
IV – elaborar e enviar propostas ao APESC para criação do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos da SES/SC, relativos àsatividades-fim;
V – formalizar o processo de eliminação de documentos conforme preconiza as normativas da Secretaria de Estado da Administração (SEA), VI – propor a constituição de comissões especiais ou de grupos de trabalho provisórios para tratar de assuntos específicos relacionados à execução de suas competências;Parágrafo único. A Comissão poderá solicitar, sempre que necessária, a participação de profissionais ligados aos diversos campos do conhecimento que possam contribuir com os trabalhos de avaliação dos documentos, tais como médicos, historiadores, sociólogos, Advogados e outros.
Art. 6º Cessar os efeitos da Portaria nº 307 de 06/04/2018.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Acélio Casagrande
Secretário de Estado da Saúde
(republicada por incorreção)

Cod. Mat.: 594081

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE torna público:
APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 7737/19** e em consonância com o artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e artigo 110 do Decreto Estadual nº 2.617/09, ***RESOLVE*** aplicar à empresa INOVAMED COM DE MED LTDA CNPJ 12.889.035/0001-02, a penalidade de **MULTA** no valor de **R$ 3.454,50** pelo descumprimento à AF 1340/19, Edital 1409/18.

Cod. Mat.: 593915

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE torna público:
APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 6269/19** e em consonância com o artigo 87 da Lei nº 8.666/1993 e artigo 108, I, do Decreto Estadual nº 2.617/2009, ***RESOLVE*** aplicar à empresa **SOMA/SC PROD. HOSP. LTDA** CNPJ 05.531.725/0001-20, a penalidade de **ADVERTÊNCIA** pelo não envio de proposta para os itens 01, 05, 07 e 11 do Edital 3697/18**.**

Cod. Mat.: 593956

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE torna público:
APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 6586/19** e em consonância com o artigo 87 da Lei nº 8.666/1993 e artigo 108, I, do Decreto Estadual nº 2.617/2009, ***RESOLVE*** aplicar à empresa **PRÓ-VASCULAR REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA** CNPJ 80.796.360/0001-80, a penalidade de **ADVERTÊNCIA** pelo não envio de proposta para os itens 06 e 07 do Edital 3728/18**.**

Cod. Mat.: 593962

Extrato de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade nº 4617 da Secretaria de Estado da Saúde, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012 de 25.01.2012. **Estagiários: 01.** Bruna Guebert, CPF103.621.919-48, TC04/19, Inicio 13/03/19, R$500,00, GEABS; **02.** Manoella M. Godinho, CPF124.561.759-13, TC05/19, Inicio 14/03/19, R$380,00, SUR; **03.** Uérlan G. S. Strapazzon, CPF069.645.129-85, TC06/19, Inicio 18/03/19, R$500,00, GEABS; **04.** Natalia N. Muza, CPF100.914.029-99, TC07/19, inicio 26/03,/19, R$500,00, HGCR;

Cod. Mat.: 593990

Segurança Pública

PORTARIA Nº 030/DIAF/IGP de 19.03.2019
O Diretor-Geral do Instituto Geral de Perícias, no uso de sua competência que lhe confere o artigo 78, da Lei Estadual nº 15.156 de 11.05.2010, resolve **CONCEDER AUTORIZAÇÃO PARA PORTE DE ARMA DE FOGO** ao servidor **BRUNO KNABBEN FERNANDES MELDOLA**, Auxiliar Criminalístico, matrícula nº 981.242-3, nos termos do caput do artigo 6º da Lei Federal nº 10.826/2003 c/c o artigo 78 da Lei Estadual n 15.156/2010, Decreto nº 5.123/2004 e Resolução nº 001/2017.
Giovani Eduardo Adriano
Perito Criminal
Diretor-Geral do IGP/SC

Cod. Mat.: 593929

PORTARIA Nº 074/GEPES/DIAF/SSP de 06.03.2019.
O SECRETÁRIO-ADJUNTO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria nº 026/GEPES/DIAF/SSP, de 28.01.2019, publicada no Diário Oficial do Estado nº 20.955, de 13.02.2019, bem como artigo 80, inc. III da Lei nº 6.745/1985, artigo 1º do Decreto nº 770, de 22.10.1987 e artigos 150 a 152 da Lei 17.292/2017 resolve **CONCEDER LICENÇA ESPECIAL PARA TRATAMENTO DE EXCEPCIONAL,** sem prejuízo da remuneração, conforme processo DETRAN 11024/2019, à servidora **PATRÍCIA VENTURA**, matrícula nº 963.310-3-01, ocupante do cargo de Técnico de Atividades Administrativas, pelo período de 01 (um) ano, a contar da publicação desta portaria.
FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF
Secretário-Adjunto
Secretaria de Estado da Segurança Pública

Cod. Mat.: 594090

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA -NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO – MULTA
A **Secretária de Estado da Segurança Pública/FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA,** no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do Processo IGP 2022/2018, referente a Aplicação de Penalidade de Multa por descumprimento contratual, em conformidade com art. 87, II, da Lei 8.666/93 e item II do inciso I da Cláusula Sétima do Contrato 260/SSP/2018, notifica-se a empresa **CONTIPLAN INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA,** CNPJ nº 02.290.545/0001-05, da aplicação de penalidade de **MULTA** no valor total de R$ 1.316,70 (mil, trezentos e dezesseis reais e setenta centavos), possuindo a empresa o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da presente para a apresentação de alegações de defesa prévia.
Florianópolis, 21 de março de 2019.

Cod. Mat.: 593975

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
RESULTADO DE LICITAÇÃO
Chamamento Público 034/SSP/2018 Objeto: Recebimento de propostas visando à disponibilização de plataformas de armazenamento em nuvem interessadas na cessão de imagens de câmeras de segurança à Secretaria de Estado da Segurança Pública.
A SSP comunica aos interessados que a empresa JOÃO LUÍS LEME COSTA apresentou documentação e proposta de acordo com o edital do presente Chamamento Público, estando apta a firmar contrato.

Cod. Mat.: 593895

Polícia Civil

PORTARIA Nº 261/CORPC/DGPC/SSP, de 21/03/2019.
A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua Corregedora da Polícia Civil, Delegada de Polícia Maria Carolina Milani Caldas Sartor, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias o prazo para conclusão da Sindicância Acusatória nº 36/2018, na qual é sindicado o servidor de matrícula nº 658.545–0, mandada instaurar pela Portaria nº 176/CORPC/DGPC/SSP, de 06/03/2018, publicada no DOE nº 20.796, de 22/06/2018, **com efeitos a contar do dia 22/03/2019**.
Maria Carolina Milani Caldas Sartor
Corregedora da Polícia Civil

Cod. Mat.: 593879

PORTARIA Nº 139/CORPC/DGPC/SSP, de 12/02 /2019.
A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua **CORREGEDORA DA POLÍCIA CIVIL,** Delegada de Polícia de Entrância Especial, **Maria Carolina Milani Caldas Sartor**, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os artigos 3º e 16 a 24, todos da Lei Complementar nº 491/2010, e art. 224 do EPC, determina a instauração de **Sindicância Acusatória**, que deverá ser concluída, se possível, no prazo de 30 (trinta) dias, designando a Delegada de Polícia de Entrância Especial **Alina Zimmermann Largura**, matrícula 0308.120-6-01, em exercício na Corregedoria da Polícia Civil e a Delegada de Polícia de Entrância Final Giovanna Depizzolatti**,** matrícula 0308.631-3-01, em exercício de suas funções na Delegacia Geral da Polícia Civil, para comporem Comissão de Sindicância a ser Presidida pela primeira, com a finalidade de apurar a conduta do Delegado de Polícia Substituto **D.B.W**, matrícula 0658.509-4-01, por ter infringido, em tese, **o artigo 208, incisos I** (*falta de urbanidade*);**VIII** (*agir, no exercício da função, com displicência, deslealdade ou desleixo*), **XV** (*deixar de cumprir, na esfera de suas atribuições, as normas legais a que está sujeito*), e **XVII (***portar-se de modo inconveniente em local público, causando desprestígio à organização Polícia Civil*) c/c **artigo 204** (*constitui infração disciplinar toda ação ou omissão do policial civil que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina ou a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração*), da **Lei nº 6.843/86** – Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, porque, em 25/04/2017, por volta das 12:30 hs, sua pistola 24/7 Pro calibre .40, número de série SET54974, fora encontrada por terceiros numa lixeira na Rua 901, nº 30, em Balneário Camboriú, fato este amplamente divulgado, causando constrangimento aos agentes policias e Delegado de Polícia que se encontravam na Central de Plantão Policial no dia dos fatos, proferindo-lhes ameaças e xingamentos, na frente de policias militares e o plantonista daquela CPP, consoante apurado na Sindicância Preparatória nº 178/2018.
Maria Carolina Milani Caldas Sartor
Delegada de Polícia Especial
Corregedora da Polícia Civil

Cod. Mat.: 593884

PORTARIA Nº 264/SSP/DGPC/CORPC, de 21/03/2019.
A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua Corregedora da Polícia Civil, Delegada de Polícia de Entrância Especial **Maria Carolina Milani Caldas Sartor**, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os preceitos insculpidos no artigo 3º, § 3º, e nos artigos 16 a 24, todos da Lei Complementar nº 491/2010, determina a instauração de **Sindicância Acusatória**, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, designando para tal fim, o Delegado de Polícia de Entrância Inicial **Brasil Guarani Mendonça Ferreira dos Santos**, matrícula nº 953.571-3, em exercício na Corregedoria da Polícia Civil e o Delegado de Polícia de Entrância Inicial **Gustavo Gigliotti Murijo**, matrícula nº 953.605-1, em exercício na Corregedoria da Polícia Civil, para, sob a presidência do primeiro, comporem **Comissão de Sindicância Acusatória**, que deverá ser concluída, se possível, no prazo de 30 (trinta) dias, cujo procedimento tem por finalidade apurar a conduta do Escrivão de Polícia **M.S.S.**, matrícula nº 954.605-7, classe IV, lotado à época dos fatos na DPCAMI de Videira, pois, conforme apurado na Sindicância Preparatória n.º 159/2018, este, teria extraviado 01 (um) aparelho celular e 01 (um) mouse de computador que teriam sido apreendidos nos autos do IP n.º 520.15.00083 da referida Unidade Especializada e que estavam sob sua guarda e responsabilidade, fato ocorrido entre os meses de junho de 2015 e julho de 2016 e que somente foi descoberto quando da passagem de sua carga cartorária, situação que, se confirmada, sob o manto do contraditório e da ampla defesa, caracteriza, em tese, transgressão disciplinar prevista no **art. 208, incisos VIII** (agir, no exercício da função, com displicência, deslealdade ou desleixo) e **XV** (deixar de cumprir, na esfera de suas atribuições, as normas legais a que está sujeito), c/c art. 204, *caput,* todos da Lei n.º 6.843/86 – Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.
Maria Carolina Milani Caldas Sartor
Delegada de Polícia Corregedora da Polícia Civil
Cod. Mat.: 593936

PORTARIA Nº 449/GAB/DGPC/SSP, de 26/02/2019.
CESSAR EFEITOS, de acordo com o § 3º, do art. 9º da LC nº 453, de 05/08/2009, da Portaria nº 651/GAB/DGPC/SSP, publicada no DOE nº 20.772, de 18/05/2018, referente ao DELEGADO DE POLICIA DE ENTRANCIA FINAL, JOAO DA CUNHA NETO, mat. nº 0650219901, e DESIGNAR o DELEGADO DE POLICIA DE ENTRANCIA INICIAL, ROMILDO PARNO, mat. nº 0226351301, para exercer a função do Titular da DPCO INDAIAL, com efeitos a contar de 13/02/2019.
PAULO NORBERTO KOERICH
DelegadoGeral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 594037

PORTARIA Nº 564/GAB/DGPC/SSP de 18/03/2019.
DESIGNAR, de acordo com o art. 9º, §§ 1º e 2º, da LC nº 453, de 05/08/2009, LEANDRO MOISES DE SOUSA, mat. nº 0992513901, DELEGADO DE POLICIA SUBSTITUTO, para responder cumulativamente pela 3ª DPCO JOINVILLE e pela DPCO ARAQUARI, no período de 16/03/2019 a 14/04/2019, em razão das férias do Titular, mat. nº 0322895901, suspendendo, no citado período, a Portaria nº 284/GAB/DGPC/SSP, publicada no DOE nº 20.721, de 02/03/2018.
PAULO NORBERTO KOERICH
Delegado Geral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 594038

PORTARIA Nº 565/GAB/DGPC/SSP de 18/03/2019.
DESIGNAR, de acordo com o art. 9º, §§ 1º e 2º, da LC nº 453, de 05/08/2009, WELLINGTON GUSTAVO SPIACCI, mat. nº 0650186901, DELEGADO DE POLICIA DE ENTRANCIA FINAL, para responder cumulativamente pela DPCO PORTO UNIAO e pela DIC PORTO UNIAO, no período de 16/04/2019 a 15/06/2019, em razão de ausência de Delegado no local.
PAULO NORBERTO KOERICH
Delegado Geral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 594040

PORTARIA Nº 566/GAB/DGPC/SSP de 18/03/2019.
DESIGNAR, de acordo com o art. 9º, §§ 1º e 2º, da LC nº 453, de 05/08/2009, LUCAS FERNANDES DA ROSA, mat. nº 0658662701, DELEGADO DE POLICIA DE ENTRANCIA FINAL, para responder cumulativamente pela DIC ARARANGUA e pela CPP ARARANGUA, no período de 01/04/2019 a 30/04/2019, em razão das férias do Titular, mat. nº 0392468801, suspendendo, no citado período, a Portaria nº 1059/GAB/DGPC/SSP, publicada no DOE nº 20.857, de 18/09/2018.
PAULO NORBERTO KOERICH
Delegado Geral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 594041

PORTARIA Nº 567/GAB/DGPC/SSP, de 18/03/2019.
PRORROGAR A DESIGNAÇAO, de acordo com o art. 8º e § 1º, da LC Nº 453, de 05/08/2009, prevista na Portaria 501/GAB/DGPC/SSP, divulgada no DOE 20.754, de 23/04/2018, do DELEGADO DE POLICIA DE ENTRANCIA FINAL, ALBERT DIEISON SILVEIRA, mat. nº 0392430001, lotado na DPCO XAXIM, para prestar serviços na SERVICO AEROPOLICIAL DE FRONTEIRA CHAPECO, conforme processo PCSC 32813/2019.
PAULO NORBERTO KOERICH
Delegado Geral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 594044

PORTARIA Nº 568/GAB/DGPC/SSP, de 18/03/2019.
DESIGNAR, de acordo com o disposto no § 3º, do art. 9º, da LC nº 453, de 05/08/2009, com a redação pela LC nº 712, de 28/12/2017, ALBERT DIEISON SILVEIRA, mat. nº 0392430001, DELEGADO DE POLICIA DE ENTRANCIA FINAL, para exercer a Função de Titular do SERVICO AEROPOLICIAL DE FRONTEIRA CHAPECO, com efeitos a contar de 01/02/2019.
PAULO NORBERTO KOERICH
Delegado Geral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 594046

PORTARIA Nº 569/GAB/DGPC/SSP, de 18/03/2019.
REMOVER, de acordo com o art. 2º, do Decreto nº 1.158 de 18/03/2008, c/c o artigo 1º, da Portaria nº 1504/GEREH/DIAF/SSP de 24/08/2010, e conforme o art. 69, inciso I (processo Nº PCSC 12498/2019), da LC nº 453 de 05/08/2009, **ROSANE DA SILVA AGUIAR**, mat. nº 0956987101, ESCRIVA DE POLICIA CIVIL, da DPCAMI BLUMENAU para a CORREGEDORIA DA POLICIA CIVIL FLORIANOPOLIS.
PAULO NORBERTO KOERICH
Delegado Geral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 594049

PORTARIA Nº 570/GAB/DGPC/SSP, de 19/03/2019.
REMOVER, de acordo com o art. 2º, do Decreto nº 1.158 de 18/03/2008, c/c o artigo 1º, da Portaria nº 1504/GEREH/DIAF/SSP de 24/08/2010, e conforme o art. 69, inciso IV (processo Nº PCSC 33085/2019), da LC nº 453 de 05/08/2009, **JEAN WINN PACKER**, mat. nº 0393231101, ESCRIVAO DE POLICIA CIVIL, da DGPC FLORIANOPOLIS para a DEIC FLORIANOPOLIS, com efeitos a contar de 15/03/2019.
PAULO NORBERTO KOERICH
Delegado Geral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 594050

PORTARIA Nº 571/GAB/DGPC/SSP de 19/03/2019.
REMOVER de acordo com o art. 2º, do Decreto nº 1.158 de 18/03/2008, c/c o artigo 1º, da Portaria nº 1504/GEREH/DIAF/SSP de 24/08/2010, e segundo o art. 69, inciso III, consoante com a decisão judicial, autos n° 0900001492019.8.24.0066 (processo Nº PCSC 28091/2019), da LC nº 453 de 05/08/2009, os AGENTES DE POLICIA CIVIL: AMILTON DA SILVA, mat. nº 0650544901, e EDUARDO PONSONI, mat. nº 0953688401, ambos da DPCO SAO LOURENCO DO OESTE para a CPP CHAPECO, com efeitos a contar de 06/03/2019.
PAULO NORBERTO KOERICH
Delegado Geral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 594052

PORTARIA Nº 573/GAB/DGPC/SSP, de 19/03/2019.
REMOVER, de acordo com o art. 2º, do Decreto nº 1.158 de 18/03/2008, c/c o artigo 1º, da Portaria nº 1504/GEREH/DIAF/SSP de 24/08/2010, e conforme o art. 69, inciso IV (processo Nº PCSC 22820/2019) da LC nº 453 de 05/08/2009, **ALEXANDRE ADRIANO CICHOVICZ**, mat. nº 0307665201, AGENTE DE POLICIA CIVIL, da DRP CHAPECO para a CPP CHAPECO, com efeitos a contar de 20/02/2019.
PAULO NORBERTO KOERICH
Delegado Geral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 594054

Polícia Militar

PORTARIA N° 84/PMSC/2019, DE 01/03/2019.

O Comandante-Geral da Polícia Militar no uso de suas atribuições legais, resolve: **DEMITIR a pedido**, de acordo com o artigo 9°, inciso I da Lei N° 11.496, de 19/07/00 e Edital n° 65/DIE/PMSC/2018, a Professora **FABIANA PEREIRA MACHADO**, CPF nº 206.117.744-51, com nível de instrução – Especialização, contratada através da Portaria 039/PMSC/2018, de 01/02/2019, das suas funções de Professora de Português do Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires, Unidade Pedro II, em Blumenau, a contar de 01/03/2019.

CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES JÚNIOR
Cel PM Comandante Geral da PMSC
Cod. Mat.: 593881

PORTARIA Nº 101/PMSC de 15/03/2019.
DESIGNO, com base no Art. 22, XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o § 4º do Art. 10 do Decreto nº 333/07, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – CTISP, **André dos Santos,** 3º Sargento PM RR Mat. 923439-0, **Luiz Antônio Vieira,** Cabo PM RR Mat. 919314-6, **Max William Machado,** Subtenente PM RR Mat.922477-7, **Juarez Neri Pereira,** 3º Sargento PM RR Mat. 923428-4, **Mauricio Correia,** Subtenente PM RR Mat. 903366-1, **Almir Alves do Nascimento,** 3º Sargento PM RR Mat. 915814-6, **Rogério Regis Machado,** 2º Sargento PM RR Mat. 908277-8, **a contar de 19/03/2019.**

CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES JÚNIOR
Coronel PM Comandante-Geral da PMSC
Cod. Mat.: 593890

PORTARIA Nº 103/PMSC de 19/03/2019.
PRORROGAÇÃO DE DESIGNAÇÃO, com base na Decisão Judicial proferida nos autos nº 0300339-10.2019.8.24.0022, da Comarca de Curitibanos/SC, datada de 13 de Fevereiro de 2019, ao determinar que: " Defiro em parte a Tutela de Urgência para determinar que o Estado renove o contrato do autor **Luiz Bittencourt, 3º Sargento PM RR Mat.9008217** no corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública – CTISP, com sua lotação na Comarca de Curitibanos/SC – 2ª Vara Cível, por até quatro anos, nos termos da fundamentação" **a contar de 24 de Março de 2019.**

CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES JUNIOR
Coronel PM Comandante-Geral da PMSC
Cod. Mat.: 593898

PORTARIA Nº 104/PMSC de 19/03/2019.
PRORROGAÇÃO DE DESIGNAÇÃO, com base na Decisão Judicial proferida nos autos nº 4000053-51.2019.8.24.9006, da 2ª Vara da Comarca de Fraiburgo/SC, datada de 12 de Março de 2019, ao determinar que: " Concedo Liminarmente a segurança requerida para que o impetrante **Walmor Braz de Oliveira Cb PM RR Mat.906583-0** tenha seu contrato de trabalho no corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública – CTISP, com sua lotação na Comarca de Fraiburgo/SC – 2ª Vara, por até quatro anos, nos termos da fundamentação" **a contar de 24 de Março de 2019.**

CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES JUNIOR
Coronel PM Comandante-Geral da PMSC
Cod. Mat.: 593899

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina

PORTARIA N.º 0080/DETRAN/ASJUR/2019, de 19/03/2019
O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SANTA CATARINA, por sua Diretora, no uso de suas atribuições legais, em obediência à decisão judicial proferida no processo nº 0310307-95.2018.8.24.0023;
RESOLVE:
Art. 1º - Credenciar como despachante de trânsito ANTONIO JOSE DA SILVEIRA, CPF n. 015.054.059-04, para exercer suas atividades no Município de BALNEÁRIO RINCÃO/SC.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SANDRA MARA PEREIRA
Diretora Estadual de Trânsito
***REPUBLICADA POR INCORREÇÃO**
Cod. Mat.: 593849

PORTARIA N.º 0082/DETRAN/ASJUR/2019, de 20/03/2019
O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, por seu Diretor, no uso de suas atribuições legais, em obediência à decisão judicial proferida no processo nº 0309198-46.2018.8.24.0023;
CONSIDERANDO a competência disposta no artigo 22, III, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB;
CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 466/2013 do CONTRAN que estabelece procedimentos para o exercício da atividade de identificação veicular, em especial o art. 2˚ que designa a responsabilidade sobre as vistorias de identificação veicular por ocasião da transferência de propriedade ou de domicílio intermunicipal e interestadual aos órgãos e entidades executivas de trânsito;
CONSIDERANDO que o DENATRAN editou Resoluções e portarias que permitem o credenciamento de entes para realização de Vistorias pelos órgãos e entidades de trânsito dos Estados e do Distrito Federal;
CONSIDERANDO a necessidade de se oferecer o serviço de vistoria com maior eficiência e comodidade para a sociedade;
CONSIDERANDO o disposto nas Portarias n.ºs 1225/DETRAN/

ASJUR/2015 e 1226/DETRAN/ASJUR/2015;
RESOLVE:
Art. 1º - CREDENCIAR a empresa RODRIGO NARDELLI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 27.203.621/0001-29, estabelecida no município de RIO DOS CEDROS/SC, para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SANDRA MARA PEREIRA
Diretora Estadual de Trânsito

Cod. Mat.: 593850

PORTARIA N.º 0083/DETRAN/ASJUR/2019, de 20/03/2019
O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SANTA CATARINA, por sua Diretora, no uso de suas atribuições legais, em obediência à decisão judicial proferida no processo nº 0306431-35.2018.8.24.0023;
RESOLVE:
Art. 1º - Credenciar como despachante de trânsito DILCE FRANCO JUNGES, CPF n. 195.570.359-00, para exercer suas atividades no Município de DESCANSO/SC.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SANDRA MARA PEREIRA
Diretora Estadual de Trânsito

Cod. Mat.: 593851

PORTARIA N.º 0084/DETRAN/ASJUR/2019, de 20/03/2019
O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, por seu Diretor, no uso de suas atribuições legais, em obediência à decisão judicial proferida no processo nº 0310243-85.2018.8.24.0023;
CONSIDERANDO a competência disposta no artigo 22, III, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB;
CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 466/2013 do CONTRAN que estabelece procedimentos para o exercício da atividade de identificação veicular, em especial o art. 2˚ que designa a responsabilidade sobre as vistorias de identificação veicular por ocasião da transferência de propriedade ou de domicílio intermunicipal e interestadual aos órgãos e entidades executivas de trânsito;
CONSIDERANDO que o DENATRAN editou Resoluções e portarias que permitem o credenciamento de entes para realização de Vistorias pelos órgãos e entidades de trânsito dos Estados e do Distrito Federal;
CONSIDERANDO a necessidade de se oferecer o serviço de vistoria com maior eficiência e comodidade para a sociedade;
CONSIDERANDO o disposto nas Portarias n.ºs 1225/DETRAN/ASJUR/2015 e 1226/DETRAN/ASJUR/2015;
RESOLVE:
Art. 1º - CREDENCIAR a empresa GASPERI VISTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.748.907/0001-27, estabelecida no município de IMBITUBA/SC, para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SANDRA MARA PEREIRA
Diretora Estadual de Trânsito

Cod. Mat.: 593852

PORTARIA N.º 0085/DETRAN/ASJUR/2019, de 21/03/2019
O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SANTA CATARINA, por seu Diretor, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014, a qual Regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres; altera o art. 126 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências;
CONSIDERANDO a Resolução nº 611/2016, do CONTRAN;
RESOLVE:
Art. 1º - CREDENCIAR PROVISORIAMENTE, pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data da publicação desta Portaria**,** a empresa JHC Catarinense Comércio de Auto peças LTDA Me (Central Auto Peças), CNPJ nº 10.571.046/0001-14, estabelecida no município de GASPAR/SC, para o desempenho da atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SANDRA MARA PEREIRA
Diretora Estadual de Trânsito

Cod. Mat.: 593886

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DOCUMENTOS - 4° DRP ITAJAÍ/Ciretran de Itajaí/0001/2019
O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação, designado pela Portaria nº 0048/DETRAN/ASJUR/2019 de 15/02/2019, publicada no DOE/SC nº 20.959 de 19/02/2019, de acordo com a LISTAGEM: 4° DRP ITAJAÍ/Ciretran de Itajaí/0001/2019, aprovada pela Gerência de Gestão Documental, faz saber a quem possa interessar que a partir do 30º (trigésimo dia), dia subsequente a data de publicação deste Edital no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, se não houver oposição, o DETRAN/SC eliminará os documentos relativos à: Processo de Registro de Veículo (CRV) - 2010/2013, Processo de segunda via de CRV - Certificado de Registro de Veículo - 2010/2013, Comprovante de entrega do CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo - 2010/2013, Processo para segunda via do CRLV -Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo - 2010/2013, Comunicação de venda de veículo - 2010/2013, Processo de transferência de veículo - 2010/2013, Processo de alteração de categoria - 2010/2013, Processo para troca ou escolha de placa - 2010/2013, Processo de baixa de veículo em decorrência de perda total - 2010/2013, Processo para alteração das características originais do veículo - 2010/2013, Processo para alteração de motor - 2010/2013, Processo de remarcação de chassi - 2010/2013. CIRETRAN DE ITAJAÍ/DETRAN-SC.
Os interessados, no prazo citado, poderão requerer às suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo, mediante petição, desde que tenha respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação do DETRAN/SC
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Florianópolis, 21 de Março de 2019.
Kiliano José Kretzer
Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos

Cod. Mat.: 594066

Agências de Desenvolvimento Regional

Regional de Jaraguá do Sul

Extrato de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 4824 da Agência de Desenvolvimento Regional do município de Jaraguá do Sul, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012. de 25.01.2012. **Estagiária**: **1. Alexia Bosshamer Moreno** ; CPF: 129.297.699-39 Termo de Compromisso nº ADR 23 00001229/2019; Início:25/03/2019; Valor:380,00; Lotação: Gerência de Educação

Cod. Mat.: 593901

Defensoria Pública

Portaria nº 025, de 21/03/2019.
A Defensora Pública-Geral, com base na competência delegada pelo artigo 31 da LC 717/2018 c/c art. 84, § 1º Lei 6745/85 e art. 10, XXV, h do Regimento Interno da DPE, resolve: Conceder o adicional por tempo de serviço aos servidores abaixo relacionados: **FEVEREIRO -** Paula Moraes Henrique e Tiago Kraeski de Oliveira. Florianópolis, 21 de março de 2019. Ana Carolina Dihl Cavalin, Defensora Pública-Geral.

Cod. Mat.: 593944

Autarquias Estaduais

DEINFRA – Departamento Estadual de Infraestrutura

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
TERMO DE PERMISSÃO ESPECIAL DE USO **Nº 010/2019.**
Permissor: DEINFRA. **Permissionário:** MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL. **Objeto:** Ocupação da faixa de domínio da rodovia SC-112, trecho: Entr. BR-470 (p/ Agronômica) – Trombudo Central (Entr. SC-281), entre o km 158+890 e o km 161+000, lado direito, de acordo com o Plano Rodoviário Estadual instituído pelo Decreto nº 759, de 21 de dezembro de 2011, para a operação regular do passeio público para pedestres e ciclovia. **Validade:** 05 anos. **Florianópolis,** 21.03.2019. **Signatários:** Carlos Hassler, pelo DEINFRA e a Sra. Geovana Gessner, pelo Permissionário.

Cod. Mat.: 593974

P O R T A R I A N.º 063 - de 18/03/2019
DELEGAR, competência ao Diretor de Manutenção e Operação**, DELBI JOEL CANARIN**, matricula nº **172.677-3**, para Julgar os processos administrativos de DEFESA DE AUTUAÇÃO conforme dispõe a Resolução 619/2016, de 06 de setembro de 2016, do CONTRAN.
Carlos Hassler – Cel. Eng.
Secretário de Estado da Infraestrutura
Presidente do Deinfra, designado*
Matr. 0699606-0-01

Cod. Mat.: 594001

P O R T A R I A N.º 064 - de 18/03/2019
DELEGAR, competência ao Gerente de Operação, **MARIA FERNANDA MARTINS**, matricula nº **397.213-5**, para conferir, controlar e assinar editais de notificação por infração de trânsito, as atividades de estruturação e organização dos serviços relacionados à Defesa de Autuação e JARI, bem como os procedimentos de indicação de condutor, decorrentes da fiscalização de transito, conforme dispõe o art. 285 da Lei 9.503/97. Código de Trânsito Brasileiro.
Carlos Hassler – Cel. Eng.
Secretário de Estado da Infraestrutura
Presidente do Deinfra, designado*
Matr. 0699606-0-01

Cod. Mat.: 594002

DETER – Departamento de Transportes e Terminais

DETER
Departamentos de Transporte e Terminais

EDITAL DE CONSULTA Nº 035/2019. (REF. PROCESSO DETER 1032/2019).
Nos termos do artigo 4º da lei 5.684 de 09 de maio de 1980 e artigo 22 do Decreto nº 12.601, 06 de Novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da publicação deste, sobre o pedido formulado pela empresa Brancobus Turismo LTDA, registrada no Deter sob o n° 2164/A para implantação de nova linha sob regime de autorização, entre os municípios de Palmitos e Chapecó, com de partidas de Palmitos às 06:20 e 12:30 horas, e de Chapecó às 09:15 e 23:30 horas, de segunda a sexta-feira, anual, com pontos de seção em Palmitos, Balneário de Pratas, São Carlos, Águas de Chapecó, Gramado 4, Planalto Alegre, Feliz, Fazenda Zandavali, Trevo Guatambu, Chapecó, para trafegar via BR-283. Florianópolis, 21 de março de 2019.
AMARILDO MATOS DE SOUZA
DIRETOR DE TRANPORTES

Cod. Mat.: 593904

IMA - Instituto do Meio Ambiente

Extrato de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - IMA, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012. de 25.01.2012. Estagiários: **1. Samuel Carlos Brasil Petri;** CPF: 105.430.489-00; Termo de Compromisso nº 001; Início: 01/04/2019; Valor 380,00; Lotação: DPEC/Parque Estadual Serra do Tabuleiro; **2. Iago Dall´Agnol Andreis;** CPF: 071.426.079-71; Termo de Compromisso nº 002; Início: 01/04/2019; Valor 500,00; Lotação: Codam São Miguel do Oeste;**3. Camila Moreira;** CPF: 100.558.999-27; Termo de Compromisso nº 003; Início: 01/04/2019; Valor 500,00; Lotação: Codam Caçador.

Cod. Mat.: 593887

EDITAL DE INTIMAÇÃO
O INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE, por intermédio do presente, faz saber, a: CERÂMICA JAIME ONDINO TEIXEIRA LTDA. CNPJ nº 07.071.543/0001-49, ESTRADA GERAL SANTA APOLONIA, S/N , SANTA APOLONIA, Sangão/SC, foi aplicado Auto de Infração nº 6960-D. Fica INTIMADO o autuado supracitado, para que no prazo de 10 (DEZ) dias após a publicação, se apresente ao Instituto do Meio Ambiente para a retirada do ofício nº 1562/2018. Tubarão, 21 de fevereiro de 2019.
Valdez Rodrigues Venâncio
Presidente do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina

Cod. Mat.: 594087

IPREV – Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina

PORTARIA Nº 534 - 19/02/2019
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal, DPro 001/2012 - PGE e art. 66 da LC 412/08, com paridade remuneratória, conforme art. 72 da referida Lei Complementar, de acordo com o processo ADR19 8688/2018 à ANA MARI CORREA BORNELLI, matrícula nº 0264148-8-03, no cargo de PROFESSOR, nível IV, referência H, do Grupo Ocupacional de Docência, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, lotada na EEB Martinho Alves dos Santos, município de Tubarão - SED.

PORTARIA Nº 753 - 14/03/2019
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal e art. 66 da LC nº 412/08, DPro 001/2012/PGE, com paridade remuneratória conforme art. 72 da referida Lei Complementar, de acordo com o processo FCEE 3677/2018 a CARLA LYGIA PANDOLFO PERIN, matrícula 276747-3-03, no cargo de PROFESSOR, nível IV, referência H, do Grupo Ocupacional de Docência, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, lotada na Fundação Catarinense de Educação Especial, município de São José - FCEE.

PORTARIA Nº 754 - 14/03/2019
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR REDUÇÃO DE IDADE COM PROVENTOS INTEGRAIS, nos termos do art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47 de 05/07/2005, publicada no DOU de 06/07/2005, combinado com o art. 67 da LC nº 412/08, com paridade remuneratória, conforme art. 72 da referida Lei Complementar, de acordo com o processo ADR03 1749/2018 a SOLANGE TERESINHA WEBER LUNEDO, matrícula 228594-0-03, no cargo de PROFESSOR, nível III, referência E, do Grupo Ocupacional de Docência, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, lotada na Unidade de Atendimento da ADR, município de Quilombo - ADR.

PORTARIA Nº 758 - 14/03/2019
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal, DPro 001/2012 - PGE e art. 66 da LC 412/08, com paridade remuneratória, conforme art. 72 da referida Lei Complementar, de acordo com o processo ADR12 3148/2018 a NEUSA GONÇALVES BEUTING, matrícula 233295-7-01, no cargo de PROFESSOR, nível IV, referência H, do Grupo Ocupacional de Docência, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, lotada na EEB Regente Feijó, município de Lontras - SED.

PORTARIA Nº 759 - 14/03/2019
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR REDUÇÃO DE IDADE, COM PROVENTOS INTEGRAIS, nos termos do art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47 de 05/07/2005, publicada no DOU de 06/07/2005, combinado com o art. 67, da Lei Complementar nº 412/08, com paridade remuneratória, conforme art. 72 da referida Lei Complementar, conforme processo SJC 39785/2012 a JOAO DE ALMEIDA RIBAS, matrícula 254355-9-01, no cargo de AGENTE PENITENCIÁRIO, Classe VIII, do Grupo: Justiça e Cidadania – do Sistema Prisional, lotado Presídio Regional de Itajaí, município de Itajaí - SJC.

PORTARIA Nº 760 - 14/03/2019
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal, DPro 001/2012 - PGE e art. 66 da LC 412/08, com paridade remuneratória, conforme art. 72 da referida Lei Complementar, de acordo com o processo ADR19 10642/2018 a DALMO GOMES DE CARVALHO, matrícula 170662-4-01, no cargo de PROFESSOR, nível V, referência H, do Grupo Ocupacional de Docência, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, lotado na EEM Dite Freitas, município de Tubarão - SED.

PORTARIA Nº 755 - 14/03/2019
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR REDUÇÃO DE IDADE, COM PROVENTOS INTEGRAIS, nos termos do art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47 de 05/07/2005, publicada no DOU de 06/07/2005, combinado com o art. 67, da Lei Complementar nº 412/08, com paridade remuneratória, conforme art. 72 da referida Lei Complementar, conforme processo SJC 26705/2012 a PEDRO DA SILVA, matrícula 207364-1-01, no cargo de AGENTE PENITENCIÁRIO, Classe VIII, do Grupo: Justiça e Cidadania – do Sistema Prisional, lotado na Diretoria da Penitenciária Agrícola de Chapecó, município de Chapecó - SJC.

PORTARIA Nº 764 - 15/03/2019
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR REDUÇÃO DE IDADE COM PROVENTOS INTEGRAIS, nos termos do art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47 de 05/07/2005, publicada no DOU de 06/07/2005, combinado com o art. 67 da LC nº 412/08, com paridade remuneratória, conforme art. 72 da referida Lei Complementar, de acordo com o processo SDR30 1432/2015 a TANIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS, matrícula 198530-2-03, no cargo de PROFESSOR, nível IV, referência H, do Grupo Ocupacional de Docência, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, lotada na Gerência de Educação (MS 4018363-65.2016.8.24.0000), município de São Miguel do Oeste - ADR.

PORTARIA Nº 765 - 15/03/2019
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA ESPECIAL COM PROVENTOS INTEGRAIS a 100% sobre a média das contribuições, nos termos do art. 40, § 3º e 4º, da Constituição Federal de 1988, combinado com o art. 2º da Lei Complementar Federal nº 144/14 e arts. 1º e 15, da Lei Federal nº 10.887/04, de acordo com o processo PCSC 123108/2018 a MINEIA ALEXANDRA ALVES, matrícula 278625-7-04, no cargo de ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL, classe VI, do grupo: Segurança Pública - Polícia Civil, do subgrupo: Agente da Autoridade Policial, lotada na DPCAPMU-Joinville - SSP.

PORTARIA Nº 766 - 15/03/2019
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, combinado com o art. 66 da LC 412/08, com paridade remuneratória conforme art. 72 da referida Lei Complementar, conforme processo ADR19 11066/2018 a MARILANE TORQUATO VIANA, matrícula 190861-8-02, no cargo de CONSULTOR EDUCACIONAL, nível IV, referência E, do Grupo Ocupacional de Gestão, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, lotada na Gerência de Educação, município de Tubarão - ADR.

PORTARIA Nº 781 - 18/03/2019
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR REDUÇÃO DE IDADE COM PROVENTOS INTEGRAIS, nos termos do art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47 de 05/07/2005, publicada no DOU de 06/07/2005, combinado com o art. 67 da LC nº 412/08, com paridade remuneratória, conforme art. 72 da referida Lei Complementar, de acordo com o processo ADR01 2862/2018 a GELCY THEREZINHA LAUXEN DA ROSA, matrícula 162694-9-01, no cargo de PROFESSOR, nível IV, referência F, do Grupo Ocupacional de Docência, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, lotada na Unidade de Atendimento, município de São Miguel do Oeste - ADR.

PORTARIA Nº 782 - 18/03/2019
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR REDUÇÃO DE IDADE COM PROVENTOS INTEGRAIS, nos termos do art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47 de 05/07/2005, publicada no DOU de 06/07/2005, combinado com o art. 67 da LC nº 412/08, com paridade remuneratória, conforme art. 72 da referida Lei Complementar, de acordo com o processo ADR12 2540/2017 a MONICA RUCK, matrícula 139186-0-01, no cargo de PROFESSOR, nível IV, referência H, do Grupo Ocupacional de Docência, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, lotada na Gerência de Educação, município de Rio do Sul - ADR.

KLIWER SCHMITT
Presidente do IPREV

LONITA CATARINA AIOLFI
Diretor de Previdência

Cod. Mat.: 593937

PORTARIA nº 767/2019 - 15/03/2019.**RETIFICAR**, conforme processo IPREV 3806/2018, a Portaria nº 1776/IPREV, publicada no DOE nº 18237, de 29/10/2007, que concedeu Aposentadoria a ALMIR JOSE SPEZIA, matrícula nº 0142930-2-01, na parte referente à fundamentação legal, para que passe a ter a seguinte redação: "APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS, a 94,28%, nos termos do art. 40 § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, combinado com o art. 6º - A da referida Emenda, acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012, publicada no DOU de 30/03/2012, com paridade remuneratória conforme parágrafo único do referido artigo".

PORTARIA nº 783/2019 - 18/03/2019.**RETIFICAR**, conforme processo SED 8352/2018, a Portaria nº 691 DE 06/03/2019, publicada no DOE nº 20972, de 12/03/2019 e Apostila, que concedeu Aposentadoria a NEUSA SARTORI, matrícula nº 201052-6-04, lotado(a) na(o) SED, em virtude da servidora voltar a usar seu nome de solteira: NEUSA SARTORI.

PORTARIA nº 786/2019 - 19/03/2019.**RETIFICAR**, conforme processo IPREV 4139/2018, a Portaria nº 296/IPREV, de 22/02/2006, publicada no DOE nº 17832, de 23/02/2006, que concedeu Aposentadoria a SIOMARA ROSE SANS, matrícula nº 0156423-4-01, lotado(a) na(o) SED, na parte referente à fundamentação legal, para que passe a ter a seguinte redação: "APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS, a 100%, nos termos do art. 40 § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, combinado com o art. 6º - A da referida Emenda, acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012, publicada no DOU de 30/03/2012, com paridade remuneratória conforme parágrafo único do referido artigo".
KLIWER SCHMITTPresidente do IPREVLONITA CATARINA AIOLFIDiretor de Previdência

Cod. Mat.: 593939

JUCESC – Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 06/2019
O Presidente da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, **NOTIFICA** os seguintes Leiloeiros Públicos Oficiais, devido a existência de Processo Administrativo, passo em que intimamos V. Sa. a apresentar, se de interesse, sua defesa prévia, no prazo de 30 dias, conforme Instrução Normativa DREI nº 17/2013. Segue os Leiloeiros intimados e respectivos processos administrativos:

Nome	Nº do processo
Guilherme Ribas Ibagy	0157/2019
Glauber Zabot	0158/2019
Mair Raimundo Camargo Filho	0156/2019
Diórgenes Valério Jorge	0150/2019
Paulo Roberto Worn	0151/2019
Roger Wenning	0152/2019

Florianópolis, 18 de março 2019.
JULIANO BATALHA CHIODELLI
PRESIDENTE DA JUCESC

Cod. Mat.: 593926

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 07/2019
O Presidente da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, **NOTIFICA** a correção da autenticação do processo nº 18/831354-0 registrado na JUCESC referente a 1º emissão de debêntures da sociedade HAHNTEL S/A, NIRE 42300025356 e CNPJ 01.533.865/0001-86. No processo da 1º emissão de debêntures da sociedade HAHNTEL S/A registrado na JUCESC sob o protocolo nº 18/831354-0, em 05/09/2018, constou o número de arquivamento nº 20188313540 devido a um erro de autenticação do ato. Logo, o número de arquivamento correto é o ED003620000 referente a 1º emissão de debêntures da sociedade HAHNTEL S/A, registrado na JUCESC sob o protocolo nº 18/831374-5. Florianópolis, 18 de março de 2019.
JULIANO BATALHA CHIODELLI
PRESIDENTE DA JUCESC

Cod. Mat.: 593927

Fundações Estaduais

ENA – Fundação Escola de Governo

PORTARIA Nº 16/2019 – de 14.03.2019
A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO – ENA, no uso de suas atribuições e com base no art. 7º da Lei nº 381/07, Resolve **INCLUIR**, **Cláudia Elise Mees dos Santos**, matrícula 179.866-9-01, na Portaria nº 04/2019 de 11/01/2019, publicada no Diário Oficial do Estado 20.937 de 18/01/2019, como representante da Secretaria de Estado da Administração - SEA, vinculada a Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – DGDP, nos termos do ofício SEA 1194/2019, a contar de 06/02/2019. Tânia Regina Hames - Presidente

Cod. Mat.: 594072

PORTARIA Nº 17/2019 – de 14.03.2019
A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO – ENA, no uso de suas atribuições e com base no art. 7º da Lei nº 381/07, Resolve **INCLUIR**, **Giselle Royer Bion**, matrícula 955.814-4, na Portaria nº 04/2019 de 11/01/2019, publicada no Diário Oficial do Estado 20.937 de 18/01/2019, como representante da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, nos termos do ofício UDESC 056/2019, a contar de 06/02/2019. Tânia Regina Hames - Presidente
Cod. Mat.: 594074

FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

EXTRATO DE CONTRATO – RETIFICAR o extrato do Termo de Outorga nº 2018TR595, publicado no diário oficial Nº 20.794 de 20.06.2018, pág. 15, onde se lê VIGÊNCIA: Até 28 de Fevereiro de 2019, leia-se VIGÊNCIA: Até 30 de Maio de 2020. Florianópolis, 21/03/2019. Fabio Zabot Holthausen. Presidente da FAPESC.
Cod. Mat.: 593968

Edital de Chamada Pública FAPESC nº 06/2018 - Apoio a Projetos de Pesquisa Aplicada do IFSC. Comunicamos que o resultado do julgamento dos recursos administrativos apresentados a esta Chamada Pública está publicado no sítio da FAPESC http://www.fapesc.sc.gov.br. Florianópolis, 21 de março de 2019. Fabio Zabot Holthausen, Presidente da FAPESC.
Cod. Mat.: 593969

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

PORTARIA Nº 240, de 18/03/2019.
O Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a delegação de competência prevista nos incisos VII e XVII, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE:
Art. 1º ALTERAR, a partir de 18/02/2019, a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter temporário, conforme segue:CENTRO DE CIÊNCIAS AGROVETERINÁRIAS - CAV0693766-7-01 ALAIS MARIA DALL AGNOLDe 15 horas/ativ. para 13 horas/ativ.0986915-8-03 ALESSANDRA SNAKDe 10 horas/ativ. para 06 horas/ativ.0965518-2-02 CLAUDIA SALETE WISSERDe 15 horas/ativ. para 05 horas/ativ.0961089-8-03 EDER ALEXANDRE SCHATZ SADe 20 horas/ativ. para 17 horas/ativ.0965776-2-02 GISELLE REGINA RODOLFODe 17 horas/ativ. para 15 horas/ativ.0696374-9-01 JACANAN ELOISA DE FREITAS MILANIDe 18 horas/ativ. para 12 horas/ativ.0697925-4-01 JULIA CUCCO DALRIDe 20 horas/ativ. para 16 horas/ativ.0695935-0-01 LAILA MAYARA DREBESDe 16 horas/ativ. para 09 horas/ativ.0696461-3-01 LEONARDO MORTARI MACHADODe 20 horas/ativ. para 10 horas/ativ.0696091-0-01 LETICIA ANDREA CHECHIDe 12 horas/ativ. para 14 horas/ativ.0965577-8-03 MARCIA SANGALETTI LAVINADe 13 horas/ativ. para 04 horas/ativ.0965407-0-02 NICOLE TREVISANIDe 08 horas/ativ. para 05 horas/ativ.Art. 2º ALTERAR a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter temporário, conforme segue:CENTRO DE CIÊNCIAS AGROVETERINÁRIAS - CAV0696565-2-01 GEDERSON LUIZ BUZZELLODe 08 horas/ativ. para 03 horas/ativ.De 18/02/2019 a 27/04/2019De 03 horas/ativ. para 01 horas/ativ.A contar de 28/04/20190970417-5-02 TAMIRES LIZA DEBONIDe 18 horas/ativ. para 17 horas/ativ.De 18/02/2019 a 18/04/2019De 17 horas/ativ. para 10 horas/ativ.A contar de 19/04/20190982049-3-01 VANESSA MORESCODe 09 horas/ativ. para 18 horas/ativ.De 18/02/2019 a 18/04/2019De 18 horas/ativ. para 12 horas/ativ.A contar de 19/04/2019.
Cod. Mat.: 593966

PORTARIA Nº 241, de 18/03/2019.
O Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a delegação de competência prevista nos incisos VII e XVII, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE:
Art. 1º ALTERAR, a contar de 18/02/2019, a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter temporário, conforme segue:CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS - CCT0964480-6-02 ADELAINE FRANCIELE GELAINDe 08 horas/ativ. para 04 horas/ativ.0663846-5-03 ANA PAULA GRIMES DE SOUZADe 19 horas/ativ. para 12 horas/ativ.0696492-3-01 BRUNO TELCH DOS SANTOSDe 15 horas/ativ. para 17 horas/ativ.0975142-4-02 CAROLINA SOARES BUENODe 20 horas/ativ. para 18 horas/ativ.0696747-7-01 DANIEL VIEIRA MINEGATTI DE OLIVEIRADe 03 horas/ativ. para 04 horas/ativ.0977368-1-01 DANIELE HEEMANN BETTONIDe 19 horas/ativ. para 10 horas/ativ.0657784-9-02 DEBORA DE FARIA FERREIRA GOMESDe 18 horas/ativ. para 17 horas/ativ.0970511-2-01 DIEGO ANTONIO CUSTODIODe 20 horas/ativ. para 09 horas/ativ.0999812-8-01 GUSTAVO KIRADe 11 horas/ativ. para 08 horas/ativ.0997002-9-01 GUSTAVO SILVA QUEIROZDe 14 horas/ativ. para 17 horas/ativ.0971737-4-01 IVO FERNANDO DA COSTADe 17 horas/ativ. para 13 horas/ativ.0997003-7-01 JULIO CESAR DA ROCHADe 16 horas/ativ. para 11 horas/ativ.0330288-1-04 KARLINNE LISANDRA DEVEGILIDe 19 horas/ativ. para 14 horas/ativ.0973470-8-02 LUAN VINICIUS KOERICHDe 20 horas/ativ. para 14 horas/ativ.0374800-6-02 MARCIO ROGERIO DO NASCIMENTODe 13 horas/ativ. para 09 horas/ativ.0974562-9-01 MYRRENA INACIODe 14 horas/ativ. para 15 horas/ativ.0994147-9-01 RAFAELA BOSSE SCHROEDERDe 12 horas/ativ. para 10 horas/ativ.0965504-2-06 RAIANE LEMKEDe 20 horas/ativ. para 14 horas/ativ.0697238-1-01 TALITA FLORES DIASDe 09 horas/ativ. para 05 horas/ativ.0974586-6-01 TAMYRES BLENKE NARLOCHDe 10 horas/ativ. para 07 horas/ativ.0696752-3-01 TANIA MARA SEBBEN ONEDADe 08 horas/ativ. para 04 horas/ativ.0979280-5-01 VANESSA NAOMI YUASSA COLELLADe 20 horas/ativ. para 19 horas/ativ.0982756-0-01 WAGNER MINIKOWSKIDe 16 horas/ativ. para 08 horas/ativ.Art. 2º ALTERAR a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter temporário, conforme segue:-CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS - CCT0671353-0-02 ALESSANDRA EMANUELE TONIETTODe 14 horas/ativ. para 10 horas/ativ.De 18/02/2019 a 11/03/2019De 10 horas/ativ. para 12 horas/ativ.A contar de 12/03/20190964385-0-02 ANA CAROLINA KOENTOPPDe 17 horas/ativ. para 07 horas/ativ.De 18/02/2019 a 11/03/2019De 07 horas/ativ. para 09 horas/ativ.A contar de 12/03/20190287754-6-04 CLEVERSON PONTELLI SANTOSDe 16 horas/ativ. para 04 horas/ativ.De 18/02/2019 a 02/03/2019De 04 horas/ativ. para 08 horas/ativ.A contar de 03/03/20190997017-7-01 DAIANI CANABARRO LEITEDe 12 horas/ativ. para 08 horas/ativ.De 18/02/2019 a 11/03/2019De 08 horas/ativ. para 14 horas/ativ.A contar de 12/03/20190305276-1-03 DOUGLAS DUTRADe 20 horas/ativ. para 14 horas/ativ.De 18/02/2019 a 02/03/2019De 14 horas/ativ. para 18 horas/ativ.A contar de 03/03/2019
Cod. Mat.: 593970

PORTARIA Nº 242, de 18/03/2019.
O Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a delegação de competência prevista nos incisos VII e XVII, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE:
ALTERAR, a partir de 18/02/2019, a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter temporário, conforme segue:CENTRO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - CEAD0290838-7-04 ANA WALEY MENDONCADe 12 horas/ativ. para 07 horas/ativ.0951754-5-02 EDNA ARAUJO DOS SANTOS DE OLIVEIRADe 16 horas/ativ. para 09 horas/ativ.0385581-3-02 LILIAN COELHO PIRESDe 19 horas/ativ. para 18 horas/ativ.
Cod. Mat.: 593972

PORTARIA Nº 243, de 18/03/2019.
O Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a delegação de competência prevista nos incisos VII e XVII, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE:
Art. 1º ALTERAR, a partir de 18/02/2019, a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter temporário, conforme segue:CENTRO DE ARTES - CEART0692621-5-01 ADRIANA CARDOSO PEREIRADe 19 horas/ativ. para 17 horas/ativ.0994087-1-01 AMANDA QUEIROZ CAMPOSDe 20 horas/ativ. para 18 horas/ativ.0694738-7-01 CARIANE WEYDMANN CAMARGODe 08 horas/ativ. para 16 horas/ativ.0985456-8-01 DANIELA SOUTO RESINGDe 16 horas/ativ. para 12 horas/ativ.0966126-3-02 FERNANDO DA COSTA BRESOLINDe 08 horas/ativ. para 06 horas/ativ.0994102-9-01 HENRIQUE BEZERRA DE SOUZADe 13 horas/ativ. para 14 horas/ativ.0999149-2-01 JOSE RODRIGO SANTOS VELHODe 16 horas/ativ. para 14 horas/ativ.0347287-6-02 LILIANE EDIRA FERREIRA CARVALHODe 08 horas/ativ. para 13 horas/ativ.0970433-7-01 MAIARA GIZELI DALAZEN CAMILLODe 19 horas/ativ. para 16 horas/ativ.0985728-1-01 PAULA RODRIGUES CORREIADe 09 horas/ativ. para 18 horas/ativ.0968778-5-02 RAFAEL DIAS DE OLIVEIRADe 20 horas/ativ. para 13 horas/ativ.0696878-3-01 SILVIA CRISTINA SILVEIRA DOS SANTOSDe 07 horas/ativ. para 18 horas/ativ.0970393-4-02 TATIANA CASTRO LONGHIDe 04 horas/ativ. para 13 horas/ativ.0992856-1-01 THIAGO DE CASTRO LEITEDe 20 horas/ativ. para 13 horas/ativ.Art. 2º ALTERAR a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter temporário, conforme segue:CENTRO DE ARTES - CEART0693858-2-01 ANDRE LUIZ KAERCHERDe 08 horas/ativ. para 16 horas/ativ.De 18/02/2019 a 02/07/2019De 16 horas/ativ. para 12 horas/ativ.A partir de 03/07/20190693653-9-01 ODILA ROSA CARNEIRO DA SILVADe 04 horas/ativ. para 08 horas/ativ.De 18/02/2019 a 02/07/2019De 08 horas/ativ. para 04 horas/ativ.A partir de 03/07/20190985468-1-01 PEDRO FRANZ BROERINGDe 14 horas/ativ. para 20 horas/ativ.De 18/02/2019 a 02/07/2019De 20 horas/ativ. para 12 horas/ativ.A partir de 03/07/2019
Cod. Mat.: 593976

PORTARIA Nº 244, de 18/03/2019.
O Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a delegação de competência prevista nos incisos VII e XVII, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE:
Art. 1º ALTERAR, a partir de 18/02/2019, a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter temporário, conforme segue:CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - CEAVI0991236-3-02 DAIANE PAULA CUNHA DE QUADROSDe 07 horas/ativ. para 10 horas/ativ.0986927-1-02 DANIEL RODRIGO STRELOWDe 11 horas/ativ. para 16 horas/ativ.0695885-0-01 FRANKY BRUNO WITZKEDe 06 horas/ativ. para 03 horas/ativ.0695888-5-01 GABRIEL ANDREGUETTO MACIELDe 09 horas/ativ. para 08 horas/ativ.0956414-4-02 GRASELENE LINDNERDe 06 horas/ativ. para 12 horas/ativ.0672111-7-03 JONATHAN GIL MULLERDe 11:00 horas/ativ. para 08 horas/ativ.0693651-2-01 JONATHAN TENORIO DE LIMADe 15 horas/ativ. para 18 horas/ativ.0656624-3-02 REGINALDO OTTO NAUDe 11 horas/ativ. para 13 horas/ativ.0999598-6-01 TIAGO ROGERIO VITOR AKABOCI De 11 horas/ativ. para 14 horas/ativ.0656461-5-02 VANIELE WEINRICH STUEPPDe 09 horas/ativ. para 16 horas/ativ.0963713-3-04 VICTOR LUIS PADILHADe 14 horas/ativ. para 16 horas/ativ.Art. 2º ALTERAR a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter temporário, conforme segue:CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - CEAVI0699802-0-01 DARCLE COSTA SILVA HAUSSMANNDe 04 horas/ativ. para 12 horas/ativ.De 13/03/2019 a 12/04/2019De 12 horas/ativ. para 08 horas/ativ.A partir de 13/04/20190986933-6-01 GABRIEL WILLEMANNDe 04 horas/ativ. para 08 horas/ativ.De 18/02/2019 a 28/02/2019De 08 horas/ativ. para 12 horas/ativ.A partir de 01/03/20190954744-4-04 ROGERIO BODEMULLER JUNIORDe 14 horas/ativ. para 06 horas/ativ.De 18/02/2019 a 28/02/2019De 06 horas/ativ. para 14 horas/ativ.A partir de 01/03/2019
Cod. Mat.: 593977

PORTARIA Nº 245, de 19/03/2019.
O Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a delegação de competência prevista nos incisos VII e XVII, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE:
Art. 1º ALTERAR, a partir de 18/02/2019, a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter temporário, conforme segue:CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO ESPORTE - CEFID0377223-3-02 ANA CAROLINA DA SILVA ALMEIDADe 03 horas/ativ. para 15 horas/ativ.0339536-7-05 ANA CLAUDIA KRAESKI NUNESDe 12 horas/ativ. para 04 horas/ativ.0983467-2-01 CARLOS ALBERTO VARGAS AVILADe 09 horas/ativ. para 05 horas/ativ.0656427-5-05 DIEGO GRASEL BARBOSADe 20 horas/ativ. para 16 horas/ativ.0978530-2-01 FERNANDO MENDES MASSIGNAMDe 12 horas/ativ. para 13 horas/ativ.0996862-8-01 GUILHERME TORRES VILARINODe 18 horas/ativ. para 16 horas/ativ.0388042-7-02 GUILHERME WEISS FRECCIADe 20 horas/ativ. para 17 horas/ativ.0995927-0-01 JULIANA BENDe 08 horas/ativ. para 10 horas/ativ.0965573-5-02 LARISSA MILANI BROGNOLI SINHORIMDe 17 horas/ativ. para 12 horas/ativ.0695775-7-01 MARCELA ALMEIDA ZEQUINAODe 20 horas/ativ. para 18 horas/ativ.0668796-2-04 MARILIA GARCIA PINTODe 14 horas/ativ. para 19 horas/ativ.0965135-7-03 MAURICIO CAMAROTODe 16 horas/ativ. para 20 horas/ativ.0342552-5-02 MICHELLE GONCALVES DE SOUZA TAVARESDe 05 horas/ativ. para 08 horas/ativ.0326347-9-03 MICHELLI VITORIA SILVESTREDe 20 horas/ativ. para 18 horas/ativ.0965455-0-04 NORMA BEATRIZ DIAZ RANGELDe 15 horas/ativ. para 12 horas/ativ.0379086-0-02 PATRICIA VIEIRA DE SOUZA CRIPPADe 11 horas/ativ. para 09 horas/ativ.0396319-5-03 RAQUEL PETRY DOS SANTOSDe 17 horas/ativ. para 12 horas/ativ.0970432-9-01 RENATA MABA GONCALVES WAMOSYDe 18 horas/ativ. para 20 horas/ativ.0964989-1-02 ROGERIO BULHOES CORVINODe 15 horas/ativ. para 11 horas/ativ.0995759-6-01 SABRINA FURTADODe 15 horas/ativ. para 10 horas/ativ.0370318-5-03 SAMANTHA SABBAGDe 08 horas/ativ. para 11 horas/ativ.0963604-8-02 SHEILA CRISTINA DA SILVA PACHECODe 07 horas/ativ. para 14 horas/ativ.0689961-7-01 THAIS CRISTINA SIQUEIRADe 19 horas/ativ. para 13 horas/ativ.Art. 2º ALTERAR a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter temporário, conforme segue:CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO ESPORTE - CEFID0956877-8-03 MANUELA KARLOHDe 13 horas/ativ. para 04 horas/ativ.De 18/02/2019 a 20/03/2019De 04 horas/ativ. para 14 horas/ativ.A partir de 21/03/2019
Cod. Mat.: 593978

PORTARIA Nº 246, de 19/03/2019.
O Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a delegação de competência prevista nos incisos VII e XVII, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE:
Art. 1º ALTERAR, a partir de 18/02/2019, a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter temporário, conforme segue:CENTRO DE EDUCAÇÃO DO PLANALTO NORTE - CEPLAN0982073-6-01 CHRISTIAN DOS SANTOSDe 19 horas/ativ. para 15 horas/ativ.0999768-7-01 DIEGO ALVES LINZMEYERDe 04 horas/ativ. para 07 horas/ativ.0650831-6-03 FABIO NERYDe 16 horas/ativ. para 19 horas/ativ.0974546-7-02 LUIS FELIPE BILECKIDe 07 horas/ativ. para 09 horas/ativ.0695819-2-01 MARCELO

SWIRKOWSKYDe 10 horas/ativ. para 13 horas/ativ.0964333-8-02 MARCO ANTONIO SIMOES TEIXEIRADe 09 horas/ativ. para 05 horas/ativ.0999759-8-01 MATEUS RAUENDe 14 horas/ativ. para 15 horas/ativ.0974737-0-01 RAFAEL CARVALHO CUNHADe 12 horas/ativ. para 05 horas/ativ.0974731-1-01 SAULO MARCOS WERLICHDe 09 horas/ativ. para 10 horas/ativ.0964952-2-03 WILCILENE MARIA KOWAL SCHRATZENSTALLERDe 07 horas/ativ. para 17 horas/ativ.Art. 2º ALTERAR a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter temporário, conforme segue:CENTRO DE EDUCAÇÃO DO PLANALTO NORTE - CEPLAN0317227-9-02 ELAYNE GRUNDe 16 horas/ativ. para 14 horas/ativ.De 18/02/2019 a 25/04/2019

Cod. Mat.: 593979

PORTARIA Nº 247, de 19/03/2019.
O Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a delegação de competência prevista nos incisos VII e XVII, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE:
ALTERAR, a partir de 18/02/2019, a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter temporário, conforme segue:CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA REGIÃO SUL - CERES0972150-9-01 ANA CAROLINA VICENZI FRANCODe 18 horas/ativ. para 20 horas/ativ.0668194-8-02 CAETANO DE FREITAS MEDEIROSDe 12 horas/ativ. para 20 horas/ativ.0279354-7-03 CLAYTON KINDERMANNDe 20 horas/ativ. para 15 horas/ativ.0308256-3-03 FABRICIO LUIZ INACIODe 14 horas/ativ. para 12 horas/ativ.0695008-6-01 FERNANDA CRISTINA RESTELATTODe 19 horas/ativ. para 20 horas/ativ.0985734-6-01 GUILHERME CHEREM SCHWARZ PIERRIDe 20 horas/ativ. para 13 horas/ativ.0696581-4-01 GUSTAVO KELLERMANN REOLONDe 10 horas/ativ. para 13 horas/ativ.0689139-0-01 KATIA MARIA VERASDe 18 horas/ativ. para 11 horas/ativ.0696906-2-01 LUCAS DE MELLO REITZDe 10 horas/ativ. para 20 horas/ativ.0690150-6-01 LUIZA HELENA FERRARODe 12 horas/ativ. para 14 horas/ativ.0993124-4-01 MATEUS VITORIA MEDEIROSDe 17 horas/ativ. para 16 horas/ativ.0695593-2-02 OLAVO AVALONE NETODe 14 horas/ativ. para 20 horas/ativ.0982065-5-01 RODRIGO MACHADODe 17 horas/ativ. para 12 horas/ativ.

Cod. Mat.: 593980

PORTARIA Nº 248, de 19/03/2019.
O Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a delegação de competência prevista nos incisos VII e XVII, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE:
Art. 1º ALTERAR, a partir de 18/02/2019, a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter temporário, conforme segue:CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SÓCIO-ECONÔMICAS - ESAG0999588-9-02 AGHATA FRADE FERREIRADe 04 horas/ativ. para 08 horas/ativ.0986552-7-01 BRUNO SCHLOGLDe 12 horas/ativ. para 13 horas/ativ.0696563-6-01 DIOGO SIGNORDe 04 horas/ativ. para 16 horas/ativ.0986611-6-01 FERNANDO HENRIQUE DE PAULA E SILVA MENDESDe 16 horas/ativ. para 20 horas/ativ.0332332-3-03 GREICY KELLI SPANHOL LENZIDe 04 horas/ativ. para 20 horas/ativ.0951811-8-05 GUILHERME KRAUS DOS SANTOSDe 04 horas/ativ. para 12 horas/ativ.0999615-0-01 LIANA BOHNDe 20 horas/ativ. para 16 horas/ativ.0999853-5-01 LUCAS CARREGARI CARNEIRODe 08 horas/ativ. para 12 horas/ativ.0999601-0-01 MILEIDE MARLETE FERREIRA LEAL SABINODe 14 horas/ativ. para 20 horas/ativ.0314253-1-03 PATRICIA LOUREIRO ABREU ALVES BARBOSADe 12 horas/ativ. para 16 horas/ativ.0999600-1-01 VANCLEI ZANINDe 08 horas/ativ. para 09 horas/ativ.Art. 2º ALTERAR a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter temporário, conforme segue:CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SÓCIO-ECONÔMICAS - ESAG0972827-9-01 JORGE BRAUN NETODe 16 horas/ativ. para 20 horas/ativ.De 18/02/2019 a 14/04/20190964788-0-03 MARIA CLARA FIGUEIREDO DALLA COSTA AMESDe 12 horas/ativ. para 16 horas/ativ.De 18/02/2019 a 14/04/2019De 16 horas/ativ. para 12 horas/ativ.A partir de 15/04/2019

Cod. Mat.: 593981

PORTARIA Nº 249, de 19/03/2019.
O Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a delegação de competência prevista nos incisos VII e XVII, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE:
Art. 1º ALTERAR, a partir de 18/02/2019, a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter temporário, conforme segue:CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED0379241-2-03 ANDERSON CARLOS SANTOS DE ABREUDe 08 horas/ativ. para 18 horas/ativ.0982197-0-01 CARINA INSERRA BERNINIDe 17 horas/ativ. para 18 horas/ativ.0353820-6-03 EDGAR GARCIA JUNIORDe 16 horas/ativ. para 20 horas/ativ.0999742-3-01 GEORGE FELLIPE ZEIDAN VILELA ARAUJODe 12 horas/ativ. para 16 horas/ativ.0695880-0-01 IGOR SOARES AMORIMDe 15 horas/ativ. para 18 horas/ativ.0252183-0-05 ISABELA MASCARENHAS ANTONIUTTI DE SOUSADe 12 horas/ativ. para 18 horas/ativ.0989354-7-01 MARIA CAROLINA VILLACA GOMESDe 17 horas/ativ. para 18 horas/ativ.0999741-5-01 RICARDO DEVIDES OLIVEIRADe 18 horas/ativ. para 20 horas/ativ.Art. 2º ALTERAR a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter ALTERAR a carga horária dos Professores Substitutos, admitidos em caráter temporário, conforme segue:CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED0951869-0-02 ANA LUIZA MELLO SANTIAGO DE ANDRADEDe 12 horas/ativ. para 20 horas/ativ.De 11/03/2019 a 10/04/2019De 20 horas/ativ. para 19 horas/ativ.De 11/04/2019 a 10/05/2019De 19 horas/ativ. para 17 horas/ativ.A partir de 11/05/20190965521-2-02 ANA PAULA DE SOUZA KINCHESCKIDe 14 horas/ativ. para 18 horas/ativ.De 18/02/2019 a 05/03/2019De 18 horas/ativ. para 20 horas/ativ.De 06/03/2019 a 03/06/2019De 20 horas/ativ. para 18 horas/ativ.A partir de 04/06/20190999720-2-01 CARLA REGINA MARTINS VALLEDe 20 horas/ativ. para 14 horas/ativ.De 18/02/2019 a 05/03/2019De 14 horas/ativ. para 18 horas/ativ.De 06/03/2019 a 17/03/2019De 18 horas/ativ. para 20 horas/ativ.De 18/03/2019 a 03/06/2019De 20 horas/ativ. para 16 horas/ativ.De 04/06/2019 a 01/07/2019De 16 horas/ativ. para 9 horas/ativ.A partir de 02/07/20190971339-5-02 GUSTAVO RUGONI DE SOUSADe 07 horas/ativ. para 14 horas/ativ.De 18/02/2019 a 05/03/2019De 14 horas/ativ. para 17 horas/ativ.De 06/03/2019 a 03/06/2019De 17 horas/ativ. para 14 horas/ativ.A partir de 04/06/20190955052-6-02 JOSA COELHO DA SILVA IRIGOITEDe 08 horas/ativ. para 11 horas/ativ.De 18/02/2019 a 05/03/2019De 11 horas/ativ. para 13 horas/ativ.De 06/03/2019 a 17/03/2019De 13 horas/ativ. para 15 horas/ativ.De 18/03/2019 a 03/06/2019De 15 horas/ativ. para 13 horas/ativ.De 04/06/2019 a 01/07/2019De 13 horas/ativ. para 8 horas/ativ.A partir de 02/07/2019

Cod. Mat.: 593982

PORTARIA Nº 250, de 19/03/2019.
O Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a delegação de competência prevista nos incisos VII e XVII, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo para compor Comissão de Verificação para análise de denúncias sobre cotas (Processo 2797/2019), referente ao acadêmico M.F.G., participante do Vestibular 2019/1Titulares:VERA MARCIA MARQUES SANTOS - CEAD - PresidenteMARIA APARECIDA CLEMENCIO - CEARTDANIEL DA COSTA BRANCO KALIL - ReitoriaSuplentes:DOUGLAS CONTINI SMIELEWSKI - ReitoriaROBERTA KLOSTER - ReitoriaArt. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOE.

Cod. Mat.: 593985

PORTARIA Nº 251, de 19/03/2019.
O Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a delegação de competência prevista nos incisos VII e XVII, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE:
EXONERAR, a pedido, o servidor JEAN CARLOS OLIVEIRA DE ABREU, matrícula 0656986-2-01, ocupante do cargo de TÉCNICO UNIVERSITÁRIO DE SUPORTE do Quadro de Pessoal Permanente da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC/Reitoria, a contar de 19/03/2019.

Cod. Mat.: 593986

PORTARIA Nº 252, de 19/03/2019.
O Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições e de conformidade com a delegação de competência prevista nos incisos VII e XVII, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE:
ADMITIR em vaga temporária de Professor Substituto, referente Processo Seletivo nº 01/2019 da UDESC, na especialidade e período, conforme segue:CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - CEAVINome: VILSON MOROClasse: Assistente Período: 01/03/2019 a 11/07/2019Carga horária: 08 horas/atividadesEspecialidade: Programação para WebDepartamento de Engenharia de Software

Cod. Mat.: 593988

Economias Mistas

BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA SA - BADESC
CNPJ Nº 82.937.293/0001-00
CAPITAL SOCIAL:

(Autorizado: R$ 700.000.000,00)
(Realizado : R$ 530.204.845,26)

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas desta Agência, em sua Sede Social, na Rua Almirante Alvim nº 491, Centro, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, de 15.12.76, com as alterações da Lei 10.303, no que couber, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis(SC), 21 de março de 2019

Eduardo Alexandre Corrêa de Machado
Diretor Presidente

Cod. Mat.: 593395

CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

PORTARIA Nº 10219
A Presidente da CIDASC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com que lhe confere o Art. 26 - Inciso III do Estatuto Social da Companhia, resolve que a presente portaria Revoga a Portaria 7318, a qual designou o Senhor Luiz Alberto Rincoski Faria como Presidente desta Companhia. Esta Portaria entrou em vigor a partir do dia 12 de março de 2019. **Luciane de Cássia Surdi – Presidente**

PORTARIA Nº 10319
A Presidente da CIDASC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com que lhe confere o Art. 26 - Inciso III do Estatuto Social da Companhia, resolve publicar a Portaria 10319 a qual designa a Senhora Luciane de Cassia Surdi como Presidente desta Companhia. Esta Portaria entrou em vigor a partir do dia 12 de março de 2019. **Luciane de Cássia Surdi - Presidente**

Cod. Mat.: 594079

CODISC – Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina – em Liquidação

CODISC – em liquidação.EXTRATO ATA DE AGE1- Data, hora, local de realização: 28/02/2019, às 10:30 horas, na Sede Social, localizada na Avenida Mauro Ramos, n° 1207,5º andar, centro, Florianópolis/SC. **2- Composição da mesa**: Alisson de Bom de Souza (Representante do Acionista Estado SC), Sandra Regina Eccel (Representante Legal da Liquidante CODESC), Godofredo Luiz Tonini e Jorge Gameiro de Camargo (Membros do Conselho Fiscal).**3- Assuntos tratados: 3.1**.Aprovada, após submetido à apreciação do Conselho Fiscal na mesma AGE, a prestação de todos os atos e operações praticados pela liquidante até a presente data. 3.2.Eleição do Senhor RODRIGO MATEUS MOCELIN como representante legal da CODESC, liquidante da CODISC.**3.3 Outros assuntos de interesse da Companhia** –**4- Registro da ata na JUCESC**: sob o n° 20196958385, 11/03/2019.**Maria Zenilda da Silva-Secretária**

Cod. Mat.: 594093

Licitações

Secretarias de Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO
A Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços comunica aos interessados o resultado da seguinte licitação: Concorrência nº 0089/2018. Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de serviços terceirizados.Empresas desclassificadas: ADSERVIG Vigilância Ltda.; INTERSEPT Vigilância e Segurança Ltda.; VIGISOL Vigilância Patrimonial EIRELI. Lote único: Empresa Adjudicada: ONDREPSB Serviços de Guarda e Vigilância Ltda. Valor Global Mensal a ser Adjudicado: R$ 158.349,68 (Cento e cinquenta e oito mil trezentos e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

Protocolo n.º CIDASC 0577/2018

Cod. Mat.: 593938

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 08/2019 – SED 1564/2019.
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia para REFORMA PARCIAL da EEB LAURITA DUTRA DE SOUZA, localizada na Rua Gralha Azul, O, Picadas do Sul no município de São José/SC. **Entrega dos envelopes:** até às 13h30min do dia 01/04/2019. **Abertura dos envelopes:** 14:00h do dia 01/04/2019. O local para a entrega dos envelopes será no Protocolo da Secretaria de Estado da Educação, sito a Rua Antônio Luz, 111, 1º Andar, Centro, Florianópolis. O Edital encontra-se disponível no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas por meio do e-mail: cplsed@sed.sc.gov.br ou no endereço acima mencionado. **CIG: 7467/2019.**
Florianópolis, 21 de março de 2019.
Natalino Uggioni
Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 594033

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SED
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Origem: PREGÃO ELETRÔNICO nº **0061/2018**.
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, na forma Eletrônica, objetivando o Registro de Preços, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, para atender aos alunos das Escolas de Educação Básica Indígenas pertencentes a Grande Florianópolis e Brusque, atendidas pelo sistema de autogestão da alimentação escolar. Vigência: 19/março/2019 a 19/março/2020.
Empresa: AAAB COMERCIO DE ALIMENTOS EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.603.864/0001-05.
ITEM 1 - FRANGO (PEITO CONGELADO) Frango (peito)) - Corte de ave sem osso e sem pele, congelado, com no máximo 6% de água, aspecto próprio, não amolecido, e nem pegajoso, cor própria..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 700 / Kg. Marca: morgana - ao preço de R$ 7,72 UN. ITEM 2 - AVES E DERIVADOS OVO BRANCO/VERMELHO EM DúZIA OVOS DE GALINHA Proveniente de ave galinácea, vermelho, fresco, especial, pesando no mínimo 55g por unidade, de tamanho uniforme, casca lisa, íntegra..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 700 / Dúzia. Marca: canela - ao preço de R$ 4,75 UN. ITEM 3 - FRANGO (COXA E SOBRECOXA CONGELADOS)- Frango (coxa e sobrecoxa) congelado com cerca de 195g a 200g cada, com no máximo 6% de água, aspecto próprio não amolecido e nem pegajoso,..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 700 / Kg. Marca: morgana - ao preço de R$ 6,22 UN. ITEM 4 - CARNE BOVINA MÚSCULO MOÍDA CONGELADA Carne moída de músculo bovino, congelada, com no máximo de 3% de água, 10% de gordura e 3% de aponevroses. Deve estar limpa e..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 800 / Kg. Marca: fricat - ao preço de R$ 15,61 UN. ITEM 5 - CARNE BOVINA PATINHO EM CUBOS CONGELADA Carne bovina (patinho), congelada, cortada em cubos de aproximadamente 02 cm, sem osso, limpa, sem nervos, tendões e aponevroses, homogeneizada, teor de gordura máximo..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 800 / Kg. Marca: fricat - ao preço de R$ 19,71 UN. ITEM 6 - CARNE SUÍNA PERNIL EM CUBOS CONGELADA pernil suíno sem osso e sem pele, congelado, cortado em cubos de aproximadamente 02 cm, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 800 / Kg. Marca: jcw - ao preço de R$ 12,13 UN.
ITEM 7 - BANANA PRATA/BRANCA Grupo II, tipo Especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria. A casca deve estar íntegra, a..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 1.700 / Kg. Marca: ceasa - ao preço de R$ 2,83 UN. ITEM 8 - LARANJA PERA, RIO COROA OU VALÊNCIA Grupo I, Classe 2 a 4, tipo especial, procedente de planta sadia, destinada ao consumo in natura, fresca, firme e intacta. O..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 1.500 / Kg. Marca: ceasa - ao preço de R$ 3,18 UN. ITEM 9 - MAÇÃ FUGI OU GALA grupo rajada, classe 70 a 80 mm, tipo ou categoria 2(dois). Devem apresentar características próprias do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, compactas,..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 1.500 / Kg. Marca: ceasa - ao preço de R$ 6,36 UN. ITEM 10 - MAMÃO FORMOSA : uniforme, polpa firme, casca integra, sem manchas, furos ou sinais de apodrecimento. Deverá apresentar grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 1.000 / Kg. Marca: ceasa - ao preço de R$ 4,94 UN. ITEM 11 - BERGAMOTA POKAN de primeira qualidade, in natura, inteira, firme, sem ceder à pressão dos dedos, casca lisa, maturação adequada para consumo, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, com pedúnculo..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 1.000 / Kg. Marca: ceasa - ao preço de R$ 3,70 UN. ITEM 12 - Aipim (Manihot esculenta Crantz) - produto congelado, descascado, crú, cortado em pedaços de tamanho médio, apresentando miolo de cor uniforme, sem estrias. Deve apresentar as características do cultivar bem..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 700 / Kg. Marca: ceasa - ao preço de R$ 5,90 UN. ITEM 13 - Alface de primeira qualidade, tamanho médio, pesando de 200 a 300g a unidade. Devem ser procedentes de espécimes vegetais genuínos e sãos, apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 700 / Peça. Marca: ceasa - ao preço de R$ 2,20 UN. ITEM 14 - ALHO IN NATURA bulbo in natura, nacional, de primeira qualidade, compacto e firme, os dentes devem estar bem definidos, limpos, firmes, sem manchas e livre de broto. Isentos de..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 200 / Peça. Marca: ceasa - ao preço de R$ 14,18 UN. ITEM 15 - BATATA DOCE Classificação extra, grupo rosada, de porte médio/grande de boa qualidade e fresca. Devem ser procedentes de espécimes de vegetais genuínos, apresentando as características do cultivar bem definidas,..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 500 / Kg. Marca: ceasa - ao preço de R$ 3,83 UN. ITEM 16 - BATATA INGLESA escovada, grupo I ou II, tipo especial, classe 2. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, com coloração própria, compactas e firmes,..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 900 / Kg. Marca: ceasa - ao preço de R$ 2,61 UN. ITEM 17 - CEBOLA classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, compactas, firmes, limpas, com coloração e tamanho uniformes típicos da variedade, sem..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 600 / Kg. Marca: ceasa - ao preço de R$ 2,53 UN. ITEM 18 - CENOURA classe média, sem folhas, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosas, bem formadas, compactas, firmes, com coloração uniforme, limpas, livre de..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 300 / Kg. Marca: ceasa - ao preço de R$ 2,98 UN. ITEM 19 - CHUCHU Classe média, tipo especial, devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, não lenhosos, intactos, firmes, sem brotos, rachaduras ou cortes na casca, limpos,..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 300 / Kg. Marca: ceasa - ao preço de R$ 2,78 UN.
ITEM 20 - COUVE MANTEIGA Couve-folha, de cor verde, de 1ª qualidade com molho viçoso, brilhante, fresco, sem excesso de umidade, sem sinais de amarelamento, com talos firmes, sem folhas escuras ou murchas,..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 500 / Molho. Marca: ceasa - ao preço de R$ 2,25 UN. ITEM 21 - REPOLHO tamanho médio, pesando entre 1.200 e 2.200 gramas a unidade. Deve apresentar as características do cultivar bem formadas, sem sujidades, com colorações próprias, compacto e firme, livres..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 600 / Peça. Marca: ceasa - ao preço de R$ 2,83 UN. ITEM 22 - TEMPERO VERDE -- (MAÇO DE CEBOLINHA E SALSINHA). Maços de tamanho médio, pesando entre 150g e 200g. Devem ser produtos limpos, sãos e de boa qualidade com folhas verdes, sem..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 500 / Maço. Marca: ceasa - ao preço de R$ 2,23 UN. ITEM 23 - TOMATE grupo oblongo ou redondo, subgrupo verde maduro a pintado, classe média ou grande. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, intacto, firme,..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 700 / Kg. Marca: ceasa - ao preço de R$ 7,23 UN. ITEM 24 - FILÉ DE TILÁPIA CONGELADO Carne de peixe (congelado), preparada do corte denominado filé, que é o corte no sentido longitudinal do peixe. A cobertura de gelo não deve ultrapassar..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 700 / Kg. Marca: copacol - ao preço de R$ 29,13 UN.
ITEM 25 - *PÃO CASEIRO DE AIPIM
Características Técnicas: deve ser obtido da mistura de aipim com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, adicionada de líquido(s), resultante do..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 1.500 / Peça. Marca: marcia - ao preço de R$ 6,83 UN.
Processo SGP-e: SED 25522/2018. Protocolo CIG SGP-e: SED 0553/2019.
Florianópolis, 21 de março de 2019.
Natalino Uggioni
Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 594036

SECRETARIA DE ESTADO DA SÁUDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 0432/2019 – Menor Preço, julgamento GLOBAL. Contratação de empresa para a prestação de serviços de organização e apoio logístico necessários à realização de evento, para a Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVS). Abertura da sessão: 04/04/2019 ás 13hs30min. O Edital está disponível no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Informações serão prestadas pelo e-mail editais@saude.sc.gov.br, ou no endereço Rua Esteves Júnior, 160 - Edifício Halley - 2 º andar - Centro - Florianópolis – SC, em dias úteis. (CIG) SES 10851/2019.

Cod. Mat.: 593854

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0592/2019 - Menor Preço, julgamento por Item. Objeto: Aquisição de órteses, próteses e materiais especiais para as Unidades da SES. Abertura da sessão: 04/04/2019 ás 08h15min. O Edital está disponível no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Informações serão prestadas pelo e-mail editais@saude.sc.gov.br, ou no endereço Rua Esteves Júnior, 160 - Edifício Halley - 2 º andar - Centro - Florianópolis – SC, em dias úteis. (CIG) SES 9545/2019.

Cod. Mat.: 593861

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0580/2019 - Menor Preço, julgamento por Item. Objeto: Aquisição de medicamentos para a Gerência de Bens Regulares (GEBER) e Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). Abertura da sessão: 04/04/2019 ás 08h15min. O Edital está disponível no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Informações serão prestadas pelo e-mail editais@saude.sc.gov.br, ou no endereço Rua Esteves Júnior, 160 - Edifício Halley - 2 º andar - Centro - Florianópolis – SC, em dias úteis. (CIG) SES 9643/2019.

Cod. Mat.: 593862

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0600/2019 - Menor Preço, julgamento por Item. Objeto: Aquisição de medicamentos para a Gerência de Bens Regulares (GEBER) e Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). Abertura da sessão: 04/04/2019 ás 13h15min. O Edital está disponível no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Informações serão prestadas pelo e-mail editais@saude.sc.gov.br, ou no endereço Rua Esteves Júnior, 160 - Edifício Halley - 2 º andar - Centro - Florianópolis – SC, em dias úteis. (CIG) SES 9745/2019.

Cod. Mat.: 593867

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0044/2019 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto: Registro de Preços para aquisição de insumos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). MENOR PREÇO: Itens: 03 e 06. COTAÇÃO ÚNICA: Item: 09. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO: Por não atender as especificações técnicas do edital (Art. 48, Inciso I, da Lei 8.666/93 e Alterações): M. Dias Comércio de Produtos Hospitalar Eireli – Item: 02. Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Haroldo Campo – Itens: 01 e 05. Altermed Material Médico Hospitalar Ltda – Item: 02. Maycon Will Eireli – ME – Itens: 07, 08 e 10. ANULAR POR ILEGALIDADE DE OFÍCIO (ART. 49, *CAPUT*, DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES) – Má especificação do edital. Item: 04. EMPRESAS VENCEDORAS: Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda – Item: 03.
Fufa SC Comércio e Representação Ltda – Item: 06. Maycon Will Eireli – ME – Item: 09. (CIG) SES 13/2019.

Cod. Mat.: 593889

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 3803/2018 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto: Registro de Preços para aquisição de órteses, próteses e materiais especiais para as Unidades da SES. MENOR PREÇO: Item: 13. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 02, 06, 08, 09, 10, 16 e 17. CONSIDERAR NÃO COTADOS: Itens: 01, 04, 05, 14, 15 e 18. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO: Por não atender ao item 11.2.1.1 do cap. 11 do edital (Art. 48, Inciso I, da Lei 8.666/93 e Alterações): RBG Produtos Therapêuticos S/A. – Itens: 03 e 07. Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Jotec do Brasil Importação e Comércio de Equipamentos Hospitalares Ltda. – Item: 12. ANULAR POR ILEGALIDADE DE OFÍCIO (ART. 49, *CAPUT*, DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES) – Má especificação do edital. Item: 11. INABILITAR A EMPRESA, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO: Por não cumprir o subitem 10.1.1 do Capítulo 10 do Edital: Biotronik Comercial Médica Ltda. – Itens: 03 e 07. EMPRESAS VENCEDORAS: Biotronik Comercial Médica Ltda. – Itens: 06, 09, 16 e 17. Endofix Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. ME – Item: 08. Fenergy Comércio de Produtos Médico Hospitalares Ltda. – Itens: 02 e 13. Jotec do Brasil Importação e Comércio de Equipamentos Hospitalares Ltda. – Item: 10. (CIG) SES 54272/2018.

Cod. Mat.: 593892

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 3803/2018 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto: Registro de Preços para aquisição de mobiliário hospitalar para o Hospital Governador Celso Ramos (HGCR). DESCLASSIFICAR O ITEM DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Francisco Lucas da Silva Júnior ME. – Item: 01. Por não atender as especificações técnicas do edital, conforme Parecer Técnico (Art. 48, Inciso I, da Lei 8.666/93 e Alterações): Nicolazzi & Morch Ltda. ME – Item: 01. INABILITAR AS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO: Por não cumprir o subitem 10.1.1 do Capítulo 10 do Edital: Bidding Comercial Eireli – EPP. – Item: 01. Essencial Comércio de Produtos Médico e Hospitalar Ltda. ME –Item: 01. V.S Costa & Cia Ltda. – Item: 01. (CIG) SES 4124/2019.

Cod. Mat.: 593896

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0263/2019 na modalidade: Pregão "Presencial", cujo objeto: Aquisição de equipamentos hospitalares para o Centro Catarinense de Reabilitação (CCR). CONSIDERAR NÃO COTADOS: Itens: 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17. DESCLASSIFICAR O ITEM DA EMPRESA, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Globalmed Suporte de Material Terapêutico Ltda. – Item: 01. ANULAR POR ILEGALIDADE DE OFÍCIO (ART. 49, *CAPUT*, DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES) – Má especificação do edital. Item: 06. (CIG) SES 3811/2019.

Cod. Mat.: 593897

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0440/2019 - Menor Preço, julgamento por Item. Objeto: Aquisição de materiais de enfermaria e cirurgia para a Gerência de Bens Regulares (GEBER). Abertura da sessão: 08/04/2019 ás 08h15min. O Edital está disponível no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Informações serão prestadas pelo e-mail editais@saude.sc.gov.br, ou no endereço Rua Esteves Júnior, 160 - Edifício Halley - 2 º andar - Centro - Florianópolis – SC, em dias úteis. (CIG) SES 7990/2019.

Cod. Mat.: 593903

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0573/2019 - Menor Preço, julgamento por Item. Objeto Aquisição de medicamentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). Abertura da sessão: 05/04/2019 ás 08h15min. O Edital está disponível no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Informações serão prestadas pelo e-mail editais@saude.sc.gov.br, ou no endereço Rua Esteves Júnior, 160 - Edifício Halley - 2 º andar - Centro - Florianópolis – SC, em dias úteis. (CIG) SES 9759/2019.

Cod. Mat.: 593914

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0427/2019 - Menor Preço, julgamento por Item. Objeto: Aquisição de órteses, próteses e materiais especiais para as Unidades da SES. Abertura da sessão: 05/04/2019 ás 08h15min. O Edital está disponível no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Informações serão prestadas pelo e-mail editais@saude.sc.gov.br, ou no endereço Rua Esteves Júnior, 160 - Edifício Halley - 2 º andar - Centro - Florianópolis – SC, em dias úteis. (CIG) SES 7950/2019.

Cod. Mat.: 593920

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0388/2019 - Menor Preço, julgamento por Item. Objeto: Aquisição de materiais de enfermaria e cirurgia para a Gerência de Bens Regulares (GEBER). Abertura da sessão: 05/04/2019 ás 13h15min. O Edital está disponível no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Informações serão prestadas pelo e-mail editais@saude.sc.gov.br, ou no endereço Rua Esteves Júnior, 160 - Edifício Halley - 2 º andar - Centro - Florianópolis – SC, em dias úteis. (CIG) SES 7980/2019.

Cod. Mat.: 593923

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0442/2019 - Menor Preço, julgamento por Item. Objeto: Aquisição de insumos e acessórios para equipamentos para o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt (HRHDS). Abertura da sessão: 05/04/2019 ás 13h15min. O Edital está disponível no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Informações serão prestadas pelo e-mail editais@saude.sc.gov.br, ou no endereço Rua Esteves Júnior, 160 - Edifício Halley - 2 º andar - Centro - Florianópolis – SC, em dias úteis. (CIG) SES 7934/2019.

Cod. Mat.: 593935

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO CULTURA E ESPORTE – SOL. RESULTADO E EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO. CONCORRÊNCIA 0027/2018.
A Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina, torna público o resultado e o extrato de homologação da licitação concorrência 0027/2018. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de divisórias incluindo transporte externo e interno, içamento, preparo do local e da estrutura de sustentação, destinadas a equipar o centro de eventos de Balneário Camboriú. **RESULTADO**: Lote único: HPR ENGENHARIA EIRELE, CNPJ 24.477.023/0001-50, no valor de **R$: 2.398.994,20** (Dois Milhões Trezentos e Noventa e Oito Mil, Novecentos e Noventa e Quatro Reais e Vinte Centavos)
Email: licitacao@sol.sc.gov.br
(CIG) SOL 2885/2018.
(SGPE) SOL 2745/2018.
Florianópolis, 22 de Março de 2019.

Cod. Mat.: 593519

Autarquias Estaduais

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
AVISO DE LICITAÇÃO - **TOMADA DE PREÇOS - EDITAL N.º 001/2019.** Objeto: Execução dos trabalhos Rodoviários de Terraplenagem, Pavimentação Asfáltica, Drenagem, Obras de Arte Correntes, Sinalização, Obras Complementares e Meio Ambiente na Rodovia SC - 114, trecho SÃO JOAQUIM – PAINEL (ADENSAMENTO NO KM 293) numa extensão de 0,100 KM nas condições previstas neste Edital e em seus Anexos. Tipo: Menor Preço. Regime de execução: Empreitada por preço unitário. Data de entrega da documentação e propostas: até às 14:00 horas do dia 11/04/2019. Local: Protocolo Geral do DEINFRA, andar térreo do Edifício das Diretorias, rua Tenente Silveira, 162, Centro, Florianópolis-SC. Abertura: 11/04/2019, às 14:30 horas, na Sala de Licitações do DEINFRA, no 11º andar no endereço acima mencionado. Local para obtenção do Edital: no site www.deinfra.sc.gov.br ou na Consultoria de Licitações do DEINFRA. Florianópolis-SC, 21 de Março de 2019. Carlos Hassler Cel. Eng. - Presidente do DEINFRA.

DEINFRA 00024934/2018

Cod. Mat.: 593984

Fundações Estaduais

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO – PE 1240/2018
A Coordenadoria de Licitações e Compras do CEAVI, torna público para o conhecimento dos interessados a ANULAÇÃO do Pregão nº 1240/2018, que versa sobre a Aquisição de Materiais Diversos e Equipamentos para os Programas e Projetos de Extensão do CEAVI/UDESC-Ibirama 2018/2018, por descumprimento do princípio da publicidade exigido pela Lei nº 8666/93 e pelo Decreto nº 5.450/2005, que regulamenta o Pregão Eletrônico. Ao tempo, esta informa que o pregão supracitado será realizado brevemente, e a data será publicada respeitando a Lei 8.666/93 e o Decreto 5.450/2005. Ibirama, 20 de março de 2019. Marcus Tomasi – Reitor da UDESC.

Cod. Mat.: 593908

AVISO DE PAGAMENTO Nº 056/2019. Objeto: Pagamento do Seguro obrigatório DPVAT anual - 2019 dos veículos Oficiais da ESAG placa: MIH0065; MEE2006; MMK0496 e MFU6508. ESAG/UDESC. **Valor Estimado:** R$ 73,44. **Fornecedor:** Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT SA. Fundamentação: Não aplicável a Lei 8.666/93. **Florianópolis, 20 de março de 2019. Marcus Tomasi - Reitor da UDESC.**

Cod. Mat.: 593916

AVISO DE PAGAMENTO Nº 057/2019. Objeto: Pagamento do licenciamento anual - 2019 dos veículos Oficiais da ESAG placa: MIH0065; MEE2006; MMK0496 e MFU6508. ESAG/UDESC. **Valor Estimado:** R$ 478,48. Fornecedor: Secretaria de Estado da Fazenda**. Fundamentação:** Não aplicável a Lei 8.666/93**. Florianópolis, 20 de março de 2019. Marcus Tomasi - Reitor da UDESC.**

Cod. Mat.: 593922

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N º 131/2019. Objeto: Pagamento de pró-labore para professores referente a 48 horas/aula, entre 09/04 e 19/11/2019, no curso de gramática, literatura e história, para os alunos do curso "Pré-vestibular Comunitário" do programa de extensão "CESFI na Comunidade 2019/01". CESFI/UDESC. **Valor**: R$ 2.200,00. **Fornecedor**: Gabriela Piske. **Valor**: R$ 1.960,00. **Fornecedor**: Onoel Neves de Oliveira. **Fundamentação:** Art. 25, Caput, da Lei 8.666/93. **Florianópolis 14 de março de 2019. Marcus Tomasi – Reitor da UDESC.**

Cod. Mat.: 593924

Economias Mistas

SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A
RESULTADO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 0013/2019
Objeto: Aquisição de um veículo tipo picape para o setor de manutenção – GEAPO da SCPAR PSFS. **Resultado:** Frustrado. São Francisco do Sul/SC, 22/03/2019 Ricardo da Costa – Pregoeiro

Cod. Mat.: 593860

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A BADESC

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO 024/18 – DISPENSA 024/18
OBJETO: Aquisição de computadores para o Badesc.
RESULTADO: Torino Informática Ltda
Eduardo A. Correa de Machado – Diretor Presidente e Paulo Renato Vieira Castro – Diretor Administrativo Financeiro

Cod. Mat.: 593912

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A BADESC

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO 028/18 – PREGAO PRESENCIAL 028/18
OBJETO: Aquisição de solução de proteção e rede com características de Next Generation Firewall (NGFW) para o Badesc.
RESULTADO: Solo Network Brasil S/A.
Eduardo A. Correa de Machado – Diretor Presidente e Paulo Renato Vieira Castro – Diretor Administrativo Financeiro

Cod. Mat.: 593913

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN Procedimento Licitatório n. 030/2019 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL DE CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO. Abertura das Propostas dia 05/04/2019 às 9h e Sessão de Disputa dia 05/04/2019 às 14h. Edital disponível em www.casan.com.br. Informações: licitacoes@casan.com.br. Diretoria Administrativa.

Cod. Mat.: 593909

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
Aviso de Licitação: **Edital nº 0018/2019**. Modalidade: **Pregão Eletrônico**. Tipo: **Menor Preço**. **Objeto**: **EXCLUSIVO PARA ME/EPP** – Aquisição de materiais de expediente, acondicionamento e embalagem; elétrico e outros, para a Epagri de São Miguel do Oeste/SC, conforme quantitativos e especificações constantes nos **ANEXOS I e II** do Edital. **Recebimento das propostas:** 22/03/2019 até 04/04/2019 ás 9h. **Abertura das Propostas**: 04/04/2019 às 9h. **Início da sessão de disputa de preços**: 05/04/2019 às 9h. Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações da EPAGRI, à Rod. Admar Gonzaga, n° 1.347, Itacorubi, Florianópolis/SC ou através do site: www.epagri.sc.gov.br, no link Licitações ou pelo e-mail: licitacao@epagri.sc.gov.br ou através do telefone: (48) 3665-5384. **CIG nº 731/2019**. Florianópolis, 21 de março de 2019. Giovani Canola Teixeira, Diretor.

Cod. Mat.: 593995

Contratos e Aditivos

Gabinete do Governador

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
EXTRATO DA AF Nº 008/2019, derivado da Ata de Registro de Preços PE n. 0082/2018-SEA. **CONTRATANTE:** Procuradoria Geral do Estado. **CONTRATADA:** TARTARUS DISTRIBUIDORA LTDA. - CNPJ: 30.850.825/0001-66. **OBJETO:** Fornecimento de 375 (trezentos e setenta e cinco) centos de copo plástico 200ml

(item 2/ nº de ordem 1), 75 (setenta e cinco) centos de copo plástico 200ml (item 34/ nº de ordem 2). **VALOR TOTAL:** R$ 990,00. **ORÇAMENTO:** Unidade Orçamentária 41091; Subação 8100; Natureza da despesa 33.90.30; Fonte 0269. **DATA DA ASSINATURA**: 20/03/2019. **CIG:** PGE 820/2019.
Daniela Barbosa Pacheco
Diretora de Administração da PGE-SC

Cod. Mat.: 594047

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
EXTRATO DA AF Nº 011/2019, derivado da Ata de Registro de Preços PE n. 0073/2018-SEA. **CONTRATANTE:** Procuradoria Geral do Estado. **CONTRATADA:** Maycon Will ME - CNPJ 18.712.730/0001-80. **OBJETO:** A aquisição de 15 (quinze) embalagens de esponjas dupla face em saco plástico lacrado (item 18/nº de ordem 1). **VALOR TOTAL**: R$ 14,55. **ORÇAMENTO:** Unidade Orçamentária 41091; Subação 8100; Natureza da despesa 33.90.30; Fonte 0269. **DATA DA ASSINATURA 20**/03/2019. **CIG:** PGE 847/2019.
Daniela Barbosa Pacheco
Diretora de Administração da PGE-SC

Cod. Mat.: 594055

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
EXTRATO DA AF Nº 012/2019, derivado da Ata de Registro de Preços PE n. 0083/2018-SEA. **CONTRATANTE:** Procuradoria Geral do Estado. **CONTRATADA:** BMI PROSPER EIRELI EPP CNPJ: 14.012.375/0001-86. **OBJETO:** Fornecimento de 60 (sessenta) esponjas para limpeza, dupla face (item 19/ nº de ordem 1). **VALOR TOTAL:** R$ 31,20. **ORÇAMENTO:** Unidade Orçamentária 41091; Subação 8100; Natureza da despesa 33.90.30; Fonte 0269. **DATA DA ASSINATURA**: 20/03/2019. **CIG:** PGE 849/2019.
Daniela Barbosa Pacheco
Diretora de Administração da PGE-SC

Cod. Mat.: 594056

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
EXTRATO DA AF Nº 013/2019, derivado da Ata de Registro de Preços PE n. 0073/2018-SEA. **CONTRATANTE:** Procuradoria Geral do Estado. **CONTRATADA: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP** CNPJ: 14.990.312/0001-02. **OBJETO:** Fornecimento de 45 (quarenta e cinco) esponjas para limpeza, dupla face (item 41/ nº de ordem 1). **VALOR TOTAL:** R$ 51,30. **ORÇAMENTO:** Unidade Orçamentária 41091; Subação 8100; Natureza da despesa 33.90.30; Fonte 0269. **DATA DA ASSINATURA**: 20/03/2019. **CIG:** PGE 851/2019.
Daniela Barbosa Pacheco
Diretora de Administração da PGE-SC

Cod. Mat.: 594057

Secretarias de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO – SST - ESPÉCIE: **TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 111/2018 - ORIGEM:** Processo SST 3779/2018. **Contratante:** Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. **Contratada: Casa do Construtor**. **Objeto**: Prorrogação do prazo de vigência até 28/02/2019. **Valor:** R$ 327.496,46. **Partes**: Romanna Remor pela Secretaria e Fernando da Rosa pela Contratada.

Cod. Mat.: 593947

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO – SST - ESPÉCIE: **SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 146/2017 - ORIGEM:** Processo SST 3254/2018. **Contratante:** Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. **Contratada:** Nova Era Engenharia e Construção. **Objeto**: Prorrogação do prazo de vigência até 28/02/2019. **Valor:** R$ 413.993,70. **Partes**: Romanna Remor pela Secretaria e Ricardo Pinter pela Contratada.

Cod. Mat.: 593949

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO – SST - ESPÉCIE: **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 144/2017 - ORIGEM:** Processo SST 5761/2018. **Contratante:** Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. **Contratada:** Nova era engenharia e construção. **Objeto**: Prorrogação do prazo de vigência até 31/10/2018. **Valor:** R$ 348042,56. **Partes**: Romanna Remor pela Secretaria e Ricardo Pinter pela Contratada. Fpolis 07/08/2018.

Cod. Mat.: 593955

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO – SST - ESPÉCIE: **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/2017 - ORIGEM:** Processo SST 3405/2018. **Contratante:** Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. **Contratada:** Mundial Serviços LTDA. **Objeto**: Prorrogação do prazo de vigência até 31/01/2019. **Valor:** R$ 331.723,11. **Partes**: Romanna Remor pela Secretaria e Janiscio Augusto Nienkoetter pela Contratada.

Cod. Mat.: 593902

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO – SST - ESPÉCIE: **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2018 - ORIGEM:** Processo SST 9014/2018. **Contratante:** Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. **Contratada:** Construtora Faon LTDA. **Objeto**: Prorrogação do prazo de vigência até 10/05/2019. **Valor:** R$ 1.019.925,51. **Partes**: Romanna Remor pela Secretaria e Najla Del Bem Seleme pela Contratada.

Cod. Mat.: 594089

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL – EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO N. 045/SDC/2019. Processo SDC/3583/2018. Origem PE 0057/SEA/2018. Contratante: Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil. **Contratada:** PKB Produtos Químicos Ltda. **Objeto:** Aquisição de material saneante (Álcool para limpeza) - Preço Total: 555,00. **Crédito Orçamentário**: 33.90.30; Fonte: 0.269. Assinado: 20/03/2019, por João Batista Cordeiro Júnior, Secretário da SDC e Giovani Kramer Horn, pela Contratada. CIG SDC 952/2019.

Cod. Mat.: 593888

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato: 28/2019, referente a DL 03/2019 – SED 4853/2019
Contratada: GVTUR TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ 07.186.735/0001/09. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar diário dos alunos das escolas EEB Pref. Pedro Bittencourt e EEB Prof. Luís Félix Barreto, situadas no município de Imaruí/SC. **Valor do Contrato:** R$ 107.163,00. **Dotação Orçamentária - Fonte**: 131. **Ação/subfunção**: 368/11567. **Elem. Despesa**: 33.90.39. **Vigência:** O prazo de vigência do Contrato é de 171 (cento e setenta e um) dias, improrrogáveis, compreendidos entre 20/02/2019 e 09/08/2019. **Gestor:** Emerson Tartari, Matrícula: 278.385-1-06. **Fiscal:** Jayson Fernandes, Matrícula: 262182-7-03. **Fiscal:** Célio Bittencourt de Oliveira, Matrícula: 196.197-7-01. **Assinado em: 20/02/2019.** Natalino Uggioni pela SED e Fábio dos Santos Pieri pela empresa. **CIG: /2019.**
Florianópolis, 21 de março de 2019.
Natalino Uggioni
Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 594042

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato: 29/2019, referente a DL 04/2019 – SED 4979/2019
Contratada: TRANSPORTES ALVORADA LTDA, inscrita no CNPJ 86.428.893/0001-96. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços prestação de serviços de transporte escolar diário dos alunos da escola EEB Prof. Luís Félix Barreto, residentes no trajeto Sítio Novo – São Tomás no município de Imaruí/SC. **Valor do Contrato:** R$ 15.946,56. **Dotação Orçamentária - Fonte**: 131. **Ação/subfunção**: 368/11567. **Elem. Despesa**: 33.90.39. **Vigência:** Prazo de vigência do Contrato é de 171 (cento e setenta e um) dias, improrrogáveis, compreendidos entre 20/02/2019 e 09/08/2019. **Gestor:** Emerson Tartari, Matrícula: 278.385-1-06. **Fiscal:** Jayson Fernandes, Matrícula: 262182-7-03. **Assinado em: 20/02/2019.** Natalino Uggioni pela SED e Marcelo Sartor pela empresa. **CIG: 7425/2019.**
Florianópolis, 21 de março de 2019.
Natalino Uggioni
Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 594043

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato: 30/2019, referente a DL 05/2019 – SED 4984/2019
Contratada: LAGUNATUR - LAGUNA TRANSPORTES E TURISMO LTDA**,** inscrita no CNPJ 77.895.928/0001-06. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços prestação de serviços de transporte escolar diário dos alunos da escola EEB Profª. Eulina Heleodoro Barreto, no município de Imaruí/SC. **Valor do Contrato:** R$ 98.986,86. **Dotação Orçamentária - Fonte**: 131. **Ação/subfunção**: 368/11567. **Elem. Despesa**: 33.90.39. **Vigência:** Prazo de vigência do Contrato é de 166 (cento e sessenta e seis) dias, improrrogáveis, compreendidos entre 25/02/2019 e 09/08/2019. **Gestor:** Emerson Tartari, Matrícula: 278.385-1-06. **Fiscal:** Jucenir Vieira Rodrigues. Matrícula: 163.945-5-01. **Assinado em: 25/02/2019.** Natalino Uggioni pela SED e Adriano Gulin Ribeiro pela empresa. **CIG: 7454/2019.**
Florianópolis, 21 de março de 2019.
Natalino Uggioni
Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 594048

EXTRATO DE CONTRATO
Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA – SJC/FUPESC
Origem: Registro de Preços – **PE n.** 90/SEA/2018
Objeto: Aquisição de material de escritório para a região de Florianópolis
CIG: 1570/2019 **AF n :** 2019AF00001 Data Assinatura:07/03/2019
Contratada: ALEXANDRA DOS PASSOS EIRELI
Item 001 – Quant.500; Preço Total: R$ 455,00
Item 002 – Quant.100; Preço Total: R$ 132,00
Item 003 – Quant.1000; Preço Total: R$ 290,00
Valor Total Contratado: R$ 877,00
Crédito Orçamentário: Natureza: 33.90.30.16 Fonte: 100
Pelo Contratante: Hélvio Costa Martins
Pela Contratada: Carlos Augusto dos Passos

Cod. Mat.: 593971

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 257/2019**
PSES 43352/18 – PE 3547/18 – CIG: 10892/19. Empresa: Cir.. Fernandes – Com. De Mat. Cir. e Hosp. Sociedade Ltda. Objeto: Material de enf. e cir. GEBER. Valor total R$ 12.045,00. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 593905

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: 11º TA ao CT 713/2015 - PSES 7832/2019– PE 3518/15 do PSES 46052/15. Empresa: Clinilaves Lavanderia Industrial Eireli. Objeto: Alteração do item 3.3 do Anexo I – Detalhamento do objeto. Sem custas adicionais. CIG 44543/18.

Cod. Mat.: 593945

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 0282/19**
PSES 49059/18 – PE 0042/19 – CIG: 9824/19. Empresa: Dimaster Com. De Prod. Hosp. Ltda. Objeto: Medicamentos para os municípios do Estado de Santa Catarina – DIAF. Valor total R$ 3.883.272,00 Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 594028

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 0315/19**
PSES 1942/19 – PE 250/19 – CIG: 10818/19. Empresa: Altermed Mat. Méd. Hosp. Ltda. Objeto: Medicamentos para atendimento de ordens judiciais – GEJUD. Valor total R$ 17.352,00 Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 594029

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: **2° Termo Aditivo –** PSES: 9790/19 – Redução de valor do item 04 – **ATA 1679/2018 –** PE 2653/18 – PSES 32312/18. Empresa: Medcomerce Com. De Med. e Prod. Hosp. Ltda. CIG: 48595/18. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br

Cod. Mat.: 594077

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - EXTRATO DE TERMO ADITIVO
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 288/SSP/2018. Origem: DL 126/SSP/2018. Objeto do contrato: Locação de imóvel para instalação do IGP de São Lourenço do Oeste/SC. Objeto do aditivo: Alteração de Cláusula Contratual – dados bancários do Locador. Unidade Orçamentária: 16091. Natureza da despesa: 33.90.39.10. Subação 13167. Fonte:0.111000035. Valor atual: R$ 72.000,00. Data da assinatura: 21/03/2019. Contratado: Élcio Klaus Negócios Imobiliários. **CIG 2029/2019.**

Cod. Mat.: 593973

Agências de Desenvolvimento Regional

ADR - BLUMENAU
3º ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇOS nº. 021/2017
Processo Licitatório/Pregão Presencial 009/2017 - PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, por meio da ADR - Blumenau e a empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA. **OBJETO:** empresa especializada em prestação de serviços técnicos na área de tecnologia, referente à manutenção corretiva e preventiva em software, hardware e rede, sem fornecimento de peças de reposição, englobando o parque tecnológico de informática das Unidades Escolares da Rede Estadual, pertencentes a Regional de Blumenau. **OBJETO**

DO ADITIVO: DOS SERVIÇOS - As partes resolvem de comum acordo, alterar os quantitativos dos serviços, incluindo as escolas que pertenciam à ADR de Timbó, desativada através do Decreto nº 1.503 de 21 de fevereiro de 2018. DO VALOR - A partir deste instrumento de aditivo de contrato, e em conformidade com o parecer jurídico nº 257/2018, fica alterada a Cláusula Terceira, referente ao valor do Contrato inicial, com acréscimo de 25%, passando de R$ 5.689,92 (cinco mil, seiscentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos) mensais, para R$ 7.112,10 (sete mil cento e doze reais e dez centavos) mensais. **SIGNATÁRIOS**: Sra. Bettina Viera Perez Gonçalves, pela ADR e Guilherme Nunes Silva, pela empresa. CIG: ADR15 2964/2019.

Cod. Mat.: 593952

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – JOINVILLE
EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 022/2014. Originário da Concorrência Pública nº. 034/2014. Das Partes: Agência de Desenvolvimento Regional Joinville e Empresa Orbenk Administração e Serviços Ltda. CNPJ 79.283.065/0001-41 CLÁUSULA PRIMEIRA - É revista a Cláusula Quarta do referido contrato, para acrescer ao prazo de execução do contrato mais 30 (trinta) dias, cujo término dar-se-á em 30/04/2019. CLÁUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no contrato original. Assinado em: 18/03/2019. Gilson Carlos da Costa pela Contratante e Ronaldo Benkendorf pela Contratada. CIG ADR22 2573/2019

Cod. Mat.: 594053

Autarquias Estaduais

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO **LPI 006/2017 de 20/02/2017**.
TA – 003/2019 PRIMEIRO Termo Aditivo ao Contrato **PJ. 119/2017**. **Contratante:** DEINFRA. **Contratada:** Construtora Triunfo S.A. **Objeto**: Acréscimo de Valor e Novo Cronograma Físico-Financeiro. **Fundamentação Legal:** inciso II, alínea "d", Art. 65 da Lei Federal n° 8.666/93. **Local e data**: Florianópolis, 22/01/2019. **Signatários**: Presidente designado Carlos Hassler, pelo DEINFRA e o Sr. Odair Garcia**,** pela Contratada. **DEINFRA 25728/2018.**

Cod. Mat.: 593954

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO **CC 025/2016**
TA – 015/2019 QUARTO Termo Aditivo ao Contrato **PJ. 233/2016**. **Contratante:** DEINFRA. **Contratada:** SALVER - Construtora e Incorporadora LTDA. **Objeto**: Acréscimo de Valor e Alteração do Quando de Quantitativo. **Fundamentação Legal:** Art. 65, inciso I, alínea "b", do §1º da Lei Federal nº 8.666/93. **Local e data**: Florianópolis, 19/02/2019. **Signatários**: Presidente designado Carlos Hassler, pelo DEINFRA e o Sr. Salvio Pedro Machado**,** pela Contratada. **DEINFRA 25899/2018.**

Cod. Mat.: 593963

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
ERRATA DE PUBLICAÇÃO
Na edição de número 20.799, página 61, do dia 27/06/2018. No Extrato de Contrato da Licitação CC 012/2015, fica retificada na forma que onde se lê: "**TA – 087/2018 SEXTO** Termo Aditivo ao Contrato PJ. 128/2015", ler-se-á "**TA – 087/2018 SÉTIMO** Termo Aditivo ao Contrato PJ. 128/2015". Florianópolis-SC, 20 de março de 2019.

Cod. Mat.: 594091

Instituto de Metrologia de Santa Catarina
Órgão Delegado do INMETRO.
Extrato de Contrato 0001/2019
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0001/2019. Nº do Processo: 402/2018. Contratante: IMETRO/SC-INSTITUTO DE METROLOGIA DE SANTA CATARINA. Contratada: ARAM ARQUITETURA URBANISMO E ENGENHARIA LTDA-ME CNPJ: 18.988.273/0001-51. Objeto: Contratação de empresa especializada da área de engenharia para elaboração de projetos Executivo de Acessibilidade para a Sede do IMETRO/SC, localizado na Rua do Iano, 1791, bairro Nossa Srª do Rosário, São José - SC, de acordo com O Termo de Referência, Projeto Básico, Orçamento e Cronograma, constante do edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2018 e seus anexos. Vigência: 01/03/2019 a 29/05/2019. Data de Assinatura: 01/03/2019.

Cod. Mat.: 593894

Economias Mistas

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO DE COBRANÇA PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP. Objetivo: Arrecadar a Contribuição de Iluminação Pública do município de Luiz Alves em fatura de energia elétrica. Data da Assinatura 02/01/2019. Adm. dos Convênios: Rafael Zanellato Junior.
EXTRATO DE CONTRATO - PCDL 02/2019. Contratante: Celesc – Ag. Reg. Joinville. Contratada: DR Empreiteira de Mão de Obra Ltda EPP. Valor: R$ 8.800,00. Objeto: Prestação de serviços para elaboração de 105m2 de calçada junto a loja de Balneário Barra do Sul com fornecimento de material e equipamentos. Gestor de Contrato: Sérgio Luiz Ramos.
EXTRATO DE CONTRATO - Pregão Eletrônico nº: 18/01704. Objeto: Aquisição de ferramenta interruptora. Contrato(s) /Contratada(s) /Valor (es): PC 4500311332 – Industria e Comércio Leal – R$208.434,88. Data da Expedição/Assinatura: 15/03/2019 Adm. do Contrato: João Vicente Savaris dos Passos. A Diretoria.
EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO PCDL 19/00196 – Ag. Re. Rio do Sul. Objeto: Locação de imóvel destinado à Ag. de Distribuição III da Celesc Distribuição S.A, no município de Rio do Campo/SC. Contratados: Osvaldo Pereira de Jesus e Odete Pereira Jesus. Adm. do Contrato: Manoel Arisoli Pereira. Data da assinatura: 28/02/2019.
EXTRATO DE CONTRATO - PL nº 19/00214460 – PE nº 18/01642. Objeto: A aquisição de Expansão do Ambiente de Armazenamento de Dados (storage) IBM, conforme descrição especificações contidas no Edital da Licitação e seus anexos. Contratada: PowerSolutions Informática Ltda. Valor: R$ 499.098,70. Data da Assinatura: 22/02/2019. Adm. do Contrato, nos termos do Artigo 29 – Inciso II, da Lei 13.303/2016. Cristiane Evangelista Brito.
ERRATA – EXTRATO DE CONVÊNIO DE COBRANÇA PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP. Objetivo: Arrecadar a Contribuição de Iluminação Pública do município de Joaçaba em fatura de energia elétrica. Data da Assinatura 20/03/2019.

Cod. Mat.: 594003

SCGÁS - COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA
EXTRATO DO CONTRATO Nº PE-035/18.
Objeto: Fornecimento de 2 (dois) switches SAN (Storage Area Network) compreendendo serviços de instalação, configuração, ativação com garantia e suporte técnico. **Contratado:** Sercompe Computadores Ltda. **Valor**: R$ 199.932,40. **Assinatura**: 20/03/2019. **Vigência:** 12 meses. **Signatários**: A Diretoria, pela SCGÁS, e Rafael Reimer, Diretor Financeiro, pelo Contratado.
Giovani Della Rocca-Coordenador de Suprimentos.

Cod. Mat.: 594060

SCGÁS - COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA
EXTRATO DO CONTRATO nº: PE-043/18. **Objeto**: EMED – Estação de Medição DN 6" #300. **Contratado:** Gascat Indústria e Comércio Ltda. **Valor**: R$286.666,67. **Assinatura**: 15/03/2019. **Vigência: 365 dias**. **Signatários**: A Diretoria, pela SCGÁS e Celso Paulo Nieto, Gerente Geral pelo contratado. Giovani Della Rocca - Coordenador de Suprimentos.

Cod. Mat.: 593987

SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A.
Extrato do Contrato n° 0008/2019.
Contratante: **SCPar - Porto de São Francisco do Sul S.A.** Contratada: **Indústria e Comércio de Artefatos Vavassori Ltda – EPP.** **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de instalação, desinstalação, operação e manutenção de um estande para feira intermodal 2019, no Centro de Exposições São Paulo Expo na Cidade De São Paulo, a ser realizada de 19 a 21 de março 2019, com fornecimento de todos os materiais necessários para operacionalização do estande. **Valor Contratado:** R$ 195.800,00 **Recursos Orçamentários:** Correrão à conta de recursos próprios da SCPAR PSFS. **Vigência:** O presente Contrato terá vigência de **30 (trinta) dias**, com início a partir da data de sua assinatura, condicionado sua eficácia a publicação em extrato no Diário Oficial do Estado e em sítio eletrônico da **SCPAR PSFS**, na forma do art. 127 do Regulamento de Licitações e Contratos da **SCPAR PSFS**, sendo que seus efeitos operam a partir da assinatura do respectivo instrumento. **Fundamento Legal:** Pregão Presencial N° 0010/2019 **Assinado em:** 15/03/2019, por **João Batista Furtado e Joel Alves** p/ Contratante **e Francisco de Assis Freitas** p/ Contratada. **CPL-SCPar-PSFS.**

Cod. Mat.: 593855

SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A.
Extrato do Contrato n° 0006/2019.
Contratante: **SCPar - Porto de São Francisco do Sul S.A.** Contratada: **FÔRMA & FÓRMA INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA**. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do corredor de exportação do PORTO PÚBLICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL (SCPAR PSFS), contemplando dois carregadores e todos os transportadores que fazem parte do corredor de exportação. **Valor Contratado:** R$ 775.000,00 (setecentos e setenta e cinco mil reais). **Recursos Orçamentários:** Correrão à conta de recursos próprios da SCPAR PSFS. **Vigência:** O presente Contrato terá vigência de 06 (seis) meses, com início a partir da data de sua assinatura, condicionado sua eficácia a publicação em extrato no Diário Oficial do Estado e em sítio eletrônico da SCPAR PSFS, na forma do art. 127 do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR PSFS, sendo que seus efeitos operam a partir da assinatura dos respectivos instrumentos. **Fundamento Legal:** Pregão Presencial n°0006/2019. **Assinado em:** 11/03/2019, por **Luís Henrique Furtado e Arnaldo Diogenes Lopes de S.Thiago** p/ Contratante **e Giovani de Souza** p/ Contratada. **CPL-SCPar-PSFS.**

Cod. Mat.: 593857

SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A.
Extrato do Contrato n° 0005/2019.
Contratante: **SCPar - Porto de São Francisco do Sul S.A.** Contratada: **UBM Brazil Feiras E Eventos Ltda. Objeto:** Locação de espaço físico de 100 m² para instalação de estande na 25ª Edição Da Feira Intermodal South América 2019, promovida pela empresa UBM Brazil Feiras E Eventos Ltda., onde a SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL irá participar como expositora.. **Valor Contratado:** R$ 122.978,00 **Recursos Orçamentários:** Correrão à conta de recursos próprios da SCPAR PSFS. **Vigência:** O Contrato terá vigência de até **30 (trinta) dias consecutivos**, com início a partir da data de sua assinatura, condicionado sua eficácia a publicação em extrato no Diário Oficial do Estado e em sítio eletrônico da **SCPAR PSFS**, na forma estabelecida no art. 127 do Regulamento de Licitações e Contratos da **SCPAR PSFS**, sendo que seus efeitos operam a partir da assinatura dos respectivos instrumentos. **Fundamento Legal:** Inexigibilidade de Licitação Nº 0009/2019. **Assinado em:** 28/02/2019, por **Luís Henrique Furtado e Arnaldo Diogenes Lopes de S.Thiago** p/ Contratante **e Andrezza Bonatt**i p/ Contratada. **CPL-SCPar-PSFS.**

Cod. Mat.: 593858

SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A.
Extrato 4° Termo Aditivo ao Contrato 0014/2016 de 25/02/2016.
Contratante: **SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A.** Contratada: **ÁGUAS DE SÃO FRANCISCO DO SUL SPE S.A. Cláusula Primeira:** Pelo presente instrumento, o prazo estipulado na Cláusula Nona – Da Vigência do Contrato original, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, iniciando à partir de 25/02/2019 até 25/02/2020, em conformidade com o art, 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações. **Cláusula Segunda:** As demais cláusulas e condições não modificadas por este instrumento permanecem íntegras e inalteradas. **Assinado em: 25/02/2019** por seus diretores**, Luís Henrique Furtado e Arnaldo Diógenes Lopes de S.Thiago** p/ Contratante por seus diretores **Thais Forest Gallina** e **Carlos Henrique Paganetto Roma Júnior** p/ Contratada. **CPL/SCPAR-PSFS.**

Cod. Mat.: 593859

Prefeituras Municipais

Agrolândia

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 08/2019 - Tipo Menor Preço GLOBAL
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO DESTINADO A DIGITALIZAÇÃO E INDEXAÇÃO DE DOCUMENTOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS**. Abertura da Sessão: 03/04/2019 às 09:00 horas. Local: Sala de Reuniões da Secretaria de Administração. Informações e Cópias do Edital: Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças do Município à Rua dos Pioneiros nº 109, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, de Segunda à Sexta feira ou pelo telefone (0xx47) 3534-4212, ou através do site www.agrolandia.sc.gov.br . Agrolândia, 22 de março de 2019.
Urbano José Dalcanale - Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 593877

Araquari

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAQUARI/SC
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2019

Objeto: Locação de um imóvel comercial, situado na Rua Celso Ramos, nº 300, bairro Rainha, cidade de Araquari, para fins de funcionamento de Programas de Práticas Esportivas ligados a Secretaria de Turismo, Lazer e Esporte.
Fundamento Legal: Artigo 24 Inciso X da Lei 8.666/93.
Justificativa: Imóvel destinado ao funcionamento de Programas de Práticas Esportivas ligados a Secretaria de Turismo, Lazer e Esporte, sendo as características do imóvel compatíveis com a necessidade de implantação.
Locador: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA RAINHA – AMAR. **CNPJ**: 01.275.184/0001-65.
Valor Mensal: R$ 1.200,00.
Araquari/SC, 21/03/2019.

HERMES DEFAVERI
Secretário de Governo e Comunicação
Cod. Mat.: 593835

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAQUARI/SC
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2019

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de construção (classificada na 2ª colocação do processo licitatório nº 2/2019).
Fundamento Legal: Artigo 24 Inciso XI da Lei 8.666/93. **Justificativa:** Conforme dispõe o inciso XI do art. 24 da Lei 8.666/93, ao invés de promover nova licitação, a Administração poderá convocar os demais licitantes, na ordem de classificação, convidando-os a executar o remanescente, nas mesmas condições ofertadas pelo licitante vencedor do certame.
Contratada: COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO STEIL EIRELI.
CNPJ: 83.438.739/0001-07. **Valor Total**: R$ 419.499,96.
Araquari/SC, 21/03/2019.

HERMES DEFAVERI
Secretário de Governo e Comunicação
Cod. Mat.: 593836

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAQUARI/SC
EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO Nº 39/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada, detentora de Declaração de Exclusividade, para fornecimento de peças genuínas e assistência técnica para conserto da Escavadeira Hidráulica SDLG.
Justificativa: Trata-se contratação de revendedora exclusiva no território compreendido pelos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo a única empresa autorizada pela fabricante pelos serviços de assistência técnica e fornecimento de peças de reposição para o referido território, conforme Declaração em anexo.
Fundamento da despesa: Conforme preceitua o artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.
Fornecedor: LINK MÁQUINAS S/A.
CNPJ: 92.747.492/0010-92. **Valor Total:** R$ 13.430,35.
Araquari/SC, 21/03/2019.

HERMES DEFAVERI
Secretário de Governo e Comunicação
Cod. Mat.: 594020

Bela Vista do Toldo

Aviso de Licitações
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 014/2019
CARTA CONVITE Nº 001/2019

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de CARTA CONVITE, onde o objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA, SONDAGENS/ ENSAIOS GEOTÉCNICOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA VIÁRIA A SEREM REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC.
ENTREGA DE ENVELOPES
Até a 09h00min do dia 29/03/2019.
LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia 29/03/2019 às 10h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.
O edital estará para retirada no Setor de Licitação do Município de Bela Vista do Toldo/SC. Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 22 de Março de 2019.
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal
Cod. Mat.: 593998

Brunópolis

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
Processo Licitatório nº 16/2019 – Edital de Tomada de Preços nº 01/2019
Objeto: Contratação de Obras e Serviços de Engenharia para construção de portal. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "documentação de habilitação" e "proposta comercial" será até às 09h15min do dia 09/04/2019, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será a partir das 09h30min do mesmo dia. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Selmo Heck, 2405, Centro, Brunópolis/ SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na integra, das 08h30min às 16h30min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.
Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.
Cod. Mat.: 593878

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
Processo Licitatório nº 17/2019 – Edital de Tomada de Preços nº 02/2019
Objeto: Contratação de Obras e Serviços de Engenharia para drenagem pluvial. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "documentação de habilitação" e "proposta comercial" será até às 09h15min do dia 10/04/2019, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será a partir das 09h30min do mesmo dia. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Selmo Heck, 2405, Centro, Brunópolis/ SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na integra, das 08h30min às 16h30min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.
Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.
Cod. Mat.: 594010

Brusque

PREGÃO n° 002/2019 FMS
Processo Licitatório n° 004/2019 FMS

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE,** com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Saúde, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM CARÁTER EMERGENCIAL, NÃO PADRONIZADOS PELOS SUS E DOS DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL.**
Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **15/04/2019, às 16h00min**.
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 22/03/2019

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretaria de Saúde
Cod. Mat.: 593610

PREGÃO n° 004/2019 FMAS
Processo Licitatório n° 004/2019 FMAS

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE,** com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Assistência Social e Habitação, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **AQUISIÇÃO DE KIT DE HIGIENE.**
Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **16/04/2019, às 13h30min**.
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 22/03/2019

DEIVIS DA SILVA
Secretaria de Assistência Social e Habitação
Cod. Mat.: 593614

PREGÃO n° 007/2019
Processo Licitatório n° 007/2019

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE,** com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Assistência Social e Habitação, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARO E ENTREGA DE ALIMENTAÇÃO (MARMITEX).**
Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **22/04/2019, às 13h30min**.
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 22/03/2019

DEIVIS DA SILVA
Secretaria de Assistência Social
Cod. Mat.: 593620

Canoinhas

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 48/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° PMC 08/2019
O Prefeito do Município de Canoinhas/SC, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, inciso I, da Lei 8.666/1993 e alterações posteriores.
Objeto: ELABORAÇÃO DE PROJETO DA REDE DE TEFEFONIA INTERNA DA PREFEITURA DE CANOINHAS.
Contratada: ROBERTO WAGNER NUNES PINTO 25622331668.
Valor do contrato: R$ 3.000,00 (três mil reais).
Gilberto dos Passos
Prefeito
Cod. Mat.: 593869

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 49/2019
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 28/2019 (PRESENCIAL)
O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/04/2019, às 13h20min, licitação para **AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) CONJUNTOS DE PNEUS 19.5 X 12, PARA USO NAS RETRO-ESCAVADEIRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.**
Recebimento de propostas até às 13h15mim do dia 03/04/2019, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.
Gilberto dos Passos
Prefeito
Cod. Mat.: 593870

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 53/2019
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 29/2019 (PRESENCIAL)
O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/04/2019, às 08h20min, licitação para **REGISTRO DE PREÇO DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADO PARA INSTALAÇÕES, REPAROS E MANUTENÇÃO NA REDE ELÉTRICA, TELEFONICA E DE DADOS, INSTALAÇÕES DE ILUMINAÇÃO DE EMERGENCIA, PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SAÍDAS, REDE DE ALARME CONTRA INCÊNDIO, ALIMENTAÇÃO DE MANGUEIRAS DE LED, ALIMENTAÇÃO DE ELEMENTOS DECORATIVOS E EQUIPAMENTOS, INTERLIGAÇÃO DE CAIXAS E QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO GERAL E SETORIAL, MONTAGEM DO PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA, REPAROS EM PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA, PASSAGEM DE CABEAMENTO.**
Recebimento de propostas até às 08h15mim do dia 03/04/2019, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.
Gilberto dos Passos
Prefeito
Cod. Mat.: 593946

Concórdia

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC. EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2019 – PMC. Obras e Serviços de Engenharia. Objeto: contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra - terraplenagem, drenagem e trecho 02) e em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra - trecho 01), para execução de obra de pavimentação asfáltica em CAUQ, de parte da Rua Vitor Sopelsa e Estrada Municipal do bairro Parque de Exposições, no trecho compreendido entre a Universidade do Contestado e a Rodovia Caetano Chiuchetta, neste Município, com recursos próprios e oriundos do Contrato de Repasse OGU n° 867589/2018, através do Programa Planejamento Urbano, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital. O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma: **INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS:** ATÉ 8/4/2019 AS 10h00min. **INTERESSADOS CADASTRADOS** JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 11/04/2019 AS 10h00min. O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma: **INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS**: ATÉ 11/4/2019 AS 10h00min. **Abertura**: dia 11/04/2019 às 14h00min. **Informações complementares**: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page **www.concordia.sc.gov.br**, link **"Licitações"**. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2160. Concórdia, SC, 21 de março de 2019. **DANIEL FAGANELLO**. Secretário Municipal de Urbanismo e Obras.

Cod. Mat.: 594004

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC. AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2019 – PMC. Contratação de Serviços. REPUBLICADO. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de monitoramento eletrônico de veículos, com instalação e fornecimento de equipamentos eletrônicos novos, de primeiro uso, implantação e manutenção do sistema de fiscalização eletrônica para monitoramento da segurança viária urbana do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital. **Tipo**: Menor Preço Global. **Recebimento das propostas**: até as 10h00min do dia 04/04/2019. **Abertura**: dia 04/04/2019 as 14h00min. **Informações complementares**: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page **www.concordia.sc.gov.br**, link **"Licitações"**. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113. Concórdia, SC, 21 de março de 2019. DANIEL FAGANELLO. Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Cod. Mat.: 594007

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC. AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2019 – PMC. Aquisição de Bens. Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de pneus novos, câmaras, colarinhos e material para conserto de pneus para manutenção da frota de veículos e máquinas do Município conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital. **Forma de Pregão**: Eletrônico. **Tipo**: Menor Preço. **Recebimento das propostas**: até as 08h15 min do dia 05/04/2019. **Início da Sessão**: dia 05/04/2019 as 08h30 min. no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. **Informações complementares**: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na *home page* **www.concordia.sc.gov.br**, link **"Licitações"**. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164. Concórdia, SC, 21 de março de 2019. DANIEL FAGANELLO. Secretário Municipal de Urbanismo e Obras.

Cod. Mat.: 594008

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC. AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2019 – PMC. Contratação de Serviços. Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível prestação de serviços de recapagem, geometria, alinhamento, balanceamento, cambagem, vulcanização e conserto de pneus para a frota do Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital. **Tipo**: Menor Preço Por Lote. **Recebimento das propostas**: até as 10h00min do dia 03/04/2019. **Abertura**: dia 03/04/2019 as 14h00min. **Informações complementares**: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page **www.concordia.sc.gov.br**, link **"Licitações"**. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164. Concórdia, SC, 21 de março de 2019. JOÃO VALMOR REITEL. Secretário Municipal de Transportes.

Cod. Mat.: 594009

Curitibanos

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2019

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento **Pelo Menor Preço por Item** regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para ***AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, PARA USO NO LABORATORIO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, CONFORME RECURSO DE EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL/ PROPOSTAS Nº 11375.686000/1180-04. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL***. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo o credenciamento, a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as **13:30** horas do dia **03/04/2019**, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo. Após, será aberto os envelopes das empresas que realizaram protocolo, para classificação de propostas.
A partir das **14:00** horas do dia **03/04/2019**, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.
O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.
Curitibanos, 20 de Março de 2019.

Yara Aparecida Vilani Padilha
Presidente do Fundo

Cod. Mat.: 593893

Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 0001/2019

Comunicamos a quem interessar possa, que o **MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES**, Estado de Santa Catarina, abriu Licitação Pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, na Modalidade **CONCORRÊNCIA PUBLICA N. 0001/2019**, Tipo Menor Preço/Preço Global, objetivando a **CONSTRUÇÃO DE VINTE E NOVE (29) UNIDADES HABITACIONAIS, COM 51,30 M² CADA UMA, EM CONFORMIDADE COM O CÓDIGO DE POSTURA MUNICIPAL, MEMORAL DESCRITIVO, PROJETOS TÉCNICOS, ARQUITETÔNICOS, ESTRUTURAL, HIDROSANITÁRIO E ELÉTRICO DESENVOLVIDOS PELO SETOR DE ENGENHARIA DA MUNICIPALIDADE,** e estará recebendo os Envelopes para habilitação e proposta de preços até as **08h00m** do dia **10 de Maio de 2019**, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, junto à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e, às **08h30m**, deste mesmo dia, e, no mesmo local, fará a abertura dos envelopes da documentação e das propostas de preços dos interessados, o Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados, no Departamento Municipal de Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro, Cidade que lhe empresta o nome, ou pelo telefone 0xx49-3436-4300, no horário das 08h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m ou junto ao sítio **www.faxinal.sc.gov.br**.

Faxinal dos Guedes/SC, 21 de Março de 2019.

MARITANIA ANTONIA ROSA DA SILVA SANDI
Prefeita Municipal em Exercício

Cod. Mat.: 593989

Florianópolis

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/SMA/DSLC/2019 – Objeto: Registro de preços para futuros e eventuais fornecimentos de computadores desktop, monitores e estabilizadores para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência Social. Dia 05 de abril de 2019, às 13h30min. Endereço eletrônico: http://dlc.pmf.sc.gov.br.
O Pregoeiro**.**

Cod. Mat.: 593942

Forquilhinha

AVISO DE LICITAÇÃO – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 55/PMF/2019. OBJETO: A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa especializada para ampliação e reforma do Centro de Educação Infantil Estrela da Manhã, localizado na Rua Afonso Tiscoski, 42, Bairro Vila Franca, com área total de 492,85 m², afim de atender as necessidades do Munícipio de Forquilhinha/SC. DATA DE ABERTURA: Dia 09 de abril de 2019 às 14:00 horas. EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilhinha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 12:00 e das 13:00 as 16:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilhinha.sc.gov.br ou http://www.forquilhinha.sc.gov.br/. Forquilhinha, 21 de março de 2019.
VALDECIR TISCOSKI - Presidente da Comissão de Licitação

Cod. Mat.: 593841

Grão Pará

Prefeitura Municipal de Grão-Pará
Estado de Santa Catarina
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo DE LICITAÇÃO N. 39/2019
Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 19/2019-PR
Objeto: AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO USADO ANO/MODELO 2007 OU MAIS NOVO, A SER UTILIZADO PELO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ PARA TRANSPORTE DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. **Data e Horário de Abertura:** 08/04/2019, às 14h. . **Local:** Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, no prédio da Prefeitura Municipal. Demais informações pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira. Grão-Pará/ SC, 20 de março de 2019.
MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 594000

Guarujá do Sul

ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Guarujá do Sul
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº. 16/2019 - Tomada de Preço Nº. 03/2019
Objeto: Contratação de empresa para execução de pavimentação com pedras irregulares (calçamento), drenagem e sinalização viária, na Rua Jose Seibt, Rua Eduardo Gustavo Schmidt/Etapa 1 e Rua Hugo Afonso Vergutz/Etapa 01, município de Guaruja do Sul.
Habilitação e Propostas: 09/04/2019 (Documentação 08:15 e abertura as 08:30).
Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.
Guarujá do Sul, SC, 21 de março de 2019.
Claudio Junior Weschenfelder,
Prefeito Municipal.

Cod. Mat.: 593838

Ibiam

Aviso de Chamamento 001/2018 - Chamada Pública – Agricultura Familiar. O Município de Ibiam, através do Prefeito, torna público o recebimento, junto a sua sede administrativa, sito na Rua Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, no dia 22/04/2019, propostas e documentação para aquisição de Produtos da Agricultura Familiar. Recebimento dos Envelopes contendo os Documentos e Proposta de Preços, dia 22/04/2019, até as 9h e abertura dos envelopes na mesma data as 9:15h. Inf.: site www.ibiam.sc.gov.br ou pelo fone (49) 3534-0044. Ibiam, 22 de março de 2019. Ivanir Zanin - Prefeito Municipal.

Cod. Mat.: 594061

Ipuaçu

EXTRATO DE ERRATA DE EDITAL
O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina **COMUNICA** que FAZ ERRATA na publicação referente ao Processo Licitatório PREF n. 26/2019, Edital para Credenciamento PREF n 01/2019, com objeto a seleção de propostas para a Permissão onerosa de uso, a título precário, de espaço público em áreas disponibilizadas para a realização da 2ª EFACIPU IPUAÇU-SC, durante os dias de realização da feira, ou seja, no período de 03 a 05 de maio de 2019, de acordo com os anexos que fazem parte integrante deste instrumento. Onde **lia-se: Período de credenciamento: 13 de março de 2019 a até as 17hs15min do dia 10 de fevereiro de 2019. Leia-se: Período de credenciamento: 13 de março de 2019 a até as 17hs15min do dia 10 de abril de 2019.** Tudo conforme Lei Federal n. 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos somente poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito a Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuaçu –SC, telefone (49) 34490045.
Ipuaçu - SC, em 20 de março de 2019.
CLORI PEROZA
Prefeita Municipal

Cod. Mat.: 593834

Itaiópolis

Pregão Presencial nº 06/2019; Objeto: Aquisição de Moveis e Equipamentos em geral para uso no Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde anexo a Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio com Recurso da Emenda Parlamentar. Entrega dos Envelopes**:** Até às 13:45 horas do dia 08 de abril de 2019; Abertura dos Envelopes**:** ás 14:10 horas do dia 08 de abril de 2019. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Av. Getúlio Vargas, 308, 3º andar, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site www.itaiopolis.sc.gov.br - Fone 047 3652 2211. Itaiopolis, 20 de março de 2019. Felipe Tavares – Administrador Hospitalar - Interino.

Cod. Mat.: 593582

Pregão Presencial nº 07/2019; Objeto: Aquisição de Moveis Hospitalar para uso no Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde anexo a Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio com Recurso da Emenda Parlamentar. Entrega dos Envelopes**:** Até às 13:45 horas do dia 09 de abril de 2019; Abertura dos Envelopes**:** ás 14:10 horas do dia 09 de abril de 2019. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Av. Getúlio Vargas, 308, 3º andar, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site www.itaiopolis.sc.gov.br - Fone 047 3652 2211. Itaiopolis, 21 de março de 2019. Felipe Tavares – Administrador Hospitalar - Interino.

Cod. Mat.: 593868

Itapiranga

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ITAPIRANGA
Processo Licitatório nº 44/2019
Dispensa de Licitação nº 44/2019
Contratante: Município de Itapiranga
Objeto: Contratação de empresa para elaboração de pesquisa de avaliação da administração municipal, abrangendo todos os setores e serviços da administração, na cidade e comunidades do interior do Município de Itapiranga.
Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso II, da Lei 8.666/93 e no artigo 23, § 1º, da Lei 13.460/17.
Contratado: Visão Pesquisas de Opinião Eireli ME.
Valor: R$ 11.200,00
Itapiranga - SC, 20 de março de 2019.
Jorge Welter – Prefeito

Cod. Mat.: 593919

Joinville

AVISO DE ERRATA
O Município de Joinville, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde leva ao conhecimento dos interessados que com base no §4º do art. 21 da lei 8.666/93, está promovendo alterações no **Termo de Homologação** (SEI 3369036) e **Aviso de Homologação** (SEI 3369117) do **Pregão Eletrônico nº 016/2019**, plataforma do **Banco do Brasil n° 753269,** referente ao Registro de Preços, destinado à futura e eventual **Aquisição de materiais de expediente.** A errata na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico do município (www.joinville.sc.gov.br/editalpublico) e na Plataforma do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br).
Joinville/SC, 20 de março de 2019
Jean Rodrigues da Silva – Secretário Municipal de Saúde.
Fabrício da Rosa – Diretor Executivo.

Cod. Mat.: 593833

Lauro Müller

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 069/PMLM/2019
OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação para a prestação de serviço de elaboração e execução de processo seletivo para o município de Lauro Muller.
CONTRATADO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei N°. 8.666/93.
RECONHECIDO: em 19/03/2019, por Ana Rúbia Prestados Dos Santos Cesconeto, Secretária de Administração e Finanças.
RATIFICAÇÃO: em 19/03/2019, por Valdir Fontanella, Prefeito Municipal.
Lauro Muller, 19 de Março de 2019.
GENIVALDO DA SILVA
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Cod. Mat.: 593910

Lebon Régis

Contrato n° 08/2019 – Processo Administrativo Licitatório nº 11/2019 – Tomada de Preços nº 01/2019. Objeto: O presente contrato visa à contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica de ruas com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente), com drenagem das águas pluviais, incluindo materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilhas orçamentarias e projetos em anexo ao processo, vinculado ao financiamento da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A - BADESC. Contratante: Município de Lebon Régis - SC. Contratada: LZK Construtora LTDA - CNPJ nº 07.455.659/0001-81, no valor global de R$ 1.850.001,82 (um milhão, oitocentos e cinquenta mil, um real e oitenta e dois centavos). Vigência: 14/03/2019 - Término 31/12/2019. Lebon Régis, 14 de março de 2019. Douglas Fernando de Mello – Prefeito Municipal.

Cod. Mat.: 594083

Mondaí

MUNICIPIO DE MONDAÍ – SC
PROCESSO LICITATÓRIO nº 004/2019
Inexigibilidade de Licitação nº. 003/2019
O Município de Mondaí – SC, através do FMAS, torna pública, a Inexigibilidade de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 004/2019 e, com fulcro no Art. 25, Inciso III, da Lei nº. 8.666/1993, conforme segue: OBJETO*:* Contratação para prestação de serviços de sonorização a ser realizado no evento alusivo ao "Dia Internacional da Mulher" a ser realizado no dia 22 de março de 2019, a partir das 14h na Praça Central do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina. CONTRATADO: GOERGEN 08299768926, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o n° 27.377.090/0001-90. VALOR: R$ 380,00 (trezentos e oitenta reais). VIGÊNCIA: até 31 de abril de 2019. Mondaí – SC, 20 de Março de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 594031

Orleans

PROCESSO Nº 49/2019
TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGª Nº 6/2019
Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA DAS RUAS JOÃO FIRMINO ANDRÉ, SAMUEL GHISI E JUCELINO LUCIANO, NO DISTRITO DE PINDOTIBA E BAIRRO SÃO GERÔNIMO RESPECTIVAMENTE, CONFORME ANEXOS.
Recebimento dos Envelopes de Propostas e Habilitação até o dia: 09/04/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes dia: 10/04/2019, às 13h45min.
Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail HYPERLINK "mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br" licitacao@orleans.sc.gov.br
Orleans - SC, 21 de Março de 2019.
Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 594006

Ouro

RETIFICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL N 0020/2019
Objeto: Contratação de Conjunto Musical para a realização do FICO – Festival Intermunicipal da Canção de Ouro. O Prefeito Municipal de Ouro comunica aos interessados que o edital do **Processo Licitatório n.0027/2019, na modalidade Pregão Presencial n°. 0020/2019 passou por alterações no seu Item 6.5., Alínea "b"**. **A data de abertura do Processo Licitatório n.0027/2019, na modalidade Pregão Presencial n°. 0020/2019, não foi alterada.** Ratificam-se as demais especificações e condições previstas no edital. **Pedidos do edital:**licitacoes@ouro.sc.gov.br/www.ouro.sc.gov.br. **Informações**: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 20/03/2019. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

Cod. Mat.: 594065

Palhoça

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA
N° 38/2019

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 26 de abril de 2019, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura da **Concorrência Pública Nº. 38/2019,** que tem por objeto a contratação de empresa com fornecimento de material e mão de obra para execução de drenagem, pavimentação em bloco de concreto intertravado e sinalização viária vertical das ruas Silvonei Estacino Patricio (LOTE 01) no bairro Aririú, Rua Antonio Benjamin Batista (LOTE 02) no bairro Pachecos e Estrada Geral do Morro do Gato (LOTE 03) no bairro São Sebastião neste município,, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O edital que está embasado na lei de licitações se encontra à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 21 de março de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal.

Cod. Mat.: 593873

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO
N° 37/2019

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 09 de abril de 2019, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura da **TOMADA DE PREÇO Nº. 37 /2019,** que tem por objeto a contratação de empresa com fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de remoção e repavimentação de lajotas , em vias urbanas do município de Palhoça – SC, pelo período de um ano, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O edital que está embasado na lei de licitações se encontra à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 21 de março de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal.

Cod. Mat.: 593911

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2019

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 05 de abril de 2019, às 14:00 hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações a sessão publica para recebimento de documentação e abertura das propostas, bem como a etapa dos lances, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL –Nº. 40/2019 cujo objeto é a Aquisição de Mobiliário para o Centro de Artes e Esporte Unificado – CEU's, para funcionamento dos programas oferecidos no local através do Contrato de Repasse n 036352493/2011 – Jardim Coqueiros no município de Palhoça, conforme discriminado nos anexos, partes integrantes deste Edital. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 21 de março de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

Cod. Mat.: 593948

Palmitos

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
Processo Licitatório n° 28/2019. Modalidade: Tomada de Preço 08/2019. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO NA LINHA SÃO BRÁS, NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC.** Data da entrega dos envelopes: 08/04/2019 até as 08:30 horas. Data da abertura: 08/04/2019 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 21 de Março de 2019. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Cod. Mat.: 593864

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
Processo Licitatório n° 29/2019. Modalidade: Pregão Presencial nº 15/2019. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRITA GRADUADA Nº 02.** Data da entrega dos envelopes: 03/04/2019 até as 08:30 horas. Data da abertura: 03/04/2019 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 21 de Março de 2019. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Cod. Mat.: 593865

Presidente Getúlio

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 05/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2019

Objeto: **EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA, NA COMUNIDADE ESTRADA GERAL SÃO JOSÉ, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, COM ÁREA DE 632,60 M², Nº OPERAÇÃO 1047832-51.** Entrega dos envelopes até o dia 10/04/2019 às 09h00min. Sessão de abertura às 09h15 min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto Muller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: https://presidentegetulio.atende.net

Presidente Getúlio, 20 de março de 2019
Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 593840

Quilombo

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 28/2019
Edital: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 28/2019
Forma de Julgamento: Menor Preço/Preço Por Item
Regime de Execução: Indireta
Objeto: AQUISIÇÃO DE EMPREITADA INTEGRAL P/EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA EMQ 111 DA LINHA VISTA ALEGRE; RUA JOSÉ NUNES DO BAIRRO N.SRA.APARECIDA; SERVIDÃO AIRTON SENA DO BAIRRO BELA VISTA; RUA CASTELO BRANCO DO BAIRRO NOVA ESPERANÇA E RUAS REGINA SPONCHIADO E TIRADENTES DA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, CONFORME PROJETOS DO MUNICÍPIO.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 09/04/2019.
Abertura dos Envelopes: 09:10 horas do dia 09/04/2019.
A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município www.quilombo.sc.gov.br
Quilombo, 21 de março de 2019.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 594005

Santa Helena

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 24/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2019
O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório nº 24/2019, na Modalidade de Dispensa de Licitação n° 02/2019, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de empresa para fornecimento de rádio feira completa, máquinas e sistema para venda de fichas na VIII Extenoleite, serviços de produção local e logistica para show nacional de Humberto e Ronaldo que se realizará no dia 23 de março de 2019, durante a realização da VIII Extenoleite.
Santa Helena (SC), 21 de março de 2019.
LUIZ GLUITZ
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 593839

São Francisco do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EDITAL DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TÁXIS Nº 001/2019

ERRATA
A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, leva ao conhecimento dos interessados que o Anexo IV do edital em epígrafe, sofreu alteração**.**
Portanto, **onde se lê**:
ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INTERESSE NOS PONTOS DE ÔNIBUS QUE POSSUI PARA ADOÇÃO.
(nome do declarante/representante legal), portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, representante da (pessoa física se for o caso), ... contendo 02 (duas) **abrigos**.

Leia-se:
ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INTERESSE NO PONTO DE TÁXI QUE POSSUI INTERESSE.
(nome do declarante/representante legal), portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, representante da (pessoa física se for o caso), ... contendo 02 (duas) **vagas**.

Os demais itens permanecem inalterados.
São Francisco do Sul, 21 de março de 2019.

Wilson Felício dos Reis
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas Interino

Cod. Mat.: 593856

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar n.º 123/2006, o Decreto nº 3.555/2000, o Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, a Lei 8.666/93, e suas modificações, que realizará o procedimento licitatório abaixo:
LICITAÇÃO Nº 059/2019 – Pregão Presencial – Tipo Menor Preço
OBJETO: Contratação de empresa para locação, montagem, manutenção e desmontagem de ESTRUTURAS PARA EVENTOS, CENOGRAFIA E MOBILIÁRIO, durante a realização da 31ª Festilha – Festa das Tradições da Ilha, que acontecerá no período de 12/04 à 15/04, no Centro Histórico, neste Município.
DATA/HORÁRIO DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h30 do dia 04/04/2019.
DATA/HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 04/04/2019, às 09h.
LICITAÇÃO Nº 060/2019 – Pregão Presencial – Tipo Menor Preço
OBJETO: Contratação de empresa especializada para veiculação de publicidade institucional, visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Turismo e lazer na divulgação das ações e programação da 31ª Festilha 2019.
DATA/HORÁRIO DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 10h30 do dia 04/04/2019.
DATA/HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 04/04/2019, às 11h.
O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sito à Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro, das 08h às 14h, ou no site www.saofranciscodosul.sc.gov.br.
São Francisco do Sul, 21 de março de 2019.

Wilson Felício dos Reis
Secretário Municipal de Administração

Cod. Mat.: 593891

São Lourenço do Oeste

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC**, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará **Sessão de Licitação no dia 03/04/2019, às 14h15min**, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2019. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM PARA PREPARAÇÃO DE SOLO, FORNECIMENTO E PLANTIO DE FLORES, BEM COMO MANUTENÇÃO DE PAISAGISMO, DAS NAS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.** Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 21 de Março de 2019.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

Cod. Mat.: 594059

São Ludgero

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO
Departamento de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 055/2019
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS
Nº PROCESSO P/ MODALIDADE: Nº 002/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS, A SEREM EXECUTADOS EM TRECHOS DE RUAS LOCALIZADAS NO BAIRRO ENCOSTA DO SOL, EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS, PLANILHAS E DEMAIS ANEXOS.

Data de Abertura de Envelopes: 10/04/2019
Hora da Abertura de Envelopes: 09 horas

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço e horários: Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min, site: www.saoludgero.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3657-8818.

São Ludgero (SC), 21 de Março de 2019

Ibaneis Lembeck
Prefeito de São Ludgero

Cod. Mat.: 594016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO
Departamento de Licitações e Contratos
ERRATA 01

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 051/2019
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
Nº PROCESSO P/ MODALIDADE: Nº 030/2019
O Município de São Ludgero torna público a alteração na data de abertura do processo acima mencionado, por motivos de alterações no Edital e anexos, ficando determinado a nova data de abertura para o dia 11 de Abril de 2019 às 09:00 horas, no Departamento de Licitações desta municipalidade, situado no endereço abaixo.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO DE VIAS, LOGRADOUROS E PÁTIOS DE IMÓVEIS PÚBLICOS.

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço e horários: Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min, site: www.saoludgero.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3657-8817.

São Ludgero (SC), 21 de Março de 2019.

Ibaneis Lembeck
Prefeito de São Ludgero

Cod. Mat.: 594058

Três Barras

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 13/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2019
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE inscrito no CNPJ sob o nº. 11.491.075/0001-39.
Contratada: ORGANIZACOES OPTICAS CARVALHO LTDA - CNPJ: 00.142.823/0001-51.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ARMAÇÕES E LENTES DE GRAU AOS MUNÍCIPES, MEDIANTE AUTORIZAÇÃO PREVIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Valor: conforme tabela definida no edital de credenciamento nº. 02/2019 com estimativo de até R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para o exercício.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 02/2019 deste Município.
Três Barras - SC, 20 de março de 2019.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI - PREFEITO MUNICIPAL
ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURÍDICO

Cod. Mat.: 593958

"**AVISO DE LICITAÇÃO".**
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Procedimento Licitatório nº. 14/2019.
Edital Tomada de Preços nº. 02/2019.
O Fundo Municipal de Saúde de Três Barras – SC torna público que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 12 de abril de 2019, Documentação e Propostas para contratação de empresa visando o fornecimento de materiais e mão de obra para EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÕES E ADEQUAÇÕES NO PREDIO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRO, em conformidade com as disposições contidas no edital e seus anexos.
Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 12 de abril de 2019.
Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: http://tresbarras.sc.gov.br" http://tresbarras.sc.gov.br ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".
Três Barras - SC, 20 de março de 2019.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL
ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURIDICO

Cod. Mat.: 593959

Videira

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2019 – PMV
O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 06/2019 – PMV para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A ETAPA 01 DA REFORMA DO PAÇO MUNICIPAL, SITUADO A AVENIDA MANOEL ROQUE, N. 188, COM ÁREA DE REFORMA DE 547,78M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, BAIRRO ALVORADA, CONFORME PROJETO BÁSICO**. As propostas e documentos serão recebidos até as **14:00:00h** do dia **10 de abril de 2019**. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no *site* www.videira.sc.gov.br, link "Transparência", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Compras e Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R$ 30,00. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.
Videira/SC, 20 de março de 2019.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 593843

Xavantina

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC. AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019 PMXV. Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível fornecimento de refeições para os participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Crianças e Adolescentes que participam das oficinas pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) com alguma vulnerabilidade social, conforme descrito no Anexo "C" deste edital. **Recebimento das propostas**: até às 08h30 do dia 04/04/2019. **Abertura**: dia 04/04/2019, às 08h45. O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100. Xavantina - SC, em 21 de março de 2019. **CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal.**

Cod. Mat.: 594070

Zortéa

Tomada de Preços Nº 01/2019. Processo Licitatório Nº 026/2019. Para Obras e Serviços de Engenharia. Tipo Menor Preço Global por Lote. Objeto: contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção e empresa do ramo de engenharia/construção civil para a construção de 15 Casas Populares, com 56m² cada no município de Zortéa, conforme Memorial Descritivo, Orçamentos, Projetos e Cronograma. Recebimento dos envelopes, contendo a documentação de habilitação e a proposta de preços dos interessados CADASTRADOS junto ao Município de Zortéa, dar-se até às 09h do dia 08/04/2019, no Protocolo do Setor de Licitações deste Município, sito Rua Otaviano Oleoni Franceschi, nº 53 - Centro. As empresas interessadas não cadastradas no cadastro de Fornecedores do Município de Zortéa, ou com o certificado de registro cadastral vencido deverão apresentar toda a documentação exigida para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, até o dia 04/04/2019. O início da abertura dos Envelopes 01 - Documentação dar-se-á às 09h05 do dia 08/04/2019 na Sala de Licitações do Município de Zortéa, situada no endereço supracitado. Alcides Mantovani - Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 594032

Publicações Diversas

MÓVEIS RUDNICK S.A
CNPJ: 86.046.612/0001-30

BALANÇO PATRIMONIAL/ R$ MIL

ATIVO	**2018**	**2017**
Circulante	52.126	55.899
Não Circulante	113.602	121.752
TOTAL DO ATIVO	165.728	177.651
PASSIVO	**2018**	**2017**
Circulante	66.717	68.067
Não Circulante	55.012	49.696
Patrimônio Líquido	43.999	59.888
TOTAL DO PASSIVO	165.728	177.651

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2018	**2017**
Receita Operacional Bruta, Financeiras e Operacionais	117.613	120.444
Deduções da Receita Bruta, Custo dos Produtos Vendidos, Operacionais, Financeiros, Tributários e Resultados do Exercício	(117.163)	(120.444)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Ingomar Rudnick – Presidente
Leomar Rudnick – 1º Vice Presidente
Adriane Rudnick – 2º Vice Presidente
Alcides Edmundo Rudnick - Conselheiro
Igor Rudnick – Conselheiro
Fabiano Rudnick - Conselheiro
Mário Nenevê – Conselheiro
DIRETORIA
Fernando Gassner - Diretor Geral
Roger Jochem – Diretor de Operações
CONTADOR
Jazonir Ressel
CRC/SC 040787/O-2

Cod. Mat.: 594018

RIO DO SAPO ENERGIA S/A - CNPJ: 09.322.423/0001-00 – NIRE: 42300041378 - AVISO AOS ACIONISTAS - Comunicamos que se encontram à disposição dos acionistas, na sede social, localizada na Rua Joinville, nº 209, sala 301-E, bairro Vila Nova, Blumenau/SC, CEP: 89035-600 todos os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Blumenau, 22 de março de 2019. Mateus Stefanello - Diretor Administrativo/Financeiro.

Cod. Mat.: 593940

HE REFLORESTAMENTO S/A
RIO DO SUL
TRANSCRITO DO LIVRO DIÁRIO Nº 002 FLs. 001 A 500
PERÍODO: 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017.
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

ATIVO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	1.722.385,96	903.418,09
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.721.883,73	903.418,09
BENS E DIREITOS REALIZÁVEIS	502,23	0,00
TOTAL DO ATIVO	1.722.385,96	903.418,09

PASSIVO	2017	2016
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.722.385,96	903.418,09
CAPITAL SOCIAL	10.000,00	10.000,00
RESERVAS DE CAPITAL	1.620.000,00	880.000,00
RESERVAS DE LUCROS	92.385,96	13.418,09
TOTAL DO PASSIVO	1.722.385,96	903.418,09

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2017	2016
DESPESAS OPERACIONAIS	2.697,84	1.150,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.574,30	1.150,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	123,54	0,00
DESPESAS (-) RECEITAS FINANCEIRAS	(81.665,71)	(14.568,09)
(=) LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO	78.967,87	13.418,09
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	78.967,87	13.418,09

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	2017	2016
(=) Lucros Acumulados no Inicio do Período	13.418,09	0,00
(=) Lucro Líquido do Exercício	78.967,87	13.418,09
(=) Lucros Acumulados no Final do Período	92.385,96	13.418,09

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2017.
CONTEXTO OPERACIONAL
A empresa HE Reflorestamento S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Coelho Neto, nº 191 Sala 209, bairro Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, e tem como principal atividade Reflorestamento e Administração de Aplicações Financeiras Próprias.
A empresa iniciou suas atividades no dia 08 de abril de 2016 e a suas Atas estão devidamente registradas na JUCESC.
CAPITAL SOCIAL
O capital social da empresa, totalmente integralizado é de R$ 10.000,00, dividido em 10.000 ações ordinárias de valor nominal de R$ 1,00.
APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS
A empresa declara, sem qualquer reserva, que estas Demonstrações Contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram elaboradas em conformidade com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.
A empresa tem como prática a adoção do Regime de Competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como para o reconhecimento das receitas, custos e despesas.
As obrigações tributárias estão demonstradas pelo seu valor histórico, reconhecidos, quando aplicáveis, os acréscimos legais.
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas de liquidez imediata, resgatáveis em prazo de 90 dias ou menos, e aplicações demonstradas pelo custo acrescido de juros auferidos.
FORMA DE TRIBUTAÇÃO
A empresa apura seus impostos pelo regime Lucro Presumido.
CONTINUIDADE DA EMPRESA
A empresa continua suas atividades normais por prazo indeterminado.

Rio do Sul - SC, 31 de dezembro de 2017.

Cod. Mat.: 592381

CENTRO EDUCACIONAL TIMBO S/A
CNPJ/MF: 04.762.604/0001-26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. As Demonstrações Financeiras e Notas explicativas referente o exercício encerrado em 31/12/2018. Permanecemos ao inteiro dispor na sede da Companhia para prestar-lhes esclarecimentos.
Balanço Patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de:

(Em Reais)	2018	2017
ATIVO	**1.205.206**	**1.191.022**
ATIVO CIRCULANTE	**542.466**	**498.389**
Caixa e equivalentes a caixa	59.146	57.507
Contas a receber	133.568	122.536
Estoques		36.885
Tributos a recuperar	34.604	15.026
Outros créditos	315.148	266.435
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**662.740**	**692.633**
Imobilizado	662.740	692.633
PASSIVO +PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.205.206**	**1.191.022**
PASSIVO CIRCULANTE	**322.382**	**177.711**
Fornecedores	140.000	37.852
Obrigações Sociais	88.789	82.407
Obrigações Tributárias	14.887	8.647
Outras Contas a Pagar	78.706	48.805
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**374.755**	
Empréstimos e financiamentos	374.755	
PATRIMONIO LÍQUIDO	**508.069**	**1.013.311**
Capital Social Subscrito	500.000	800.000
Ações em tesouraria	-57.066	-48.357
Reserva legal	23.235	23.235
Reserva de Lucros	41.900	238.433

Demonstração do resuldado dos exercícios findos em 31 de dezembro de:

(Em Reais)	2018	2017
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	**1.273.798**	**1.146.578**
Deduções da Receita Bruta	-72.839	-36.426
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	1.200.959	**1.110.152**
CUSTO SERVIÇOS PRESTADOS	**-621.590**	**-547.163**
LUCRO BRUTO	**579.369**	**562.989**
Despesas Operacionais	**-679.482**	**-700.238**
(-) Despesas Gerais e Administrativas	**-674.949**	-701.330
(+) Outras receitas	-4.533	1.092
(PREJUÍZO)/LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**-100.113**	**-137.249**
Despesas financeiras	(6.789)	-16.613
Receitas financeiras	28.986	67.414
Resultado Financeiro Líquido	**22.197**	**50.801**
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES	**-77.916**	**-86.448**
(-) Provisão para CSLL		
(-) Provisão para IRPJ		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**-77.916**	**-86.448**
(Prejuízo)/Lucro por Ação	**(0,10)**	**(0,11)**

Joseane Sandra Benaci Bertoldi
Diretor Presidente
CPF: 834.731.819-00

Cristiane Jacqueline Perini
Contadora
CRC 20.318/O-6
CPF: 896.445.579-72

Cod. Mat.: 593801

HE REFLORESTAMENTO S/A
RIO DO SUL
TRANSCRITO DO LIVRO DIÁRIO Nº 003 FLs. 001 A 500
PERÍODO: 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018.
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

ATIVO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	1.892.031,73	1.722.385,96
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.891.529,48	1.721.883,73
BENS E DIREITOS REALIZÁVEIS	502,25	502,23
TOTAL DO ATIVO	1.892.031,73	1.722.385,96

PASSIVO	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE	10,14	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	10,14	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.892.021,59	1.722.385,96
CAPITAL SOCIAL	10.000,00	10.000,00
RESERVAS DE CAPITAL	1.649.990,00	1.620.000,00
RESERVAS DE LUCROS	232.031,59	92.385,96
TOTAL DO PASSIVO	1.892.031,73	1.722.385,96

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2018	2017
DESPESAS OPERACIONAIS	2.150,00	2.697,84
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.150,00	2.574,30
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	0,00	123,54
DESPESAS (-) RECEITAS FINANCEIRAS	(141.795,63)	(81.665,71)
(=) LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO	139.645,63	78.967,87
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	139.645,63	78.967,87

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	2018	2017
(=) Lucros Acumulados no Inicio do Período	92.385,96	13.418,09
(=) Lucro Líquido do Exercício	139.645,63	78.967,87
(=) Lucros Acumulados no Final do Período	232.031,59	92.385,96

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2018.
CONTEXTO OPERACIONAL
A empresa HE Reflorestamento S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Coelho Neto, nº 191 Sala 209, bairro Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, e tem como principal atividade Reflorestamento e Administração de Aplicações Financeiras Próprias.
A empresa iniciou suas atividades no dia 08 de abril de 2016 e a suas Atas estão devidamente registradas na JUCESC.
CAPITAL SOCIAL
O capital social da empresa, totalmente integralizado é de R$ 10.000,00, dividido em 10.000 ações ordinárias de valor nominal de R$ 1,00.
APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS
A empresa declara, sem qualquer reserva, que estas Demonstrações Contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram elaboradas em conformidade com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.
A empresa tem como prática a adoção do Regime de Competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como para o reconhecimento das receitas, custos e despesas.
As obrigações tributárias estão demonstradas pelo seu valor histórico, reconhecidos, quando aplicáveis, os

acréscimos legais.
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas de liquidez imediata, resgatáveis em prazo de 90 dias ou menos, e aplicações demonstradas pelo custo acrescido de juros auferidos.
FORMA DE TRIBUTAÇÃO
A empresa apura seus impostos pelo regime Lucro Presumido.
CONTINUIDADE DA EMPRESA
A empresa continua suas atividades normais por prazo indeterminado.

Rio do Sul - SC, 31 de dezembro de 2018.

Cod. Mat.: 592388

Abimex Importação e Exportação S.A.
CNPJ: 07.121.351/0001-08.
Demonstrações Contábeis - 31/12(Em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Ativo Circulante	**171.279**	**70.616**	**584.379**	**443.339**
Não Circulante				
Real. a Longo Prazo	6.008	6.708	67.504	49.557
Investimentos	**252.891**	**230.235**	**7.723**	**5.783**
Imobilizado	**160**	**200**	**125.964**	**110.395**
Intangível	**6.775**	**6.775**	**9.647**	**9.411**
Total do Ativo	**437.113**	**314.534**	**795.217**	**618.485**
Passivo Circulante	**26.630**	**36.245**	**119.871**	**124.575**
Não Circulante	**108.871**	**12.162**	**281.815**	**140.342**
Patrimônio Líquido				
Capital Social	212.207	212.207	212.207	212.207
Reservas de Lucros	89.274	53.497	89.274	53.497
Outros Res. Abrang.	131	423	131	423
Patrim. Líq. Atrib. aos Acion. da Cont.	**301.612**	**266.127**	**301.612**	**266.127**
Particip. dos não Control. no PL das Contr.	-	-	91.919	87.441
Total do Patr. Líq.	**301.612**	**266.127**	**393.531**	**353.568**
Total do Passivo e Patrimônio Líq.	**437.113**	**314.534**	**795.217**	**618.485**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Rec. Oper. Líquida	**118.784**	**95.359**	**698.437**	**601.684**
Lucro Bruto	20.145	14.672	201.855	185.655
Lucro Antes dos Trib. e Participações	**44.853**	**30.905**	**52.927**	**67.827**
Imp. de Ren. e Cont. Soc. Correntes e Diferidos	773	1.840	18.759	(8.524)
Part. dos Colabor.	(30)	(32)	(7.403)	(7.148)
Luc. Líq. do Exer.	**45.596**	**32.713**	**64.283**	**52.155**
Atribuído a:				
Particip. da Controladora			45.596	32.713
Part. dos não Contr.			18.687	19.442

Dênis Luiz Lunelli - Diretor Presidente
Elisandro Silveira - Contador CRC: RS-072089/O- 0T-SC
NOTA: As demonstrações contábeis foram auditadas por Müller & Prei Auditores, sem ressalvas no parecer.

Cod. Mat.: 593918

TAMBAÚ ENERGÉTICA S.A. - CNPJ: 05.081.798/0001-67 – NIRE: 42300032913 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada no dia 23 de abril de 2019, às 14:00 horas, no Auditório da ACIB - Associação Empresarial de Blumenau, localizado na Rua Antonio Treis, nº 607, 2º andar, sala C, Centro Empresarial de Blumenau, bairro Vorstadt, CEP: 89015-400, município de Blumenau/SC, já que não há acomodações suficientes na sede da companhia. Ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2018, a distribuição de dividendos, e o pagamento antecipado dos lucros mensais do exercício de 2019; 3) Eleição do Conselho Fiscal, e; 4) Eleição do Conselho Consultivo. Ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária: 1) Altera o Estatuto Social da companhia, alterando a redação do Artigo 16, que descreve as competências de qualquer dos Diretores e incluindo a alínea "c", acrescentando a competência de representar individualmente a companhia junto às entidades certificadoras; 2) Ratificação da decisão de saída da companhia do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), em data a critério da Diretoria; e 3) Assuntos Gerais. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede e no site da companhia (www.eletrisa.com.br), os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Blumenau, 22 de março de 2019. Olinto Silveira - Diretor Administrativo.

Cod. Mat.: 593845

C.W. RITZMANN AGROFLORESTAL S/A
CNPJ Nº 85.128.999/0001-01
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2.018	2.017
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes	3.101,52	5.241,21
Clientes	-	106,85
Adiantamentos	521.282,70	483.982,59
Outros Créditos	-	-
Impostos e Recuperar	70.039,78	188.980,36
Despesas Exercício Seguinte	-	-
Total do Ativo Circulante	**594.424,00**	**678.311,01**
NÃO CIRCULANTE		
INVESTIMENTOS		
Empréstimo Compulsório	-	8.375,51
Participações	1.841.307,48	2.330,06
Total Investimentos	**1.841.307,48**	**10.705,57**
IMOBILIZADO		
Bens em Operação (Líquido)	13.373.901,27	14.781.139,77
Total do Imobilizado	**13.373.901,27**	**14.781.139,77**
Total Ativo N/Circulante	**15.215.208,75**	**14.791.845,34**
TOTAL DO ATIVO	**15.809.632,75**	**15.470.156,35**

	2.018	2.017
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	1.060,00	7.568,49
Obrigações Sociais	2.299,88	10.913,26
Obrigações Tributárias	19.006,95	16.444,70
Outras Obrigações	-	1.667,86
Provisões Trabalhistas	1.864,97	7.284,46
Crédito de Sócios	9.819.666,38	9.379.283,25
Total do Passivo Circulante	**9.843.898,18**	**9.423.162,02**
NÃO CIRCULANTE		
EXIGÍVEL L. PRAZO		
Crédito de Sócios	37.444,85	37.444,85
Total do Exig. a L. Prazo	37.444,85	37.444,85
Total Passivo N/ Circulante	**37.444,85**	**37.444,85**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	6.784.152,00	6.784.152,00
Prejuízos Acumulados	- 855.862,28	- 774.602,52
Total do Patrimônio Líquido	5.928.289,72	6.009.549,48
TOTAL DO PASSIVO	**15.809.632,75**	**15.470.156,35**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2.018	2.017
RECEITA OP. BRUTA	**803.627,89**	**749.836,57**
(-) Dedução das Vendas	- 30.040,09	- 28.278,44
RECEITA OPERAC. LÍQUIDA	**773.587,80**	**721.558,13**
(-) Custo dos Prod. Vendidos	- 8.258,00	-
LUCRO OPERAC. BRUTO	**765.329,80**	**721.558,13**
(-) Despesas Operacionais	- 652.368,56	- 691.874,03
RESULTADO ANTES DO	**112.961,24**	**29.684,10**
Desp. (-) Rec. Financeira	- 133.841,15	- 6.382,75
RESULTADO ANTES DOS	**- 20.879,91**	**23.301,35**
(-) Provisão IRPJ/CSLL	- 60.379,85	- 56.007,67
RES. LIQUIDO EXERCICIO	**- 81.259,76**	**- 32.706,32**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	2.018	2.017
1) ATIVIDADES OPERAIONAIS		
Resultado do Exercício	- 81.259,76	- 32.706,32
(+) Depreciações e Exaustão	214.947,14	250.775,52
(-) Resultado n/Operacional	- 18.111,16	-
1.1 (=) Lucro liquido	**115.576,22**	**218.069,20**
Ajuste dos Ativos		
(+/-) Duplicatas a receber de	106,85	- 106,85
(+/-) Outras Contas a receber	- 37.300,11	- 34.736,20
(+/-) Adiantamentos	-	-
(+/-) Impostos a Recuperar	118.940,58	9.552,89
(+/-) Despesas exercício	-	230,64
	81.747,32	- 25.059,52
Ajuste dos Passivos		
(+/-) Fornecedores	- 6.508,49	7.568,49
(+/-) Obrigações Sociais	- 8.613,38	8.044,87
(+/-) Obrigações Tributárias	2.562,25	- 1.978,67
(+/-) Provisões	- 5.419,49	6.438,01
(+/-) Outras Contas à Pagar	438.715,27	301.190,82
1.3 (=) Acresc/Dim. de	420.736,16	321.263,52
ACRESCIMO DE	**654.282,02**	**514.273,20**
2) ATIVIDADES		
(+) Vendas do imobilizado	30.000,00	-
(-) Aquisições do imobilizado	- 686.421,71	- 539.329,82
DIMINUIÇÃO DO	**- 656.421,71**	**- 539.329,82**
3) ATIVIDADES		
(-) Ajustes Exerc. Anteriores	-	-
(-) Integralização de Capital	-	-
DIMINUIÇÃO DO	**-**	**-**
RESUMO: Saldo Inicial	5.241,22	30.297,84
(+) Acréscimos	- 2.139,69	- 25.056,62
Saldo Final caixa/bancos	**3.101,53**	**5.241,22**

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 01-APRESENTAÇÃO.
As Demonstrações Financeiras estão apresentadas de conformidade com a legislação societária e fiscal.

NOTA 02-SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.
• APURAÇÃO DO RESULTADO: O Resultado é apurado pelo regime de competência do exercício, ajustado pelos efeitos líquidos de correção monetária do ativo permanente e patrimônio líquido até 31.12.1995.

• ATIVO PERMANENTE:O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos monetariamente até 31.12.1995. As depreciações são calculadas pelo método linear e também corrigidas monetariamente, absorvidas no custo dos produtos e despesas gerais.despesas gerais.despesas gerais.

NOTA 03-IMOBILIZADO.	**2.018**	**2.017**
Terrenos	8.618.445,12	8.208.445,12
Edificações	3.903.479,35	6.015.474,14
Veiculos	0,00	290.081,56
Móveis e Utencílios	49.758,77	43.898,77
Hardware/Software	12.418,67	13.714,25
Reflorestamento	1.800.000,00	1.800.000,00
(-) Depreciação Acum.	-1.010.200,64	-1.590.474,07
TOTAL LÍQUIDO	**13.373.901,27**	**14.781.139,77**

NOTA 04-EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS.
Os financiamentos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, dos correspondentes encargos, até a data do balanço.

NOTA 05-CAPITAL SOCIAL.
O Capital Social é de R$ 6.784.152,00, subscrito e integralizado, representado por 6.784.152 (Seis milhões, setecentas e oitenta e quatros mil, cento e cinqüenta e duas) ações ordinárias e nominativas, s/ valor nominal.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO

	2.018	2.017
Capital Social	6.784.152,00	6.784.152,00
Prejuizos Acumulados	- 774.602,52	- 741.896,20
Ajustes	-	-
Resultado do período	- 81.259,76	- 32.706,32
Saldo Final	**5.928.289,72**	**6.009.549,48**

Carlos Werner Ritzmann
Diretor-Presidente

Wilson Beuther
Contador
CRC-SC 16.490/O-8

Cod. Mat.: 593757

CAMPEÃ S.A. - Indústria Têxtil – Desde 1926
NIRE 42300012874 - CNPJ 84.686.443/0001-78
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocação: Data e Hora: 25 de abril de 2019, às 20:30 horas. Local: sede social, na Rua São Paulo, 305, Joinville, SC. **ORDEM DO DIA: Em Assembleia Geral Ordinária: 1)** Apreciação e deliberação sobre as Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2018; **2)** Destinação do resultado do exercício e distribuição dos juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos; **3)** Ratificação da distribuição dos juros sobre o capital próprio; **4)** Eleição da Diretoria e fixação dos honorários para o exercício. **Em Assembleia Geral Extraordinária: 1)** Deliberação sobre a proposta da Diretoria para elevação do capital social mediante capitalização de reservas e consequente alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social. **AVISO:** Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede da Sociedade, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2018. Joinville (SC), 21 de março de 2019. **Roberto Jorge Keller – Diretor Presidente**

Cod. Mat.: 592857

SOPASTA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

86.352.069/0001-08

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. **A DIRETORIA**

Balanço Patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

		31/12/2018	31/12/2017
ATIVO		**114.235.517,65**	**97.914.961,39**
ATIVO CIRCULANTE	**NE**	**64.633.688,75**	**51.906.429,85**
Caixa e Equivalentes de Caixa	03.01.01	17.226.408,55	8.505.250,71
Contas a Receber de Clientes	03.01.02	24.434.296,72	23.380.990,30
Impostos a Recuperar	03.01.03	2.037.235,17	1.793.419,37
Outros Créditos	03.01.04	467.219,25	1.136.476,90
Estoques	03.01.05	19.995.332,78	16.617.760,41
Despesas Antecipadas	03.01.06	186.927,90	183.255,58
Investimentos de Curto Prazo	03.01.07	286.268,38	289.276,58
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**49.601.828,90**	**46.008.531,54**
Impostos a Recuperar	03.02.01	877.615,79	136.949,74
Créditos Fiscais - Diferenças Temporárias	03.02.02	292.125,95	107.314,39
Depósitos Judiciais	03.02.03	22.955,58	59.023,47
Investimentos	03.02.04	187.473,99	176.790,01
Imobilizado	03.02.05	45.035.459,82	42.335.705,50
Intangível	03.02.06	-	6.550,66
Ativos Biológicos	03.02.07	3.186.197,77	3.186.197,77
		31/12/2018	**31/12/2017**
PASSIVO		**114.235.517,65**	**97.914.961,39**
PASSIVO CIRCULANTE	**NE**	**27.068.642,11**	**22.597.534,47**
Fornecedores	03.03.01	15.881.111,27	13.208.923,97
Instituições Financeiras	03.03.02	5.054.187,78	3.379.468,32
Obrigações Sociais e Trabalhistas	03.03.03	3.358.258,01	3.287.597,54
Obrigações Tributárias	03.03.04	840.282,02	1.274.149,65
Adiantamentos de Clientes	03.03.05	26.945,59	159.805,72
Outras Obrigações	03.03.06	1.907.857,44	1.287.589,27
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**24.728.269,30**	**16.693.645,17**
Instituições Financeiras	03.03.02	16.466.436,49	5.738.906,23
Impostos Diferidos	03.03.07	6.680.393,15	6.696.595,79
Débitos com Pessoas Ligadas	03.03.08	1.581.439,66	4.258.143,15
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**62.438.606,24**	**58.623.781,75**
Capital Social	03.04.01	42.231.297,00	38.000.000,00
Reservas de Capital	03.04.02	1.248.214,57	1.749.374,35
Reservas de Reavaliação	03.04.03	1.988.844,44	2.020.296,56
Ajustes de Avaliação Patrimonial	03.04.04	10.922.658,72	10.922.658,72
Reservas Estatutárias	03.04.05	5.500.000,00	5.500.000,00
Reservas de Lucros	03.04.06	547.591,51	431.452,12

As notas explicativas da Diretoria são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrativo de Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA BRUTA DE VENDAS	**152.525.552,69**	**143.052.204,65**
(-) Deduções de Vendas	(25.777.613,29)	(25.113.833,17)
(=) RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**126.747.939,40**	**117.938.371,48**
(-) Custo de Produtos Vendidos	(103.391.874,33)	(94.884.288,07)
(=) LUCRO BRUTO	**23.356.065,07**	**23.054.083,41**
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	**(24.079.650,91)**	**(23.097.409,63)**
Despesas com Vendas	(12.985.205,40)	(12.278.998,92)
Despesas Administrativas	(10.764.847,22)	(10.568.914,26)
Despesas Tributárias	(482.527,97)	(354.845,73)
Outras Receitas / Despesas Operacionais	152.929,68	105.349,28
(=) RESULTADO OPERACIONAL	**(723.585,84)**	**(43.326,22)**
(+/-) Resultado Financeiro	**(480.342,11)**	**(382.799,86)**
Receitas Financeiras	800.652,09	1.151.281,35
Despesas Financeiras	(1.280.994,20)	(1.534.081,21)
(=) RESULTADO APÓS EFEITOS FINANCEIROS	**(1.203.927,95)**	**(426.126,08)**
(+/-) Outras Receitas e Despesas (Não Operacionais)	2.800.701,10	3.322.777,28
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**1.596.773,15**	**2.896.651,20**
(+/-) IR e CSLL	(374.791,78)	(977.555,25)
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.221.981,37**	**1.919.095,95**
Lucro básico e diluído por ação ON - R$	**0,03**	**0,05**

As notas explicativas da Diretoria são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES (AO):		
Resultado Líquido do Exercício	**1.221.981,37**	**1.919.095,95**
Itens que não afetam o Caixa:		
(+) Depreciação, Amortização e Exaustão	1.795.875,62	4.533.785,97
(+) Resultado na Alienação e Baixas do Ativo Permanente	1.175.942,59	54.445,56
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(16.202,64)	(16.202,64)
(+) Provisão para Contingências Trabalhistas	(92.140,57)	106.898,14
Total	**4.085.456,37**	**6.598.022,98**
Aumento (Redução) de Ativos e Passivos:		
Contas a Receber	(1.053.306,42)	(4.239.883,57)
Estoques	(3.377.572,37)	(1.010.771,89)
Impostos a Recuperar	(1.169.293,41)	624.277,82
Outros Ativos	693.977,44	(1.061.715,26)
Fornecedores	2.672.187,30	1.245.465,72
Obrigações Sociais e Trabalhistas	162.801,04	15.107,08
Obrigações Tributárias	(433.867,63)	(253.372,63)
Outras Contas a Pagar	(743.888,72)	373.079,50
Total	**(3.248.962,77)**	**(4.307.813,23)**
(=) Caixa Líquido Gerado das Atividades Operacionais	**836.493,60**	**2.290.209,75**
Atividades de Investimentos (AI):		
Aquisições de Imobilizado	(4.489.079,28)	(420.425,18)
Recebimento com Alienação de Ativos	491.240,02	129.149,24
(=) Atividades de Investimentos	**(3.997.839,26)**	**(291.275,94)**
Atividades de Financiamentos (AF):		
Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(1.745.406,73)	(839.821,22)
Integralização de Capital	4.231.297,00	1.500.000,00
Empréstimos Captados	14.246.339,97	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(4.849.726,74)	(3.916.529,69)
(=) Recursos Líquidos Utilizados nas Atividades de Financiamentos	**11.882.503,50**	**(3.256.350,91)**
(=) Aumento (Redução) Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	**8.721.157,84**	**(1.257.417,10)**
Variação em Caixa e Equivalente de Caixa		
Saldo de Caixa e Equivalentes no início do Exercício	8.505.250,71	9.762.667,81
Saldo de Caixa e Equivalentes no final do Exercício	17.226.408,55	8.505.250,71
(=) Aumento (Redução) Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	**8.721.157,84**	**(1.257.417,10)**

As notas explicativas da Diretoria são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Capital Social	*Reserva de Lucro*	*Ajustes de Avaliação Patrimonial*	*Resultado Acumulado*	*Patrimônio Líquido*
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2017	**35.000.000,00**	**9.282.027,08**	**10.922.658,72**	**-**	**55.204.685,80**
Lucro Líquido do Exercício				1.919.095,95	1.919.095,95
Destinação cfe. AGOE de 13.04.2017	1.500.000,00	(1.500.000,00)			-
Integralização de Ações Subscritas Acionistas	1.500.000,00				1.500.000,00
Reavaliação Bens Imobilizado		(31.452,12)		31.452,12	-
Destinações Propostas					-
Reserva Legal		95.954,80		(95.954,80)	-
Dividendos					-
Reserva de Retenção de Lucros		1.854.593,27		(1.854.593,27)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**38.000.000,00**	**9.701.123,03**	**10.922.658,72**	**-**	**58.623.781,75**
Lucro Líquido do Exercício				1.221.981,37	1.221.981,37
Destinação cfe. AGOE de 12.04.2018	1.554.593,27	(1.554.593,27)			-
Integralização de Ações Subscritas Acionistas	2.676.703,73				2.676.703,73
Reavaliação Bens Imobilizado		(31.452,12)		31.452,12	-
Destinações Propostas		216.139,39			216.139,39
Reserva Legal		61.099,07		(61.099,07)	-
Dividendos		(300.000,00)			(300.000,00)
Reserva de Retenção Lucro		1.192.334,42		(1.192.334,42)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**42.231.297,00**	**9.284.650,52**	**10.922.658,72**	**-**	**62.438.606,24**

As notas explicativas da Diretoria são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (cifras expressas em reais)

01. Perfil Corporativo - A Sopasta é uma indústria de capital 100% nacional, que atua no mercado papeleiro desde 1952, tem como foco principal a produção de embalagens de papelão ondulado, além de papel semi-kraft em bobinas, chapas e acessórios de papelão ondulado. Utiliza em sua linha de produção matéria-prima reciclada e biodegradável. Sua área de atuação concentra-se principalmente no atendimento a clientes dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Pensando no futuro e dedicada a evoluir respeitando e preservando o meio ambiente, a Sopasta mantém seus próprios reflorestamentos que, juntamente com as estações de tratamento de água, fazem parte do programa de preservação ambiental mantido pela empresa. As referidas Demonstrações Financeiras foram aprovadas para divulgação pela Diretoria Financeira. **02. Apresentação das Demonstrações Contábeis -** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base na Lei 6.404/1976, com alterações trazidas pela Lei 11.638/2007, Resolução CFC Nº 1.255/2009 (NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) e a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP Estrutura Conceitual de 23/09/2016. Registre-se que a Companhia efetuou a adoção NBC TG 1000 de forma parcial, estando em seu cronograma de trabalho a adoção plena, a qual seguirá o previsto na NBC CTG 1000, de 30 de agosto de 2013. **03. Principais Práticas Contábeis / Composição de Saldos do Balanço - 03.01. Ativo Circulante - 03.01.01. Caixa e Equivalentes de Caixa -** Os saldos de disponibilidades e aplicações financeiras estão registrados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço. Os saldos do Balanço são assim compostos:

	2018	2017
Bancos Conta Corrente	237.882,36	79.993,85
Aplicações Financeiras	16.964.468,04	8.395.354,75
Caixa	24.058,15	29.902,11
Total	**17.226.408,55**	**8.505.250,71**

03.01.02. Contas a Receber de Clientes - As contas a receber de clientes correspondem aos valores das vendas de mercadorias no decurso normal da atividade da empresa e estão registradas ao valor nominal, uma vez que sua realização dar-se-á em curto prazo. **03.01.03. Impostos a Recuperar -** Seus valores estão registrados ao custo histórico. Os saldos do Balanço estão assim compostos:

	2018	2017
Créditos tributários estaduais	454.391,33	302.896,65
Créditos tributários federais	1.582.843,84	1.490.522,72
Total	**2.037.235,17**	**1.793.419,37**

03.01.04. Outros Créditos - Este grupo apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Adiantamentos a fornecedores	401.823,41	1.044.299,75
Adiantamentos a funcionários	58.742,94	89.645,15
Adiantamento para Despesa de Viagem	6.652,90	2.000,00
Cheques em cobrança	0,00	532,00
Total	**467.219,25**	**1.136.476,90**

03.01.05. Estoques - Os estoques de Matéria-Prima, Produtos Químicos, Outros Insumos, Material Secundário e Materiais Diversos, estão valorizados pelo custo médio mensal de aquisição. Os saldos do Balanço estão assim compostos:

Continua

	2018	2017
Produtos Acabados	6.483.220,63	6.518.515,33
Produtos em Elaboração	1.574.943,54	661.179,61
Matéria-prima	1.947.363,44	1.807.708,11
Produtos Químicos	1.061.311,89	469.830,37
Outros Insumos	256.730,81	155.385,84
Material Secundário	1.551.590,50	987.872,08
Materiais Diversos	7.120.141,97	6.017.269,07
Total	**19.995.332,78**	**16.617.760,41**

03.01.06. Despesas Antecipadas - As despesas antecipadas compreendem os prêmios de seguros ainda não reconhecidos no resultado. A Sopasta adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e também de responsabilidade civil. A Sopasta mantem ações preventivas contra riscos florestais e incêndios que demonstram serem eficientes de forma que a Direção entende que o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais é adequado para a continuidade operacional. **03.01.07. Investimentos de Curto Prazo -** Esta conta é composta por aplicações em Títulos de Capitalização com possibilidade de resgate imediato e estão atualizadas até a data do balanço. **03.02. ATIVO NÃO CIRCULANTE - 03.02.01. Impostos a Recuperar -** Seus valores estão registrados ao custo histórico. Referidos valores são representados por créditos tributários de ordem estadual. **03.02.02. Créditos Fiscais - Diferenças Temporárias - 1. Créditos Fiscais Provisão para Contingência Trabalhista -** A adoção de provisão para contingências trabalhistas gera créditos fiscais que serão realizados quando houver a efetivação da perda ou estornados quando houver a reversão da provisão pela extinção da obrigação. Composição do cálculo do crédito em 31/12/2018:

	IR	CSLL
Diferenças temporárias	223.489,97	223.489,97
(=) Base do crédito tributário	**223.489,97**	**223.489,97**
Alíquotas	25% (*)	9%
Crédito diferido	**55.872,49**	**20.114,10**

(*) Corresponde a 15% de IR + 10% de Adicional

2. Créditos Fiscais Prejuízo Fiscal - O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social foi reconhecido contabilmente, pois a Sopasta possui histórico de rentabilidade e tem expectativa de compensação de tais créditos com o lucro tributável de exercícios futuros (limitado a 30% do lucro por exercício). Composição do cálculo do crédito em 31/12/2018:

	IR	CSLL
Prejuízo Apurado em 2016	1.137.535,54	1.137.535,54
Prejuízo Compensado em 2018	(501.831,55)	(501.831,55)
(=) Base do crédito tributário	**635.703,99**	**635.703,99**
Alíquotas	25% (*)	9%
Crédito diferido	**158.926,00**	**57.213,36**

(*) Corresponde a 15% de IR + 10% de Adicional. **03.02.03. Depósitos Judiciais -** Referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais e estão relacionadas exclusivamente à discussões trabalhistas. **03.02.04. Investimentos -** São investimentos junto a cooperativas de crédito, sendo que seu saldo está reconhecido pelo custo, acrescido dos resultados capitalizados conforme informações da investida, conforme Seção 14 (itens 14.5 e 14.6) da Resolução CFC Nº 1.255/2009 (NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas). **03.02.05. Imobilizado -** A Companhia efetuou a adoção da NBC TG 1000 de forma parcial, e isso também ocorreu em relação à opção constante de seu item 35.10, que dispõe que a entidade que adotar a norma pela primeira vez pode optar por mensurar o Ativo Imobilizado ou a propriedade para investimento, na data de transição, pelo seu valor justo e utilizar esse valor justo como seu custo atribuído. O tratamento pleno deste item é parte integrante de seu cronograma de trabalho. Os saldos constantes do Balanço estão apresentados pelo seu custo histórico, acrescidos de reavaliação (efetuada em fevereiro de 2006), e da avaliação ao valor justo (aplicada tão somente ao grupo de Terrenos) realizada em dezembro de 2013, menos Depreciação Acumulada. A Depreciação do Imobilizado é calculada pelo método linear com base em taxas que levam em consideração a estimativa de vida útil econômica admitida para fins tributários, fixadas por espécie de bem. Segue quadro com movimentação do Imobilizado: **Composição da Movimentação do Imobilizado para o ano de 2017:**

Conta	Saldo em 31/12/2016 (b)	Aquisições Ano 2017	Baixas Ano 2017	Saldo em 31/12/2017	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido
Terrenos	18.197.905,88	-	-	18.197.905,88	-	18.197.905,88
Barragens e Canal	12.358,86	-	-	12.358,86	(12.358,86)	-
Edificações	3.187.898,00	28.664,00	-	3.216.562,00	(1.631.544,01)	1.585.017,99
Máquinas e Equipamentos	59.264.133,55	685.947,25	(569.627,08)	59.380.453,72	(37.514.825,17)	21.865.628,55
Veículos	1.863.916,83	304.040,00	(97.436,22)	2.070.520,61	(1.618.863,36)	451.657,25
Equipamentos de Informática	786.144,69	12.696,13	(21.547,94)	777.292,88	(682.738,61)	94.554,27
Móveis e Utensílios	458.472,09	25.503,48	(2.260,00)	481.715,57	(340.774,01)	140.941,56
Total	**83.770.829,90**	**1.056.850,86**	**(690.871,24)**	**84.136.809,52**	**(41.801.104,02)**	**42.335.705,50**

(a) Valor dos bens incluindo os valores de Reavaliação e Ajuste a Valor Justo e sem dedução da Depreciação. **Composição da Movimentação do Imobilizado para o ano de 2018:**

Conta	Saldo em 31/12/2017 (a)	Aquisições Ano 2018	Baixas Ano 2018	Saldo em 31/12/2018	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido
Terrenos	18.197.905,88	-	-	18.197.905,88	-	18.197.905,88
Barragens e Canal	12.358,86	-	-	12.358,86	(12.358,86)	-
Edificações	3.216.562,00	194.124,76	(60.029,02)	3.350.657,74	(1.740.037,41)	1.610.620,33
Máquinas e Equipamentos	59.380.453,72	8.020.446,24	(3.837.816,00)	63.563.083,96	(39.169.572,45)	24.393.511,51
Veículos	2.070.520,61	572.245,62	(446.780,00)	2.195.986,23	(1.562.341,99)	633.644,24
Equipamentos de Informática	777.292,88	43.527,12	(1.190,00)	819.630,00	(737.468,55)	82.161,45
Móveis e Utensílios	481.715,57	5.748,56	(1.198,00)	486.266,13	(368.649,72)	117.616,41
Total	**84.136.809,52**	**8.836.092,30**	**(4.347.013,02)**	**88.625.888,80**	**(43.590.428,98)**	**45.035.459,82**

(b) Valor dos bens incluindo os valores de Reavaliação e Ajuste a Valor Justo e sem dedução da Depreciação.

03.02.06. Intangível - Está demonstrado ao valor de custo. A amortização é reconhecida pelo método linear.

Composição do Intangível para o ano de 2017:

Conta	Saldo em 31/12/2016	Aquisições Ano 2017	Baixas Ano 2017	Saldo em 31/12/2017	Amortização Acumulada	Vlr Contábil Líquido
Direitos de Uso de Softwares	135.243,48	-	-	135.243,48	(128.692,82)	6.550,66
Total	**135.243,48**	**-**	**-**	**135.243,48**	**(128.692,82)**	**6.550,66**

Composição do Intangível para o ano de 2018:

Conta	Saldo em 31/12/2017	Aquisições Ano 2018	Baixas Ano 2018	Saldo em 31/12/2018	Amortização Acumulada	Vlr Contábil Líquido
Direitos de Uso de Softwares	135.243,48	-	-	135.243,48	(135.243,48)	-
Total	**135.243,48**	**-**	**-**	**135.243,48**	**(135.243,48)**	**-**

03.02.07. Ativos Biológicos - Estão valorizados pelo custo, acrescidos de reavaliação (efetuada em maio de 2006) menos exaustão acumulada.
A exaustão é gerada pelo corte das florestas quando de sua utilização como insumo nas atividades da Companhia.

Composição dos Ativos Biológicos para o ano de 2017:

Conta	Saldo em 31/12/2016	Aquisições Ano 2017	Baixas Ano 2017	Saldo em 31/12/2017	Exaustão Acumulada	Valor Contábil Líquido
Reflorestamento	3.604.783,29	-	-	3.604.783,29	(418.585,52)	3.186.197,77
Total	**3.604.783,29**	**-**	**-**	**3.604.783,29**	**(418.585,52)**	**3.186.197,77**

Composição dos Ativos Biológicos para o ano de 2018:

Conta	Saldo em 31/12/2017 (a)	Aquisições Ano 2018	Baixas Ano 2018	Saldo em 31/12/2018	Exaustão Acumulada	Valor Contábil Líquido
Reflorestamento	3.604.783,29	-	-	3.604.783,29	(418.585,52)	3.186.197,77
Total	**3.604.783,29**	**-**	**-**	**3.604.783,29**	**(418.585,52)**	**3.186.197,77**

03.03. PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. **03.03.01. Fornecedores -** Composto por obrigações pela aquisição de bens ou serviços com realização de curto prazo. **03.03.02. Instituições Financeiras -** Apresentamos quadro com composição do endividamento financeiro: **Composição do Endividamento em 31/12/2017**

Banco	Contrato	Modalidade	Data da liberação	Vencimento Final	Valor do Contrato	Total de Parcelas	Saldo total a Pagar em R$	Saldo a pagar Curto Prazo em R$	Saldo a pagar Longo Prazo em R$
Banco Bradesco SA	760949-3	Finame	Diversas	15/06/2020	R$ 862.916,85	96	269.661,57	107.864,64	161.796,93
Banco Bradesco SA	789567-4	Finame	Diversas	15/02/2021	R$ 1.080.000,00	96	427.500,00	135.000,00	292.500,00
Banco Bradesco SA	789574-7	Finame	Diversas	15/03/2021	R$ 789.512,51	96	320.739,54	98.750,04	221.989,50
Banco Bradesco SA	845194/P	Finame	Diversas	15/08/2022	R$ 1.620.000,00	96	945.000,00	202.500,00	742.500,00
Banco Bradesco SA	871271 e 877788	Finame	Diversas	15/02/2023	R$ 3.294.000,00	96	2.127.374,86	411.749,88	1.715.624,98
Banco do Brasil SA	40/00965-3	Finame	Diversas	15/01/2023	R$ 1.976.806,64	96	1.256.095,84	247.100,64	1.008.995,20
Banco do Brasil SA	40/01141-0	Finame	Diversas	15/03/2024	R$ 824.000,00	96	669.500,06	102.999,96	566.500,10
Banco do Brasil SA	40/01138-0	Finame	Diversas	15/03/2024	R$ 768.000,00	96	600.000,00	96.000,00	504.000,00
Banco do Brasil SA	4001048	Finame	Diversas	15/06/2020	R$ 2.800.000,00	96	874.999,68	350.000,16	524.999,52
Banco do Brasil SA	673945	Capital Giro	Diversas	16/11/2018	R$ 1.800.000,00	10	1.190.880,00	1.190.880,00	-
Banco do Brasil SA	729350 e 739020	Finimp	Diversas	26/07/2018	€ 396.000,00	6	436.623,00	436.623,00	-
Total							**9.118.374,55**	**3.379.468,32**	**5.738.906,23**

Composição do Endividamento em 31/12/2018

Banco	Contrato	Modalidade	Data da liberação	Vencimento Final	Valor do Contrato	Total de Parcelas	Saldo total a Pagar em R$	Saldo a pagar Curto Prazo em R$	Saldo a pagar Longo Prazo em R$
Banco Bradesco SA	760949-3	Finame	Diversas	15/06/2020	R$ 862.916,85	96	161.787,01	107.864,64	53.922,37
Banco Bradesco SA	789567-4	Finame	Diversas	15/02/2021	R$ 1.080.000,00	96	292.500,00	135.000,00	157.500,00
Banco Bradesco SA	789574-7	Finame	Diversas	15/03/2021	R$ 789.512,51	96	222.050,58	98.750,04	123.300,54
Banco Bradesco SA	845194/P	Finame	Diversas	15/08/2022	R$ 1.620.000,00	96	742.500,00	202.500,00	540.000,00
Banco Bradesco SA	871271 e 877788	Finame	Diversas	15/02/2023	R$ 3.294.000,00	96	1.715.624,98	411.749,88	1.303.875,10
Banco Bradesco SA	6014615	Finame	Diversas	15/11/2022	R$ 2.800.000,00	48	2.741.666,66	700.000,08	2.041.666,58
Banco do Brasil SA	40/00965-3	Finame	Diversas	15/01/2023	R$ 1.976.806,64	96	1.008.995,08	247.100,52	761.894,56
Banco do Brasil SA	40/01141-0	Finame	Diversas	15/03/2024	R$ 824.000,00	96	566.500,10	102.999,96	463.500,14
Banco do Brasil SA	40/01138-0	Finame	Diversas	15/03/2024	R$ 768.000,00	96	504.000,00	96.000,00	408.000,00
Banco do Brasil SA	4001048	Finame	Diversas	15/06/2020	R$ 2.800.000,00	96	524.999,86	350.000,38	174.999,48
Banco do Brasil SA	40/72062-7	Capital Giro	Diversas	15/01/2024	R$ 10.000.000,00	54	10.000.000,00	2.222.222,28	7.777.777,72
Sicoob Vale do Vinho	1174653-2	Finame	Diversas	15/06/2028	R$ 3.040.000,00	96	3.040.000,00	380.000,00	2.660.000,00
Total							**21.520.624,27**	**5.054.187,78**	**16.466.436,49**

Continua

03.03.03. Obrigações Sociais e Trabalhistas - Este grupo é composto por obrigações líquidas e certas e por provisão para contingenciamento de ações trabalhistas, conforme segue:

	2018	2017
Salários, férias e encargos sociais	3.134.768,04	2.971.967,00
Provisão para contingências trabalhistas **(a)**	223.489,97	315.630,54
Total	**3.358.258,01**	**3.287.597,54**

(a) As provisões foram efetuadas em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas em condenações nas demandas trabalhistas em discussão. **03.03.04. Obrigações Tributárias -** Representam os compromissos tributários para o ano subsequente gerados em decorrência das atividades da Companhia. **03.03.05. Adiantamentos de Clientes -** Representa o recebimento antecipado de Clientes, por conta de mercadorias a serem entregues. **03.03.06. Outras Obrigações -** Este grupo apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Energia Elétrica a Pagar	386.001,78	314.584,28
Telefonia a Pagar	1.826,79	8.889,56
Comissões a Pagar	900.093,41	799.264,60
Cheques a Pagar	-	-
Pensão Alimentícia a Pagar	4.470,41	4.113,29
Contribuição ACER a Pagar	8.824,20	7.975,72
Bens em Consignação	606.640,85	152.761,77
Total	**1.907.857,44**	**1.287.589,27**

03.03.07. Impostos Diferidos - A conta está assim composta:

	2018	2017
Efeitos tributários s/ reserva de reavaliação imobilizado **(a)**	1.024.556,16	1.040.758,80
Efeitos tributários s/ ajuste de avaliação patrimonial **(b)**	5.626.824,19	5.626.824,19
Efeitos tributários s/ reserva especial diferença IPC/BTNF **(c)**	29.012,80	29.012,80
Total	**6.680.393,15**	**6.696.595,79**

(a) Em fevereiro de 2006, a sociedade procedeu a reavaliação dos bens constantes do Ativo Imobilizado. Na ocasião, foram revistos os valores dos bens integrantes das contas de Máquinas e Equipamentos, Informática, Móveis e Utensílios e Veículos. O trabalho foi embasado por laudo de avaliação (lei nº 6.404/76, art. 8º) e preparado por empresa independente, estando, pois, consignado pelo valor de mercado na data da reavaliação. Em maio de 2006, também foram reavaliados os reflorestamentos da Companhia, nos mesmos moldes daquela efetuada em fevereiro. Sobre os saldos destas reavaliações foram calculados os tributos diferidos, conforme segue: Composição do cálculo do débito diferido em 31/12/2017:

	IR	CSLL
Diferenças temporárias	3.061.055,35	3.061.055,35
(=) Base do débito tributário	**3.061.055,35**	**3.061.055,35**
Alíquotas	25% (*)	9%
Débito diferido	**765.263,81**	**275.494,99**

(*) Corresponde a 15% de IR + 10% de Adicional.
Composição do cálculo do débito diferido em 31/12/2018:

	IR	CSLL
Diferenças temporárias	3.013.400,59	3.013.400,59
(=) Base do débito tributário	**3.013.400,59**	**3.013.400,59**
Alíquotas	25% (*)	9%
Débito diferido	**753.350,14**	**271.206,02**

(*) Corresponde a 15% de IR + 10% de Adicional.
(b) A Companhia ainda não efetuou a adoção plena da NBC TG 1000, porém acabou por efetuar em dezembro de 2013 o registro parcial do ajuste de avaliação patrimonial, o qual foi efetuado em relação aos Terrenos, visto que seus valores nos registros contábeis eram ínfimos. Em decorrência desta ação e para atendimento da Interpretação Técnica ICPC 10, nos seus itens 38 a 40, foram também efetuados os registros dos impostos diferidos, os quais apresentam a seguinte composição: Composição do cálculo do débito diferido em 31/12/2017:

	IR	CSLL
Diferenças temporárias	16.549.482,91	16.549.482,91
(=) Base do débito tributário	**16.549.482,91**	**16.549.482,91**
Alíquotas	25% (*)	9%
Débito diferido	**4.137.370,73**	**1.489.453,46**

(*) Corresponde a 15% de IR + 10% de Adicional
Composição do cálculo do débito diferido em 31/12/2018:

	IR	CSLL
Diferenças temporárias	16.549.482,91	16.549.482,91
(=) Base do débito tributário	**16.549.482,91**	**16.549.482,91**
Alíquotas	25% (*)	9%
Débito diferido	**4.137.370,73**	**1.489.453,46**

(*) Corresponde a 15% de IR + 10% de Adicional - **(c)** No ano de 1991 houve a criação da reserva especial gerada pelas diferenças de correção pelo IPC *versus* BTNF, as quais, para atendimento do princípio da competência, deveriam gerar a competente contabilização dos Impostos Diferidos. Estes valores não foram contabilizados na época própria, porém foram devidamente ajustados na contabilidade no ano calendário de 2015, ficando seus saldos assim compostos. Composição do cálculo do débito diferido em 31/12/2017:

	IR	CSLL
Diferenças temporárias	85.331,75	85.331,75
(=) Base do débito tributário	**85.331,75**	**85.331,75**
Alíquotas	25% (*)	9%
Débito diferido	**21.332,94**	**7.679,86**

(*) Corresponde a 15% de IR + 10% de Adicional
Composição do cálculo do débito diferido em 31/12/2018:

	IR	CSLL
Diferenças temporárias	85.331,75	85.331,75
(=) Base do débito tributário	**85.331,75**	**85.331,75**
Alíquotas	25% (*)	9%
Débito diferido	**21.332,94**	**7.679,86**

(*) Corresponde a 15% de IR + 10% de Adicional
03.03.08. Débitos com Pessoas Ligadas - Referem-se a créditos gerados pela contabilização de juros sobre o Capital Próprio, ainda não pagos aos acionistas, bem como Adiantamento dos Acionistas para aumento de Capital Social da Companhia.

Juros Sobre Capital Próprio

	Participação %	Saldo em 2017	Saída p/ Aum. Capital	Apropriado em 2018	IRRF	Saldo em 2018
Nelson Harasawa	65.89%	1.970.779,21	(941.104,33)	-	-	1.029.674.88
Milton Ha rasava	26,78%	827.390,25	(395.174,20)	-	-	432.216,05
Renata Harasawa Paganini	3,67%	114.564,81	(54.636,37)	-	-	59.928,44
Cíntia Harasawa	3,66%	114.112,12	(54.491,83)	-	-	59.620,29
	100,00%	**3.026.46,39**	**(1.445.406,73)**	**-**		**- 1.581.439,66**

Adiantamento para Aumento de Capital Social

	Saldo em 2017	Saldo em 2018
Nelson Harasawa	1.129.076,72	-
Milton Harasawa	102.220,04	-
(a)	**1.231.296,76**	-

(a) Valor Transferido para Conta Capital Social conforme AGE de 20/11/2018. Saldo Débitos com Pessoas Ligadas R$ 1.581.439,66.
03.04. Patrimônio Líquido - 03.04.01. Capital Social - O Capital Social subscrito e integralizado perfaz o montante de R$ 42.231.297,00 (quarenta e dois milhões duzentos e trinta e um mil duzentos e noventa e sete reais), dividido em 42.231.297 (quarenta e dois milhões duzentos e trinta e um com duzentos e noventa e sete) ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1,00 (hum real) cada, assim distribuído:

Acionista	Participação %	Ações em 31/12/2018	Ações em 31/12/2017
Nelson Harasawa	65,89%	27.824.177	24.741.800
Milton Harasawa	26,78%	11.311.620	10.389.200
Renata Harasawa Paganini	3,67%	1.549.800	1.436.400
Cíntia Harasawa	3,66%	1.545.700	1.432.600
TOTAL	**100,00%**	**42.231.297**	**38.000.000**

03.04.02. Reservas de Capital - A formação das reservas segue o que preconiza a legislação, sendo seu saldo assim composto:

	2018	2017
Reserva legal	331.013,32	269.914,25
Reserva especial diferença IPC/BTNF	56.318,95	56.318,95
Reserva para aumento de capital	860.882,30	1.423.141,15
Total	**1.248.215,57**	**1.749.374,35**

03.04.03. Reservas de Reavaliação - Conforme já explicitado nos itens 03.02.05 e 03.02.07, em fevereiro e maio de 2006 foram efetuadas reavaliações do grupo de imobilizado e ativos biológicos, respectivamente. Esta conta apresenta os saldos desta reavaliação que não foram realizados, que se compõe pelos seguintes valores:

	2018	2017
Valor da reavaliação	3.013.400,60	3.061.055,36
(-) Impostos diferidos (calculados sobre o valor da reavaliação) vide item 03.03.08, alínea "a"	(1.024.556,16)	(1.040.758,80)
(=) Valor da reserva de reavaliação (líquida dos tributos diferidos)	**1.988.844,44**	**2.020.296,56**

03.04.04. Ajustes de Avaliação Patrimonial - Conforme já explicitado no item 03.02.05, em dezembro de 2013 a empresa exerceu parcialmente seu direito de efetuar o ajuste do imobilizado ao valor justo. Esta conta apresenta os saldos não realizados desta avaliação, os quais encontram-se líquidos dos impostos incidentes. Seu saldo está assim composto:

	2018	2017
Valor do ajuste de avaliação patrimonial	16.549.482,91	16.549.482,91
(-) Impostos diferidos (calculados sobre o valor do ajuste) vide item 03.03.08, alínea "b"	(5.626.824,19)	(5.626.824,19)
(=) Valor do ajuste de avaliação patrimonial (líquido dos tributos diferidos)	**10.922.658,72**	**10.922.658,72**

03.04.05. Reservas Estatutárias - Os montantes contabilizados neste grupo referem-se a reservas para futuros investimentos e são efetuados por força de disposições de seu estatuto social. **03.04.06. Reservas de Lucros -** Representam os lucros da Companhia, acumulados até 31 de dezembro de 2018, que não tiveram nenhuma distribuição determinada pela diretoria até a data do Balanço. **04. Custo dos Financiamentos/Empréstimos -** Constam deste grupo, os valores apropriados ao resultado em decorrência da atualização de empréstimos e financiamentos:

	2018	2017
Correções/juros de financiamentos/empréstimos	974.435,55	488.830,74

05. Eventos Subsequentes - A Sopasta não registrou eventos subsequentes para divulgação até a data da publicação das presentes Demonstrações Financeiras.

DIRETORIA	TÉCNICOS
Nelson Harasawa	**Dean Marco Bogo Cendron**
Diretor Presidente, Comercial e Administrativo	Contador
Milton Harasawa	CRC-SC-024664/0-3
Diretor Industrial	**Gerson Luiz Santana**
Dean Marco Bogo Cendron	Gerente Controladoria
Diretor Financeiro	CRC-RS-34766/O-5

Fim

Cod. Mat.: 593766

Hospital Baía Sul S.A - CNPJ/MF nº 11.096.423/0001-73 - NIRE 4230003437-1 - Aviso aos Acionistas - Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia localizada na Rua Menino Deus, nº 63, Bloco B, Centro, na cidade de Florianópolis/SC, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76 (Lei das S.A.) relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018. Florianópolis/SC, 22 de março de 2019. Sergio Marcondes Brincas – Diretor Presidente.

Cod. Mat.: 594062

Baía Sul Participações S.A. CNPJ/MF nº 09.606.001/0001-59- NIRE 4230003256-5 - Aviso aos Acionistas - Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia localizada na Rua Menino Deus, nº 63, Centro, na cidade de Florianópolis/SC, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76 (Lei das S.A.) relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018. Florianópolis/SC, 22 de março de 2019. Sergio Marcondes Brincas – Diretor Executivo.

Cod. Mat.: 594063

IMAGEM CENTRO DE DIAGNÓSTICO MÉDICO S.A. - CNPJ/MF nº 72.366.818/0001-33 - NIRE 42203833354 - Aviso aos Acionistas - Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia localizada na Rua Menino Deus, nº 63, Centro, na cidade de Florianópolis/SC, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76 (Lei das S.A.) relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018. Florianópolis/SC, 22 de março de 2019. Sergio Marcondes Brincas – Diretor Presidente.

Cod. Mat.: 594071

TREVISO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ : 20.512.706/0001-40

BALANÇOS PATRIMONIAS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31.12.18**	**31.12.17**	**31.12.18**	**31.12.17**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1	-	2.375	2.311
Títulos e valores mobiliários	7	157.317	132.563	164.821	145.592
Contas a receber de clientes	8	-	-	105.305	82.486
Adiantamentos		-	-	6.511	5.829
Impostos a recuperar	9	3.876	2.112	3.894	2.447
Despesas antecipadas		10	6	661	118
Outros ativos circulantes		-	-	265	335
Partes Relacionadas		-	-	-	288
Total do Circulante		**161.204**	**134.681**	**283.832**	**239.406**
Não Circulante					
Contas a receber de clientes	8	-	-	6.430	3.642
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	2.418	1.777
Contingências indenizáveis	14	-	-	16.480	19.628
Investimento	24	866.013	851.583	-	-
Imobilizado	11	-	-	63.598	49.753
Intangível	12	-	-	719.794	749.673
Outros ativos não circulantes		**-**	**-**	**1.175**	**896**
Total do não circulante		**866.013**	**851.583**	**809.895**	**825.369**
Total do ativo		**1.027.217**	**986.264**	**1.093.727**	**1.064.775**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**Nota**	**31.12.18**	**31.12.17**	**31.12.18**	**31.12.17**
CIRCULANTE					
Fornecedores		-	-	17.050	16.125
Obrigações Tributárias		64	32	1.721	819
Salários e Encargos Sociais	13	-	-	13.037	15.251
Adiantamento de Clientes		-	-	1.428	3.134
Dividendos a Pagar	15	74	-	74	-
Financiamentos de Aquisições	24	116.334	110.110	116.334	110.110
Total do Circulante		**116.472**	**110.142**	**149.644**	**145.439**
Não Circulante					
Remuneração baseada em ações	16	7.443	2.397	7.443	2.397
Contingências	14	-	-	18.033	22.997
Financiamentos de Aquisições	24	349.001	440.442	349.001	440.442
Tributos Diferidos		-	-	13.931	15.321
Outros passivos não circulantes		28	28	1.402	4.924
Total do não circulante		**356.472**	**442.867**	**389.810**	**486.081**
Patrimônio Líquido	**15**				
Capital social		546.509	434.000	546.509	434.000
Reserva legal		429	-	429	-
Reserva de lucros		7.335	-	7.335	-
Prejuízo acumulado		-	(745)	-	(745)
Total do Patrimônio Líquido		**554.273**	**433.255**	**554.273**	**433.255**
Total do Passivo e Patrim. Líquido		**1.027.217**	**986.264**	**1.093.727**	**1.064.775**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31.12.18**	**31.12.17**	**31.12.18**	**31.12.17**
Receita líquida	**20**	**-**	**-**	**404.480**	**342.892**
Custo dos serviços prestados	21	-	-	(148.808)	(122.518)
Lucro Bruto		**-**	**-**	**255.672**	**220.374**
Administrativas e gerais	21	(5.138)	(2.442)	(112.322)	(97.664)
Com vendas	21	(17)	(52)	(92.260)	(55.459)
Outras receitas (despesas) líquidas	21	-	-	(9.401)	(24.985)
Resultado de equivalência patrimonial		46.021	47.615	-	-
Despesas operacionais		**40.866**	**45.121**	**(213.983)**	**178.108)**
Lucro (prejuízo) operacional		**40.866**	**45.121**	**41.689**	**42.266**
Receita financeira	22	12.172	9.636	22.027	21.975
Despesa financeira	22	(44.455)	(50.883)	(46.532)	(53.054)
		(32.283)	(41.247)	(24.505)	(31.079)
Resultado antes da provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social		**8.583**	**3.874**	**17.184**	**11.187**
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	-	-	(10.632)	(8.957)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	2.031	1.644
Lucro líquido do exercício		**8.583**	**3.874**	**8.583**	**3.874**
Lucro líquido básico por ação	**15 (f)**	**0,0170**	**0,0080**		
Lucro líquido diluído por ação	**15 (f)**	**0,0166**	**0,0080**		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	**31.12.17**	**31.12.18**	**31.12.17**
Lucro líquido do exercício	8.583	3.874	8.583	3.874
Total do resultado abrangente	**8.583**	**3.874**	**8.583**	**3.874**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

	Capital Social	**Reserva Legal**	**Reserva de retenção dos lucros**	**Prejuízos Acumulados**	**Total**
Saldo em 31.12.16	**484.000**	**-**	**-**	**(4.619)**	**479.381**
Redução de capital	(50.000)	-	-	-	(50.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.874	3.874
Saldo em 31.12.17	**434.000**	**-**	**-**	**(745)**	**433.255**
Aumento de capital (Nota 15.a)	112.509	-	-	-	112.509
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.583	8.583
Reserva legal (Nota 15.d)	-	429	-	(429)	-
Dividendos (Nota 15.b)	-	-	-	(74)	(74)
Destinação do resultado do período (Nota 15.e)	-	-	7.335	(7.335)	-
Saldo em 31.12.18	**546.509**	**429**	**7.335**	**-**	**554.273**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	**31.12.17**	**31.12.18**	**31.12.17**
Fluxo de caixa das ativ. operacionais				
Lucro líquido do exercício	8.583	3.874	8.583	3.874
Com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	49.799	44.781
Provisão para créditos de liquid. duvidosa	-	47.349	36.544	
Provisão para perdas tribut., trabalhistas e cíveis	-	-	(1.815)	2.836
Encargos financeiros de aquisições	24.607	15.895	24.607	15.895
Ajuste a valor presente	19.846	34.544	19.846	34.544
Equivalência patrimonial de controladas	(46.020)	(47.615)	-	-
Despesa de remuneração stock option	5.046	2.397	5.046	2.397
Res. na venda ou baixa de ativos não circulantes	-	-	1.331	567
Imposto de renda corrente e diferido	-	-	8.601	7.314
	12.062	**9.095**	**163.347**	**148.752**
Variações nos ativos e passivos operac.:				
(Aumento/redução) em contas a receber	-	-	(70.168)	(61.041)
(Aumento/redução) em contas a receber - longo prazo (Parcelamento FIES)	-	-	(2.787)	7.738
(Aumento/redução) em adiantamentos a parceiros e funcionários	-	-	(682)	(926)
(Aumento/redução) em tributos a recuperar	(1.765)	(1.987)	(1.448)	(2.167)
(Aumento/redução) redução demais ativos	(4)	101	(468)	(804)
(Aumento/redução) em fornecedores	-	-	924	3.244
(Aumento/redução) em obrig. sociais e trabalhistas	-	-	(2.214)	(582)
(Aumento/redução) em obrigações fiscais	32	33	902	75
(Aumento/redução) em adiant. de clientes	-	-	(1.706)	(974)
(Aumento/redução) aumento nas demais contas a pagar	-	-	(3.519)	3.231
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	**10.325**	**7.242**	**82.181**	**96.546**
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(194)	(10.632)	(10.416)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas ativ. op.	10.325	7.048	71.549	86.130
Fluxo de caixa das ativ. de investimento				
Adições de imobilizado	-	-	(23.192)	(17.033)
Adições de intangível	-	-	(11.904)	(10.219)
Títulos e valores mobiliários	(24.754)	(64.051)	(19.228)	(14.737)
Aquisição de participação em controladas	-	-	-	13
Dividendos recebidos de controladas	31.591	107.000	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	**6.837**	**42.949**	**(54.324)**	**(41.976)**
Fluxo de caixa das ativ. de financiamento				
Aumento (Diminuição) de Fin. sobre Aquisições	(129.670)	-	(129.670)	-
Redução de capital	-	(50.000)	-	(50.000)
Aporte de capital	112.509	-	112.509	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(17.161)**	**(50.000)**	**(17.161)**	**(50.000)**
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1**	**(3)**	**64**	**(5.846)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	3	2.311	8.157
Caixa e equiv. de caixa no fim do período	1	-	2.375	2.311
(Redução) aumento líq. de caixa e equivalentes de caixa	**1**	**(3)**	**64**	**(5.846)**

Vide nota 19 com as principais transações que não afetaram o caixa.

TREVISO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ : 20.512.706/0001-40

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Receitas				
Vendas brutas de produtos e serviços	-	-	417.594	346.463
Outras receitas	-	-	1.151	6
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - reversão/constituição	-	-	(47.349)	(36.544)
	-	-	371.396	309.925
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados	-	-	(10.034)	(7.009)
Custo de publicidade	(17)	(52)	(37.371)	(27.346)
Serviços de terceiros	(38)	(45)	(41.792)	(33.474)
Outras despesas	(54)	-	(1.746)	(813)
	(109)	(97)	(90.943)	(68.642)
Valor adicionado bruto	**(109)**	**(97)**	**280.453**	**241.283**
Depreciação e amortização (nota 11 e 12)	-	-	(49.799)	(44.780)
Valor adic. líquido produzido	**(109)**	**(97)**	**230.654**	**196.503**
				CONTINUA

CONTINUAÇÃO	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Valor adic. recebido em transferência				
Participação nos lucros de controladas	46.021	47.615	-	-
Receitas financeiras	12.172	9.636	22.027	21.975
Valor adicionado a distribuir	**58.084**	**57.154**	**252.681**	**218.478**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal - Remuneração direta	-	-	142.606	123.568
Pessoal - Remuneração indireta	5.046	2.397	-	-
Pessoal - Benefícios	-	-	12.874	8.897
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	-	-	10.585	8.762
Estaduais	-	-	177	19
Municipais	-	-	12.189	2.887
Juros	44.455	50.883	46.532	53.054
Aluguéis	-	-	19.135	17.417
Lucros retidos/prejuízo do exercício	8.583	3.874	8.583	3.874
Valor adicionado distribuído	**58.084**	**57.154**	**252.681**	**218.478**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL • 1.1.Aprovação para emissão das demonstrações financeiras • As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2019. **2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS •** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras da Treviso (Controladora e Consolidada) estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente. **2.1.Base de preparação •** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Na elaboração dessas demonstrações financeiras são utilizadas algumas estimativas contábeis críticas e julgamentos por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas. Quando exigido um maior nível de julgamento ou maior complexidade, ou quando as estimativas são significativas para as demonstrações, estas serão divulgadas na nota 3. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **(a) Demonstrações financeiras individuais** • As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Demonstrações financeiras consolidadas •** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Compõe o consolidado as empresas: Uniasselvi, Fameg, Fac e Fair. **(c) Demonstração do valor adicionado •** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.2 Consolidação •** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **2.2.1. Controladas •** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da Controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição. A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da Controladora. **2.2.2. Sociedades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas •** As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

	Participação no capital total - %	
Sociedades consolidadas	**31.12.18**	**31.12.17**
UNIASSELVI – Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda.	100	100
FAMEG – Sociedade Educacional do Vale do Itapocu S/S Ltda.	100	100
FAIR Educacional Ltda.	100	100
FAC Educacional Ltda.	100	100

Em 31 outubro de 2018, houve a incorporação das empresas Instituto Educacional do Alto Vale do Itajaí Ltda (Famesul) e Sociedade Educacional do Vale do Itajaí Mirim S/S Ltda (Assevim) pela Uniasselvi – Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda. A incorporadora, para todos os fins, sucedeu a filial universal à incorporada, assumindo todo o seu ativo e passivo diretos, obrigações, encargos e todo quadro de funcionários da incorporada. **2.3. Moeda funcional e de apresentação •** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Controladora e Consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais – R$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Consolidada. **2.3.1. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras •** Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de variação no valor, sendo demonstrado pelo custo, acrescido dos juros auferidos. Incluem as aplicações financeiras em fundos de investimentos de Renda Fixa. **2.4. Ativos e passivos financeiros • 2.5.1. Classificação •** A partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. *(a) Custo amortizado* • Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. *(b) Valor justo por meio do resultado* • Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. *(c) Outros passivos financeiros* • São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa de juros efetiva é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração •** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **2.5.3.**

TREVISO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ : 20.512.706/0001-40

Compensação de instrumentos financeiros • Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.5.4. *Impairment*** • A partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **Política contábil anterior para *impairment* de contas a receber de clientes • (a) Ativos registrados ao custo amortizado** • Até 31 de dezembro de 2017, a Treviso avaliava, na data de cada balanço, se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e os prejuízos de *impairment* eram incorridos somente se houvesse evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tivesse um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pudesse ser estimado de maneira confiável. Os critérios que o Grupo utilizava para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, mas não se limitam a: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador. • Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou do principal. • Probabilidade de que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira. • Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido a dificuldades financeiras ou existência de dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: – Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; – Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira; – O Grupo avaliava em primeiro lugar se existia evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo era reduzido e o valor do prejuízo era reconhecido ao resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tivesse uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* era a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo poderia mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado disponível. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuísse e a diminuição pudesse ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente era reconhecida ao resultado. **2.6. Contas a receber de clientes** • Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços pelo Grupo. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento. O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de *impairment* de ativos financeiros ao custo amortizável. Normalmente, na prática, são reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para ajustá-las ao valor de realização, se necessário. O "contas a receber" de clientes decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente. **2.7. Imobilizado** • O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média Anual
Edificações	4 %
Equipamentos de informática	20 %
Móveis, utensílios e instalações	10 %
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 %
Biblioteca	10 %

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras despesas (receitas) operacionais", na demonstração do resultado. O Grupo revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2018. **2.8. Ativos intangíveis • (a) Programas de computador (*software*) e desenvolvimento de projetos internos** • Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil estimada. Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o *software*/projeto para que esteja disponível para uso ou venda. • A administração pretende concluir o *software*/projeto e usá-lo ou vendê-lo. • O *software*/projeto pode ser vendido ou usado. • O *software*/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados. • Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*/projeto. • O gasto atribuível ao *software*/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *software*/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos com o desenvolvimento de *software*/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. **(b) Ágio** • O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. Se a adquirente apurar a compra vantajosa, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas (*impairment*), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida. (c) **Marcas registradas e licenças** • As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 21 anos. **(d) Relações contratuais com clientes** • As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente estimada em 4 anos. **(e) Licenças de exploração EAD** • A licenças de exploração EAD correspondem ao direito de exploração do ensino a distância em um determinado município, mediante a autorização do Ministério da Educação (MEC), e para obtenção de tais direitos, a instituição precisa cumprir uma série de requisitos, onde são avaliados a infraestrutura acadêmica e física, desta forma foi identificado e alocado na combinação de negócios do Grupo Uniasselvi e foram avaliados como vida útil indefinida, uma vez que a licença é concedida a chance de perde-la é praticamente nula. As licenças de exploração EAD são testadas anualmente ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas (*impairment*), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por impairmen", que não são revertidas. **2.9. *Impairment* de ativos não financeiros** • Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **2.10. Fornecedores** • As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. **2.11. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis** • A provisão para perdas relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes** • As despesas fiscais do exercício compreendem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL correntes. Os impostos são reconhecidos na demonstração do resultado. O IRPJ na Controladora e na controlada é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. As empresas de ensino superior mantidas pelo Grupo, estão inseridas no Programa Universidade para Todos – ProUni, que estabelece, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) às instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. **2.13. Remuneração com base em ações** • A Companhia oferece aos administradores e executivos um Plano com condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o di-

TREVISO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ : 20.512.706/0001-40

reito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em "Remuneração *Stock Option*" - outorga de opções de ações, no passivo não circulante. Nas datas dos balanços, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente, conforme demonstrado na nota explicativa 16. **2.14. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes** • Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **2.15. Reconhecimento de receita** • A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos, descontos e ajuste a valor presente. O ajuste a valor presente reconhecido em contrapartida ao Contas a Receber é apresentado junto à receita pois o Grupo entende que faz parte da operação viabilizar o financiamento das mensalidades dos alunos. O Grupo reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as Sociedades; e (c) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir: **(a) Venda de serviços** • A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até as datas dos balanços. As mensalidades dos cursos e os respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. No semestre são cobradas seis mensalidades, estando incluída a matrícula. Os recebimentos antecipados de matrícula e mensalidades são registrados como "Adiantamentos de clientes" e reconhecidos no mês de competência da prestação dos serviços. Para as mensalidades dos cursos de educação a distância – EAD é repassado ao polo parceiro que ministra as aulas semipresenciais um percentual que varia de acordo com o tamanho das turmas operadas e possui regras específicas que podem variar para cada polo. O acordo contratual entre as controladas da Treviso e o polo é uma operação em conjunto e estabelece os direitos das partes integrantes sobre os ativos e as obrigações pelos passivos relacionados ao negócio, e os direitos das partes integrantes sobre as respectivas receitas e as obrigações pelas respectivas despesas, dessa forma a receita é reconhecida apenas sobre a parte da receita referente às controladas. No momento do recebimento da mensalidade do aluno é criado um contas a pagar para os polos parceiros. Polo é uma unidade operacional local que pode ser tanto própria quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino a distância.**(b) Receita e despesa financeiras** • As receitas são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a uma conta a receber, a reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida à receita financeira, sendo esta calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre impostos parcelados e outros passivos financeiros, líquidas de desconto a valor presente das provisões e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. **2.16. Apresentação de informação por segmento operacional** • As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é ao Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. **2.17. Novas normas, alterações e interpretações de normas • Alterações adotadas pelo Grupo** • As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2018 e tiveram impactos materiais para o Grupo: • IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A Companhia já adotava o método de perda esperada para o contas a receber, uma vez que é reconhecida uma perda no momento do faturamento, provisionando um percentual dos títulos a vencer. Desta forma não houve impacto para a Companhia e suas controladas. • IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A obrigação de desempenho identificada nos contratos firmados com alunos é limitada à prestação de serviço educacional, renovados semestralmente as quais possuem preços claramente definidos nos contratos que já são reconhecidos e mensurados separadamente pelo Grupo. Adicionalmente, a satisfação de cada obrigação de desempenho também não representou alterações significativas, uma vez que o reconhecimento contábil da receita de prestação de serviço já ocorre ao longo do tempo de acordo com o cumprimento mensal da obrigação de desempenho. **Novas Normas** • Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. (i) IFRS 16 Leases / CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil. O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17. A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia apurou o impacto em suas demonstrações financeiras, tendo considerado no impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial as condições econômicas em 1º de janeiro de 2019, incluindo a taxa de endividamento da Companhia, a composição da carteira de arrendamento e a intenção da Companhia em exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição previsto pela IFRS 16, o que representará a aplicação retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais dos ajustes promovidos pela referida norma, que representa a não reapresentação dos saldos nas futuras demonstrações financeiras a publicar, evidenciando em nota explicativa os impactos da adoção sobre os saldos na data-base 1º de janeiro de 2019. Em conformidade com as IFRS 16, a Companhia optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor. O impacto significativo identificado pela adoção da IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foi pelos arrendamentos operacionais relativos a imóveis utilizados para prática de ensino. Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações. A Companhia contratou especialistas de mercado para avaliar os principais contratos de leasing operacionais e apurar os valores para a aplicação dos requerimentos IFRS 16/CPC 06 em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como seguem:

	Saldos em 1º de janeiro de 2019		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Em R$ mil			
Ativos de direito de uso	89.059		
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais		114.638	
Lucros acumulados (redução do patrimônio líquido)			(25.579)

3. Estimativas e julgamentos contábeis • Práticas contábeis são aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de elaborar estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, o Grupo adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revisadas pelo Grupo no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. A fim de proporcionar um entendimento de como o Grupo forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, a seguir estão apresentados comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita: **(a) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis** • O Grupo é ré em processos judiciais e administrativos. É constituída provisão para todos os processos judiciais que representem perdas prováveis. A avaliação da probabilidade e valor de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. **(b) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos** • Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações do Grupo, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas (Nota 8 e 22). **(c) *Impairment*** • Anualmente, no final do exercício, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.8 (b). Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas elaboradas por profissionais técnicos da própria administração e levam em consideração estimativa de taxa de desconto e de crescimento de receitas, dentre outras. **4. Gestão de risco financeiro • 4.1. Fatores de risco financeiro** • As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. A Administração da Companhia e o Conselho de Administração juntos supervisionam a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos da Companhia. **(a) Risco de mercado – risco de fluxo de caixa associado a índices de reajuste** • Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nos índices que aumentam as despesas financeiras relativas a contas a pagar a terceiros por aquisições parceladas. A Companhia monitora continuamente os índices, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger do risco de volatilidade dessas taxas. **(b) Risco de crédito** • É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. O Grupo mantém provisões adequadas no balanço para fazer face a

TREVISO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ : 20.512.706/0001-40

esses riscos. Contas a receber • A política de vendas do Grupo acompanha o risco inerente a seu segmento de atuação e é limitado pelas regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No segmento de ensino superior presencial para os alunos contemplados pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES, o Grupo tem parte dos créditos garantidos pelo FIES. Para a parcela de crédito não garantida pelo programa, o Grupo estima o potencial de inadimplência e constitui a respectiva provisão. Adicionalmente, o Grupo mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa do saldo do contas a receber de terceiros em aberto para fazer face ao risco de crédito. Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro • O Grupo restringe sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos. **(c) Risco de liquidez** • Consiste na eventualidade de o Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a contas a pagar a fornecedores, dívida de aquisições e outras contas a pagar. O Grupo possui depósitos à vista e a curto prazo, contas a receber de clientes, outras contas a receber e outros créditos que resultam diretamente de suas operações. O Grupo não possui nenhuma transação com derivativos. **5. Gestão de capital** • Os objetivos principais da gestão de capital da Companhia são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, oferecer bons retornos aos acionistas e confiabilidade às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal com foco na redução desse custo, maximizando o retorno ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos e de devolução de capital aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. **5.1. Análise de sensibilidade** • A seguir, quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos relevantes ao Grupo, com cenário mais provável, segundo a avaliação feita pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses, utilizando taxas projetadas: CDI – 6,43% e IPCA – 4,25%. Adicionalmente, demonstramos cenários com 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada. Para a análise de sensibilidade, foram utilizados como premissa indicadores macroeconômicos vigentes nas datas dos balanços. As taxas utilizadas para a projeção foram extraídas de fonte externa independente: CDI conforme taxas referenciais BM&F e IPCA do relatório Focus do Banco Central do Brasil, disponibilizada no website da instituição.

	Exposição base 31.12.2018	Risco	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	164.821	Baixa CDI	10.582	7.936	5.291
Financiamentos de aquisições	518.610	Alta IPCA	22.041	27.551	33.061

6. Instrumentos financeiros • O Grupo tem os seguintes tipos de ativos financeiros sujeitos ao novo modelo de perda estimada de crédito estabelecido pelo IFRS 9. • Contas a receber por prestação de serviços educacionais registrado ao custo amortizado; • Investimentos em títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado. Os instrumentos financeiros ativos e passivos do Grupo em 31 de dezembro de 2018 estão registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado e se encontram a valor justo na data da demonstração financeira. Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros são os mesmos.

	Consolidado 31.12.18			Consolidado 31.12.17		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa	2.375	-	2.375	2.311	-	2.311
Títulos e valores mobiliários	-	164.821	164.821	-	145.593	145.593
Contas a receber de clientes e outros créditos	111.735	-	111.735	86.129	-	86.129
	114.110	**164.821**	**278.931**	**88.440**	**145.593**	**234.033**

	31.12.18			Consolidado 31.12.17		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos Financeiros	Total	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos Financeiros	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial						
Fornecedores	-	17.050	17.050	-	16.125	16.125
Remuneração baseada em ações	7.443	-	7.443	2.397	-	2.397
Financiamento de aquisições - Uniasselvi	-	427.614	427.614	-	505.840	505.840
Financiamento de aquisições - Fair e Fac	-	37.721	37.721	-	44.712	44.712
	7.443	**482.385**	**489.828**	**2.397**	**566.677**	**569.074**

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: Caixa e equivalentes de caixa – Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado. Títulos e valores mobiliários – Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo. Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar – Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável. Financiamento de aquisições – São classificados como passivos financeiros considerado valor justo de acordo com as condições contratuais. **7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** • Composição de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Caixa e bancos	1	-	2.375	2.311
Títulos e valores mobiliários (i)	157.317	132.563	164.821	145.592
	157.318	**132.563**	**167.196**	**147.903**

(i) Tratam-se de aplicações em fundos de investimentos de Renda Fixa, conservadores, com papéis indexados ao DI e com carteiras majoritariamente aplicadoras em títulos públicos e papéis de instituições financeiras. A rentabilidade média dos fundos de investimentos é de 99,28% do CDI, todos de liquidez imediata.

8. CONTAS A RECEBER • (a) Composição do Contas a Receber:

	Consolidado 31.12.18	Consolidado 31.12.17
Curto prazo		
Ensino superior	155.781	114.132
Provisão para créditos de liq. duvidosa	(54.172)	(38.836)
Créditos Garantidos FIES e UNIEDU	3.696	7.190
	105.305	**82.486**
Longo prazo		
PEP - Parcelamento Especial (i)	15.251	11.470
Ajuste a valor presente (ii)	(2.391)	(3.221)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.430)	(5.517)
PMT - Parcelamento Matrícula Tardio (iii)	-	910
	6.430	3.642
Total contas a receber	**111.735**	**86.128**

(i) Em 2015, foi instituído um programa de parcelamento de mensalidades PEP – Parcelamento Especial Privado, para facilitar ingresso do aluno que não conseguiu o FIES, devido às alterações ocorridas. (ii) O ajuste a valor presente é calculado sobre os saldos de contas a receber com vencimentos futuros, de forma a refletir o valor presente do saldo já atualizado com correção monetária e descontado pelos juros. O cálculo é realizado por meio do fluxo de caixa descontado utilizando o IPCA de 3,75% para corrigir o saldos e a SELIC de 6,47% para trazer a valor presente. (iii) O PMT (ou PEP temporário) consiste na oferta de opção de parcelamento das mensalidades para os alunos tardios referente exclusivamente ao período no qual estes alunos ainda não tinham efetivado suas matrículas, pois ingressaram após o início das aulas, mas em tempo hábil para completar a carga horária mínima do semestre. **(b) A análise de vencimentos do "contas a receber" está apresentada a seguir:**

VENCIMENTOS DE CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Duplicatas a vencer	75.157	73.179
Ajuste a valor presente – AVP	(2.391)	(3.221)
	72.766	69.958
Duplicatas vencidas:		
De 1 a 30 dias	24.963	14.905
De 31 a 60 dias	8.751	9.736
De 61 a 90 dias	13.375	8.136
De 91 a 365 dias	52.482	27.746
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD	(60.602)	(44.353)
	38.969	**16.170**
	111.735	**86.128**

O Grupo constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores faturados no mês, as "safras" mensais de recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando a "performance" de recuperação. Nessa metodologia, o valor faturado mensal e a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda que é recorrentemente provisionado. Quando o atraso atinge uma faixa superior a 365 dias o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente no resultado, quando de sua ocorrência, como recuperação de perdas. O Grupo adotou, como metodologia de probabilidade de perda para o PEP – Parcelamento Especial Privado, a constituição de 50% da parte parcelada a valor presente, como provisão para crédito de liquidação duvidosa, o que reflete o posicionamento do Grupo. As movimentações na provisão para perdas de contas a receber do Grupo são as seguintes: CONTINUA

TREVISO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ : 20.512.706/0001-40

CONTINUAÇÃO

	31 de dez de 2018	31 de dez de 2017
No início do exercício	(44.353)	(34.087)
PCLD adquirida na comb.de negócios	-	(3.613)
Baixa de créd. incobráveis/ reneg.	31.100	29.891
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(47.349)	(36.544)
No final do exercício	(60.602)	(44.353)

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
Circulante	**31.12.18**	**31.12.17**	**31.12.18**	**31.12.17**
IRRF a recuperar (ii)	3.142	1.713	3.233	1.716
CSLL a recuperar (i)	-	-	506	171
IRPJ a recuperar (i)	146	138	2.228	1.542
IRPJ recolhido por estimativa (i)	-	-	50	190
CSLL recolhido por estimativa (i)	-	-	19	38
Provisão IRRF s/ aplicação financeira (iii)	588	261	593	272
Pis a recuperar (iv)	-	-	72	2
Cofins a recuperar (iv)	-	-	330	7
INSS a recuperar (v)	-	-	240	-
Total	**3.876**	**2.112**	**7.271**	**3.938**
Provisões Tributárias (IR e CS)	-	-	(3.377)	(1.491)
Saldo impostos a recuperar	**3.876**	**2.112**	**3.894**	**2.447**

(i) O valor de R$ 1.963 refere-se ao saldo negativo de IRPJ e CSLL referente a anos anteriores e corrente, os quais estão sendo utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil. O valor de R$ 840 refere-se ao pagamento a maior da competência agosto/2018, no qual será compensado no próximo ano corrente. (ii) IRRF a recuperar será compensado via Per/Dcomp, ou na apuração do lucro real anual. (iii) Provisão de IRRF s/ aplicações financeiras serão recuperáveis no momento do resgate das aplicações. (iv) Pis a recuperar e Cofins a recuperar decorrentes de pagamento a maior da competência agosto/2018, no qual será compensado no próximo ano corrente. (v) INSS a recuperar decorrente do pagamento a maior sobre aviso indenizado em 2016 e 2017.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTES E DIFERIDOS (a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	Consolidado	
	31.12.18	**31.12.17**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	17.184	11.187
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social - %	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	**5.842**	**3.804**
Incentivo fiscal em controladas sujeito ao benefício ProUni (ii)	(26.276)	(25.317)
Adições (exclusões) líquidas (i)	4.048	2.554
Diferença de alíquota referente prejuízo fiscal do ano (iii)	25.552	26.687
Diferença de alíquota referente ajuste anual	(160)	(168)
Outros	(405)	(247)
Total IRPJ e CSLL	**8.601**	**7.313**
IRPJ e CSLL correntes no resultado	(10.632)	(8.957)
IRPJ e CSLL diferifdos no resultado	2.031	1.644

O imposto de renda e a contribuição social diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais de imposto de renda e contribuição social, aplicável ao lucro das entidades do Grupo, como segue: (i) O saldo reflete, substancialmente, a diferença entre a alíquota esperada para constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos e a alíquota nominal. (ii) O ProUni estabelece por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. As empresas de ensino superior controladas do Grupo estão inseridas nesse programa. Os créditos tributários apurados em virtude do ProUni no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são de R$ 40.437, incluindo PIS e COFINS. (iii) O saldo reflete o prejuízo fiscal da controladora, onde não foi feito constituído imposto diferido sobre o mesmo.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31.12.16	Constituição IR/CS diferidos	Amortização Intangível	31.12.17	Constituição IR/CS diferidos	Amortização Intangível	31.12.18
No ativo							
Imposto de renda / Contribuição Social							
Diferenças Temporárias do Lucro Real	1.427	350	-	1.777	641	-	2.418
Ativo Não Circulante	**1.427**	**350**	**-**	**1.777**	**641**	**-**	**2.418**
No passivo							
Imp. de renda / Contrib. Social Mais Valia Intang.	15.984	630	(1.293)	15.321	-	(1.390)	13.931
Passivo Não Circulante	**15.984**	**630**	**(1.293)**	**15.321**	**-**	**(1.390)**	**13.931**

Os tributos diferidos acima foram registrados pela alíquota efetiva de 4% das controladas, em virtude das atividades incentivadas. (c) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos por ano de realização.

	Faixa de vencimento	Consolidado Total	%
	2019	2.418	100,0
Total Ativo não circulante		**2.418**	**100,0**

11. IMOBILIZADO – CONSOLIDADO • (a) Composição do ativo imobilizado

Consolidado	Taxa média anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	31.12.18	31.12.17
Equipamentos de informática	**20**	15.357	(8.994)	**6.363**	**4.702**
Móveis, equipamentos e utensílios	**10**	35.889	(18.755)	**17.134**	**12.316**
Biblioteca	**10**	20.959	(13.088)	**7.871**	**9.779**
Edificações e benfeitorias	**4**	31.860	(9.239)	**22.621**	**20.288**
Imobilizado em andamento (i)	**-**	9.609	-	**9.609**	**2.668**
Total		**113.674**	**(50.076)**	**63.598**	**49.753**

Os itens do ativo imobilizado têm sua depreciação calculada de forma linear. Não possuem evidência de que os custos registrados são maiores que os seus valores de recuperação. (i) Referem-se às obras em andamento de melhorias nas instalações utilizadas pelo Grupo, relacionados à acessibilidade e modernização das instalações.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

Consolidado	Equipamentos de informática	Máquinas, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Total
Saldo em 31.12.16	**2.190**	**8.039**	**9.320**	**12.013**	**2.132**	**439**	**34.133**
Aquisição de empresas	351	1.591	717	1.672	559	-	4.890
Adições	3.410	4.751	1.505	2.314	5.053	-	17.033
Baixas	-	(75)	(54)	-	-	(439)	(568)
Transferências	(38)	38	-	5.076	(5.076)	-	-
Depreciações	(1.211)	(2.028)	(1.709)	(787)	-	-	(5.735)
Saldo em 31.12.17	**4.702**	**12.316**	**9.779**	**20.288**	**2.668**	**-**	**49.753**
Adições	3.915	8.841	10	3.485	6.941	-	23.192
Baixas	(112)	(1.217)	-	(1)	-	-	(1.330)
Depreciações	(2.142)	(2.806)	(1.918)	(1.151)	-	-	(8.017)
Saldo em 31.12.18	**6.363**	**17.134**	**7.871**	**22.621**	**9.609**	**-**	**63.598**

12. INTANGÍVEL – CONSOLIDADO • (a) Composição do intangível • Com base no laudo de alocação do preço de compra, as licenças de exploração EAD foram identificadas como vida útil indefinida e, portanto, anualmente é efetuada a análise de recuperação desse montante, a vida útil dos demais está demonstrada no quadro acima e têm sua amortização calculada de forma linear.

Consolidado	Taxa média anual de Amortização - %	Custo	Amortização acumulada	31.12.18	31.12.17
Softwares	**20**	39.880	(18.674)	**21.206**	**23.908**
Desenvolvimento de projetos internos	**0**	26.084	(11.342)	**14.742**	**9.363**
Marcas	**5**	85.163	(11.490)	**73.673**	**77.728**
Licenças de exploração EAD	**-**	245.721	-	**245.721**	**245.721**
Acordos de não Competição	**20**	10.826	(5.849)	**4.977**	**7.142**
Relacionamento com clientes	**25**	100.695	(64.941)	**35.754**	**60.621**
Material Didático	**20**	7.344	(4.162)	**3.182**	**4.651**
Ágio		320.539	-	**320.539**	**320.539**
Total		**836.252**	**(116.458)**	**719.794**	**749.673**

(b) Movimentação do intangível

	Softwares	Desenv. de projetos internos	Marcas	Licenças de exploração EAD	Acordos de não Competição	Relacionamento com clientes	Material Didático	Ágil	Total
Saldos em 31.12.16	**21.824**	**10.287**	**81.784**	**245.721**	**8.228**	**67.102**	**6.120**	**293.558**	**734.624**
Aquisição de empresas	6				952	15.935		26.981	43.874
Adições	261	9.958	-	-	-	-	-	-	10.219
Transferência	7.771	(7.771)	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações	(5.954)	(3.111)	(4.056)	-	(2.038)	(22.416)	(1.469)	-	(39.044)
Saldos em 31.12.17	**23.908**	**9.363**	**77.728**	**245.721**	**7.142**	**60.621**	**4.651**	**320.539**	**749.673**
Adições	1.562	10.342	-	-	-	-	-	-	11.904
Baixas	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Transferência	2.619	(2.619)	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações	(6.882)	(2.344)	(4.055)	-	(2.165)	(24.867)	(1.469)	-	(41.782)
Saldos em 31.12.18	**21.206**	**14.742**	**73.673**	**245.721**	**4.977**	**35.754**	**3.182**	**320.539**	**719.794**

TREVISO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ : 20.512.706/0001-40

(c) Testes do ágio para verificação de *impairment* • O ágio e as licenças para exploração EAD foram alocados à uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), que corresponde as atividades operacionais de ensino superior. O teste efetuado pela administração não resultou no reconhecimento de *impairment*. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa pre-tax, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2018 são as que seguem: • Taxa de crescimento ROL – 14,1%; • Taxa de desconto – 16,9%; • Taxa de crescimento de longo prazo - 4%; • Margem bruta - 62% à 65%. A taxa de crescimento da receita operacional líquida está baseada no crescimento histórico da base de alunos. A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto de cinco anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e se encontra em linha com o histórico de operação da Companhia. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor de educação no qual a UGC atua.

13. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Consolidado	
Composição de obrigações sociais e trabalhistas	**31.12.18**	**31.12.17**
Salários a pagar	3.855	3.576
INSS a recolher	2.893	3.250
FGTS a recolher	1.194	1.066
IRRF a recolher	1.039	1.335
Contrib. Sindical dos Empreg. a Recolher	3	19
Provisão de férias e 13º salário	795	1.725
Provisão Bônus	3.166	4.190
Outros	92	90
Total	**13.037**	**15.251**

14. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS • (a) Composição da provisão total para perdas.

			Consolidado
	Cíveis	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 31.12.17	**2.356**	**20.641**	**22.997**
Adições (i)	2.896	4.126	7.022
Reversões	(3.412)	(6.759)	(10.171)
Total efeito no ativo	**(516)**	**(2.633)**	**(3.149)**
Adições	467	1.206	1.673
Reversões	(455)	(3.033)	(3.488)
Total efeito no resultado	**12**	**(1.827)**	**(1.815)**
Pagamentos	-	-	-
Total pagamentos	**-**	**-**	**-**
Saldo em 31.12.18	**1.852**	**16.181**	**18.033**

Provisão para perdas trabalhistas e cíveis • As Sociedades Uniasselvi são partes passivas em processos judiciais e administrativos. Tais processos em geral referem-se a disputas judiciais e administrativas envolvendo sindicatos, empregados, fornecedores e alunos. É constituída provisão para todos os processos judiciais que representem perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. (i) De acordo com as cláusulas e condições do contrato de compra e venda descrito na nota 1.1, ficaram definidos os períodos de responsabilidade de cada parte em relação a tais demandas, limites de valores, critérios de notificação e de indenização recíproca. Dessa forma, o saldo acumulado de provisões em 31/12/2018 é de R$ 18.033, dos quais R$ 16.480 correspondem a período de responsabilidade dos Vendedores, registrados em contrapartida no ativo não circulante. Até 31 de dezembro de 2018 não foram levantados processos administrativos ou judiciais de natureza tributária classificados como de risco de perda provável. O valor total de provisão já considera a baixa de R$ 3.149 decorrente da celebração e correspondente pagamento de acordos judiciais, já definitivamente homologados, que encerraram as ações judiciais anteriormente movidas pelo SINPRO/RS (Sindicato dos Professores do RS) nas Comarcas de Porto Alegre, Camaquã e Passo Fundo. **(b) Composição dos processos classificados como perda possível** • Os processos cujas perdas foram classificadas como possíveis, com base na opinião dos assessores legais do Grupo não há provisão constituída. Estando a composição no período findo em 31 de dezembro de 2018 demonstrada a seguir:

	31.12.18	**31.12.17**
Cíveis	6.880	1.670
Trabalhistas	11.690	8.443
Tributários	29.094	-
	47.664	**10.113**

Os processos classificados como perda possível não são provisionados nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 possuíam 358 processos classificados como perda possível, sendo 297 cíveis, 60 trabalhistas e 1 tributário. O processo que teve maior impacto no valor total classificado como de perda possível, foi o processo tributário que é melhor detalhado abaixo: **(b.1) Processos cíveis classificados como possíveis** • No decorrer do ano de 2018 a Companhia recebeu 213 novos processos cíveis, classificados como de perda possível, com valores individuais médios de R$ 25. **(b.2) Processos trabalhistas classificados como possíveis** • No decorrer do ano de 2018 a Companhia recebeu 39 novos processos trabalhistas, classificados como de perda possível, com valores individuais médios de R$ 149. **(b.3) Processo tributário classificado como possíveis** • Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía 1 processo administrativo tributário relativo Auto de Infração nº 000204.00/2017, lavrado pela Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura de Porto Alegre, no valor total de R$ 28.024, correspondentes a supostos débitos de ISS (imposto sobre serviços), acrescidos de multa de 150% e de juros de mora, relativos ao período de janeiro de 2012 até junho de 2017. O entendimento das Autoridades Fiscais do Município de Porto Alegre é de que os serviços educacionais prestados a distância pela Companhia, a partir de sua sede em Indaial/SC, estariam sujeitos à tributação do ISS no Município de Porto Alegre/RS, onde mantém polo EAD, entendimento este que é contestado administrativamente pela Companhia, por meio do escritório de Lobo de Rizzo Advogados. A responsabilidade pelo eventual pagamento desse débito obedecerá aos períodos de responsabilidade definidos de acordo com as cláusulas e condições do contrato de compra e venda descrito na nota 1.1, sendo de responsabilidade dos Vendedores todos os eventuais débitos relativos ao período anterior à data de fechamento da aquisição (29 de fevereiro de 2016). **15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO • (a) Capital social** • Em 15 de Junho de 2018 foi realizada um aumento de capital de R$ 112.509, através da emissão de 38.315 ações ordinária, nominativas, sem valor nominal, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo NB Pitman Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, em moeda corrente nacional. O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 546.509 dividido em 522.315.196 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme quadro a seguir:

FUNDOS INVESTIDORES	**31.12.18**	**%**	**31.12.17**	**%**
Fundo Brasil de Internacionalização de empresas				
Fundos de Investimento em Participações II Miquerinos	64.546.881	12,36	80.666.684	16,67
Fundo de Investimento em Participações	129.093.761	24,72	161.333.366	33,33
Vinci Capital Partners II Fundo de Investimento em Participações	193.640.642	37,07	242.000.050	50,00
NB Pitman Brazil Fundo de Investimentos e Participações Multiestratégia	135.033.912	25,85	-	-
Total	**522.315.196**	**100**	**484.000.100**	**100**

(b) Distribuição de Dividendos – Controladora • O estatuto social da Controladora, obriga a distribuição de dividendos, no montante de 1% sobre o Lucro Líquido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi provisionado o montante de R$ 74 mil. **(c) Distribuição de Dividendos – Controladas** • Os contratos sociais das controladas, desobrigam a distribuição de dividendos. Os Lucros acumulados poderão ter a destinação que for atribuída pelos sócios representando a maioria do Capital Social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram distribuídos R$ 31.591 a título de dividendos antecipados. **(d) Reserva Legal** • A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi constituída a reserva legal no valor de R$ 429 mil. **(e) Reserva de retenção de lucros** • É representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, dos dividendos mínimos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam liberação da assembleia para sua destinação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi constituída a reserva de lucros no valor de R$ 7.335. **(f) Lucro por ação • Básico** • O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o período.

	31.12.18	**31.12.17**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	8.583	3.874
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	504.889	484.000
Lucro básico por ação ordinária	**0,0170**	**0,0080**

Diluído • Em 31 de dezembro de 2018 existem 13.090 milhares de ações com potencial diluidor, portanto, o lucro diluído é demonstrado a seguir:

	31.12.18	**31.12.17**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	8.583	3.874
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	517.979	484.000
Lucro diluído por ação ordinária	**0,0166**	**0,0080**

16. Remuneração baseada em ações • A Companhia oferece aos administradores e executivos um Plano com condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos participantes indicados pelo Conselho de Administração que preencham, a seu critério, as condições para participação, alinhando dessa forma, os interesses dos participantes aos interesses de seus acionistas, de forma a maximizar o resultado da Companhia e incrementar o valor econômico de suas ações, gerando, assim, benefícios aos participantes e demais acionistas. Também fornece um incentivo de longo prazo aos participantes, aumentando a sua motivação e fazendo com que a Companhia retenha de capital humano de qualidade. O Plano foi aprovado em 3 de julho de 2017 e compreende a outorga de até 25.471.110 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e setenta e um mil, cento e dez) opções de compra de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de até aproximadamente 5% (cinco por cento) do número de ações ordinárias de emissão da Companhia na data da aprovação deste Plano. No caso de qualquer alteração no número de ações ordinárias de emissão da Companhia decorrente de desdobramento, grupamento, amortização, recompra, cancelamento e permuta de ações, o limite de Opções indicado no caput deve ser automaticamente ajustado para refletir o novo número de Opções, independentemente de aprovação de um termo aditivo ao presente Plano. Cada opção atribui ao seu titular o direito à aquisição de 1 (uma) ação da Companhia, estritamente nos termos e condições estabelecidos neste Plano. Com o propósito de satisfazer o exercício das opções outorgadas nos termos do Plano, a Companhia pode, ao critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado da Companhia, ou, ainda, vender ações mantidas em tesouraria. O Plano é administrado e gerido pelo Conselho de Administração da Companhia e pelo Comitê de Gestão do SOP. As opções outorgadas ao participante ficam sujeitas a um período de carência (vesting), de modo que passam a ser exercíveis, observadas as regras aplicáveis previstas no Primeiro Programa, de acordo com o cronograma (cada data a partir da qual determinado lote de opções outorgadas passará a exercível, uma "*Data de Vesting*"), onde a cada ano, 20% (vinte por cento) das opções outorgadas podem ser exercidas.

TREVISO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ : 20.512.706/0001-40

	Quantidade de Ações					
PLANOS	31/12/2017	Outorgadas	Realizadas	Canceladas	31/12/2018	Preço médio do exercício
1º Programa - 2017	18.850.529	5.094.738	1.487.665	3.082.315	19.375.287	0,9783
TOTAL	**18.850.529**	**5.094.738**	**1.487.665**	**3.082.315**	**19.375.287**	

O contrato de opções com vencimento mais longo tem como última *Data de Vesting* 01 de março de 2021 e poderá ser exercido nos prazos previstos no "Primeiro Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações" (Primeiro Programa). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram outorgadas 19.375.287 opções de compra de ações, sendo que neste mesmo período foram realizadas 1.487.665, canceladas 3.082.315 em função de desligamentos e alcançaram a *Data de Vesting* 5.094.738 opções de compra de ações, que poderão ser exercidas nos prazos previstos no Primeiro Programa. **Cálculo do valor justo e despesa no resultado** • O valor justo das opções de ações concedidas é reconhecido como despesa. A contrapartida é registrada a crédito na rubrica "Remuneração baseada em ações", no passivo não circulante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram reconhecidos R$ 5.046 de despesa de valor justo de opções de compra de ações. O Participante terá o direito de exigir que a Companhia adquira a totalidade das Ações de sua propriedade para permanência em tesouraria ou cancelamento, mediante o pagamento, em caixa, do Preço de Exercício da Opção de Venda, a partir de determinado período contados a partir da última *Data de Vesting* e desde que até o fim de referido período não tenha ocorrido nenhum Evento de Liquidez relacionado a Transferência de Controle da Companhia (de acordo com o significado que lhe é atribuído pelo Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), seja por meio de operações particulares ou, ainda, mediante a realização de uma oferta pública, primária ou secundária, de ações de emissão da Companhia em mercado público brasileiro ou internacional; e Oferta Pública secundária. Cumpridas todas as condições aplicáveis à recompra de ações previstas na legislação e/ou regulamentares aplicáveis, a Companhia deverá pagar ao Participante o preço equivalente a uma determinada quantidade de múltiplos de vezes do EBITDA da Companhia menos a Dívida Líquida, conforme estabelecidos no Primeiro Programa (motivo pelo qual seu registro ocorre no passivo).

17.REMUNERAÇÃO DO PESSOAL- CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO E PARTES RELACIONADAS • (a) **Remuneração do pessoal - chave da administração** • Pessoal-chave da Administração são profissionais selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração dentre os administradores e executivos da Companhia. A remuneração paga ou a pagar aos administradores e executivos está demonstrada a seguir:

	31.12.18	31.12.17
Salários e encargos	5.834	4.829
Remuneração variável (i)	2.665	2.659
Total	**8.499**	**7.488**

(i) Remuneração variável definida pelo Conselho de Administração em contrato de metas com executivos da companhia. **(b) Partes relacionadas** • A Companhia mantém aplicações financeiras em fundos de renda fixa cuja gestão é feita pela Vinci Partners, uma parte relacionada indireta. O valor dos investimentos, os quais compõem o saldo de títulos e valores mobiliários divulgado na Nota 7, está demonstrado a seguir:

	31.12.18	31.12.17
FI Vinci Renda Fixa Credito Privado	36.566	34.721

18. Cobertura de seguros • A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia possuía as seguintes coberturas nas principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	31.12.18	31.12.17
Risco nomeado (i)	61.425	62.515
Veículos	1.075	1.290
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Responsabilidade civil para diretores	35.000	25.000
Total	**107.500**	**98.805**

(i) Cobertura de incêndio, alagamento, danos elétricos, desmoronamentos, roubo e furto mediante arrombamento, entre outros.

19. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA • Para a correta análise das demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, é necessário que sejam avaliadas as transações abaixo descritas, que não afetaram o caixa: (a) Em 2018 foi revertida a provisão de contingências no montante de R$ 3.149, de responsabilidade dos vendedores, na conta de ativo "contingências indenizáveis" não afetando o fluxo de caixa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ocorreram as seguintes transações que não afetaram o fluxo de caixa: (b) Em 31 de agosto de 2017 a Companhia adquiriu controle das empresas FAIR e FAC por R$ 50.000 (Nota 24), o qual não teve efeito caixa no exercício de 2017, pois de acordo com o contrato de compra e venda, caso a aquisição das empresas citadas ocorresse após 31 de dezembro de 2016, o pagamento dos valores entrará no fluxo de pagamentos das cinco parcelas anuais a partir de 31 de dezembro de 2018. (c) Em 31 de dezembro 2017 foi reconhecida provisão de contingências no montante de R$ 4.063, de responsabilidade dos vendedores, sendo registrado na conta de ativo "contingências indenizáveis" não afetando o fluxo de caixa.

20. RECEITA LÍQUIDA • Composição da receita líquida

	Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Receita Bruta de Vendas	**523.250**	**431.951**
Deduções de Vendas		
Devoluções e cancelamentos	(19.251)	(12.395)
Descontos	(18.397)	(13.722)
ProUni	(68.008)	(59.372)
Impostos	(13.114)	(3.570)
Receita Líquida	**404.480**	**342.892**

No exercício de 2018 o montante faturado aos alunos referente à parcela a ser repassada aos polos, em que o Grupo atua como agente, é de R$ 75.206. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo a pagar aos polos parceiros é de R$ 21.537 (2017 – R$ 71.501 e R$ 15.394 respectivamente).

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Folha de pagamento	5.046	2.397	155.481	132.465
Material	-	-	10.034	7 .009
Aluguel imóveis	-	-	19.135	17.417
Manutenções	-	-	5.618	4.760
Consultorias/Assessorias	-	6	18.442	13.739
Contingências	-	-	(1.815)	2.836
Utilidades, limpeza e segurança	38	39	14.286	7.961
Vendas e marketing	17	52	37.370	27.346
Provisão para perdas (PCLD)	-	-	47.349	36.544
Doações dedutíveis	-	-	300	1.703
Depreciação e amortização	-	-	12.543	10.102
Amortização mais valia	-	-	37.256	34.678
Outras despesas	54	-	6.792	4.066
Total	**5.155**	**2.494**	**362.791**	**300.626**

	Controladora		Consolidado	Consolidado
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Custos das vendas e serviços	-	-	148.808	122.518
Despesas com vendas	17	52	92.260	55.459
Despesas gerais e administrativas	5.138	2.442	112.322	97.664
Outras despesas	-	-	9.401	24.985
Total	**5.155**	**2.494**	**362.791**	**300.626**

Os pagamentos futuros totais mínimos de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis, são:

	Consolidado	
	2018	2017
Menos de um ano	755	15.826
Mais de um ano e menos de cinco anos	43.663	25.770
Mais de cinco anos	57.771	1.618
	102.189	**43.214**

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Juros sobre mensalidades	-	-	8.887	8.168
Rendimentos sobre aplicações financeiras	12.143	9.636	12.635	13.807
Outras	29	-	505	-
	12.172	9.636	22.027	21.975
Despesas financeiras				
Encargos financeiros	(24.609)	(16.329)	(26.686)	(18.500)
Ajuste a valor presente sobre dívida	(19.846)	(34.554)	(19.846)	(34.554)
	(44.455)	(50.883)	(46.532)	(53.054)
Resultado financeiro	**(32.283)**	**(41.247)**	**(24.505)**	**(31.079)**

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

31 dez de 2018	Ensino Superior Presencial	Ensino Superior EAD	Educ. Contin. (Presencial e EAD	Corporativo	Reclassificação	Total	Total
Receita Líquida de Serviços	112.206	258.791	33.483	**404.480**		**-**	**404.480**
Custo dos Serviços	(53.709)	(91.136)	(3.963)	**-**	**(148.808)**	**-**	**(148.808)**
	58.497	**167.655**	**29.520**	**-**	**255.672**	**-**	**255.672**
Receitas e Despesas Operacionais							
Gerais e Adminstrativas	(23.720)	(7.132)	(3.557)	(77.913)	**(112.322)**	**-**	**(112.322)**
Com Vendas e Marketing	(13.917)	(73.035)	(2.871)	(2.437)	**(92.260)**	**-**	**(92.260)**
Outras (Despesas) Operacionais	-	-	-	(596)	**(596)**	(8.805)	**(9.401)**
Lucro (Prejuízo) **Operacional Antes do Resultado Financ.**	**20.860**	**87.488**	**23.092**	**(80.946)**	**50.494**	**(8.805)**	**41.689**
Despesas M&A	-	-	-	(6.241)	(6.241)	6.241	-
Superveniência FIES Kroton	-	-	-	-	-	-	-
Doações Dedutíveis	-	-	-	(300)	**(300)**	300	-
Gastos com Reestruturação	(1.296)	(447)	-	(521)	**(2.264)**	2.264	-
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro	**19.564**	**87.041**	**23.092**	**(88.008)**	**41.689**	**-**	**41.689**

TREVISO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ : 20.512.706/0001-40

	Ensino Superior Presencial	Ensino Superior EAD	Educ. Contin. (Presencial e EAD	Corporativo	Reclassificação	Total	Total
31 dez de 2017							
Receita Líquida de Serviços	102.727	214.621	25.544	-	**342.892**	-	**342.892**
Custo dos Serviços	(48.820)	(70.586)	(3.112)	-	**(122.518)**	-	**(122.518)**
	53.907	**144.035**	**22.432**	-	**220.374**	-	**220.374**
Receitas e Despesas Operacionais							
Gerais e Admin.	(15.812)	(12.151)	(2.583)	(67.118)	**(97.664)**	-	(97.664)
Com Vendas e Marketing	(8.886)	(44.280)	(2.236)	(57)	**(55.459)**	-	(55.459)
Outras (Despesas) Operacionais	-	-	-	(812)	**(812)**	(24.173)	(24.985)
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financ.	**29.209**	**87.604**	**17.613**	**(67.987)**	**66.439**	**(24.173)**	**42.266**
Despesas incorridas na combinação de negócios	-	-	-	(16.438)	**(16.438)**	16.438	-
Doações Dedutíveis	-	-	-	(1.703)	**(1.703)**	1.703	-
Gastos com Reestruturação	(2.734)	(3.298)	-	-	**(6.032)**	6.032	-
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financ.	**26.475**	**84.306**	**17.613**	**(86.128)**	**42.266**	**-**	**42.266**

24. INVESTIMENTO • Composição dos investimentos no ativo e passivo da Companhia:

(a) Ativo não circulante.

Movimentação dos investimentos	**Controladora**
Saldo investimento em 31 de dezembro de 2015	**-**
Aquisição Grupo Uniasselvi (nota 24)	817.458
Equivalência patrimonial	43.510
Saldo investimento em 31 de dezembro de 2016	**860.968**
Saldo investimento em 31 de dezembro de 2016	**860.968**
Aquisição Fair/Fac-Famat (nota 24)	50.000
Dividendos/redução de capital (i)	(107.000)
Equivalência patrimonial	47.615
Saldo investimento em 31 de dezembro de 2017	**851.583**
Saldo investimento em 31 de dezembro de 2017	**851.583**
Dividendos/redução de capital (i)	(31.591)
Equivalência patrimonial	46.021
Saldo investimento em 31 de dezembro de 2018	**866.013**

(i) Dividendos antecipados pagos ao longo de 2018 e 2017 no montante de R$ 31.591 e R$ 107 milhões, respectivamente. A seguir apresentamos o resumo dos balanços das controladas em 2018 e 2017:

	Uniasselvi	Fameg	Fac	Fair	Total
Balanço 2018					
Ativo	**224.329**	**6.533**	**12.892**	4.169	247.923
Circulante	117.340	2.942	3.678	2.044	126.004
Não circulante	106.989	3.591	9.214	2.125	121.919
Passivo	**58.254**	**2.550**	**952**	**252**	**62.008**
Circulante	38.942	2.453	952	252	42.599
Não circulante	19.312	97	-	-	19.409
Patrimonio Liquido	**166.076**	**3.982**	**11.941**	**3.917**	**185.916**
Resultado	**70.638**	**3.542**	**5.933**	**1.774**	**81.887**
				Amortização da mais valia	(37.256)
				Amortização do IR diferido sobre mais valia	1.390
				Equivalência patrimonial ajustada de controladas	**46.021**

	Uniasselvi	Fameg	Assevim	Famesul	Fac	Fair	Total
Balanço 2017							
Ativo	**162.667**	**9.843**	**5.750**	**5.870**	**9.825**	**6.345**	**200.300**
Circulante	84.949	5.611	3.093	2.464	5.379	4.720	106.216
Não circulante	77.718	4.232	2.657	3.406	4.446	1.625	94.084
Passivo	**56.582**	**2.722**	**791**	**1.567**	**836**	**2.183**	**64.681**
Circulante	32.123	2.054	646	540	833	592	36.788
Não circulante	24.459	668	145	1.027	3	1.591	27.893
Patrimonio Liquido	**106.085**	**7.121**	**4.959**	**4.303**	**8.989**	**4.162**	**135.619**
Resultado	**70.978**	**2.028**	**1.048**	**556**	**4.312**	**2.077**	**80.999**
					Amortização da mais valia		(34.678)
					Amortização do IR diferido sobre mais valia		1.293
					Equivalência patrimonial ajustada de controladas		**47.614**

(b) Passivo circulante e não circulante.

	Total
Valor nominal da operação de compra (29/01/16)	943.273
Ajuste a valor presente	(125.815)
	817.458
Valor pago (inicial + ajuste de preço)	(407.035)
	410.423
Atualização IPCA	21.551
AVP do período	18.139
Em 31/12/16	**450.113**
Valor nominal compra FAIR e FAC (31/08/17)	50.000
Atualização IPCA	15.885
AVP do período	34.554
Em 31/12/17	**550.552**
Atualização IPCA	24.607
AVP do período	19.846
Valor Pago	(129.670)
Em 31/12/18	**465.335**
Curto Prazo	116.334
Longo Prazo	349.001

CONTADOR | Giovani Mainhardt | Contador | CRS/SC – 016992/O-0

Cod. Mat.: 593421

RUDOLPH USINADOS S.A

CNPJ 02.839.894/0001-33

Relatório da Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

ATIVO	**2018**	**2017**
CIRCULANTE	**26.527**	**22.833**
Caixa/Bancos	1.788	1.442
Clientes	9.196	9.026
Estoques	13.697	9.349
Outros Créditos	1.846	3.016
NÃO CIRCULANTE	**58.775**	**56.627**
Realizável a Longo Prazo	13.449	14.909
Investimentos	1.461	1.386
Imobilizado	43.865	40.332
TOTAL ATIVO	**85.302**	**79.460**

PASSIVO	**2018**	**2017**
CIRCULANTE	**24.875**	**20.565**
Instituições Financeiras	8.892	7.799
Fornecedores	10.833	8.227
Obrigações Sociais	2.584	2.914
Obrigações Tributárias	820	794
Outras Obrigações	1.746	831
NÃO CIRCULANTE	**22.847**	**21.294**
Exigível a Longo Prazo	22.847	21.294
PAT. LIQUIDO TOTAL	**37.580**	**37.601**
Capital Social	9.800	9.800
(-) Ações Tesouraria	(2.259)	(2.025)
Reservas de Capital	515	515
Ajuste de Avaliação Patrim.	4.333	4.629
Reservas de Lucros	23.398	18.592
Lucro do Exercício	1.793	6.090
TOTAL PASSIVO	**85.302**	**79.460**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2018 e 31/12/2017

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	**2018**	**2017**
RECEITA LÍQUIDA	**79.222**	**71.632**
Custos de Venda/Serviços	(66.795)	(57.691)
LUCRO BRUTO	**12.427**	**13.941**
Despesas Opereracionais	(9.676)	(7.844)
Receitas/Desp. Financeiras	(1.969)	(1.961)
Outras Receitas/Despesas	319	2.144
RESULTADO OPERAC.	**1.101**	**6.280**
Imposto de Renda e CSLL	692	(190)
LUCRO EXERCÍCIO	**1.793**	**6.090**

WOLFGANG RUDOLPH — Diretor Presidente

HEINZ KRÜGER — CRC/SC 034816/O-0

Cod. Mat.: 593451

HIDROELÉTRICA PARDOS S/A
CNPJ 06.374.036/0001-11
Estrada Distrito Santa Cruz do Timbó, nº 1 - Zona Rural - Porto União - SC - CEP 89.400-000

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31/12/2018

	ANO DE 2018	ANO DE 2017
ATIVO	**32.880.197,13**	**32.842.508,17**
ATIVO CIRCULANTE	**6.377.399,84**	**5.294.685,96**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**1.253.792,19**	**5.084.469,13**
Contas Bancárias a Vista	2,00	36.127,29
Aplicações de Liquidez Imediata	1.253.790,19	5.048.341,84
DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES	**5.052.518,61**	**26.668,99**
Depósitos Judiciais ANEEL	5.052.518,61	26.668,99
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	**69.873,04**	**70.182,77**
Prêmios de Seguros	69.873,04	70.182,77
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	**1.216,00**	**113.365,07**
Adiantamento a Empregados	-	-
Fornecedores	1.216,00	113.365,07
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**26.502.797,29**	**27.547.822,21**
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	**-**	**5.980,20**
Títulos e Valores Mobiliários	-	5.980,20
ATIVO IMOBILIZADO	**26.300.232,04**	**27.339.276,76**
IMOBILIZADO EM SERVIÇO	**26.300.232,04**	**27.339.276,76**
Terreno	226.900,00	226.900,00
Edificações, Obras Civis e Befeitorias	25.208.078,98	25.208.078,98
Máquinas e Equipamentos	6.634.759,71	6.634.759,71
Veículos	109.151,99	109.151,99
Móveis e Utensílios	2.175,00	2.175,00
(-) Depreciação Acumulada	(5.880.833,64)	(4.841.788,92)
ATIVO INTANGÍVEL	**202.565,25**	**202.565,25**
Servidões	202.565,25	202.565,25
TOTAL DO ATIVO ----------	**32.880.197,13**	**32.842.508,17**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	**2018**	**2017**
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**9.833.881,79**	**10.511.350,76**
Receita de Operações com Energia Elétrica	9.790.817,46	10.511.350,76
Fornecimento - Não Faturado	43.064,33	-
(-) Tributos e Contribuições s/ as Receitas	(658.812,66)	(741.367,53)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**9.175.069,13**	**9.769.983,23**
GASTOS OPERACIONAIS	**(5.616.322,73)**	**(3.651.619,20)**
Energia Comprada para Revenda	(2.659.781,74)	(164.734,60)
Pessoal	(465.348,14)	(449.407,89)
Materiais	(62.297,09)	(62.534,65)
Serviços de Terceiros	(759.640,22)	(804.737,48)
Seguros	(84.802,44)	(88.893,86)
Provisão	-	-
Tributos	(436.555,34)	(426.656,60)
Depreciação	(1.039.044,72)	(1.038.519,75)
Gastos Diversos	(108.853,04)	(616.134,37)
RESULTADO OPERACIONAL FINANCEIRO	**9.679,09**	**71.150,04**
Receitas Financeiras	61.742,48	170.451,90
Outras Receitas Financeiras	1,60	42,76
Despesas Financeiras	(52.064,99)	(99.344,62)
RESULTADO OPERACIONAL	**3.568.425,49**	**6.189.514,07**
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**3.568.425,49**	**6.189.514,07**
LUCRO POR AÇÃO	**0,34**	**0,59**

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	**2018**	**2017**
Saldo do início do exercício.....	**-**	**-**
(+) Lucro Líquido do Exercício.....	**3.568.425,49**	**6.189.514,07**
(-) Transferência para Reserva Legal..	**178.421,27**	**309.475,70**
(-) Transferência para Reserva de Lucros.....	**3.390.004,22**	**5.880.038,37**
(=) Saldo no encerramento do exercício.....	**-**	**-**

	ANO DE 2018	ANO DE 2017
PASSIVO	**32.880.197,13**	**32.842.508,17**
PASSIVO CIRCULANTE	**240.055,76**	**251.093,33**
OBRIGAÇÕES	**240.055,76**	**251.093,33**
Fornecedores	99.031,87	86.519,80
Empréstimos e Financiamentos	-	3.373,57
Folha de Pagamento	19.359,98	19.146,99
Tributos Federais	93.715,21	113.747,32
Contribuições Sociais	13.857,68	14.096,60
Tributos Retidos na Fonte	4.461,02	4.733,05
Pró-Labore a Pagar	9.630,00	9.476,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**286.456,12**	**2.386.999,66**
Fornecedores	286.456,12	286.456,12
Empréstimos e Financiamentos	-	100.543,69
Contrato de Mútuo	-	1.999.999,85
PATRIMONIO LIQUIDO	**32.353.685,25**	**30.204.415,18**
CAPITAL SOCIAL	**14.197.291,00**	**10.500.000,00**
Capital Integralizado	14.197.291,00	10.500.000,00
RESERVAS DE CAPITAL	**10.350.000,00**	**10.350.000,00**
Ágio na Emissão de Ações	10.350.000,00	10.350.000,00
RESERVAS DE LUCROS	**7.806.394,25**	**5.657.123,90**
Reserva Legal	1.378.070,76	1.199.649,49
Reserva de Lucros	6.428.323,49	4.457.474,41
RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	**-**	**3.697.291,28**
Adiantamentos p/ Futuro Aumento de Capital	-	3.697.291,28
TOTAL DO PASSIVO ----------	**32.880.197,13**	**32.842.508,17**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - METODO INDIRETO

ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2018**	**2017**
Lucro Liquido do Exercício	**3.568.425,49**	**6.189.514,07**
(+) Depreciação----------	1.039.044,72	1.038.519,75
Aumentos/Reduções		
Aumento/Redução em Fornecedores----	12.512,07	(17.372,65)
Aumento/Redução em Folha de Pagamento--	212,99	(9.828,74)
Redução/Aumento em Tributos Federais --	(20.032,11)	32.859,73
Redução em Contribuições Sociais-------	(238,92)	(2.605,03)
Redução em Tributos Retidos na Fonte-	(272,03)	(1.600,15)
Aumento em Pró-Labore a Pagar---------	154,00	524,00
Aumento/Redução em Depósitos Judiciais e Cauções----------	(5.025.849,62)	663.067,89
Redução em Despesas Pagas Antecipadamente----------	309,73	2.341,79
Redução em Outros Ativos Circulantes--	112.149,07	1.541,00
Ajustes de Exercícios Anteriores----------	(119.155,27)	-
Caixa Líquido Consumido/Gerado nas Atividades Operacionais----------> ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(432.739,88)**	**7.896.961,66**
Recebimento de Títulos e Valores Mobiliários----------	5.980,20	-
Pagamento pela Compra do Imobilizado----------	-	(47.351,99)
Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades de Investimento-------> ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**5.980,20**	**(47.351,99)**
Pagamento/Recebimento Contratos de Mútuo----------	(1.999.999,85)	1.999.999,85
Pagamento de Empréstimos de Longo Prazo----------	(100.543,69)	(1.206.523,55)
Pagamento Empréstimos de Curto Prazo----------	(3.373,57)	(90.081,11)
Distribuição de Dividendos no Exercício----------	(1.299.999,87)	(5.134.999,67)
Redução em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital----------	(3.697.291,28)	-
Integralização de Capital Social----------	3.697.291,00	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento----------	**(3.403.917,26)**	**(4.431.604,48)**
Redução/Aumento Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa---------->	**(3.830.676,94)**	**3.418.005,19**
**Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período----------> **	**5.084.469,13**	**1.666.463,94**
**Caixa e Equivalentes de Caixa no final do período----------> **	**1.253.792,19**	**5.084.469,13**

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas.,as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas encerradas em 31/12/2018.
Agradecemos a todos que ajudaram ativamente no crescimento da empresa durante este ano, em especial aos acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pela dedicação e confiança depositada.
Nosso compromisso é a busca incessante do sucesso da organização através do trabalho em prol da sociedade, sempre respeitando as normas ambientais.

NOTAS EXPLICATIVAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31/12/2018

1 - Contexto Operacional

A empresa Hidroelétrica Pardos S/A, é uma sociedade por ações de capital social fechado, e tem por objetivos a geração e comercialização de energia elétrica, como produtora independente de energia, conforme a Resolução Autorizativa nº 1.964 de 16/06/2009 da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estão sendo apresentadas de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária e Contábil, sendo elas a LEI 6.404/76, LEI 11.638/07, resoluções expedidas pelo orgão regulador ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica e Legislação Tributária aplicável ao setor.

3 - Principais Práticas Contábeis

No registro das transações é seguido o regime de competência, combinado com as práticas contábeis abaixo descritas:

a) **Classificação das contas:** A classificação das contas dos grupos Ativo Circulante e Passivo Circulante é feita levando-se em consideração o prazo de 360 dias.

b) **Aplicações financeiras:** São representadas pelo valores de custos somados aos rendimentos calculados até a data de encerramento do balanço.

c) **Ativo Imobilizado:** O Ativo Imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, sendo que as depreciações acumuladas são computadas pelo método linear sobre o valor do custo corrigido e contabilizadas diretamente como despesas do exercício. As quotas anuais são calculadas em função do tempo de vida útil, conforme legislação da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

4 - Patrimônio Líquido

Na data de encerramento do balanço o capital social é de R$ 14.197.291,00, representado por 14.197.291 ações ordinárias nominativas.
Foi constituída Reserva Legal no valor de 5% do Lucro Líquido para o exercício 2018 conforme previsto em estatuto e no artigo 193 de Lei 6.404/1976.

Porto União-SC, 14/03/2019

Hidroelétrica Pardos S/A
Irene Aparecida Roveda
Diretora

Walter Camargo
Contador-CRC/PR 034155/O-9

Cod. Mat.: 593812

INDUSTRIAL MADEIREIRA S/A — **VIDEIRA** — **CNPJ 86.547.833/0001-92**
ROD. SC 355 KM 50 - RIO DAS PEDRAS — **RELATÓRIO DA DIRETORIA** — **SANTA CATARINA**

Senhores Acionistas:

Em cumprimento aos dispositivos legais, temos a satisfação de submeter à exame e apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2018. Outrossim, informamos que estamos ao inteiro dispor de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que por ventura julgarem necessários. Videira, 31 de Janeiro de 2019.

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em Reais)

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	**10.097.544,76**	**9.619.309,12**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**2.288.619,30**	**2.916.915,16**
Caixa e Equivalentes de Caixa	951.907,21	1.311.607,02	Fornecedores	548.174,74	499.490,14
Clientes	4.290.620,06	4.506.719,47	Adto Clientes/Credores Diversos	62.569,84	12.361,89
Outros Créditos	223.873,14	191.942,14	Empréstimos e Financiamentos	126.494,72	1.338.913,30
Impostos a Recuperar	415.475,59	709.466,00	Impostos a Pagar	103.385,51	64.047,53
Estoques	4.159.917,74	2.824.420,42	Salários/Encargos	937.941,79	975.752,30
Desp. Exerc. Seguinte	55.751,02	75.154,07	Juros Sobre Capital Próprio	510.052,70	26.350,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**17.543.104,96**	**17.095.139,86**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**9.568.999,32**	**9.224.137,53**
Realizável a Longo Prazo	45.566,61	91.064,40	Empréstimos e Financiamentos	69.410.63	195.905,34
Depósitos Compuls./Judiciais Restituíveis	19.051,21	59.833,25	Operações de Mútuo	9.499.588,69	9.028.232,19
Impostos a Recuperar	26.515,40	31.231,15	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**15.783.031,10**	**14.573.396,29**
Investimentos	11.978,93	11.978,93	Capital Social	15.000.000,00	15.000.000,00
Imobilizado	8.183.358,58	7.913.808,34	Reserva de Lucros	783.031,10	0,00
Intangível	20.361,62	30.668,36	Prejuízos Acumulados	0,00	(426.603,71)
Ativos Biológicos	9.281.839,22	9.047.619,83			
TOTAL DO ATIVO	**27.640.649,72**	**26.714.448,98**	**TOTAL DO PASSIVO**	**27.640.649,72**	**26.714.448,98**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Em Reais)

	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**35.341.781,28**	**32.898.889,38**
(-) Deduções de Vendas	1.481.543,32	2.023.414,10
RECEITA OPERAC. LÍQUIDA	**33.860.237,96**	**30.875.475,28**
(-) Custos Prod.Vendidos	28.470.634,21	27.609.134,37
LUCRO OPERAC. BRUTO	**5.389.603,75**	**3.266.340,91**
(-) Despesas com Vendas	1.610.662,89	1.300.486,85
(-) Despesas Administrativas	1.326.215,18	1.267.366,65
(+) Outras Receitas Operacionais	8.845,99	11.066,87
(-) Outras Despesas Operacionais	22.604,23	19.601,98
LUCRO OP. LÍQ. ANTES RES. FINANCEIRO	**2.438.967,44**	**689.952,30**
Resultado Financeiro	**(895.239,87)**	**(646.499,11)**
(+) Receitas Financeiras	1.519.369,31	688.816,99
(-) Despesas Financeiras	2.414.609,18	1.335.316,10
LUCRO/PREJ. OPERACIONAL	**1.543.727,57**	**43.453,19**
(+) Outras Receitas/Despesas	(2.105,07)	45.089,08
LUCRO/PREJ. ANTES CSLL/ IR	**1.541.622,50**	**88.542,27**
(-) Prov. Contrib. Social/ Imp. Renda	331.987,69	15.535,79
(+) Reversão Juros s/ Capital Próprio	600.000,00	31.000,00
LUCRO/PREJ. LÍQ. DO EXERCÍCIO	**1.809.634,81**	**104.006,48**
Lucro/Prej. Líquido p/Lote Mil Ações	**45,24**	**2,60**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Em Reais)

	2018	2017
FLUXO DE CAIXA ATIV. OPERACIONAIS	**3.504.942,72**	**1.612.164,78**
Lucro/Prejuízo do Exercício	1.809.634,81	104.006,48
Depreciações/Exaustão/Amortização	1.321.572,00	1.323.559,63
Resultado Baixa Ativo Imob./Intang./Investimentos.	4.193,06	(2.081,80)
Variação Monet./Cambial e Juros Incorridos	577.857,79	478.860,54
Clientes	216.099,41	(1.171.453,15)
Impostos a Recuperar/Outros Créditos	266.775,16	(6.460,25)
Estoques/Desp. Exerc. Seguinte/Dep. Judiciais	(1.275.312,23)	961.415,30
Fornecedores/Adtos/Demais Contas à Pagar	584.122,72	(75.681,97)
FLUXO DE CAIXA ATIV. INVESTIMENTO	**(1.819.227,95)**	**(1.552.652,66)**
Aquisição Imobilizado/Ativos Biológicos/Intangíveis	(1.819.227,95)	(1.557.652,66)
Alienação Imobilizado/Baixa de Investimentos	0,00	5.000,00
FLUXO DE CAIXA ATIV. FINANCIAMENTO	**(2.045.414,58)**	**966.526,91**
Empréstimos/Financiamentos Obtidos	0,00	1.282.200,00
Empréstimos/Financiamentos Pagos	(1.445.414,58)	(287.992,45)
Juros sobre Capital Próprio	(600.000,00)	(31.000,00)
Aumento de Capital	0,00	3.319,36
AUMENTO DO CAIXA E EQUIV. DE CAIXA	**(359.699,81)**	**1.026.039,03**
Caixa e equiv. de caixa no início do período	1.311.607,02	285.567,99
Caixa e equiv. de caixa no final do período	951.907,21	1.311.607,02

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	ADTO P/ FUT. AUM. DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS		LUCRO/PREJ. ACUMULADOS	SALDO
			Reserva Legal	Res. Lucro a Realizar		
SALDO EM 31.12.2016	**10.604.000,00**	**3.720.000,00**	**0,00**	**0,00**	**(499.610,19)**	**13.824.389,81**
Aum. de Cap. Social AGO/AGE 05/04/2017	4.396.000,00	(3.720.000,00)	0,00	0,00	0,00	676.000,00
Lucro do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	104.006,48	104.006,48
Juros s/ Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	(31.000,00)	(31.000,00)
SALDO EM 31.12.2017	**15.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**(426.603,71)**	**14.573.396,29**
Lucro do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	1.809.634,81	1.809.634,81
Juros s/ Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	(600.000,00)	(600.000,00)
Reserva Legal	0,00	0,00	60.481,74	0,00	(60.481,74)	0,00
Reserva p/ Expansão	0,00	0,00	0,00	722.549,36	(722.549,36)	0,00
SALDO EM 31.12.2018	**15.000.000,00**	**0,00**	**60.481,74**	**722.549,36**	**0,00**	**15.783.031,10**

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - CONTEXTO OPERACIONAL: A INDUSTRIAL MADEIREIRA S/A, sociedade anônima de capital fechado tem como objeto o reflorestamento, industrialização e comercialização de madeiras em geral.

2 - PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS:

A) As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na lei 6.404/76, atendendo a NBC TG 1000, Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, e demais Leg. Fiscais, bem como os procedimentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis "CPC". **B)** Os Ativos e Passivos que estão classificados como não circulantes, refletem sua realização ou liquidação após o período de 12 meses. **C)** As Receitas e Despesas são reconhecidas respeitando o princípio da competência desde que seus valores possam ser confiavelmente mensurados.

3 - TAXAS DE CÂMBIO: Todas as operações de exportações e importações realizadas na moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional (Real) mediante utilização da taxa de câmbio oficial divulgada pelo BACEN - Banco Central do Brasil.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerários em espécie e depósitos bancários.

5 - ESTOQUES: Avaliados pelo custo médio de aquisição/produção:

Produtos Acabados	R$	2.676.232,75
Matérias-Primas	R$	1.306.076,17
Manutenção e Suprimentos	R$	177.608,82
TOTAL	**R$**	**4.159.917,74**

6 - IMOBILIZADO: Composto dos seguintes elementos:

	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIAÇÃO	CUSTO LÍQUIDO
Terrenos	1.057.618,28	0,00	1.057.618,28
Edific./Cercas/Benf.	2.820.045,21	1.316.007,28	1.504.037,93
Máq./Equipamentos	9.022.232,62	5.685.359,05	3.336.873,57
Móveis e utensílios	304.109,10	192.426,63	111.682,47
Veículos/Tratores	4.396.446,49	2.331.037,31	2.065.409,18
Instalações	582.767,28	475.030,13	107.737,15
TOTAL	**18.183.218,98**	**9.999.860,40**	**8.183.358,58**

7 - DEPRECIAÇÃO: A depreciação foi calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens.

8 - ATIVOS BIOLÓGICOS: Os Ativos Biológicos compreendem os reflorestamentos de pinus, os quais suas toras de madeira são utilizadas para industrialização e venda para terceiros e são mensurados pelo custo de formação menos exaustão acumulada:

	31/12/2018	31/12/2017
Custo de Formação	13.441.975,98	13.197.037,65
Exaustão	4.160.136,76	4.149.417,82
TOTAL	**9.281.839,22**	**9.047.619,83**

9 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: As contas de empréstimos e financiamentos, de curto e longo prazo, estão compostas pelos seguintes valores:

	SALDO 31/12/2018		TAXA %	VENCIMENTO
B. Mercedes Benz – Finame 9590261981	R$	33.947,37	6% a.a.	16/09/2019
B. Mercedes Benz – Finame 9590285431	R$	161.957,98	9,5% a.a.	15/09/2020
TOTAL	**R$**	**195.905,35**	**-**	**-**

10 – OPERAÇÕES DE MÚTUO: A conta de operações de mútuo é composta pelos contratos de mútuo o qual partes relacionadas possuem junto a empresa:

	SALDO 31/12/2018		TAXA %	VENCIMENTO
Crédito de Partes Relacionadas	R$	9.499.588,69	6%a.a.	-
TOTAL	**R$**	**9.499.588,69**		

11 - CAPITAL SOCIAL: O Capital Social é representado por 40.000.000 (Quarenta Milhões) de ações ordinárias nominativas com valor de R$ 375,00 (Trezentos e Setenta e Cinco Reais) por lote de mil ações.

EVALDO ERNESTO REICHERT — Diretor Presidente
WALTER REICHERT — Diretor Comercial
RUBENS ALBERTO REICHERT — Diretor Administrativo/Financeiro
GABRIEL GREGOLON — Contador CRC SC-032863/O-1

Cod. Mat.: 593983

Companhia Águas de Joinville CNPJ – 07.226.794/0001-55

A Companhia Águas de Joinville apresenta o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, e dos Pareceres do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. Este relatório visa transparência junto à sociedade e demais partes interessadas.

1 – VISÃO GERAL DO NEGÓCIO • O exercício de 2018 consolida o décimo quarto ano de existência da Companhia Águas de Joinville na gestão municipal dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Pautada no desafio de organizar, estruturar e consolidar o modelo de gestão do negócio assumido integralmente em 2005, a Administração visa o cumprimento dos seus objetivos com eficiência e eficácia. Neste sentido, merecem destaque as ações e eventos ocorridos em 2018, bem como os desafios assumidos para os próximos anos.

2 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES • O ano de 2018 foi marcado por eventos importantes, dentre eles destacamos: a) O alto valor investido em expansão e melhorias dos sistemas de água e esgoto, resultando no montante financeiro de R$ 52,4 milhões, cujo detalhamento segue no presente relatório. Dentre os principais investimentos estão: ampliação da capacidade de produção de água da ETA Cubatão (em andamento); Implantação de DMC- distrito de medição e controle; Substituição de redes de abastecimento de água; Ações de Controle de Perdas; Construção da nova ETE Jarivatuba (em andamento); Implantação da rede coletora de esgoto nos bairros Anita Garibaldi, Atiradores, Floresta, Glória, Bacia 8.1 e 9 (Jarivatuba e João Costa), e Adequação da Estação elevatória da Rua Florianópolis. b) Os juros sobre o capital próprio, valor pago aos acionistas em decorrência da remuneração do capital aplicado na empresa, foram calculados de acordo com a legislação vigente. Tais juros são registrados como despesa financeira no resultado do exercício e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Considerando esta reclassificação, houve impacto de R$ 26,7 milhões no resultado do exercício. c) Com o trânsito em julgado em Novembro/2017 foi acolhido pela justiça o entendimento de que a Companhia Águas de Joinville é imune ao imposto de renda, assim, o valor depositado em juízo entre 2011 e 2017 foi convertido em caixa da Companhia em julho/2018. O valor do imposto pago entre 2006 e 2010, poderá ser utilizado como crédito para pagamento de futuros tributos federais devidos ao longo dos próximos anos impactando positivamente o caixa em R$ 27 milhões, o que vai contribuir para os investimentos em longo prazo.

3 – ESTRATÉGIAS DE LONGO PRAZO E PERSPECTIVAS • A estratégia de longo prazo da Companhia Águas de Joinville foi delineada com base na perspectiva de recuperação da atual conjuntura econômica do país no curto e médio prazo e tem por fundamento garantir o abastecimento de água e melhorar os índices de cobertura de esgoto na cidade, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Os projetos e as obras no Sistema de Abastecimento de Água foram definidos levando em conta a continuidade das obras em andamento, as diretrizes estabelecidas no PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico, o Plano Diretor de Água, as ações e Metas estabelecidas no Plano Diretor de Redução e Combate às Perdas de Água, o atendimento da demanda e a necessidade de adequações e melhorias operacionais. A Companhia Águas de Joinville está participando do ProEESA (Projeto de Eficiência Energética em Sistemas de Abastecimento de Água). O ProEESA é uma parceria da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades com o Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha, sendo executado pela Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ). É uma rede de aprendizagem realizada mensalmente, onde as concessionárias recebem treinamento de profissionais qualificados nacionalmente e internacionalmente. Nestas reuniões as empresas são capacitadas para realizarem diagnósticos dos seus sistemas com vistas a elaboração de um plano de eficiência energética e de redução de perdas de água, uma vez que os dois temas estão interligados. Até o momento nas reuniões foram avaliados como fazer os diagnósticos e iniciados os trabalhos de treinamento de como reduzir a energia necessária para atender as populações buscando eficiência hidráulica e energética dos sistemas. O programa vai até Agosto de 2019 e culminará com a elaboração do plano de eficiência energética da CAJ e a atualização do plano de redução de perdas, ambos com a metodologia do ProEESA. Já no âmbito dos investimentos no Sistema de Esgotamento Sanitário, além da continuidade das obras e projetos em andamento, a definição dos investimentos prioritários levou em consideração a necessidade da ampliação do índice de cobertura de esgoto no município, conforme diretrizes do PMSB, o atendimento às exigências legais e ambientais e do Plano Diretor de Esgoto, finalizado no início de 2018 e que define em seu escopo os investimentos necessários à universalização do serviço no município para os próximos 30 anos. No período de 2019 a 2021 serão investidos R$400 milhões, sendo R$ 70 milhões com recursos a fundo perdido do Orçamento Geral da União.

Com a suspensão da revisão tarifária que seria aplicada a partir de 2019, o Conselho Municipal de Saneamento Básico sugeriu à Prefeitura Municipal de Joinville que fosse solicitado à Agência Reguladora a contratação de estudo para aplicação da TBO - Tarifa Básica Operacional. Paralelo a esta contratação, a Companhia vêm estudando alternativas para garantir o equilíbrio econômico financeiro e dar continuidade aos investimentos, através da revisão dos custos e despesas, captação de recursos de terceiros, do andamento do projeto de eficiência energética e redução de perdas, além da revisão do cronograma de execução dos Planos Diretores de Água e de Esgoto. Além dos investimentos e estratégias previstas para os próximos anos, destacamos abaixo os resultados obtidos no decorrer do exercício de 2018.

4 – INVESTIMENTOS REALIZADOS • No âmbito do plano de expansão do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário foram investidos R$ 52,4 milhões em 2018.

4.1 Projetos

a) Conclusão de 118 projetos executivos relativos à melhoria e expansão do sistema de abastecimento de água conforme diretrizes estabelecidas no PDA - Plano Diretor de Água; totalizando 470 km de rede; b) Início da revisão do projeto estrutural para adequação da ETA Piraí; c) Conclusão dos projetos executivos relativos à melhoria e expansão do sistema de abastecimento de água conforme diretrizes estabelecidas no PDA - Plano Diretor de Água; d) Conclusão do Plano Diretor de Esgoto – PDE; e) Conclusão do projeto de reforma e ampliação da ETE Jardim Paraíso (Bairros: Jardim Paraíso, Jardim Sofia e Vila Cubatão); f) Elaboração do projeto executivo da ETE Vila Nova (Bairro Vila Nova); g) Início da vídeo-inspeção da rede coletora do SES Jardim Sofia; h) Início do projeto de redimensionamento da rede coletora do SES Vila Nova; i) Início de projeto de melhorias e ampliação da rede coletora da Bacia 3 do SES Jarivatuba; j) Início dos estudos para melhorias da rede coletora do SES Adhemar Garcia; k) Revisão dos Projetos de Realocação de Redes de Água e Esgoto para implantação da 2ª Etapa da Obra de Macrodrenagem do Rio Mathias.

4.2. Obras

a) Continuidade da obra da ampliação da ETA Cubatão, que permitirá a ampliação da capacidade nominal da estação de 925 para 1.850 litros por segundo; b) Início da obra de redes e reforços operacionais para melhoria do sistema de abastecimento de água, no intuito de atender o que preconiza o Plano Diretor de Água (PDA); c) Conclusão da obra de substituição total de rede de abastecimento de água nos Distritos de Medição e Controle - DMCs Franceses e Estrada da Ilha, buscando atender às metas do Plano Diretor de Redução de Perdas de Água; d) Conclusão da obra de ampliação da rede coletora de esgoto da Bacia 6, nas proximidades da Rodoviária de Joinville, contribuindo para o sistema de esgotamento sanitário do Jarivatuba (bairros: Anita Garibaldi e Atiradores); e) Conclusão da obra da 1ª etapa das Bacias 8.1 e 9 (Bairros: Guanabara, Fátima, Jarivatuba, Itaum, Petrópolis, João Costa, Parque Guarani, Boehmerwald, Itinga e Santa Catarina) com recurso a fundo perdido do Orçamento Geral da União na ordem de R$ 12 milhões, com previsão de término para o primeiro trimestre de 2019 e valor total estimado em R$ 13 milhões; f) Continuidade da obra da nova ETE Jarivatuba, com recurso a fundo perdido do Orçamento Geral da União na ordem de R$ 49 milhões. O valor total do empreendimento está previsto em aproximadamente R$ 85 milhões. Quando finalizada, a capacidade de tratamento da estação será triplicada, passando de 200 para 600 litros por segundo. A nova ETE, uma das mais modernas da América Latina, beneficiará uma população de cerca de 195 mil moradores da área central e da zona Sul de Joinville; g) Assinatura do contrato para início da obra da 2ª etapa (pacote 2A) das Bacias 8.1 e 9 (Bairros: Guanabara, Fátima, Jarivatuba, Itaum, Petrópolis, João Costa, Parque Guarani, Boehmerwald, Itinga e Santa Catarina) com recurso a fundo perdido do Orçamento Geral da União na ordem de R$ 7milhões; h) Início da obra de rede coletora de esgoto da Bacia 10 (sub-bacias 3 e 4), no bairro Boa Vista, contribuindo para o sistema de esgotamento sanitário do Jarivatuba; i) Início da obra de adequação da estação elevatória de esgoto da Rua Florianópolis, contribuindo para o sistema de esgotamento sanitário do Jarivatuba e visando atender o Plano Diretor de Esgoto (PDE); j) Continuidade da obra de ampliação da rede coletora da sub-bacia Rio Bucarein - Parcial Floresta, nas proximidades das ruas Ibirapuera, Santa Catarina, Getúlio Vargas e Piauí.

5 – PRINCIPAIS AÇÕES E RESULTADOS OBTIDOS

No âmbito das atividades de abastecimento de água e esgotamento sanitário, merecem destaque as seguintes ações e resultados:

- Agua:

a) Redução de aproximadamente 5,24% nas perdas de água no comparativo com 2017. O índice de perdas de água por ligação ao dia (IPL) passou de 571 litros para 541 litros. Várias ações contribuíram para essa melhora, dentre elas, destacam-se no aspecto operacional a pesquisa de vazamentos ocultos (não visíveis) em mais de 1.500 km de rede de água, o que possibilitou a detecção e conserto de 1.297 vazamentos ocultos; entrada em operação de dois Distritos de Medição e Controle (DMCs), onde foram substituídos 35 Km de rede antiga por redes em PEAD (material de melhor qualidade, menos suscetível a vazamentos); instalação de novos macromedidores, possibilitando melhora no abastecimento da cidade e controle das perdas; melhoria nos tempos de conserto de vazamentos e na quantidade de consertos de vazamentos não visíveis executados. O volume total de água recuperado em 2018 foi de 1,8 bilhões de litros.

b) Melhoria operacional nas Estações de Tratamento de Água, com destaque para: **ETA Pirai:** Substituição das bombas dosadoras de sulfato de alumínio antigas por bombas modernas, do tipo helicoidal, com controle de vazão de dosagem; instalação de bombas dosadoras do tipo helicoidal para dosagem de alcalinizante; instalação de pontos de telemetria para monitoramento do controle de qualidade da água tratada e controle dos insumos. **ETA Cubatão:** Instalação de bomba helicoidal para dosagem de polímero no tanque clarificador da ETL; limpeza e melhoria nas instalações do tanque clarificador da ETL; instalação de misturadores potentes nos tanques clarificador e de lodo da ETL; instalação de sensores de nível ultrassônico nas tinas de sulfato de alumínio; instalação de bomba dosadora do tipo helicoidal para dosagem de polímero no decantador da ETA; substituição de um motor da bomba de captação; aquisição e substituição dos motores dos raspadores de lodo; instalação de turbidímetro na água de descarte do clarificador da ETL; substituição na linha de dosagem de

Companhia Águas de Joinville CNPJ – 07.226.794/0001-55

polímero do clarificador da ETL; substituição da motobomba de recalque da água decantada; aquisição e instalação de misturador lento para nova tina de alcalinizante, aquisição e substituição da válvula do sistema de batelada de sulfato de alumínio; instalação de sensores de nível para monitoramento do nível do Rio Cubatão (captação antiga) e poço de sucção.

- Esgoto:
a) Ampliação da cobertura municipal de esgoto para 34,10%;
b) Término da dragagem das lagoas da ETE Jarivatuba, com obtenção dos resultados esperados;
c) Uso contínuo de peróxido de hidrogênio, com redução do odor na região de abrangência da ETE Jarivatuba;
d) Instalação de medidor de turbidez na saída dos reatores da ETE Espinheiros, ligado à telemetria, como garantia que todo o efluente tratado apenas seja descartado com qualidade que atenda a legislação;
e) Aplicação de 600kg de biorremediador para remoção e controle de incrustação por gordura na rede coletora de esgoto;
f) Realização de média mensal de 4 km de limpeza preventiva por hidrojateamento na rede coletora de esgoto da cidade;
g) Aumentado em 25% a capacidade de bombeamento da Estação Elevatória de Esgoto da rua Florianópolis;
h) Fiscalização de mais de 40 mil metros da rede coletora por meio de injeção de fumaça para identificação de possíveis irregularidades;
i) Vedação das tampas das estações elevatórias para redução de odor;

No âmbito das atividades de gestão cadastral, medição, faturamento e cobrança, merecem destaque as seguintes ações:

a) Continuidade da política de micromedição e redução de perdas comerciais, mantendo o índice de hidrometração em 100%, ou seja, toda ligação em Joinville é hidrometrada, garantindo medição e faturamento eficientes. Em 2018 foram realizadas 20.753 substituições de hidrômetros, o que representou 13,65% do total de ligações ativas. O parque de hidrômetros fechou o ano com uma média de 2,21 anos, ou seja, com uma idade que o caracteriza como um parque renovado. Além disso, em 2018 a Companhia Águas de Joinville elevou a utilização de medidores de alta tecnologia, pertencentes a uma classe metrológica superior. Estes hidrômetros, dos tipos volumétricos e ultrassônicos, que, até então eram utilizados prioritariamente na medição do consumo de grandes consumidores, passaram também a ser utilizados em clientes residenciais. Agora, toda a nova ligação de água ou padronização de ligação é contemplada com hidrômetro volumétrico. Com essa iniciativa, a Companhia Águas de Joinville consegue reduzir ainda mais eventuais falhas de medição de água;
b) Continuidade da instalação das caixas-padrão para todas as novas ligações de água. A Companhia Águas de Joinville fechou 2018 com um total acumulado de 73.845 caixas-padrão instaladas, o que representa 49,66% do total de ligações da cidade. Além das vantagens na maior facilidade da manutenção e leitura dos hidrômetros, o padrão tem garantido maior qualidade da água fornecida e redução nos índices de fraudes e vazamentos. Como novidade implantou-se ainda em 2018 o padrão de ligação de água diferenciado para os grandes consumidores de água do município;
c) Continuidade do Programa de Caça-fraudes, com a equipe de fiscalização e do GICA – Grupo de Inteligência de Consumo Anormal, que tem por objetivo identificar eventuais irregularidades e, posteriormente, retirar as ligações clandestinas e *by-pass* (desvios ilegais de água) identificados. Em 2018 foram retiradas 798 ligações irregulares de água na cidade;
d) Monitoramento Remoto de Consumo através de Telemetria nos Hidrômetros, com tecnologia por radiofrequência. Cerca de três mil clientes são acompanhados pelo sistema, possibilitando a identificação de possíveis picos de consumo, eventuais vazamentos, bem como a parada repentina de algum equipamento. Condomínios residenciais, escolas, hospitais, indústrias entre outros usuários são acompanhados por este sistema.

No âmbito das atividades de relacionamento com mercado e sociedade, merecem destaque:
a) No Segmento Social, a continuidade do Programa "Pró-Acessibilidade", iniciativa foi premiada nacionalmente em 2014, que consiste em prestar atendimento domiciliar para pessoas com dificuldade de mobilidade, proporcionando mais comodidade e segurança aos usuários. Em 2018, 644 famílias foram atendidas em suas casas;
b) A continuidade do Programa "Padronização Inteligente", que orienta os clientes a padronizarem as ligações de água em ruas que receberão nova pavimentação. Em 2018 foram evitados 383 recortes nas vias da cidade;
c) A intensificação das ações de cobrança preventiva com objetivo de evitar a interrupção do abastecimento de água por falta de pagamento. As ações denominadas internamente de "pré-corte" foram responsáveis por cerca de 160 mil contatos com clientes que tiveram a oportunidade de regularizar os débitos antes do corte;
d) Com foco nas características individuais e na experiência dos seus clientes, em 2018 a Companhia registrou 171.764 interações em atendimentos segmentados;
e) O novo portal de serviços (*site*), lançado no mês de junho, garante maior autonomia e comodidade aos clientes. Em 2018, foram abertas cerca de 4,7 mil ordens de serviço e mais de 8 mil clientes já se cadastraram. Dentre os serviços disponibilizados, destacam-se segunda via de fatura, comunicação de vazamento ou falta de água, religação de água, e informação sobre problemas na repavimentação. Além disso, é possível acompanhar os protocolos em andamento diretamente pelo *site*. Com um volume médio de 27.750 atendimentos por mês, o SAC da Companhia concentra-se atualmente no telefônico e presencial, com expectativa de migração gradual para o autosserviço ao longo de 2019.

6 - TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA CORPORATIVA
No âmbito das atividades de planejamento, governança corporativa e gestão da qualidade, merecem destaque as seguintes ações:
a) Continuidade na adequação à Lei das Estatais (Lei 13.303/2016), que regulamenta sobre o estatuto jurídico das empresas públicas e das sociedades de economia mista. Considerada um marco no país, a lei estabelece regras para compras, licitações e nomeações de diretores, presidentes e membros de conselho de administração. Em 2018 foram criados ou instituídos os seguintes instrumentos: Comitê de Auditoria Estatutário e seu respectivo Regimento, Comitê de Elegibilidade, Código de Conduta e Comitê de Ética, Canal de denúncias, Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios (RLC), Política de Gestão de Riscos, Política de divulgação de informações, Política de Porta Vozes, Planejamento Estratégico 2018-2022 e Política de Distribuição de Dividendos;
b) Em 2018 foram incorporadas duas novas metodologias, o método CANVAS e a metodologia de avaliação multicritério MCDA-C. A ideia é que o processo de planejamento estratégico da organização consiga cada vez mais priorizar ações estratégicas agregadoras de valor, engajando os funcionários na realização da sua missão e contribuindo, assim, para uma sociedade mais justa e sustentável;
c) No âmbito da gestão de riscos, as seguintes atividades foram realizadas em 2018: Criação do Comitê de Gestão de Riscos, o qual dará suporte à área de riscos da empresa; Elaboração e validação da metodologia de gestão de riscos e da respectiva matriz; Mapeamento e priorização dos riscos corporativos, os quais foram reportados à diretoria e ao Conselho de Administração. Estes riscos possibilitaram a priorização dos processos críticos da organização;
d) Adequações às políticas e procedimentos exigidos pela nova agência reguladora da Companhia Águas de Joinville: a ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento;
e) Elaboração de TR e inicio da contratação de ferramenta colaborativa que auxiliará no gerenciamento dos processos estratégicos da empresa, principalmente no que diz respeito à gestão de riscos, governança, conformidade, qualidade, meio ambiente e planejamento estratégico;
f) Em 2018 intensificamos a implementação do SEI, foram instituídos 84 novos tipos processos para tramitação eletrônica, destes 30 processos foram otimizados a partir da inclusão de base de conhecimento (instrumento de gestão do conhecimento). Atualmente a Companhia Águas de Joinville possui em tramitação eletrônica via SEI 111 tipos de processos;
O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e disponibilizado como *software* de governo mediante celebração de acordo de cooperação técnica. No âmbito do Município de Joinville, o SEI foi instituído como sistema oficial e único de processo eletrônico administrativo e gestão do conhecimento (Decreto nº 21.863/2014). No âmbito da Companhia Águas de Joinville, o SEI foi instruído pelo Acordo de Cooperação Técnica Nº 01/2016;

No âmbito das atividades de gestão ambiental, merecem destaque as seguintes ações:
a) Participação da Companhia Águas de Joinville como membro dos seguintes conselhos e comitês: Conselho Gestor da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha Morro do Amaral, Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA, Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, Comitê de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas dos Rios Cubatão (Norte) e Cachoeira – CCJ, Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu, Grupo Pró-Babitonga – GPB, Núcleos de Meio Ambiente e Qualidade da ACIJ;
b) Gestão de Resíduos: inclusão da logística reversa no contrato de fornecimento de pilhas e baterias; contrato de serviços continuo de coleta e destinação de resíduos recicláveis provenientes dos serviços comerciais, manutenção do Programa A3P do Ministério do Meio Ambiente, mantendo o compromisso em adotar ações e práticas sustentáveis;
c) Participação ativa nas ações voluntárias: Ecovoluntariado e Ecoaprendiz.
d) Reestruturação do Trabalho Técnico Social - TTS vinculado às intervenções da Companhia Águas de Joinville, alinhado à gestão de projetos;
e) Continuidade nos programas e ações de educação socioambiental: A Companhia Águas de Joinville realiza ações de educação socioambiental com o objetivo de conscientizar a população sobre as obras da Companhia para a comunidade do entorno, explicando a sua importância e seus benefícios. As principais atividades realizadas em 2018 foram: Palestras, Teatro de Bonecos, Semana da Água, Concurso Teatral, Projeto Patrulha da Água e Participação em Eventos. Em 2018, o Concurso Teatral Água para Sempre abordou o tema "O caminho da água: do rio ao rio, passando por você" . No total, 33 escolas e CEIs do Município se apresentaram no palco do Teatro Juarez Machado;
f) Novas conquistas na área do Licenciamento Ambiental: Licença de instalação e autorização de corte de vegetação para adequação da ETE Espinheiros, Renovação da Licença de Operação da ETE Jardim das Flores, Licença de instalação de elevatória na Bacia 7, Outorga Preventiva para Captação da ETA Piraí Sul;
g) Conclusão da recuperação da área de preservação permanente da área da ETA Cubatão;
h) Em 2018 foi finalizada a recuperação de 5.445,96 m² de APP na ETA Cubatão, que passa contar com uma área total de 14.764,59 m² de Mata Ciliar, e 537,05 m² na Rua Cidade de Cambuquira, em área indicada pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - SAMA;
i) Inclusão dos processos de licenciamento ambiental e controle de condicionantes no SEI – Sistema Eletrônico de Informações.
Em relação ao Laboratório de Controle de Qualidade, em

Companhia Águas de Joinville CNPJ – 07.226.794/0001-55

2018, o LCQ participou da rodada 08/2018 do Programa de Ensaio de Proficiência SENAI-LANAE, para matriz água residual (efluente), com o objetivo de avaliar a qualidade dos ensaios realizados no LCQ para os parâmetros DQO (Demanda Química de Oxigênio), Fósforo Total e Nitrogênio Amoniacal, tendo sido considerado PROFICIENTE para a análise desses parâmetros. A participação em ensaios de proficiência permite o aprimoramento das técnicas utilizadas, garantindo a melhoria contínua nos procedimentos analíticos.

Além disso, os resultados gerados pelo LCQ passaram a ser discutidos e tratados pelo sistema de gestão integrada, contribuindo para identificação e tratamento de não conformidades.

No âmbito das atividades voltadas à valorização do colaborador e de responsabilidade social, merece destaque: a) Aprovação do novo Plano de Cargos, Salários e Carreiras da Companhia Águas de Joinville, o qual possibilitará novamente a evolução por mérito na empresa. Nesta nova metodologia foram estabelecidos limites financeiros, com aprovação anual, visando o não comprometimento da saúde financeira da organização;

b) No âmbito do Programa de Voluntariado da Companhia, a principal ação ocorreu na Comunidade Caminho Curto – Pirabeiraba. Foram atendidas 30 crianças com idade de 0 a 12 anos. Ao longo dos 17 encontros, foram realizadas diversas atividades, como: Palestras, Dinâmicas de Grupo, Teatro, Jogos, Contação de Histórias, Pintura e Oficinas. Todas as atividades com Temas voltados a importância do tratamento Água e Esgoto, descarte correto de Resíduos e descarte correto de óleo de cozinha, conceitos de sociabilidade e familiaridade, bem como alimentação saudável.

A Companhia contou no Programa com 15 voluntários que participaram das ações na Comunidade.

AGRADECIMENTOS

Por fim, agradecemos a todos os nossos colaboradores por mais um ano de trabalho dedicado à empresa.
Agradecemos a confiança em nós depositada pelo poder concedente, conselheiros fiscais e de administração, prestadores de serviços, fornecedores, e principalmente, aos nossos clientes.

Joinville, SC, 21 de fevereiro de 2019.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		**154.688**	140.843
Disponibilidades		**112.826**	72.168
Caixa e equivalentes de caixa	5	**112.826**	72.168
Direitos realizáveis		**41.862**	68.675
Contas a receber	7	**38.099**	30.850
Termos de compromisso OGU	8	**–**	34.213
Tributos a recuperar	9	**11**	11
Estoques	10	**3.297**	3.121
Despesas do exercício seguinte		**213**	231
Outros direitos realizáveis		**242**	249
Não circulante		**508.711**	472.885
Realizável a longo prazo		**84.330**	61.897
Aplicações financeiras	6	**1.351**	1.271
Depósitos judiciais	11	**2.496**	34.171
Contas a receber	7	**232**	211
Tributos a recuperar	9	**27.115**	26.244
Termos de compromisso OGU	8	**53.136**	–
Imobilizado	12	**9.633**	9.314
Intangível	13	**414.748**	401.674
Total do ativo		**663.399**	613.728

Passivo	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		**40.248**	62.167
Fornecedores		**18.283**	16.564
Obrigações sociais		**6.451**	6.065
Obrigações tributárias		**2.456**	2.307
Energia elétrica a pagar		**1.366**	1.214
Empréstimos e financiamentos	14	**6.982**	6.400
Juros sobre capital próprio	17.c	**2.313**	1.869
Termos de compromisso OGU	8	**–**	25.832
Participação nos lucros		**1.254**	909
Outras exigibilidades		**1.143**	1007
Não circulante		**127.108**	90.477
Empréstimos e financiamentos	14	**88.106**	85.702
Contingências	15	**1.575**	738
Tributos diferidos	16	**5.423**	4.037
Termos de compromisso OGU	8	**32.004**	–
Patrimônio líquido	17	**496.043**	461.084
Capital social	17.a	**237.307**	237.316
Reservas de lucro		**245.608**	210.640
Ajustes de avaliação patrimonial		**13.128**	13.128
Total do passivo		**663.399**	613.728

*As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, em reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida	18	**226.308**	239.749
Receita líquida de serviços de água e esgoto		**195.405**	185.636
Receita líquida de construção – CPC 47		**30.903**	54.113
Custos das vendas e serviços	19	**(122.963)**	(135.116)
Custo dos serviços prestados		**(92.060)**	(81.003)
Custo de construção - CPC 47		**(30.903)**	(54.113)
Lucro bruto		**103.345**	104.633
(Despesas)/receitas operacionais		**(41.738)**	(46.113)
Despesas gerais e administrativas	20.1	**(28.623)**	(29.633)
Despesas comerciais	20.2	**(13.995)**	(16.798)
Outras receitas operacionais		**880**	318
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**61.607**	58.520
Despesas financeiras	21	**(10.188)**	(3.522)
Receitas financeiras	21	**17.111**	23.520
Participações nos lucros		**(964)**	(1.385)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		**67.566**	77.133
Reversão de impostos	22	**-**	32.717
Contribuição social sobre lucro - corrente	22	**(2.274)**	(3.209)
Contribuição social sobre lucro - diferida	22	**(1.397)**	(1.720)
Lucro líquido do exercício		**63.895**	104.921
Lucro líquido por ação		***2,69***	*4,42*
Quantidade de Ações		*23.730.748*	*23.731.605*

*As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Lucro líquido ajustado	**96.454**	135.569
Lucro líquido do exercício	**63.895**	104.921
Juros/atualização sobre empréstimos e financiamentos	**7.850**	8.320
Depreciações e amortizações – notas 12 e 13	**20.482**	19.465
Baixas de itens do permanente – notas 12 e 13	**3.398**	1.360
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(8)**	2.523
Provisão para contingências	**837**	(1.020)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**111.182**	76.956
Contas a receber de clientes	**(7.375)**	(3.708)
Contas de estoques	**(176)**	85
Contas de fornecedores	**1.719**	6.689
Depósitos judiciais	**31.675**	(6.537)
Contas de obrigações sociais e tributárias	**1.060**	(49.668)
Participação de empregados nos lucros	**345**	437
Outras contas do ativo/passivo	**(12.520)**	(5.911)
Fluxo de caixa da atividade de investimento		
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**(37.273)**	(40.174)
Aplicação em imobilizado	**(892)**	(808)
Aplicação em intangível	**(36.381)**	(39.366)
Fluxo de caixa da atividade de financiamento		
Dividendos	**(2.099)**	–
Resgates de ações pagas	**(11)**	–
Captação de empréstimos e financiamentos	**7.231**	3.897
Pagamento de juros e amortização de empréstimos	**(12.095)**	(11.501)
Juros sobre o capital próprio pagos	**(26.277)**	(22.891)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(33.251)**	(30.495)
Aumento (diminuição) líquido das disponibilidades	**40.658**	6.287
Disponibilidades:	**40.658**	6.287
No início	**72.168**	65.881
No final do exercício	**112.826**	72.168

*As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Águas de Joinville CNPJ – 07.226.794/0001-55

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Reservas de Lucro – Reserva Legal	Reservas de Lucro – Reserva p/ Investimentos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016		**237.316**	**5.930**	**122.609**	**13.128**	**–**	**378.983**
Resultado do exercício (R$ 4,42 por ação)		–	–	–	–	104.921	104.921
Destinação proposta no exercício:							
Reserva legal		–	5.246	–	–	(5.246)	–
Reserva para investimentos		–	–	76.855	–	(76.855)	–
Juros sobre capital próprio/dividendos (R$ 0,96 por ação)	17 b c	–	–	–	–	(22.820)	(22.820)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		**237.316**	**11.176**	**199.464**	**13.128**	**–**	**461.084**
Redução de Capital	17 a	**(9)**		**(5)**			**(14)**
Dividendos adicionais do exercício anterior (R$ 0,09 por ação)				**(2.099)**			**(2.099)**
Ajuste de exercícios anteriores				**(102)**		–	**(102)**
Resultado do exercício (R$ 2,69 por ação)		–	–	–	–	**63.895**	**63.895**
Destinação proposta no exercício:							
Reserva legal		–	**3.195**	–	–	**(3.195)**	–
Reserva para investimentos	17 d	–	–	**25.678**	–	**(25.678)**	–
Juros sobre capital próprio/dividendos (R$ 1,13 por ação)	17 b c	–	–	–	–	**(26.721)**	**(26.721)**
Destinação de lucros	17 e			**8.301**	–	**(8.301)**	–
Saldo em 31 de dezembro de 2018		**237.307**	**14.371**	**231.237**	**13.128**	**–**	**496.043**

*As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas	**247.303**	256.657
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**215.423**	204.687
Provisão de crédito liquidação duvidosa	**8**	(2.523)
Outras receitas e despesas operacionais	**969**	380
Receitas de Construção - CPC 47	**30.903**	54.113
Insumos adquiridos de terceiros	**107.154**	124.157
Custos das mercadorias e serviços vendidos	**2.066**	2.438
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**74.185**	67.606
Custos de Construção - CPC 47	**30.903**	54.113
Valor adicionado bruto	**140.149**	132.500
Retenções	**20.482**	19.463
Depreciação e amortização	**20.482**	19.463
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**119.667**	113.037
Valor adicionado recebido em transferência	**17.111**	23.520
Receitas financeiras	**17.111**	23.520
Valor adicionado total a distribuir	**136.778**	136.557
Distribuição do valor adicionado	**136.778**	136.557
Pessoal e encargos	**37.043**	34.474
Impostos, taxas e contribuições	**24.239**	25.890
Reversão IRPJ – nota 22	**–**	(32.717)
Remuneração capitais de terceiros	**11.601**	3.988
Juros sobre capital próprio (dividendos)	**26.721**	22.820
Lucros retidos	**37.174**	82.101

*As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL • A Companhia Águas de Joinville, empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída em 17 de novembro de 2004, autorizada pela Lei Municipal nº 5.054/2004; com a alteração da natureza de sociedade de economia mista para empresa pública em 09 de janeiro de 2018, autorizada pelo art. 91, §1°, da Lei Federal n. 13.303/2016, controlada integralmente pela Prefeitura Municipal de Joinville, que detém 100% do seu capital social, destina-se a: • Explorar diretamente ou por intermédio de terceiros os serviços de água e esgotos sanitários; • Realizar estudos, elaborar projetos e executar orçamentos de obras e ações necessárias para a consecução das atividades acima referidas; • Planejar e operar os sistemas de saneamento básico no território do município de Joinville, compreendendo a captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, afastamento, tratamento e disposição final do esgoto sanitário, comercializando esses serviços e os benefícios que direta ou indiretamente decorrerem de seus empreendimentos, bem como prestar serviços correlatos com seu objeto social; • Obter e captar recursos para investimento nas áreas comercial e operacional dos sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário na sua área de atuação; • Colaborar e firmar acordos ou convênios de colaboração com órgãos ou entidades federais, estaduais, municipais, com entidades privadas ou públicas para a consecução de seus fins sociais, bem como celebrar ajustes ou contratos de colaboração, assistência técnica e novos negócios que visem à elaboração de estudos, à execução de planos e programas de desenvolvimento econômico e a implantação de atividades que se relacionem com os serviços pertinentes aos seus objetivos, inclusive mediante remuneração; • Prestar assistência técnica e ou administrativa, ou ainda, operar sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário em municípios cujos sistemas se encontram vinculados ou interligados ao sistema do Município de Joinville/SC, mediante a celebração de convênios específicos; • Constituir ou participar de outras Companhias, na qualidade de acionista ou quotista, de modo a atingir seus objetivos sociais; • Desenvolver isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas empreendimentos relacionados aos serviços de saneamento básico; • Promover o desenvolvimento de pesquisas, melhorias e inovações inerentes a sua área de atuação, avaliando oportunidades de comercialização de tecnologias (produtos, processos e serviços) resultantes de projetos de P&D&I e, por meio de licenciamento, transferência, cessão ou direito de uso. Em 27 de julho de 2005, a Companhia celebrou contrato de concessão de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com a Prefeitura do Município de Joinville/SC sob o número 363/2005, pelo período de 20 anos, podendo ser renovado, sendo o valor registrado no Ativo Intangível. A concessão pela Prefeitura Municipal de Joinville contempla todo o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, anteriormente administrado/investido pelo concessionário (CASAN), que demandou ação judicial sobre esses investimentos estando, portanto, *sub judice*. A Companhia iniciou suas atividades em junho de 2005 e a operação do sistema de água e esgoto em agosto de 2005. A Lei Municipal Nº 8.418/2017 autorizou o ingresso do município no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS com a qual foi celebrado contrato nº 219/2017 em 31 de julho de 2017, passando a exercer atividade administrativa de regulação e fiscalização da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Joinville. No caso de extinção da concessão, o poder concedente (Município) indenizará à Companhia os valores devidamente corrigidos dos investimentos por ela realizados no curso da concessão, vinculados aos serviços prestados, e que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados, conforme previsto no Contrato de Concessão.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS • As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB bem como estão em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, alterada e atualizada com as disposições das leis nº 11.638/07 e 11.941/09. A moeda funcional da Companhia é o Real, que também é moeda de apresentação das demonstrações contábeis. As estimativas contábeis são determinadas considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a estas estimativas e premissas, incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 21 de fevereiro de 2019.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS •

3.1. Caixa e equivalentes de caixa • Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São consideradas equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2. Estoques • Os estoques são formados por materiais de consumo e são avaliados ao custo médio de compra ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

3.3. Imobilizado • É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas na nota explicativa 12. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

3.4. Intangível • É demonstrado pelo custo, líquido de amortização acumulada e por

Companhia Águas de Joinville CNPJ – 07.226.794/0001-55

perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo intangível e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do intangível em andamento, são apropriados ao seu custo, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira. A amortização é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, sendo às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixadas por espécie de bem, tem como base Laudo de Avaliação de Ativos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de amortização são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros • A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e quando o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos • Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.7. Provisões • **Provisões para riscos cíveis e trabalhistas** • Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda é baseada na avaliação dos advogados internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. • **Provisão para crédito de liquidação duvidosa** • Com base no relatório "histograma das pendências" é calculado o percentual de inadimplência para cada faixa de vencimento obtendo-se uma média ponderada das pendências dos últimos 36 meses. Esta média ponderada é a taxa de inadimplência a ser aplicada sobre cada faixa de vencimento do relatório "*aging list*" que apresenta o saldo das contas de clientes. • **Provisões para tributos** • Os ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. Os ativos e passivos tributários diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. As alíquotas e as leis tributárias usadas para calcular o montante de tributos correntes são aquelas que estão em vigor na data do balanço e para os tributos diferidos são mensuradas pelas taxas esperadas de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

3.8. Reconhecimento de receita • **Receita de Serviços:** as receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impontualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil. • **Receita de Construção:** de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

3.9. Instrumentos financeiros • ***Ativos*** • **Aplicações Financeiras** • A Companhia tem como prática histórica fazer aplicações de baixo risco. As aplicações são realizadas com o intuito de manter a valorização dos recursos, são detidos e gerenciados num modelo de negócios cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais (juros e principal) subsequentemente mensurados ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48. • **Clientes** • As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação no reconhecimento inicial e subsequente, determinado de acordo com o CPC 47.O ativo é classificado e mensurado pelo custo amortizado pois gera fluxos de caixas que são exclusivamente para pagamento de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia fatura os serviços de água e esgoto mensalmente com prazo médio de vencimento de 30 dias. • **Outras contas a receber** • OGU (Orçamento Geral da União) - os recursos recebidos do OGU estão registrados pelo seu valor original e destinam-se a encontro de contas ao final da Obra. São créditos não negociáveis. O modelo de negócios da Companhia é manter os ativos financeiros com a finalidade de receber fluxos de caixa contratuais (juros e principal). Desta forma, o critério de mensuração dos ativos financeiros, classificados como contas a receber, adotado pela Companhia é o custo amortizado. • ***Passivos*** • **Fornecedores** • A Companhia não tem histórico de financiar compras com fornecedores e seus prazos médios de vencimento são de 30 dias. É mensurado inicialmente pelo valor da transação que corresponde ao seu valor justo e subsequentemente ao custo amortizado. • **Financiamentos** • A Companhia possui quatro contratos de financiamento junto a Caixa Econômica Federal (CEF) nos quais as liberações de recursos dos financiamentos são realizadas periodicamente pela CEF condicionado à efetiva execução das respectivas etapas das obras e serviços e estes devem ser atestados pela CEF. Os financiamentos são atualizados pela TR, mensalmente são calculados e pagos os juros e encargos com base nas taxas contratuais pré-definidas. Assim, os contratos de financiamento mantêm-se atualizados até a data do fechamento de cada mês. A Companhia não tem contratos de derivativos. Os passivos financeiros são mensurados inicialmente e subsequentemente ao custo amortizado. **3.10. Tributos** • **Tributos sobre o lucro** • Em novembro de 2017 a Companhia teve confirmada pelo Supremo Tribunal Federal sua imunidade tributária com relação ao imposto de renda sobre o lucro (nota 22). Os tributos sobre o lucro da Companhia restringem-se, com a decisão, à contribuição social, a qual tem alíquota de incidência de 9%. • **Tributos sobre as vendas** • São formados por PIS (1,65%), COFINS (7,6%), ISS (2% a 5%). As vendas são apresentadas, nas demonstrações de resultado e líquidas dos tributos incidentes sobre faturamento.

3.11. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018 • Em 2018 entraram em vigor os seguintes pronunciamentos: • CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente: centraliza em uma única norma os critérios de mensuração e reconhecimento das receitas, estabelecendo um novo modelo que contempla cinco passos para o reconhecimento. • CPC 48 – Instrumentos Financeiros: substitui ao CPC 38 e introduz alterações na classificação de instrumentos financeiros, altera o modelo de provisões para créditos com liquidação duvidosa, em que o modelo de perda esperada substitui o modelo de perda incorrida, entre outras medidas. Foram analisados os CPC 47 e 48 e os impactos nas Demonstrações da Companhia foram os seguintes: • CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes: não houve impacto nas demonstrações da Companhia, pois as Receitas já são reconhecidas de acordo com o novo CPC. • CPC 48 – Instrumentos Financeiros: com base no novo CPC, a Companhia adotou uma nova prática contábil para o cálculo das Perdas Esperadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PELCD). A Companhia reconheceu o valor de R$112 de provisão para perdas e R$10 de contribuição social diferida relativo a exercícios anteriores no patrimônio líquido conforme norma CPC 48 na adoção inicial. O impacto em 2018 foi de R$275 registrado no resultado.

3.12. Novos pronunciamentos contábeis • *Pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019* • A Companhia encontra-se em fase de análise dos impactos das alterações do pronunciamento CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A Administração, com base em análise preliminar, não tem expectativa de que haverá impacto relevante.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS • A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 3.7), provisão para processos cíveis e trabalhistas (nota 3.7) e avaliação da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis (notas 3.3 e 3.4).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos conta movimento	**1.797**	976
Aplicações financeiras	**111.029**	71.192
Total de caixa e equivalentes de caixa	**112.826**	72.168

Incluem depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez em instituições financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras são 99% de curto prazo e de alta liquidez, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's), depositados em instituições financeiras de primeira linha, com liquidez diária sem prejuízo da remuneração contratada, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Refere-se a aplicação vinculada a contratos de financiamento com à Caixa Econômica Federal (nota 14), que não são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, mas possuem prazo superior a 365 dias para resgate, desta forma classificado como não circulante. O saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R$1.351 (R$1.271 em 2017).

7. CONTAS A RECEBER

	31/12/2018	31/12/2017
Contas residenciais	**28.544**	20.767
Contas comerciais	**4.002**	3.701
Contas industriais	**1.244**	1.253
Contas públicas	**2.535**	4.097
Serviços a faturar	**10.904**	10.036
Provisão para perdas	**(8.898)**	(8.793)
Total contas a receber	**38.331**	31.061
Circulante	**38.099**	30.850
Não circulante	**232**	211

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2018	Provisão	Reversão	31/12/2017
Provisão para perdas	**(8.898)**	**(2.151)**	**2.046**	(8.793)

Companhia Águas de Joinville CNPJ – 07.226.794/0001-55

8. TERMO DE COMPROMISSO OGU

Saldos ativos

	31/12/2018	31/12/2017
Contrato OGU 351.103-58	**380**	380
Contrato OGU 351.167-26	**1.651**	1.651
Contrato OGU 408.686-24	**41.208**	24.053
Contrato OGU 408.687-38	**9.897**	8.129
Total ativo termo de compromisso OGU	**53.136**	34.213
Circulante	**–**	34.213
Não circulante (a)	**53.136**	–

Esses valores referem-se a pagamento a fornecedores cujos contratos estão atrelados aos recursos obtidos por meio do Orçamento Geral da União.

Saldos passivos

	31/12/2018	31/12/2017
Contrato OGU 351.103-58	**380**	380
Contrato OGU 351.167-26	**1.651**	1.629
Contrato OGU 408.686-24	**21.649**	16.820
Contrato OGU 408.687-38	**8.324**	7.003
Total passivo termo de compromisso OGU	**32.004**	25.832
Circulante	**–**	25.832
Não circulante (a)	**32.004**	–

Esses valores referem-se a recursos para obras no Sistema de Esgotamento Sanitário, provenientes do Orçamento Geral da União, repassados pela Prefeitura de Joinville, em cujos contratos a Companhia figura como Interveniente Executor.

(a) Em 2018 os saldos foram reclassificados do Circulante para o Não circulante em decorrência da expectativa de realização e liquidação superiores ao ciclo operacional corrente.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2018	31/12/2017
CSLL a recuperar	**255**	242
IRPJ a recuperar – imunidade (a)	**26.863**	26.003
IRRF a recuperar	**7**	8
Outros	**1**	2
Total tributos a recuperar	**27.126**	26.255
Circulante	**11**	11
Não circulante	**27.115**	26.244

(a) Créditos ação imunidade

A Companhia apurou os créditos tributários de IRPJ provenientes da ação de imunidade tributária recíproca transitada em julgada em novembro de 2017 com a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Crédito tributário de IRPJ de 2006 a 2010	**13.087**	13.087
Crédito tributário de IRPJ retido período 2011 a 2016	**482**	482
Crédito tributário de IRPJ retido período 2017	**36**	36
Crédito tributário de IRPJ retido período 2018	**1**	–
Atualização monetária	**13.257**	12.398
Total IRPJ a recuperar - crédito tributário	**26.863**	26.003

10. ESTOQUES

	31/12/2018	31/12/2017
Produção	**835**	980
Manutenção de redes e ramais	**2.165**	1.930
Outros materiais consumo	**297**	211
Total estoques	**3.297**	3.121

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2018	31/12/2017
Depósito judicial – tributos	**–**	31.692
Depósito judicial – trabalhista	**321**	302
Depósito judicial – cíveis	**2.175**	2.177
Total depósito judiciais	**2.496**	34.171

O saldo representa os valores iniciais depositados acrescidos de atualização monetária, por meio dos índices utilizados pela Instituição Financeira depositária.

Movimentação:

	31/12/2018	Constituição	Saque	31/12/2017
Depósito judicial – tributos (a)	**–**	837	(32.529)	31.692
Depósito judicial - trabalhistas	**321**	174	(155)	302
Depósito judicial - cíveis	**2.175**	173	(175)	2.177
Total depósitos judiciais	**2.496**	**1.184**	**(32.859)**	34.171

(a) Refere-se a depósitos de imposto de renda revertido à Companhia em decorrência da ação de imunidade tributária recíproca transitada em julgado no STF em novembro de 2017.

12. ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição do saldo:

	31/12/2018			31/12/2017	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Taxa anual média de depreciação
Terrenos	3.200	–	**3.200**	3.200	–
Edificações	1.892	(168)	**1.724**	1.742	1,67%
Máquinas e equipamentos	1.651	(494)	**1.157**	911	6,67%
Instalações	687	(59)	**628**	599	1,67%
Moveis e utensílios	1.612	(915)	**697**	669	8,33%
Equipamentos de informática	3.508	(1.929)	**1.579**	1.754	12,50%
Veículos	536	(199)	**337**	138	10%
Benfeitorias imóveis terceiros	295	(37)	**258**	251	1,67%
Outros	35	(14)	**21**	24	16,67%
Obras em andamento	32	–	**32**	26	–
Total	**13.448**	**(3.815)**	**9.633**	9.314	

b) Movimentação do custo histórico:

	31/12/2017	Adições	Transferências (a)	Baixas	31/12/2018
Terrenos	3.200	–	–	–	**3.200**
Edificações	1.892	–	–	–	**1.892**
Máquinas e equipamentos	1.323	328	–	–	**1.651**
Instalações	649	9	29	–	**687**
Moveis e utensílios	1.474	137	1	–	**1.612**
Equipamentos de informática	3.350	158	–	–	**3.508**
Veículos	322	214	–	–	**536**
Benfeitorias imóveis terceiros	283	3	9	–	**295**
Outros	35	–	–	–	**35**
Obras em andamento	26	43	(37)	–	**32**
Totais	12.554	892	2	–	**13.448**

c) Movimentação da depreciação acumulada:

	31/12/2017	Adições	Transferências (a)	Baixas	31/12/2018
Edificações	(150)	(18)	–	–	**(168)**
Máquinas e equipamentos	(412)	(81)	(1)	–	**(494)**
Instalações	(49)	(10)	–	–	**(59)**
Moveis e utensílios	(805)	(109)	(1)	–	**(915)**
Equipamentos de informática	(1.597)	(332)	–	–	**(1.929)**
Veículos	(184)	(15)	–	–	**(199)**
Benfeitorias imóveis terceiros	(33)	(4)	–	–	**(37)**
Outros	(10)	(4)	–	–	**(14)**
Totais	(3.240)	(573)	(2)	–	**(3.815)**

(a) Transferência proveniente do intangível.

Os saldos se encontram apresentados pelo seu valor recuperável, não havendo qualquer evidência de fatos que possam refletir em perdas na realização desses ativos.

13. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo:

	31/12/2018			31/12/2017	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido	Taxa anual média de amortização
Terrenos	1.740	–	**1.740**	1.739	–
Edificações	1.995	(114)	**1.881**	1.909	1,67%
Máquinas e equipamentos	50.840	(21.847)	**28.993**	28.504	6,67%
Instalações	225.679	(12.977)	**212.702**	192.665	1,67%
Moveis e utensílios	284	(181)	**103**	103	8,33%
Software	8.891	(6.110)	**2.781**	3.236	12,50%
Marcas e patentes	9	–	**9**	9	–
Benfeitorias imóveis terceiros	10.584	(368)	**10.216**	6.207	1,67%
Outros	14	(11)	**3**	4	16,67%
Obras em andamento	70.779	–	**70.779**	69.383	–
Estoque para investimentos	5.714	–	**5.714**	5.963	–
Contrato de concessão	242.510	(162.683)	**79.827**	91.952	5%
Total	**619.039**	**(204.291)**	**414.748**	401.674	

b) Movimentação do custo histórico:

	31/12/2017	Adições	Transferências (a)	Baixas	31/12/2018
Terrenos	1.739	1	-	-	**1.740**
Edificações	1.997	-	(2)	-	**1.995**
Maquinas e equipamentos	47.400	4.777	91	(1.428)	**50.840**
Instalações	202.758	6.370	16.564	(13)	**225.679**
Moveis e utensílios	264	18	2	-	**284**
Software	8.746	145	-	-	**8.891**
Marcas e patentes	9	-	-	-	**9**
Benfeitorias imóveis terceiros	6.469	379	3.736	-	**10.584**
Outros	14	-	-	-	**14**
Obras em andamento	69.383	22.141	(20.393)	(352)	**70.779**
Estoque para investimentos	5.963	2.550	-	(2.799)	**5.714**
Contrato de concessão	242.510	-	-	-	**242.510**
Totais	587.252	**36.381**	**(2)**	**(4.592)**	**619.039**

c) Movimentação da amortização acumulada:

	31/12/2017	Adições	Transferências (a)	Baixas	31/12/2018
Edificações	(88)	(26)	-	-	**(114)**
Maquinas e equipamentos	(18.896)	(4.146)	1	1.194	**(21.847)**
Instalações	(10.093)	(2.884)	-	-	**(12.977)**
Moveis e utensílios	(161)	(21)	1	-	**(181)**
Software	(5.510)	(600)	-	-	**(6.110)**
Benfeitorias imóveis terceiros	(261)	(107)	-	-	**(368)**
Outros	(11)	-	-	-	**(11)**
Contrato de concessão	(150.558)	(12.125)	-	-	**(162.683)**
Totais	(185.578)	**(19.909)**	**2**	**1.194**	**(204.291)**

(a) *Transferência para o imobilizado.*

Companhia Águas de Joinville CNPJ – 07.226.794/0001-55

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos, mais especificamente o OCPC 05, todos os bens ligados à infraestrutura, ou seja, aqueles que ao final do Contrato de Concessão devem voltar ao controle do Município, remunerados pelo seu valor residual, estão classificados e contabilizados no Intangível. A Companhia Águas de Joinville constituiu duas Comissões Internas, para analisar se os bens estão registrados pelo seu valor recuperável. A portaria nº 1349/2016 designou a Comissão que analisou a vida útil e valor residual dos bens. A portaria nº 1391/2016 designou a Comissão que realizou o cálculo do valor em uso com base no Fluxo de Caixa Futuro a qual concluiu que não há necessidade de ajuste dos ativos da Companhia, pois os mesmos estão registrados por valor inferior ao recuperável.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS • Os saldos de empréstimos e financiamentos estavam assim compostos:

	Encargos	Início	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Caixa Econômica Federal:					
PAC água CEF	TR+8,2%a.a.	2008	2030	**16.445**	17.410
PAC esgoto CEF	TR+8,2%a.a.	2008	2031	**26.903**	27.946
PAC esgoto CEF	TR+8,76%a.a.	2010	2033	**42.587**	42.444
PAC ampliação ETA Cubatão CEF	TR+8,3%a.a.	2013	2037	**9.153**	4.302
				95.088	92.102
Parcelas circulante				**6.982**	6.400
Parcelas não circulante				**88.106**	85.702

Garantias dos financiamentos: a) O penhor dos direitos emergentes da concessão, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária, em virtude da exploração dos serviços públicos no município de Joinville/SC. b) Como forma de constituir e operacionalizar a garantia estabelecida, além da manutenção dos recursos financeiros ainda não aplicados nos investimentos a que se destina, em conta própria, obriga-se a manter contas vinculadas intituladas, uma Arrecadadora e outra de Reserva, com saldos de 3 (três) e 1 (hum) encargo mensal nos termos pactuados, bloqueado até a liquidação final do financiamento obtido.

15. CONTINGÊNCIAS • A Companhia é parte em processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus advogados e assessor jurídico, entende que existem probabilidades de perdas prováveis na data-base conforme abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Contingências cíveis	**601**	470
Contingências trabalhistas	**974**	268
Total contingências (risco provável)	**1.575**	738

As movimentações para ações cíveis e trabalhistas no período foram:

	31/12/2018	Provisão	Reversão	31/12/2017
Cíveis	**601**	461	(330)	470
Trabalhistas	**974**	792	(86)	268
Total	**1.575**	1.253	(416)	738

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus advogados divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de **perda possível**. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Em 2018 a Companhia tinha o valor de R$18.419 (R$5.744 em 2017) em ações consideradas de perda possível, sobre as quais não foi registrada provisão:

	31/12/2018	31/12/2017
Cíveis	**15.347**	3.498
Trabalhistas	**914**	88
Ambientais	**2.158**	2.158
Total Contingências (risco possível)	**18.419**	5.744

As ações nas quais a Companhia é parte tem as seguintes naturezas: (i) **Cíveis**: as ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros; (ii) **Trabalhistas**: as ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por empregados e ex-empregados da Companhia, de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), e dos Sindicatos reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia se encontra envolvida são referentes à: participação em comissões internas, ações coletivas, pedidos de equiparação salarial; (iii) **Ambientais**: as ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais, principalmente por danos ao meio ambiente decorrentes de vazamento e extravasamento de redes e elevatórias de esgoto, lançamento de efluentes em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação.

16.TRIBUTOS DIFERIDOS

Contribuição social sobre lucro diferida:

Registrado o crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias. Foi utilizada a alíquota de 9% para a contribuição social, uma vez que em decorrência da ação de imunidade tributária recíproca transitada em julgado em novembro de 2017 a Companhia não é tributada pelo IRPJ.

	31/12/2018		31/12/2017	
	Base	CSLL	Base	CSLL
Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável:				
Provisão de contingências	**(1.574)**	**(142)**	(738)	(66)
Provisões temporárias	**(4.680)**	**(421)**	(4.144)	(373)
Provisão de perdas de clientes	**(2.131)**	**(192)**	(587)	(53)
Diferença depreciação societária X fiscal	**68.643**	**6.178**	50.319	4.529
	60.258	**5.423**	**44.850**	**4.037**

17.PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: em 09 de janeiro de 2018, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, a alteração da natureza jurídica da Companhia de sociedade de economia mista para empresa pública autorizada pelo art. 91 §1º, da lei federal nº 13.303/2016 e o resgate de 857 ações de patrimônio privado no valor de R$9. Assim, o Capital Social da Companhia, subscrito e integralizado é de R$237.307, constituído integralmente pelo Município de Joinville, representado por 23.730.748 ações, sendo 23.688.784 ordinárias e 41.964 preferenciais nominativas, todas com valor nominal de R$10,00 (dez reais).

b) Dividendos: de acordo com o artigo 47 do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber como dividendo obrigatório em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício após as deduções previstas para constituição de reservas estatutárias previstas no artigo 46 do Estatuto Social de acordo com os termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia serão, obrigatoriamente, imputados como pagamento do dividendo obrigatório.

	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	**63.895**
Reserva legal (5%)	**3.195**
Base para dividendos	**60.700**
Dividendos obrigatórios (25% da base)	**15.175**
Juros sobre capital próprio apropriados no exercício	**(26.721)**
Dividendos a pagar	**-**

O valor dos Juros de Capital Próprio apropriados no exercício de 2018 foi superior aos dividendos obrigatórios.

c) Juros sobre o capital próprio: foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. No exercício de 2018, a Companhia creditou aos sócios, a título de juros sobre capital próprio, imputados aos dividendos, o montante de R$26.721 (R$22.820 em 2017). Foram pagos no exercício R$26.277 (R$22.891 em 2017), restando saldo a pagar ao acionista no valor de R$2.313 (R$1.868 em 2017), líquido do imposto de renda retido na fonte.

d) Reserva para investimentos: reserva que a Companhia destina dos lucros acumulados por meio das AGO (Assembleia Geral Ordinária) para execução do orçamento de investimentos.

e) No exercício de 2018 o saldo das reservas de lucros excederam o capital em R$8.301 e, em atendimento ao art. 199 da Lei 6.404/76, a Assembleia deliberará em 04/2019 sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de lucros.

18. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta		
Serviços de água	**177.622**	168.331
Serviços de água – residenciais, comerciais e industriais	**163.764**	154.281
Serviços de água – órgãos públicos	**8.011**	7.969
Serviços de água – a faturar	**634**	642
Serviços de água – outros serviços	**5.213**	5.439
Serviços de esgoto	**44.483**	42.164
Serviços de esgoto – residenciais, comerciais e industriais	**42.173**	38.906
Serviços de esgoto – órgãos públicos	**1.899**	1.901
Serviços de esgoto – a faturar	**234**	238
Serviços de esgoto – outros serviços	**177**	1.119
Receitas de construção	**30.903**	54.113
Receitas de construção - CPC 47 (a)	**30.903**	54.113
Receita Bruta total	**253.008**	264.608
Tributos, cancelamentos e abatimentos		
COFINS	**(16.372)**	(15.556)
PIS	**(3.554)**	(3.377)
ISSQN	**(92)**	(118)
Cancelamentos	**(6.255)**	(5.522)
Abatimentos	**(427)**	(286)
Total tributos, cancelamentos e abatimentos	**(26.700)**	(24.859)
Receita operacional líquida	**226.308**	239.749

Companhia Águas de Joinville CNPJ – 07.226.794/0001-55

Em 11 de maio de 2018, o Decreto Municipal Nº 31.590/2018 (em vigor 30 dias após sua publicação) estabeleceu o percentual de 2,76% (dois vírgula setenta e seis por cento), a título de reajuste tarifário, referente ao IPCA/IBGE acumulado de maio de 2017 a abril de 2018, para recomposição da moeda frente à perda inflacionária do período, devidamente autorizado pela Agencia Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos da Deliberação nº 015/2018.

(a) De acordo com o ICPC 01(R1) e CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

19.CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DE CONSTRUÇÃO

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e ordenados	**(19.012)**	(17.030)
Serviços sociais	**(3.100)**	(2.509)
Materiais de processos	**(5.623)**	(5.733)
Materiais de consumo	**(122)**	(95)
Manutenção e conservação	**(2.151)**	(1.384)
Serviços e utilidades	**(15.633)**	(13.087)
Serviços de terceiros	**(32.883)**	(27.937)
Gerais e administrativas	**(795)**	(518)
Utilização	**(19.430)**	(18.418)
Créditos fiscais	**6.689**	5.708
Custo dos serviços prestados	**(92.060)**	(81.003)
Custo de construção - CPC 47	**(30.903)**	(54.113)
Total custos dos serviços prestados e de construção	**(122.963)**	(135.116)

20. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

20.1. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e ordenados	**(10.505)**	(9.647)
Serviços sociais	**(1.562)**	(1.494)
Materiais de consumo	**(617)**	(557)
Manutenção e conservação	**(685)**	(771)
Serviços e utilidades	**(1.114)**	(865)
Serviços de terceiros	**(8.847)**	(9.019)
Gerais e administrativas	**(2.080)**	(4.556)
Utilização	**(3.281)**	(2.788)
Créditos fiscais	**68**	64
Total despesas gerais e administrativas	**(28.623)**	(29.633)

20.2. Despesas comerciais

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e ordenados	**(5.458)**	(6.020)
Serviços sociais	**(1.132)**	(1.231)
Materiais de consumo	**(18)**	(14)
Manutenção e conservação	**(267)**	(563)
Serviços e utilidades	**(50)**	(31)
Serviços de terceiros	**(7.090)**	(9.975)
Gerais e administrativas	**(365)**	456
Utilização	**(133)**	(132)
Créditos fiscais	**518**	712
Total despesas comerciais	**(13.995)**	(16.798)

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas bancárias	**(2.126)**	(1.709)
Juros passivos	**(7.265)**	(24)
Outros	**(797)**	(1.789)
Total despesas financeiras	**(10.188)**	(3.522)

	31/12/2018	31/12/2017
Rendimentos de aplicações financeiras	**5.662**	6.670
Juros ativos	**11.225**	16.698
Descontos obtidos	**224**	131
Outros	**-**	21
Total receitas financeiras	**17.111**	23.520

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – ALÍQUOTA EFETIVA

Reversão de impostos • Em novembro de 2017 ocorreu o trânsito em julgado da ação de imunidade tributária recíproca movida pela Companhia, quanto ao imposto de renda pessoa jurídica, conforme RE Nº 1.0103.035 no STF e, em decorrência, a Companhia reverteu os valores já recolhidos judicialmente e deixou de registrar o IRPJ corrente e diferido, no montante de R$32.717. Em 2018 a tributação federal imposta ao lucro é composta pela Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL à alíquota de 9%.

Demonstração da conciliação da alíquota efetiva da CSLL

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes dos tributos sobre lucro	**67.566**	77.133
Alíquotas vigentes	**9%**	9%
Expectativa de despesa de CSLL de acordo com a alíquota vigente	**(6.081)**	(6.942)
Juros sobre capital próprio	**2.405**	2.054
Licença maternidade – programa empresa cidadã	**(6)**	(9)
Vale cultura	**(16)**	(15)
Outros	**28**	(17)
Contribuição social no resultado do exercício	**(3.671)**	(4.929)
Corrente	**2.274**	3.209
Diferido	**1.397**	1.720
Alíquota efetiva	**5,43%**	6,39%

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros sobre os itens componentes do ativo imobilizado/intangível sujeitos a riscos em montante que julga suficiente para cobrir eventuais sinistros. Principais seguros mantidos pela Companhia na data de encerramento do exercício social 2018:

Ramo	Cobertura por Evento	Valor Segurado
Responsabilidade civil - frota	Danos materiais, danos corporais, morte, invalidez permanente e danos morais;	6.664
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil sobre abastecimento de água e saneamento básico, poluição e danos morais;	1.200
Compreensivo empresarial	Riscos gerais sobre imobilizado e estoques	15.000

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, tais como disponibilidades, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, por estarem indexados a taxas de mercado, equivalem ao seu valor justo, sendo que, a Companhia não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros não registrados em contas patrimoniais ou derivativos. A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações. Os principais ativos financeiros da Companhia referem-se (i) ao contas a receber de clientes, (ii) termos de compromisso OGU e aos (iii) adiantamentos. Já os passivos financeiros referem-se: (i) contas a pagar a fornecedores; (ii) empréstimos e financiamentos e aos (iii) termos de compromisso OGU. A Administração supervisiona a gestão dos riscos a que está exposta a Companhia.

Gestão de risco: a Administração da Companhia se preocupa em minimizar os riscos mediante Política de Gestão de Riscos. As aplicações e resgates de Investimentos obedecem à disponibilidade ou necessidade de Caixa, ou seja, a intenção é preservar o valor da moeda. Historicamente a Companhia não tem investido em aplicações de risco, nem tem utilizado recurso de forma a especular no mercado e nem possui operações em derivativos.

Risco de taxa de juros: é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia mantém um volume de empréstimos com taxas pré-fixadas sem indexador significativo atrelado.

Risco de crédito: risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (equivalentes de caixa, aplicações) e contas a receber (clientes). A exposição máxima equivale ao valor contábil em 31 de dezembro de 2018. Os riscos relativos aos clientes são diminuídos pela sua composição contemplar uma base pulverizada. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento. Provisão para perdas é constituída para ajustar o valor do contas a receber ao seu provável valor de realização.

Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

25. RISCOS AMBIENTAIS

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. Sendo assim, a Companhia busca minimizar os riscos e impactos associados às suas atividades por meio do uso de procedimentos de trabalho e controles operacionais padronizados, da aplicação de treinamentos regulares e do investimento em equipamentos mais eficientes e menos poluentes, visando sempre uma atuação sustentável. A Administração da Companhia, tomando por base o relatório de análise crítica do SGA – Sistema de Gestão Ambiental, acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

26. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber		
Faturamento Água/Esgoto – PMJ	**353**	319
Orçamento Geral da União – PMJ	**53.136**	34.213
Total contas a receber	**53.489**	34.532

	31/12/2018	31/12/2017
Contas a pagar		
Juros sobre capital próprio – PMJ	**(2.313)**	(1.869)
Orçamento Geral da União – PMJ	**(32.004)**	(25.832)
Total contas a pagar	**(34.317)**	(27.701)

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado		
Faturamento Água/Esgoto – PMJ	**4.257**	3.250
Juros sobre capital próprio – PMJ	**(26.721)**	(22.819)
Total resultado	**(22.464)**	(19.569)

Fornecimento de Água e Tratamento de Esgoto • Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresenta um saldo de faturas emitidas contra a Prefeitura de Joinville e seus órgãos subordinados, o saldo em 31 de dezembro de 2018 refere-se à competência dezembro de 2018 e tem vencimento para janeiro de 2019.

Orçamento Geral da União - OGU • A Companhia assinou em 20 de setembro de 2011 os Termos de Compromisso nº 0351103.58.2011 de R$463 e o de nº 0351167.26.2011 de R$1.715, na qualidade de interveniente executor para contratação de projetos relativos ao saneamento básico, dos quais o Município de Joinville figura como compromissário, para receber recursos da União Federal. Em 29 de agosto de 2013 a Companhia assinou os Termos de Compromisso nº 408.686-24/2013 de R$48.568 e, em 13 de setembro de 2013, e nº 408.687-38/2013 de R$72.851, ambos na qualidade de interveniente executor para contratação de projetos relativos ao saneamento básico, dos quais o Município de Joinville figura como compromissário, para receber recursos da União Federal.

Remuneração dos Administradores • A remuneração global anual, incluindo honorários, benefícios e encargos dos Ad-

Companhia Águas de Joinville CNPJ – 07.226.794/0001-55

ministradores, Comitê de Auditoria Estatutária e Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2018 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 25 de abril de 2018, no montante de R$1.750. Para a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, foi aprovada a verba mínima prevista no parágrafo 3°. do art. 162 da Lei das S/As. Para a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutária, fica aprovado o equivalente a 15% da média mensal da remuneração da Diretoria. Para o exercício de 2017 a aprovação se deu pela AGE realizada em 24 de abril de 2017, no montante de R$1.260. Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho Fiscal e dos Diretores foi de R$1.392 para o exercício de 2018 e de R$1.125 para 2017. Sendo em 2018 R$1.093 (R$898 em 2017) a título de remuneração e R$250 (R$180 em 2017) referente a encargos. Para os Diretores foram creditados a título de remuneração variável em 2018 R$32 (R$46 em 2017) e, a título de benefícios R$17 em 2018 (R$1 em 2017).

DIRETORIA
Luana Siewert Pretto
Diretora Presidente

Cícero Gabriel Ferreira Filho
Diretor Comercial, Administrativo e Financeiro

Luciane Herbst Valim
Diretora Técnica

CONTADOR
Ulisses Gomes
CRC (SC) 015.397/O-9

COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Águas de Joinville, pela totalidade de seus membros, dentro de suas atribuições e responsabilidade legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Contábeis e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando as informações prestadas pela Administração, e o Relatório, sem ressalvas, da TATICCA Auditores Independentes S.S, de 21 de fevereiro de 2019, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas. Joinville, 11 de março de 2019.

Ketty Elizabeth Benkendorf
Presidente

Adilson Bachtold
Conselheiro

Veríssimo da Cunha Batista
Conselheiro

COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Companhia de Águas de Joinville, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 da Companhia Águas de Joinville, acompanhados das respectivas Notas Explicativas, dos Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes. Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos merecem aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas. Joinville, 14 de Março de 2019.

Luiz Claudio Gubert
Presidente

Christian Dihlmann
Conselheiro

André Chedid Daher
Conselheiro

Fabio Girolla
Conselheiro

Sidney Moritz
Conselheiro

Valdecio de Oliveira
Conselheiro

Thiago Zschornack
Conselheiro

COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, conselheiros e acionistas da
Companhia Águas de Joinville
Joinville - SC

Opinião • Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Águas de Joinville (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Águas de Joinville em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** • Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos** • (i) Demonstração do valor adicionado • As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. (ii) Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor. A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** • A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** • Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo (SP), 21 de fevereiro de 2019.

TATICCA
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

ADERBAL ALFONSO HOPPE
Contador - CRC 1SC020036/0-8 T-SP

Cod. Mat.: 593960

Pamplona Alimentos S.A.

CNPJ nº 85.782.878/0001-89

Relatório da Administração 2018

Prezados Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias a Administração da Pamplona Alimentos S.A. submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (DFs) da Companhia juntamente com o relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Estas DFs foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). No ano de 2018 ocorreram importantes e significativos acontecimentos para o setor do agronegócio, que enfrentou acentuada crise tanto no mercado nacional como no internacional, o que comprometeu o desempenho da Pamplona Alimentos S.A. Mesmo diante das adversidades a Companhia continuou a implementar ações para preservar e garantir a sustentabilidade dos seus negócios a longo prazo, através do incremento das vendas de produtos com maior valor agregado, na busca de oportunidades de redução de custos, com o aumento da eficiência operacional e mantendo o foco na gestão de caixa e das dívidas. A Pamplona Alimentos S.A. ampliou a sua produção com o lançamento de novos produtos fatiados e porcionados, adaptando seu portfólio para competir e atuar de maneira diferenciada, reforçando a equipe de vendas e as campanhas de marketing ao longo do ano, participando de importantes feiras, criando novas oportunidades onde já atua e buscando novos mercados. A intensificação destes esforços, com adoção de medidas adequadas, evidencia o acerto da estratégia, que aponta um crescimento nas vendas de produtos processados em diversos canais nas regiões Sul e Sudeste, atingindo, com estes produtos, 48% da receita operacional bruta (ROB), (41% em 2017). Para isto a Companhia tem investido fortemente nos processos fabris, para atingir o mais alto patamar de excelência em qualidade e segurança de alimentos e manter a posição das suas marcas num cenário desafiador e altamente competitivo nos mercados onde atua. Seguindo o seu plano de crescimento e expansão iniciado em 2013, com base num planejamento estratégico forte e sustentável, a Pamplona Alimentos S.A. sintetiza seus objetivos em direcionamentos: 1) no aumento da capacidade de produção de produtos processados; 2) na modernização e atualização do parque fabril com tecnologias de ponta; 3) na preparação para um novo ciclo de crescimento pós-crise. Investimentos para a modernização e expansão da capacidade produtiva com consequentes ganhos de produtividade nos produtos embutidos, porcionados e fatiados, financiados pelo BNDES e no desenvolvimento de novas linhas de genética de suínos, financiados pela FINEP são alguns dos exemplos do posicionamento firme da Companhia em atingir seus objetivos. Destacam-se neste ano os avanços na governança e sustentabilidade da Pamplona Alimentos S.A., com a publicação do primeiro relatório de sustentabilidade seguindo as diretrizes internacionais da GRI (Global Reporting Initiative), e com a estruturação do sistema de *compliance*, passos significativos em busca da estruturação de mecanismos de ética, transparência e prestação de contas da Companhia. No mês de maio de 2018 a Pamplona Alimentos S.A. comemorou 70 anos de atividades. As celebrações mostraram muitos dos desafios e das conquistas da Companhia ao longo do tempo. Os saudosos fundadores Lauro e Ana Pamplona apontaram o caminho do trabalho, da honestidade e da dedicação, que vem sendo trilhado pela Companhia. Ensinaram também que nos momentos difíceis é que se tem a oportunidade de crescer. Com o turbulento cenário econômico, que marcou desfavoravelmente o ano, a performance da Pamplona Alimentos S.A. passou por seu pior momento fortemente impactada: a) pelo excesso de oferta e fechamento do seu principal mercado exportador de suínos; b) pela redução dos preços no mercado externo; c) pela greve dos caminhoneiros que gerou elevadas perdas em toda a cadeia produtiva e aumentou os valores dos fretes *inbound e outbound*; d) pelo longo período de recessão originado pelo alto desemprego e pela queda de confiança, que geraram maior contenção de gastos das famílias que passaram a optar por outras proteínas e/ou produtos de menor valor agregado; e, e) pelo aumento do preço das *commodities* (milho e soja) que elevaram o custo do suíno próprio. No contexto desses desafios a receita operacional bruta (ROB) da Companhia atingiu R$ 1.098 milhões (R$1.140 milhões em 2017), prejudicada pela continuada desaceleração da economia e pelo declínio de preços das carnes ao longo do ano que refletiram numa menor atividade. Os custos foram impactados pela instabilidade de preços das principais *commodities* (milho e soja), não sendo repassados aos preços nos diversos canais e/ou mercados em razão da baixa demanda, ocasionando assim uma redução na margem bruta. Dentre os resultados operacionais e financeiros da Pamplona Alimentos S.A. no ano de 2018 destaca-se o EBITDA ajustado que no período apresentou queda, R$ 6,7 milhões, (margem de 0,70%), (7,21% em 2017), resultando num prejuízo de R$ 35,9 milhões (margem de -3,75%), (3,62% em 2017), em consequência da crise econômica e da menos valia dos ativos biológicos (CPC 29). Ressalta-se, que apesar do cenário macroeconômico desafiador a Companhia manteve os investimentos em imobilizado que objetivaram a modernização das fábricas e dos processos industriais e agropecuários, elevando assim a capacidade de atender as exigências dos mercados, totalizando R$ 24,3 milhões, (R$ 17,1 milhões em 2017). A dívida líquida financeira que tem características de longo prazo cresceu em razão do desempenho financeiro e da política de investimentos, encerrando o ano com R$ 249 milhões, (R$ 174 milhões em 2017). Entendemos que 2019 ainda será um ano de incertezas, apesar da redução do desemprego, da retomada do consumo das famílias e do consequente crescimento das vendas, pois exigirá cautela, austeridade e um planejamento criterioso, para proporcionarmos aos nossos acionistas e ao mercado o desempenho desejado. Estamos convencidos de que temos os alicerces necessários para nossa sustentação, assim como o potencial para inovar, que garantirão nosso sucesso em médio e longo prazo. A palavra-chave será eficiência, engajando todos na concretização do crescimento da Pamplona Alimentos S.A. com a recuperação da lucratividade, com foco constante no respeito às pessoas e à integridade em todas as nossas atividades e relações, legado dos nossos fundadores. Informamos que será submetida à deliberação dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, prevista para o dia 23 de Abril de 2019, a proposta da Administração a respeito da destinação do prejuízo de R$ 35,9 milhões do exercício de 2018, para que seja absorvido em R$ 34,1 milhões pelas reservas de lucros e em R$ 1,8 milhões pela realização do ajuste de avaliação patrimonial. A Administração da Pamplona Alimentos S.A. agradece especialmente o trabalho, a dedicação e o empenho de seus 2.811 profissionais na produção de alimentos de excelente qualidade, o apoio dos seus acionistas e das instituições financeiras e, a confiança dos nossos clientes, integrados, fornecedores e prestadores de serviços, por acreditarem e darem suporte ao nosso crescimento, visando oferecer sempre produtos práticos e saudáveis.

A Administração

Rio do Sul, 19 de março de 2019

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.824	57.210
Contas a receber de clientes	5	125.788	116.388
Estoques	6	70.700	61.111
Ativos biológicos	7	93.658	105.295
Impostos a recuperar	9	55.307	61.212
Outras contas a receber		5.466	2.798
Total do ativo circulante		**388.743**	**404.014**
Não circulante			
Depósitos judiciais	8	9.159	8.881
Impostos a recuperar	9	26.524	26.419
Ativos biológicos	7	13.410	14.797
Outras contas a receber		1.125	2.036
Total do realizável a longo prazo		**50.218**	**52.133**
Propriedades para investimentos		4.319	3.069
Intangível		2.945	3.166
Imobilizado	11	299.767	292.655
Total do ativo não circulante		**357.249**	**351.023**
Total do ativo		**745.992**	**755.037**

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante			
Financiamentos e empréstimos	12	191.057	145.322
Fornecedores		97.997	97.207
Salários, encargos e contribuições sociais		16.656	18.768
Obrigações tributárias		5.319	6.235
Comissões a pagar		2.603	2.473
Dividendos e juros sobre o capital próprio	14	–	1.500
Outras contas a pagar		8.392	6.683
Total do passivo circulante		**322.024**	**278.188**
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	12	95.566	85.631
Provisão para contingências	8	31.613	29.913
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	10	893	25.693
Outras contas a pagar		5.283	5.070
Total do passivo não circulante		**133.355**	**146.307**
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	168.390	155.000
Ajuste de avaliação patrimonial	13.b	73.535	75.378
Dividendos adicionais propostos	14	–	2.000
Reservas de lucros	13.c	48.688	98.164
Total do Patrimônio líquido		**290.613**	**330.542**
Total do passivo e patrimônio líquido		**745.992**	**755.037**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	16	**956.991**	**1.009.272**
Custo dos produtos vendidos	17	(877.611)	(830.251)
Lucro bruto		**79.380**	**179.021**
Outras (despesas) receitas operacionais			
Vendas	17	(105.415)	(95.404)
Administrativas e gerais	17	(15.001)	(14.120)
Outras (despesas) receitas operacionais		1.350	(363)
Resultado antes do resultado financeiro		**(39.686)**	**69.134**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	19.072	16.421
Despesas financeiras	18	(40.300)	(37.956)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(60.914)**	**47.599**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	10	–	(7.257)
Diferido	10	24.995	(3.801)
Resultado do exercício		**(35.919)**	**36.541**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de Reais)*

	2018	2017
Receitas		
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	1.073.022	1.115.057
Outras receitas	3.911	2.217
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	(923)	(1.284)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(755.452)	(632.292)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(123.924)	(185.070)
Valor adicionado bruto	**196.634**	**298.628**
Depreciação, amortização e exaustão	(16.455)	(15.836)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**180.179**	**282.792**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	19.072	16.421
Outras	8	11
Valor adicionado total a distribuir	**199.259**	**299.224**
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	85.210	82.072
Benefícios	1.351	1.277
FGTS	9.399	7.555
Tributos		
Federais	12.133	53.717
Estaduais	85.054	78.611
Municipais	202	170
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	40.300	37.956
Aluguéis	1.529	1.325
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do exercício	(49.319)	23.941
Juros sobre o capital próprio	13.400	12.600
Valor adicionado atribuído	**199.259**	**299.224**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de Reais)*

	2018	2017
Resultado do exercício	**(35.919)**	**36.541**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(35.919)**	**36.541**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

continuação

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros - Reserva legal	Reservas de lucros - Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Resultado acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**146.000**	**77.247**	**6.784**	**67.570**	**–**	**–**	**297.601**
Integralização de capital	13.a	9.000	–	–	–	–	–	9.000
Realização do custo atribuído	13.b	–	(2.832)	–	–	–	2.832	–
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	13.b	–	963	–	–	–	(963)	–
Juros sobre o capital próprio	14	–	–	–	–	–	(12.600)	(12.600)
Dividendos adicionais	14	–	–	–	–	2.000	(2.000)	–
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	36.541	36.541
Constituição de reserva legal		–	–	1.827	–	–	(1.827)	–
Constituição de reserva de lucros		–	–	–	21.983	–	(21.983)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**155.000**	**75.378**	**8.611**	**89.553**	**2.000**	**–**	**330.542**
Integralização de capital com dividendos adicionais propostos	13.a	2.000	–	–	–	(2.000)	–	–
Integralização de capital com juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas	13.a	11.390	–	–	–	–	–	11.390
Realização do custo atribuído	13.b	–	(2.793)	–	–	–	2.793	–
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	13.b	–	950	–	–	–	(950)	–
Juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas	14	–	–	–	(13.400)	–	–	(13.400)
Distribuição de reserva de lucros	14	–	–	–	(2.000)	–	–	(2.000)
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	(35.919)	(35.919)
Absorção do prejuízo apurado no exercício	13.c *(ii)*	–	–	–	(34.076)	–	34.076	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**168.390**	**73.535**	**8.611**	**40.077**	**–**	**–**	**290.613**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	**(35.919)**	**36.541**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	16.455	15.836
Impostos diferidos	(24.800)	3.801
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado	996	1.975
Provisão para contingências (constituição líquida de reversão)	1.700	1.087
Ajuste de valor justo de investimento	(1.250)	(820)
Ajuste de valor justo de ativo biológico	29.460	(12.458)
Juros e variação cambial não realizadas	19.514	23.819
	6.156	**69.781**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(9.400)	(5.910)
Estoques	(9.589)	(10.003)
Ativos biológicos	(16.436)	1.883
Impostos a recuperar	5.800	12.345
Outras contas a receber	(1.757)	237
Depósitos judiciais	(278)	(2.541)
Fornecedores	790	377
Contas a pagar e comissões	2.052	1.823
Obrigações tributárias	(916)	82
Salários, encargos e contribuições sociais	(2.112)	3.565
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	**(25.690)**	**71.639**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(24.150)	(16.852)
Aquisição de intangível	(192)	(309)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(24.342)**	**(17.161)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros pagos por empréstimos	(19.540)	(20.897)
Empréstimos tomados	236.606	216.415
Pagamentos de empréstimos	(180.910)	(213.805)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(5.510)	(3.514)
Caixa líquido proveniente dos (usado nas) atividades de financiamentos	**30.646**	**(21.801)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(19.386)**	**32.677**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	57.210	24.533
No fim do exercício	37.824	57.210
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(19.386)**	**32.677**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pamplona Alimentos S.A., fundada em 1948, atua no segmento agroindustrial, com o abate de suínos, no processamento e industrialização da carne suína, bovina e na fabricação de rações. Possui duas plantas industriais para a produção de carnes, uma planta produtiva de rações, duas casas de carnes e sete granjas de produção de suínos, localizadas no estado de Santa Catarina, e uma unidade industrial terceirizada de embutidos em Estação, no estado do Rio Grande do Sul. Dispõe de nove centros de distribuição, dois localizados em Santa Catarina, dois em São Paulo e um nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia. Suas atividades estão organizadas em dois segmentos: no mercado nacional, onde atua desde sua fundação; e, no mercado externo desde 1996. Com as marcas Pamplona, Riosul, Saudável e Paraná, posiciona-se com os seus produtos entre as principais Companhias no segmento da agroindústria brasileira. Com o foco voltado aos clientes e consumidores, a Companhia respeita e adota padrões de qualidade capazes de atender aos mais criteriosos métodos de avaliação e mercados, desde o nascimento dos animais até o abate e industrialização, com acompanhamento constante e sofisticado controle de qualidade até chegar à mesa do consumidor final. A Pamplona Alimentos S.A. adota como estratégia oferecer aos seus clientes produtos com maior valor agregado, ampliando a industrialização dos produtos da linha de embutidos, temperados, salgados e defumados. Neste sentido vem modernizando e ampliando o seu parque fabril, adequando as suas unidades produtivas frigorificadas à legislação de rastreabilidade de acordo com as normas do Ministério da Agricultura.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela diretoria em 19 de março de 2019. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos biológicos mensurados pelo valor justo. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhar, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 5 -** Provisão para créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 7 -** Ativos biológicos; • **Nota 8 -** Depósitos judiciais e provisão para contingências; • **Nota 10 -** Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos líquidos; • **Nota 11 -** Imobilizado.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Mudanças nas principais políticas contábeis: A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, os quais não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas também não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável:** ***(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):*** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e imobilizado, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **c. Instrumentos financeiros (Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018):** ***(i) Ativos financeiros não derivativos reconhecimento e mensuração:*** Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de resultado abrangente; e (iii) valor justo. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48/IFRS 9, a Companhia avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro

continua

continuação

quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 são classificados da seguinte forma: *Custo amortizado:* Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por *impairment* a cada data de balanço. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. São classificados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, com as variações reconhecidas no resultado financeiro. ***(ii) Passivos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **d. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **e. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (nota explicativa 5). As perdas de créditos esperadas foram constituídas em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **f. Estoques:** Os estoques de matérias-primas, materiais auxiliares e almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado. O custo dos produtos acabados inclui matérias-primas, mão de obra, custo de produção, transporte e armazenagem, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda. **g. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos destinados a produção (suínos vivos) foram valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção, onde o valor apurado pelo método de custeio por absorção não apresentaram variações significativas quando comparado com o seu valor justo (fluxo de caixa descontado), sendo aplicada a técnica de projeções dos custos aos animais vivos (ativo biológico) e das vendas destes produtos nos próximos meses, oriundos da transformação destes animais vivos. As florestas em formação estão mensuradas ao valor justo. Todas as alterações ao valor justo foram reconhecidas no resultado do exercício. **h. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses, sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A diferença entre os critérios da depreciação fiscal frente a expectativa da realização pela vida útil, são controladas pela Companhia e reconhecidas os seus efeitos na apuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos. ***(ii) Custos subsequentes:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios	25 - 30 anos
Máquinas e equipamentos	2 - 40 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 - 30 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Outros ativos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **i. Propriedades para investimentos:** Representado principalmente por propriedades mantidas para valorização de capital, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. **j. Ativos intangíveis:** A Companhia possui software, marcas e patentes registrados como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. *Amortização:* Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis dos intangíveis são amortizadas em 10 anos. **k. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **l. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **m. Capital social:** *Ações ordinárias:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio, conforme definido em estatuto e legislação vigente, são reconhecidos como passivo. **n. Receita operacional:** A Companhia adotou inicialmente o CPC 47/ IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho. Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. **o. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem substancialmente receitas de juros e ganho de variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem substancialmente despesas com juros sobre empréstimos e perdas com variação cambial. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **p. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 base anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **q. Ajuste a valor presente:** As operações de compras e vendas a prazo, prefixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,70% a.m. Tal índice representa a taxa média de captação da Companhia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 31 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 39 dias. O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. **r. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou/antecipou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. ***(i) CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos:*** A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras, sendo que não foram identificados ajustes significativos decorrentes dos efeitos desta norma. ***(ii) Outras normas:*** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro; Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9); Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)/IAS 28); Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19); Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas; Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; IFRS 17 Contratos de Seguros. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **s. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. ***(i) Contas a receber de clientes e outros créditos:*** O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. ***(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos:*** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa	163	131
Bancos	10.970	2.010
Numerários em trânsito - US$	10.125	18.208
Aplicações financeiras	16.566	36.861
Total de caixa e equivalente de caixa	**37.824**	**57.210**

continua

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

As aplicações financeiras estão depositadas em Certificado de Depósito Bancário com rendimentos entre 50% a 100% da variação do CDI, sendo prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Os numerários em trânsito referem-se às cambiais de exportações já pagas pelos clientes, cujas ordens de pagamento em moeda estrangeira ainda não foram convertidas para reais.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2018	2017
No País	83.963	87.403
No Exterior	42.210	29.454
	126.173	**116.857**
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(385)	(469)
	125.788	**116.388**

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	2018	2017
A vencer	114.751	108.145
Vencidos há 30 dias	9.351	7.120
Vencidos de 31 a 60 dias	536	1.057
Vencidos de 61 a 90 dias	791	66
Vencidos de 91 a 180 dias	360	253
Vencidos a mais de 180 dias	384	216
	126.173	**116.857**
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(385)	(469)
	125.788	**116.388**

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui recebíveis em garantia para financiamentos o montante de R$ 32.650.

6. ESTOQUES

	2018	2017
Produtos acabados	42.398	41.551
Produtos em elaboração	6.619	4.039
Matérias-primas	13.729	8.868
Materiais secundários	5.487	4.500
Almoxarifado	2.467	2.153
	70.700	**61.111**

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia tem a totalidade de estoques dados em garantias de financiamentos.

7. ATIVOS BIOLÓGICOS

Os suínos e bovinos vivos foram valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção (custeio por absorção). As florestas foram reconhecidas ao valor justo.

	2018	2017
Suínos vivos	104.890	88.155
Bovinos vivos	172	471
Florestas	35	35
Ajuste do valor justo de ativo biológico	1.971	31.431
	107.068	**120.092**
Ativo circulante	93.658	105.295
Ativo não circulante	13.410	14.797

O aumento de suínos vivos, deve-se: a) pela melhora do peso médio no campo; b) pelo incremento de matrizes e reprodutores; e c) elevação dos custos de produção. A expressiva redução do ajuste ao valor justo, apurado pelo método de fluxo de caixa descontado, é consequente da queda dos preços de vendas dos produtos acabados derivados do abate de suínos e do aumento dos custos de produção. Foram classificados no ativo não circulante os ativos biológicos relativos as matrizes cuja expectativa de descarte é superior a doze meses e os reflorestamentos. A Companhia possui ativos biológicos dados em garantia de financiamentos em 31 de dezembro de 2018 no montante de R$ 2.800.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2018	2017	2018	2017
Tributárias	8.693	8.481	24.826	23.586
Trabalhistas	466	400	6.787	6.327
Total	**9.159**	**8.881**	**31.613**	**29.913**

A provisão para contingências é constituída para atender as prováveis perdas de processos tributários e trabalhistas, contra os quais foram interpostos recursos, e foram avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia com probabilidade de perda provável. As movimentações da provisão para contingências nos exercícios de 2018 e de 2017 estão demonstradas a seguir:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**6.054**	**21.473**	**1.299**	**28.826**
Adições	314	2.269	–	2.583
Baixas	(41)	(156)	(1.299)	(1.496)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**6.327**	**23.586**	**–**	**29.913**
Adições	538	1.240	–	1.778
Baixas	(78)	–	–	(78)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**6.787**	**24.826**	**–**	**31.613**

Trabalhistas: As provisões trabalhistas são constituídas com base nos processos de reclamatórias trabalhistas provenientes de processos judiciais e/ou administrativos. **Tributárias:** Referem-se basicamente a processos de compensação de créditos de PIS e COFINS. **Contingências possíveis:** A Companhia possui diversos processos no montante total estimado de R$ 87.708 (R$ 79.206 em 2017), cuja opinião dos assessores jurídicos é que o risco de perda é possível, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para contingência, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2018	2017
ICMS	21.418	34.194
COFINS a recuperar	24.090	19.185
PIS a recuperar	5.505	4.991
IPI a recuperar	52	73
Antecipações de IRPJ	21.268	20.092
Antecipações de CSLL	9.498	9.096
	81.831	**87.631**
Circulante	55.307	61.212
Não circulante	26.524	26.419

ICMS: A Companhia acumula créditos de ICMS em razão das exportações. Houve redução significativa destes saldos credores em 2018 em função de utilização destes saldos para compensar com débitos gerados com as vendas do mercado interno, principalmente de produtos processados. Além disso, parte destes créditos foram usados para compra de matéria-prima através de processos de transferências para fornecedores ou ainda transferidos para terceiros. Para o próximo ano está previsto redução deste saldo credor pelo aumento da produção e venda de processados e pela continuidade de transferências de créditos de ICMS para terceiros. **PIS e COFINS a recuperar:** O PIS e COFINS a recuperar são procedentes de créditos das compras de insumos empregados em produtos destinados à exportação e pelas saídas isentas. O acréscimos nos saldos deveu-se pela menor compensação com tributos federais em 2018. Para o próximo ano está previsto redução deste saldo credor pelo aumento da produção e venda de processados e pela continuidade de compensação com outros tributos federais, principalmente com o INSS. **Antecipações de IRPJ e CSLL:** O acréscimo do valor referem-se às retenções na fonte sobre aplicações financeiras, antecipações do imposto de renda e contribuição social, o reconhecimento da correção pela SELIC dos pedidos de restituição de saldos negativos de anos anteriores, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar, ou ainda através de pedido de restituição. Os valores de impostos a recuperar, cujas as expectativas de realização ultrapassam doze meses, são reconhecidos como ativo não circulante.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS LÍQUIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre o prejuízo fiscal e base negativa apurados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	2018	2017
Ativo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131	159
Provisão para contingências	10.340	9.762
Provisão impostos indiretos a estornar	2.781	3.858
Provisão para comissões	645	591
Provisão variação cambial passiva	52	457
Prejuízos fiscais do imposto de renda	20.161	8.163
Prejuízos fiscais base negativa de contribuição social	7.655	3.531
Provisão para participação do resultado	–	852
Acordos comerciais a pagar	880	940
Outras diferenças temporárias	3.932	3.073
	46.577	**31.386**
Passivo		
Custo atribuído	(37.883)	(38.831)
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	(670)	(10.686)
Ajuste a valor justo de investimentos	(704)	(279)
Provisão variação cambial ativa	–	(183)
Provisão sobre reavaliação	(2.107)	(2.255)
Ajuste depreciação fiscal e societária	(4.741)	(3.437)
Ajuste juros sobre financiamento de imobilizado	(1.126)	(1.168)
Outras diferenças temporárias	(239)	(240)
	(47.470)	**(57.079)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	**(893)**	**(25.693)**

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre adições temporárias, serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem, combinadas com as projeções de lucros tributáveis futuros. As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2018 são:

2019	23.094
2020	9.810
2021	7.528
2022	6.145
	46.577

Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2018	2017
Resultado antes dos impostos	(60.914)	47.599
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	20.711	(16.184)
(Adições) exclusões permanentes		
Despesas não dedutíveis	(275)	(156)
Receitas não tributáveis	3	998
Juros sobre o capital próprio	4.556	4.284
Imposto de renda e contribuição social	**24.995**	**(11.058)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	(7.257)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.995	(3.801)
	24.995	**(11.058)**
Alíquota efetiva	41%	23%

11. IMOBILIZADO

a. Movimentação do custo e depreciação

Movimentação do custo	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento e adiantamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**93.664**	**118.266**	**126.002**	**2.932**	**26.080**	**955**	**4.810**	**578**	**7.056**	**380.343**
Adições	532	302	4.390	220	433	105	313	21	10.536	**16.852**
Transferência	–	5.032	2.331	129	1.694	–	–	–	(9.186)	**–**
Baixas	–	(700)	(4.553)	(206)	(1.610)	(287)	(582)	(72)	(844)	**(8.854)**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**94.196**	**122.900**	**128.170**	**3.075**	**26.597**	**773**	**4.541**	**527**	**7.562**	**388.341**
Adições	–	136	7.228	184	265	163	245	43	15.886	**24.150**
Transferência	–	3.092	2.044	31	2.438	–	–	–	(7.605)	**–**
Baixas	–	(91)	(4.953)	(147)	(45)	(223)	(91)	(71)	(105)	**(5.726)**
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**94.196**	**126.037**	**132.489**	**3.143**	**29.255**	**713**	**4.695**	**499**	**15.738**	**406.765**
Movimentação da depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**–**	**31.736**	**39.666**	**2.021**	**9.691**	**337**	**3.422**	**321**	**–**	**87.194**
Depreciação do exercício	–	4.634	8.422	160	1.383	195	493	75	–	**15.362**
Baixa	–	(700)	(3.548)	(190)	(1.605)	(187)	(577)	(63)	–	**(6.870)**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**–**	**35.670**	**44.540**	**1.991**	**9.469**	**345**	**3.338**	**333**	**–**	**95.686**
Depreciação do exercício	–	4.870	8.799	198	1.532	106	467	73	–	**16.045**
Baixa	–	(88)	(4.244)	(131)	(45)	(77)	(88)	(60)	–	**(4.733)**
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**–**	**40.452**	**49.095**	**2.058**	**10.956**	**374**	**3.717**	**346**	**–**	**106.998**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**94.196**	**87.230**	**83.630**	**1.084**	**17.128**	**428**	**1.203**	**194**	**7.562**	**292.655**
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**94.196**	**85.585**	**83.394**	**1.085**	**18.299**	**339**	**978**	**153**	**15.738**	**299.767**
Taxa de depreciação		3,3% a 4%	2,5% a 50%	10%	3,3% a 10%	20%	20%	20%		

continua

continuação

b. Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados: O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 não houve a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade. **c. Ativos fixos dados em garantias de financiamentos:** Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía o montante de R$ 183.159 (R$ 165.009 em 2017) em bens do seu ativo imobilizado, principalmente, edificações, instalações, máquinas e equipamentos e terrenos, dados em garantias de financiamentos.

12. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Modalidade	Encargos anuais médios	Vencimento	Moeda	2018	2017
Capital de Giro	8,01% a 10,25% a.a.	2020	R$	23.593	94.108
	7,00% a 8,00% a.a.	2019	R$	69.327	–
	100% CDI + 3,74% a.a.	2024	R$	12.222	13.512
	100% CDI + 2,42% a 4,91% a.a.	2022	R$	88.360	42.252
	3,92% a 5,20% a.a. + variação cambial	2019	US$	47.331	30.276
Investimentos					
BNDES	3,48% a 5,00% a.a. + TJLP	2026	R$	7.269	8.451
	8,16% a.a. + cesta de moedas	2024	R$	5.992	6.078
	8,70% a.a.	2022	R$	431	568
	2,50% a 9,50% a.a.	2024	R$	26.707	33.196
	100% CDI + 3,74% a.a.	2024	R$	688	761
FINEP	9,00% a.a.	2027	R$	4.703	1.572
Arrendamento mercantil	15,53 % a.a.	2018	R$	–	179
				286.623	**230.953**
Parcelas circulante				**191.057**	**145.322**
Parcelas não circulante				**95.566**	**85.631**

Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2020	40.953
2021	26.646
2022	13.681
2023	9.383
2024 - 2027	4.903
	95.566

Os empréstimos e financiamentos têm como garantia aval dos acionistas, imóveis, máquinas e equipamentos, recebíveis, estoques e ativo biológico. A Companhia possui um empréstimo no montante de R$ 8.166 que possuem cláusulas restritivas *"debt covenants"* que incluem a manutenção de determinados índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente, os quais não foram atingidos em 31 de dezembro de 2018. Contudo, a Companhia recebeu o *waiver* da instituição financeira credora para os referidos *covenants*, razão pela qual manteve as parcelas do contrato a vencer no passivo não circulante, de acordo com seus vencimentos originais.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 está representado por 348.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 21 de agosto de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital no montante de R$ 2.000 com aumento de 2.208 ações ordinárias, as quais foram totalmente integralizadas mediante a conversão dos dividendos adicionais propostos pelos acionistas, e, o capital social passou de R$ 155.000 para R$ 157.000. Em 16 de outubro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital no montante de R$ 11.390 com aumento de 12.584 ações ordinárias, as quais foram totalmente integralizadas mediante a capitalização de juros sobre capital próprio creditados aos acionistas, e, o capital social passou de R$ 157.000 para R$ 168.390. **b. Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se ao custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1º de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários. No exercício de 2018 houve uma realização do ajuste de avaliação patrimonial de R$ 2.793 com a realização do imposto de renda e contribuição social no valor R$ 950, sendo R$ 1.843 o valor líquido de realização, remanescendo um saldo de R$ 73.535. **c. Reservas de lucros:** ***(i) Reserva legal:*** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei n° 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2018, em razão do prejuízo apurado no exercício, não houve constituição de reserva legal. ***(ii) Reserva de retenção de lucros:*** Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição de reserva legal e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Durante o exercício de 2018, parte da reserva de retenção de lucros foi distribuída na forma de juros sobre capital próprio aos acionistas, totalizando o montante R$ 13.400. O prejuízo remanescente apurado no exercício de 2018 no montante de R$ 34.076 foi absorvido pela reserva de retenção de lucros, o saldo remanescente no montante de R$ 40.077, destina-se a investimentos conforme orçamento de capital proposto pela Administração para o exercício de 2019 e reforço do capital de giro.

14. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido. A Companhia não apurou dividendos a serem pagos no exercício de 2018. De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, em 2018 a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R$ 13.400 (R$ 12.600 em 2017), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Na Assembleia Geral Extraordinária em 16 de outubro de 2018 foi aprovada a destinação dos juros sobre capital próprio para aumento de capital, os quais foram integralmente capitalizados na mesma data (nota explicativa 13.a). Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de reserva de retenção de lucros no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R$ 4.556 (R$ 4.284 em 2017) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas. Em 24 de abril de 2018, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o pagamento de dividendos adicionais referente o exercício de 2017, no montante de R$ 2.000, em 21 de agosto de 2018 este valor R$ 2.000 foi destinado ao aumento de capital, que foi integralmente capitalizado nesta data (nota explicativa 13.a). Em 16 de outubro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou pagamento de dividendos adicionais referente o exercício de 2017, no montante de R$ 2.000, creditado na conta corrente do acionista nesta data e pagas nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Gerenciamento do risco financeiro: A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, a Companhia desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo. **b. Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. ***(i) Contas a receber de clientes e outros créditos:*** A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes, outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. ***(ii) Investimentos:*** A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. O valor contábil dos principais ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito e está demonstrado a seguir:

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	37.824	57.210
Contas a receber de clientes	125.788	116.388
Total	**163.612**	**173.598**

(iii) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos: A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período. **c. Risco cambial:** A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar dos Estados Unidos ("USD"), permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a exposição cambial estava assim representada:

	2018		2017	
	Moeda estrangeira (US$)	R$	Moeda estrangeira (US$)	R$
Ativo				
Numerários em trânsito	2.613	10.125	5.504	18.208
Contas a receber	10.893	42.210	8.904	29.454
Adiantamento a fornecedores	400	1.550	–	–
Passivo				
Empréstimos	(12.215)	(47.331)	(9.152)	(30.276)
Contas a pagar	(876)	(3.393)	(315)	(1.043)
Adiantamentos de clientes	(145)	(562)	(58)	(190)
Exposição líquida	**670**	**2.599**	**4.883**	**16.153**

A Administração considera a exposição cambial líquida adequada ao perfil das suas operações. **d. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **e. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria. **f. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos. **g. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma adequada base de capital para manter a confiança do acionista, credor, mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. **h. Riscos regulatórios e ambientais:** A Companhia está sujeita a leis e regulamentos ambientais, e estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento desses requerimentos. A administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **i. Valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2018		2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	16.566	16.566	36.861	36.861
Numerários em trânsito	10.125	10.125	18.208	18.208
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	125.788	125.788	116.388	116.388
Empréstimos e financiamentos	286.623	286.623	230.953	230.953
Fornecedores	97.997	97.997	97.207	97.207

Os valores justos não refletem mudanças futuras na economia ou outras variáveis que possam ter efeito sobre a sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Contas a receber e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. • **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão

continua

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

16. RECEITA OPERACIONAL

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	2018	2017
Receita operacional bruta		
Venda de produtos mercado interno	740.423	717.803
Venda de produtos mercado externo	356.851	420.687
Venda de mercadorias.....	1.197	1.439
	1.098.471	**1.139.929**
Deduções		
Impostos sobre as vendas.....	(118.999)	(108.644)
Devoluções.....	(17.400)	(16.069)
Ajuste a valor presente.....	(5.081)	(5.944)
**Receita operacional líquida..... **	**956.991**	**1.009.272**

17. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA E FUNÇÃO

Custos e despesas de vendas e administrativas	**2018**	**2017**
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	726.534	644.071
Despesas com pessoal	85.210	82.072
Depreciações e amortizações	16.455	15.836
FGTS	9.399	7.555
Benefícios a empregados.....	1.351	1.277
Despesas com energia elétrica	17.061	15.805
Outras receitas e despesas.....	142.017	173.159
**Total ..... **	**998.027**	**939.775**

Classificação por função	**2018**	**2017**
Custos dos produtos vendidos	877.611	830.251
Vendas.....	105.415	95.404
Administrativas e gerais	15.001	14.120
	998.027	**939.775**

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas financeiras	**2018**	**2017**
Juros ativos	7.700	9.747
Variações cambiais ativas	10.802	6.411
Outros.....	570	263
	19.072	**16.421**
Despesas financeiras		
Juros passivos.....	(27.286)	(30.140)
Variações cambiais passivas.....	(11.692)	(6.520)
Outros.....	(1.322)	(1.296)
	(40.300)	**(37.956)**
**Resultado financeiro líquido ..... **	**(21.228)**	**(21.535)**

Conselho de Administração

Valdecir Pamplona – Presidente
Alidor Lueders – Vice-Presidente
Elvio de Oliveira Flores – Conselheiro
Edina Pamplona – Conselheira
Osmar Peters – Conselheiro
Guilherme de Borba Pamplona – Conselheiro
Fabio Ayres Marchetti – Conselheiro

Diretoria Executiva

Irani Pamplona Peters – Diretora Presidente
Júlio César Franzói – Diretor Comercial Mercado Externo
Sérgio Luiz de Souza – Diretor Administrativo Financeiro
Adilor Ascari Bussolo – Diretor Industrial
Valdecir Pamplona Junior – Diretor de Expansão Logística
Edival Justen – Diretor de Suprimentos e Fomento
Cleiton Pamplona Peters – Diretor Comercial Mercado Interno

Contador

Élvis Justen - CRC/SC - 028194/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Conselheiros: Pamplona Alimentos S.A. - Rio do Sul - SC. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Pamplona Alimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pamplona Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros Assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 19 de março de 2019

KPMG

KPMG Auditores Independentes CRC SC-000071/F-8 **Marcelo Lima Tonini** Contador - CRC PR-045569/O-4 T-SC

Cod. Mat.: 594022

PINHAL INVEST S/A – CNPJ 01.186.168/0001-04 EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINARIA – Ficam convocados os senhores acionistas, nos termos da lei 6.404/76 em artigos 124º, para a realização da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária no dia 25 de abril de 2019, às 19:00 horas em primeira convocação com 2/3 (dois terços) do capital votante e em segunda convocação ás 19:30 horas com metade mais um do capital votante, na sede da Câmara de Vereadores de Pinhalzinho/SC, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária**: **1º)** Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; **2º)** Eleição do Conselho Administrativo; **3º)** Estabelecer diretrizes e investimentos nas empresas controladas e **4º)** Assuntos gerais de interesse dos sócios. **Assembleia Geral Extraordinária**: **1º)** Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017. Pinhalzinho, 20/03/2019. José Wolschick Neto – Diretor Presidente.

Cod. Mat.: 593001

Gerpar Participações S/A - CNPJ 76.370.303/0001-68

Convocação - Assembléia Geral Ordinária - Convidamos os senhores acionistas para a assembléia geral ordinária que será realizada no próximo dia 04 de abril de 2019, às 16:30 horas, na sede social, na Rua Navegantes, nº 196, em Timbó - SC, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Discussão e aprovação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e destinação do resultado; Timbó - SC, 22 de março de 2019. Mauro Kirsten - Diretor Presidente.

Cod. Mat.: 594025

OLSEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

CNPJ: 83.802.215/0001-53

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Apresentamos, para sua apreciação e análise, as informações mais relevantes sobre o desempenho da Companhia durante o exercício de 2018, assim como as demonstrações contábeis do período, devidamente acompanhadas de notas explicativas. **1. Vendas** - As vendas da **OLSEN** resultaram na obtenção de uma receita bruta de R$ 52.429.579,08, advinda da produção e comercialização de equipamentos odontológicos e equipamentos médico-hospitalares, registrando-se acréscimo em relação ao ano anterior. **2. Resultado** - O resultado obtido no exercício, que em 2017 fora um lucro de R$ 3.539.130,15, em 2018 foi um lucro de R$ 6.262.143,46. **3. Balanço Social** - Em 2018, a **OLSEN** desembolsou o montante de R$ 6.556.421,92, a título de remuneração de seus funcionários, encargos sociais, assistência médica e odontológica, alimentação, transporte e treinamento de pessoal. **4. Investimentos -** No exercício de 2018, a **OLSEN** investiu o montante de R$ 1.768.305,63 na aquisição de ativos para a complementação da estrutura necessária à manutenção e crescimento da fábrica, área comercial e área administrativo- financeira. Em 2016, a empresa investiu na participação de 60% (sessenta por cento) do capital social, 300.000,00 (trezentos mil dólares americanos), correspondente a R$ 1.084.500,00, da empresa OLSEN USA LLC, com sede no Estado da Flórida, Estados Unidos da América, que tem por objeto a importação de produtos para comercialização naquele país. **5. Perspectivas** - A **OLSEN** está investindo no mercado interno, no desenvolvimento de novos produtos e na eficiência de seu corpo operacional e diretivo, buscando continuamente o crescimento dos resultados.

Palhoça/SC, 31 de dezembro de 2018. **A Administração**

Balanços Patrimoniais Encerrados em 31 de Dezembro (Em Reais)

	2018	2017
Ativo	**30.999.307,09**	**24.181.248,80**
Ativo circulante	**24.597.205,28**	**19.030.789,50**
Disponível	**7.490.069,18**	**5.963.307,55**
Clientes a receber	**6.048.147,90**	**3.222.689,15**
Estoques	**8.221.037,26**	**7.072.595,48**
Produtos acabados	3.264.436,26	2.496.519,92
Mercadorias para revenda	686.485,74	787.721,88
Produtos em elaboração	77.728,74	40.454,41
Matéria-prima	4.192.386,52	3.747.899,27
Outros créditos/outros ativos circulantes	**2.837.950,94**	**2.772.197,32**
Ativo não circulante	**6.402.101,81**	**5.150.459,30**
Ativo realizável a longo prazo	**183.967,61**	**127.864,21**
Depósitos Judiciais	87.025,59	87.025,59
Impostos Recuperáveis	96.942,02	40.838,62
Investimentos	**1.097.513,36**	**1.097.513,36**
Ações da TELESC	13.013,36	13.013,36
Participação na Olsen USA LLC	1.084.500,00	1.084.500,00
Imobilizado	**5.024.300,42**	**3.836.706,31**
Imobilizações tangíveis	8.917.238,05	6.889.000,37
Imobilizações tangíveis DIF IPC X BTNF	53.152,68	53.152,68
Reavaliação em 08/97	1.467.199,67	1.467.199,67
(-) Depreciações acumuladas	(4.241.037,98)	(3.448.942,81)
(-) Depreciações acumuladas da DIF IPC X BTNF	(52.426,18)	(52.426,18)
(-) Depreciação acumulada da reavaliação	(1.119.825,82)	(1.071.277,42)
Intangível	**96.320,42**	**88.375,42**
Imobilizações intangíveis	95.835,81	87.890,81
Imobilizações intangíveis DIF IPC X BTNF	484,61	484,61
	2018	**2017**
Passivo	**30.999.307,09**	**24.181.248,80**
Passivo circulante	**10.200.112,05**	**6.593.236,28**
Fornecedores	1.887.727,19	1.315.449,56
Obrigações fiscais	439.189,00	273.722,13
Obrigações sociais	1.447.787,67	1.129.714,71
Produtos de terceiros	485.293,51	300.668,51
Outras obrigações	5.940.114,68	3.573.681,37
Passivo não circulante	**1.000.000,00**	**1.000.000,00**
Financiamentos	1.000.000,00	1.000.000,00
Pessoas ligadas	1.000.000,00	1.000.000,00
Patrimônio líquido	**19.799.195,04**	**16.588.012,52**
Capital social	13.000.000,00	13.000.000,00
Capital subscrito	**13.000.000,00**	**13.000.000,00**
(-) Capital a integralizar	–	–
Reserva de reavaliação	**367.602,30**	**416.150,70**
Reserva de lucros	**6.431.592,74**	**3.171.861,82**
Reserva legal	1.018.652,28	705.545,11
Reserva de incentivos fiscais	5.412.940,46	2.466.316,71

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro (Em Reais)

	2018	2017
Receita operacional bruta	**52.429.579,08**	**37.842.217,20**
Venda de produtos mercado nacional	43.904.582,47	32.219.904,23
Venda de produtos exportação e equiparada	6.899.040,53	4.281.472,54
Vendas assistência técnica	1.101.899,41	1.019.653,38
Venda de serviços	4.950,00	15.300,00
Venda de mercadorias importadas	519.106,67	305.887,05
Deduções da receita bruta	**12.276.141,66**	**8.953.312,09**
Imposto incidente sobre vendas	**11.950.614,86**	**8.848.507,44**
ICMS	7.720.781,32	5.718.069,14
ISS	148,50	459,00
COFINS	3.475.899,61	2.572.645,55
PIS	753.785,43	557.333,75
Devolução de vendas	325.526,80	104.804,65
Receita operacional líquida	**40.153.437,42**	**28.888.905,11**
Custo dos produtos vendidos	**18.794.180,08**	**13.502.771,55**
Lucro operacional bruto	**21.359.257,34**	**15.386.133,56**
Despesas operacionais	**13.442.758,62**	**11.306.374,44**
Com vendas	6.008.678,42	4.966.814,57
Gerais e administrativas	5.312.316,09	4.647.941,70
Financeiras líquidas	787.322,40	573.784,72
Com exportação	657.930,08	636.504,25
Com assistência técnica	676.511,63	481.329,20
Lucro (prejuízo) operacional líquido	**7.916.498,72**	**4.079.759,12**
Outras receitas - outras despesas	2.086,74	20.020,00
Lucro antes da contribuição social	**7.918.585,46**	**4.099.779,12**
Provisão para contribuição social	452.813,71	157.540,14
Lucro antes do Imposto de Renda	**7.465.771,75**	**3.942.238,98**
Provisão para o Imposto de Renda	1.203.628,29	403.108,83
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**6.262.143,46**	**3.539.130,15**
Lucro por ação	**6,2621**	**3,5391**

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do Imposto de Renda e CSLL	**7.918.585,46**	**4.099.779,12**
Ajustes por:		
Depreciação	546.907,52	280.596,84
Amortização	25.859,00	34.309,46
Variação no contas a receber de clientes e outros	(2.947.315,77)	(2.225.619,71)
Variação nos estoques	(1.148.441,78)	(1.411.960,22)
Variação nas contas a pagar - fornecedores	1.759.982,23	1.030.301,37
Caixa proveniente das operações	**6.155.576,66**	**1.807.406,86**
Imposto de Renda e contribuição social pagos	(1.656.442,00)	(560.648,97)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**4.499.134,66**	**1.246.757,89**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado e intangível	(1.768.305,63)	(264.180,17)
Aquisição de participações societárias	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(1.768.305,63)**	**(264.180,17)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(1.476.822,31)	-
Ajuste do resultado de exercícios anteriores	272.754,91	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(1.204.067,40)**	**-**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**1.526.761,63**	**982.577,72**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	**5.963.307,55**	**4.980.729,83**
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	**7.490.069,18**	**5.963.307,55**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Reavaliação	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos iniciais, em 31 de dezembro de 2016	**13.000.000,00**	**528.588,60**	–	**464.699,10**	–	**13.993.287,70**
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	–	–	–
Alterações das reservas	–	–	–	(48.548,40)	48.548,40	–
Lucro (prejuízo) líquido	–	–	–	–	3.539.130,15	3.539.130,15
Destinação do lucro						
Reservas	–	176.956,51	2.466.316,71	–	(2.643.273,22)	–
Dividendos	–	–	–	–	(944.405,33)	(944.405,33)
Integralização ao capital social	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**13.000.000,00**	**705.545,11**	**2.466.316,71**	**416.150,70**	–	**16.588.012,52**
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	–	272.754,91	272.754,91
Alterações das reservas	–	–	–	(48.548,40)	48.548,40	–
Lucro (prejuízo) líquido	–	–	–	–	6.262.143,46	6.262.143,46
Destinação do lucro						
Reservas	–	313.107,17	2.946.623,75	–	(3.259.730,92)	–
Dividendos	–	–	–	–	(3.323.715,85)	(3.323.715,85)
Integralização ao capital social	–	–	–	–	–	–
Saldos finais, em 31 de dezembro de 2018	**13.000.000,00**	**1.018.652,28**	**5.412.940,46**	**367.602,30**	**(0,00)**	**19.799.195,04**

continua...

...continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios de 2017 E 2018

1. Contexto – A **Olsen Indústria e Comércio S.A.,** caracteriza-se como empresa industrial, e tem como objeto principal a fabricação de equipamentos odontológicos e médico-hospitalares, com sua matriz instalada no Município de Palhoça/SC.

2. Demonstrações Contábeis – a) As *Demonstrações Contábeis* foram elaboradas com observância aos princípios contábeis geralmente aceitos e à legislação vigente; **b)** O resultado, apurado pelo regime de competência, considera as provisões correspondentes ao imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro; **c)** Os estoques de matérias-primas e mercadorias para revenda existentes em 31 de dezembro de cada exercício foram avaliados pelo sistema do custo médio ponderado; **d)** Os estoques de produtos acabados existentes em 31 de dezembro de cada exercício foram avaliados pelo sistema do custo médio ponderado. A empresa adota o *Sistema Harmonizado do Custo Integrado e Coordenado com a Contabilidade* para registrar o custo por absorção na fabricação de seus produtos; **e)** Os estoques de produtos em elaboração também foram medidos pelo *Sistema Harmonizado do Custo Integrado e Coordenado com a Contabilidade*, levando em consideração o método do custo por absorção; **f)** As depreciações e amortizações foram apropriadas aos resultados dos exercícios de 2017 e 2018 pelo método linear; **g)** O montante dos *Outros Créditos* é formado pelos seguintes valores:

Exercícios	2018	2017
Outros créditos	**2.837.950,94**	**2.772.197,32**
Outros créditos	**2.162.804,35**	**2.030.211,95**
IRPJ a compensar	72.572,37	975.479,16
ICMS a recuperar	107.831,14	27.524,28
Contribuição social a compensar	346.456,24	346.447,79
Depósito judicial	13.568,23	13.568,23
Produtos de terceiros	541.028,91	294.075,54
PIS a compensar / recuperar	34.544,01	6.555,37
COFINS a compensar / recuperar	159.683,36	30.255,45
IPI a recuperar	780.222,22	261.409,63
Tributos nas remessas de mercadorias	49.897,11	36.634,43
Outros valores a recuperar - receber	57.000,76	38.262,07
Adiantamentos	**675.146,59**	**741.985,37**
Adiantamento para feiras e eventos	161.174,18	426.099,20
Adiantamentos a fornecedores	240.499,67	–
Outros adiantamentos	273.472,74	315.886,17

h) Os *Adiantamentos a Fornecedores* referem-se aos pagamentos antecipados a fornecedores para o futuro recebimento de matérias-primas; **i)** O valor dos *Outros Adiantamentos* refere-se, em sua maioria, a adiantamentos de férias, que serão oportunamente atribuídos ao resultado do exercício; **j)** Os bens do *Ativo Não Circulante* são demonstrados ao custo de aquisição ou construção. Foram efetuadas aquisições para o ativo imobilizado no valor de R$ 264.180,17, no exercício de 2017; e, R$ 1.768.305,63, no exercício de 2018; **k)** Em 2016, a empresa investiu na participação de 60% (sessenta por cento) do capital social, 300.000,00 (trezentos mil dólares americanos), correspondente a R$ 1.084.500,00, da empresa OLSEN USA LLC, com sede no Estado a Flórida, Estados Unidos da América, que tem por objeto a importação de produtos para comercialização naquele país. O referido investimento não configura investimento relevante, visto não atingir 10% do patrimônio líquido da investidora. A referida empresa não iniciou suas atividades em 2018, inexistindo variação do percentual de participação da controladora na controlada em 2018, o que resultou na ausência de qualquer efeito pertinente. **l)** O montante das *Outras Obrigações* é composto pelos seguintes valores:

Exercícios	2018	2017
Outras obrigações	**5.940.114,68**	**3.573.681,37**
Finame - financiamentos	208.000,00	280.000,00
Juros sobre capital próprio a pagar	931.530,78	913.528,38
Lucros a pagar	4.218.211,87	2.371.318,33
Valores a repassar/devolver	56.284,08	8.834,66
Adiantamento de clientes	50.051,89	–
Contraprestação de leasing a pagar	785.471,27	–
(-) Encargos financeiros a apropriar	(309.435,21)	–

m) O capital social está dividido em 1.000.000,00 de ações ordinárias, no valor unitário de R$ 13,00, em valor nominal; **n)** A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, de bens móveis e imóveis, refere-se à adequação do valor do custo histórico contábil ao valor de mercado, de acordo com laudo técnico de avaliação legalmente firmado; **o)** A forma de tributação do Imposto de Renda que a empresa adotou para os exercícios foi a do *Lucro Real* com apuração anual.

Palhoça – SC, 31 de dezembro de 2018.

Diretoria Executiva

Cesar Augusto Olsen – Diretor-Presidente **Elisa Freitas Olsen** – Vice-Presidente

Contabilista

Dilmar Volpato Dela Justina

Contador: CRC-SC 1SC016853/O-6 – CPF: 730.055.419-91

Cod. Mat.: 594098

J.B. WORLD ENTRETENIMENTOS S.A. - CNPJ 85.248.987/0001-10

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

BALANÇO PATRIMONIAL (Valores expressos em reais mil)

ATIVO	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	2.091	1.367
Aplicações Financeiras	74.238	33.329
Contas a receber	36.902	33.296
Adiantamentos concedidos	964	8.363
Impostos a recuperar	553	-
Créditos de devoluções	5	-
Estoques	4.166	2.849
Despesas antecipadas	160	191
Total ativo circulante	**119.080**	**79.395**
NÃO CIRCULANTE		
Aplicações financeiras	-	9.706
Contas a receber	883	492
Depósitos judiciais	153	165
Tributos diferidos	90	-
Propriedades para investimento	76.007	76.007
Imobilizado	210.549	188.610
Intangível	35.375	39.712
Total ativo não circulante	**323.058**	**314.692**
TOTAL DO ATIVO	**442.138**	**394.087**
PASSIVO	**2018**	**2017**
Fornecedores	2.931	6.045
Obrigações trabalhistas	11.587	9.664
Obrigações tributárias	6.834	6.178
Imposto de renda e contribuição social	6.436	5.613
Empréstimos e financiamentos	446	603
Dividendos	41.332	48.387
Mútuo - Partes Relacionadas	47.000	-
Outras obrigações	7.986	6.649
Total passivo circulante	**124.552**	**83.139**
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	-	424
Obrigações tributárias	48.278	51.799
Provisão para contingências	265	689
Passivo fiscal diferido	57.542	57.980
Outras obrigações	31.398	35.629
Total passivo não circulante	**137.483**	**146.521**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	21.770	21.770
Reserva de capital	289	289
Reserva de lucros	106.765	89.299
Ajuste de avaliação patrimonial	51.279	53.069
Total patrimônio líquido	**180.103**	**164.427**
TOTAL DO PASSIVO	**442.138**	**394.087**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Reapresentado	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**235.992**	**214.430**
Custo mercadorias e serviços vendidos	(63.070)	(60.479)
LUCRO BRUTO	**172.922**	**153.951**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas comerciais	(34.108)	(31.068)
Despesas administrativas	(30.991)	(28.010)
Despesas tributárias	(4.197)	(1.539)
Outras receitas operacionais	1.580	1.319
	(67.716)	**(59.297)**
LUCRO OPER. ANTES DO EFEITO FINAN.	**105.206**	**94.654**
Receitas financeiras	3.868	4.000
Despesas financeiras	(11.723)	(13.728)
	(7.855)	**(9.728)**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**97.351**	**84.926**
IR e CS correntes	(32.202)	(28.086)
IR e CS diferidos	526	373
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**65.675**	**57.213**
RESULTADO POR AÇÃO		
Lucro por ação - Básico e diluído.	3,0168	2,6281

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacinal: A J.B. World Entretenimentos S.A., constituída sob essa denominação em 13 de agosto de 1998, iniciou suas operações em 14 de janeiro de 1992. Tem por objeto social a exploração do ramo negócios de produções artísticas em geral, de parques de diversão e outros serviços de entretenimento. **2. Base de Preparação:** ***a. Declaração de conformidade:*** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de Janeiro de 2019. ***b. Reapresentação do DRE de 2017:*** Durante o exercício de 2018 a Companhia a identificou a necessidade de revisar os responsáveis sobre alguns centros de custos de forma que houve alterações entre as classificações entre as rubricas de Custos, Despesas Administrativas e Despesas Comerciais. ***c. Base de Mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo. ***d. Moeda funcional e moeda de apresentação:*** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real Mil, que é a moeda funcional da Companhia. **3. Capital Social:** O capital social subscrito da Companhia é de R$ 21.770 em 2018 e em 2017 é de R$ 21.770 representado por 21.770.000 ações nominativas de valor nominal unitário de R$1 (um real), compostas por 7.255.941 ações ordinárias e 14.514.059 ações preferenciais.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉT. INDIRETO

	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**65.674**	**57.213**
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação	9.785	8.952
Amortização	4.438	4.170
Baixa ativo imobilizado	318	617
Impostos diferidos	(526)	(373)
Provisão para contingências	(423)	(307)
Juros sobre empréstimos	81	106
	79.347	**70.378**
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber	(3.998)	(7.928)
Estoques	(1.317)	(1.014)
Impostos a recuperar	(553)	-
Despesas antecipadas	32	(12)
Adiantamentos concedidos	7.394	(3.818)
Depositos judiciais	12	(35)
	1.569	**(12.807)**
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(3.112)	3.179
Obrigações tributárias	(2.865)	(708)
Imposto de renda e contribuição social	823	173
Obrigações trabalhistas	1.921	2.637
Outras obrigações	(2.894)	32.821
	(6.128)	**38.102**
CAIXA LÍQUIDO PROV. DAS ATIVID. OP.	**74.789**	**95.673**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Adições do imobilizado	(32.042)	(21.362)
Adições do intangivel	(101)	(42.962)
Titulos de capitalização	-	-
Aplicação financeira	(31.204)	1.966
Caixa líq. usado nas ativ. de investim.	**(63.347)**	**(62.358)**
Fluxos de caixa das ativ. de financiamento:		
Captação/Pagto de empréstimos e financ.	(662)	505
Dividendos pagos	(10.056)	(34.973)
Caixa líq. usado nas atividades de financ.	**(10.718)**	**(34.468)**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	724	(1.153)
Caixa e equival. de caixa início do exercício	1.367	2.520
Caixa e equival. de caixa final do exercício	**2.091**	**1.367**

DIRETORIA:

Rogério Luiz de Siqueira - Presidente

Edilson Doubrawa - Diretor Adm./Finan.

Clever Pirola Avila - Diretor Operacional

Roberto Leandro Vertemati - Diretor Comercial

Gilliard Gadiel de Oliveira - Contador - CRC: SC 037313/O-5

As Demonstrações Contábeis foram examinadas pela Martinelli Auditores.

Cod. Mat.: 594015

BARRA DO CRAVARI AGROFLORESTAL S/A. CNPJ nº 04.527.481/0001-49 - Av. Crestani nº 1.103 - Sala 02 - PALMA SOLA (SC)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2018 e 31/12/2017.Para quaisquer esclarecimentos adicionais estamos à Vossa disposição. Palma Sola (SC), 20 de março de 2019. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - EM R$

ATIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	16.055	69.863
Contas a Receber de Clientes	6	185.415	2.168.881
Estoques	7	5.849.424	5.338.932
Adiantamentos	6	306.139	43.513
Outros Créditos	6	-	1.300
Despesas do Exercício Seguinte		6.536	5.939
Total do Ativo Circulante		**6.363.569**	**7.628.428**
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos			
Controladas	8	323.896	323.896
Outros Investimentos		42.683	32.550
Total de Investimentos		**366.579**	**356.446**
Ativo Biológicos	9	**11.046.887**	**10.514.682**
Imobilizado	10	**12.165.929**	**13.166.705**
Total do Ativo Não Circulante		**23.579.395**	**24.037.833**
TOTAL DO ATIVO		**29.942.964**	**31.666.261**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	1.484.351	856.703
Empréstimos e Financiamentos	12	2.565.737	2.274.597
Obrigações Sociais e Fiscais	13	126.051	213.709
Obrigações Trabalhistas	14	321.994	670.363
Adiantamentos de Clientes	11	2.684.425	4.795.047
Dividendos a Pagar	11	1.800.000	1.797.549
Total do Passivo Circulante		**8.982.558**	**10.607.968**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	12	2.346.499	2.554.053
Obrigações Sociais e Fiscais	13	54.099	74.294
Total do Passivo Não Circulante		**2.400.598**	**2.628.347**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	17	8.000.000	8.000.000
Reservas de Lucros		10.559.808	10.429.946
Total do Patrimônio Líquido		**18.559.808**	**18.429.946**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**29.942.964**	**31.666.261**

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM R$

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros Reserva Aumento de Capital	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2016	8.000.000	1.345.160	5.568.602	-	14.913.762
Lucro Líquido do Exercício				2.752.171	2.752.171
Resultado Abrangente Total					2.752.171
Reversão Distribuição de Dividendos			764.013		764.013
Transações de Capital com os Sócios					764.013
Transferência para Reserva de Lucros		137.609	2.614.562	(2.752.171)	-
Em 31 de dezembro de 2017	8.000.000	1.482.769	8.947.177	-	18.429.946
Lucro Líquido do Exercício				1.129.862	1.129.862
Resultado Abrangente Total					1.129.862
Distribuição de Dividendos				(1.000.000)	(1.000.000)
Transações de Capital com os Sócios					(1.000.000)
Transferência para Reserva de Lucros		56.493	73.369	(129.862)	-
Em 31 de dezembro de 2018	8.000.000	1.539.262	9.020.546	-	18.559.808

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - EM R$

	Nota	2018	2017
Receita Operacional Líquida	18	8.891.858	10.282.665
Custos dos Produtos Vendidos		(4.669.512)	(4.333.266)
Lucro Bruto		4.222.346	5.949.399
Receitas/(Despesas) Operacionais			
Gerais e Administrativas		(2.204.165)	(2.063.949)
Tributárias		(269.137)	(171.690)
Equivalência Patrimonial		-	(7.459)
Outras Receitas		1.958	34.692
Total das Receitas/(Despesas) Operacionais		(2.471.344)	(2.208.406)
Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras		1.751.002	3.740.993
Receitas Financeiras	19	30.321	7.925
Despesas Financeiras	19	(339.388)	(665.185)
Lucro Antes dos Tributos		1.441.935	3.083.733
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	15	(282.712)	(331.562)
Lucro Antes das Participações		1.159.223	2.752.171
Participação de Empregados (PPR)	21	(29.361)	-
Lucro Líquido do Exercício		1.129.862	2.752.171

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO - EM R$

	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	1.129.862	2.752.171
Ajustado por:		
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.579.903	1.905.336
Equivalência Patrimonial	-	7.459
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais		
Redução (Aumento) nas Contas a Receber de Clientes	1.983.466	(1.333.539)
Redução (Aumento) nos Estoques	(510.492)	(1.502.485)
Redução (Aumento) nos Adiantamentos	(262.626)	1.540.385
Redução (Aumento) nos Outros Créditos	1.300	-
Redução (Aumento) nas Despesas do Exercício Seguinte	(596)	17.083
Redução (Aumento) no Realizável a Longo Prazo	-	9.681
Aumento (Redução) nos Fornecedores	627.648	842.074
Aumento (Redução) nas Obrigações Sociais e Fiscais	(107.853)	(32.728)
Aumento (Redução) nas Obrigações Trabalhistas	(348.369)	60.358
Aumento (Redução) nos Adiantamentos de Clientes	(2.110.622)	3.515.398
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**1.981.621**	**7.781.193**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Resgate de Aplicações Financeiras	-	20.584
Aplicação em Investimentos	(10.133)	(9.800)
Aquisição Ativos Imobilizados	(120.400)	(8.266.190)
Baixa (Adição) de Ativos Biológicos	(990.933)	
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**(1.121.466)**	**(8.255.406)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação (Pagamento) de Empréstimos e Financiamentos	83.586	518.787
Variação Dividendos à Pagar	2.451	-
Distribuição de Dividendos	(1.000.000)	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	**(913.963)**	**518.787**
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(53.808)**	**44.574**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**69.863**	**25.289**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**16.055**	**69.863**

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS - A **BARRA DO CRAVARÍ AGROFLORESTAL S.A.** é uma Companhia Privada de capital fechado, fundada 28 de junho de 2001. Sua principal atividade é a exploração vegetal, florestamento e reflorestamento, agricultura e pecuária, comércio, importação e exportação dos produtos retro citados, arrendamento de imóveis, bem como a participação em outras sociedades para realizar seus objetivos sociais ou para beneficiar-se de incentivos fiscais. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 04.527.481/0001-49. Encontra-se sediada na cidade de Palmasola/SC, Av. Crestani 1103, CEP 89985-000. A Companhia está certificada internacionalmente pelo FSC-Smart Wood desde o ano 2010 com o registro CU 813512. Detentora atualmente de maciços florestais, totalizando 2.748,45 ha de efetivo plantio sobre área total de 5.466,97 ha. **NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09. Desta forma, a companhia está se alinhando também ao The International Financial Reporting Standards for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs) emitido pelo IASB – International Accounting Standards Board. **NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - 3.1. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes -** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. **3.2. Compensação Entre Contas -** Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação. **3.3. Instrumentos Financeiros -** A Companhia classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos: (a) Caixa e equivalentes de caixa; e, (b) Instrumentos de dívida. Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar e os empréstimos a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado. **3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação. **3.5. Contas a Receber de Clientes -** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes no curto prazo, inicialmente, são reconhecidas pelo custo da operação e as de longo prazo pelo custo ajustado a valor presente. Subsequentemente, essas contas são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, líquido de reduções ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos). **3.6. Estoques -** Os estoques estão avaliados pelos seguintes critérios: • Os produtos agrícolas estão avaliados pelo custo de produção; • Os produtos pecuários estão avaliados pelo valor de mercado; e • Os materiais de consumo estão avaliados pelo custo médio das aquisições. **3.7. Investimentos -** Os investimentos de participação societária relevantes (controladas) foram avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, e os investimentos de participação societária não relevantes (outros investimentos) estão avaliados pelo custo de aquisição. **3.8. Ativos Biológicos -** Os ativos biológicos mantidos pela Companhia correspondem a reflorestamentos e viveiros, avaliados pelo custo de formação, e semoventes que são mensurados pelo valor de mercado. Os reflorestamentos e viveiros não são atualizados pelo valor justo menos as despesas de venda no fechamento do exercício, estando em desacordo com as normas contábeis. **3.9. Imobilizado -** A Companhia não realizou a revisão da vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Os itens do imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação, não estando avaliados ao valor justo. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método da linha reta durante a vida útil estimada. **3.10. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros -** Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da perda por desvalorização, os ativos devem ser agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido perda por desvalorização, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa perda na data de apresentação das demonstrações financeiras. **3.11. Contas a Pagar a Fornecedores -** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo custo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, sendo as de longo prazo, ajustadas a valor presente. **3.12. Empréstimos e Financiamentos -** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar à instituição financeira e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. **3.13. Tributos sobre o Lucro -** Os tributos sobre o lucro do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes. O tributo é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente

Continuação »»»

BARRA DO CRAVARI AGROFLORESTAL S/A. CNPJ nº 04.527.481/0001-49 - Av. Crestani nº 1.103 - Sala 02 - PALMA SOLA (SC)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

no patrimônio. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. **3.14. Apuração do Resultado -** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. **3.15. Reconhecimento das Receitas de Vendas -** A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) foram transferidos ao comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; e, (iii) é provável que benefícios econômicos futuros associados a transação fluirão para a entidade. **NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS -** Em atendimento a Seção 11 da NBC TG 1000 R1, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização. b) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. c) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis. d) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios. • **Riscos de taxas de juros -** O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros, primando pela equiparação dos indexadores. • **Risco de crédito -** A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência de o principal cliente ser a companhia Palmasola S/A Madeiras e Agricultura, a qual não se figura diretamente como parte relacionada, todavia, possui vínculos comerciais associados. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito. • **Gestão de risco de capital -** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa	234	19.698
Bancos Conta Movimento	15.821	50.165
Total de Caixa e Equivalentes	16.055	69.863

NOTA 6 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

	2018	2017
Clientes Mercado Interno	185.415	2.168.881
Contas a Receber de Clientes	**185.415**	**2.168.881**
Adiantamentos a Empregados	26.639	43.513
Adiantamentos a Fornecedores	279.500	-
Cheques a Receber	-	1.300
Parcela Circulante	**491.554**	**2.213.694**
Total a Receber de Clientes	185.415	2.168.881
Total das Demais Contas a Receber	464.915	2.170.181
Total Geral	**650.330**	**4.339.062**

NOTA 7 – ESTOQUES

	2018	2017
Toras de esplanadas	287.764	-
Pecuária	2.063.600	1.613.753
Almoxarifado	36.743	48.767
Lavouras em Formação	3.461.317	3.676.412
Total dos Estoques	**5.849.424**	**5.338.932**

NOTA 8 - INVESTIMENTOS

Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado	Investimento Equivalente	Participação
Em 31 de Dezembro de 2018							
Augusta Investimentos e Participaçoes Lda	Brasil	82.799	-	82.799	-	80.853	98%
Egide Investimentos e Participaçoes Lda	Brasil	43.924	-	43.924	-	42.013	96%
Albino Investimentos e Participaçoes Lda	Brasil	82.924	-	82.924	-	80.975	98%
Catarina Investimentos e Participaçoes Lda	Brasil	40.924	-	40.924	-	39.021	95%
Jenyr Investimentos e Participaçoes Lda	Brasil	40.924	-	40.924	-	42.013	96%
Laurindo Investimentos e Participaçoes Lda	Brasil	43.924	-	43.924	-	39.021	95%
Total		**335.419**	**-**	**335.419**	**-**	**323.896**	
Em 31 de Dezembro de 2017							
Augusta Investimentos e Participaçoes Lda	Brasil	82.799	-	82.799	(2.201)	80.853	98%
Egide Investimentos e Participaçoes Lda	Brasil	43.924	-	43.924	(2.076)	42.013	96%
Albino Investimentos e Participaçoes Lda	Brasil	82.799	-	82.799	(2.201)	80.975	98%
Catarina Investimentos e Participaçoes Lda	Brasil	40.924	-	40.924	(2.076)	39.021	95%
Jenyr Investimentos e Participaçoes Lda	Brasil	40.924	-	40.924	(2.076)	42.013	96%
Laurindo Investimentos e Participaçoes Lda	Brasil	43.924	-	43.924	(2.076)	39.021	95%
Total		**335.294**	**-**	**335.294**	**(12.706)**	**323.896**	

NOTA 9 - ATIVOS BIOLÓGICOS

	Árvores Industrializáveis	Viveiro	Semoventes	Total
Em 31 de dezembro de 2016				
Custo	13.567.689	188.923	-	13.756.612
Exaustão acumulada	(3.202.571)	-	-	(3.202.571)
Valor líquido contábil	**10.365.118**	**188.923**	**-**	**10.554.041**
Saldo Inicial	**10.365.118**	**188.923**	**-**	**10.554.041**
Adições	787.680	35.841	-	823.521
Exaustão	(862.880)	-	-	(862.880)
Saldo Final	**10.289.918**	**224.764**	**-**	**10.514.682**
Em 31 de dezembro de 2017				
Custo	14.355.369	224.764	-	14.580.133
Exaustão acumulada	(4.065.451)	-	-	(4.065.451)
Valor líquido contábil	**10.289.918**	**224.764**	**-**	**10.514.682**
Saldo Inicial	**10.289.918**	**224.764**	**-**	**10.514.682**
Adições	840.693	-	150.000	990.693
Exaustão	(458.488)	-	-	(458.488)
Saldo Final	**10.672.123**	**224.764**	**150.000**	**11.046.887**
Em 31 de dezembro de 2018				
Custo	15.196.062	224.764	150.000	15.570.826
Exaustão acumulada	(4.523.939)	-	-	(4.523.939)
Valor líquido contábil	**10.672.123**	**224.764**	**150.000**	**11.046.887**

NOTA 10 – IMOBILIZADO

	Terrenos	Edif. e Benf.	Máquinas	Movéis/Utens. e Hardware	Veículos	Imb. em Andamento	Total
Taxas deprec.	**0**	**4 a 10**	**10 a 20**	**10 a 20**	**20**	**0**	**% a.a**
Em 31 de dezembro de 2016							
Custo	3.977.588	326.724	3.909.256	54.718	603.122	121.745	8.993.153
Dep.Acumulada e Impaiment	-	(12.737)	(1.658.013)	(8.256)	(358.732)	-	(2.037.738)
Valor líquido contábil	**3.977.588**	**313.987**	**2.251.243**	**46.462**	**244.390**	**121.745**	**6.955.415**
Saldo Inicial	**3.977.588**	**313.987**	**2.251.243**	**46.462**	**244.390**	**121.745**	**6.955.415**
Adições	4.000.000	1.988.542	1.428.834	4.523	-	20.770	7.442.669
Transferências	-	11.458	(11.458)	-	-	-	-
Adições ref. ativo biológico	-	(188.922)	-	-	-	-	(188.922)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(17.945)	(899.674)	(4.451)	(120.627)	-	(1.042.697)
Ajuste Depreciação	-	30.483	(30.483)	-	-	-	-
Baixa da Depreciação	-	240	-	-	-	-	240
Saldo Final	**7.977.588**	**2.137.843**	**2.738.462**	**46.534**	**123.763**	**142.515**	**13.166.705**
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	7.977.588	2.137.802	5.326.632	59.241	603.122	142.515	16.246.900
Dep.Acumulada e Impaiment	-	41	(2.588.170)	(12.707)	(479.359)	-	(3.080.195)
Valor líquido contábil	**7.977.588**	**2.137.843**	**2.738.462**	**46.534**	**123.763**	**142.515**	**13.166.705**
Saldo Inicial	**7.977.588**	**2.137.843**	**2.738.462**	**46.534**	**123.763**	**142.515**	**13.166.705**
Adições	-	18.289	280.682	25.481	-	20.951	345.403
Transferências	-	(6.285)	6.285	-	-	-	-
Conclusão de Obra	-	129.768	12.746	-	-	(142.515)	(1)
Transf. para ativo biológico	-	(224.764)	-	-	-	-	(224.764)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(100.241)	(898.482)	(6.502)	(115.949)	-	(1.121.174)
Ajuste da Depreciação	-	(240)	-	-	-	-	(240)
Saldo Final	**7.977.588**	**1.954.370**	**2.139.693**	**65.513**	**7.814**	**20.951**	**12.165.929**
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	7.977.588	2.054.810	5.626.345	84.722	603.122	20.951	16.367.538
Dep.Acumulada e Impaiment	-	(100.440)	(3.486.652)	(19.209)	(595.308)	-	(4.201.609)
Valor líquido contábil	**7.977.588**	**1.954.370**	**2.139.693**	**65.513**	**7.814**	**20.951**	**12.165.929**

Os bens que compõem o Ativo Não Circulante Imobilizado da Companhia estão avaliados a valor de custo de aquisição. Os encargos de depreciação são calculados pelo método linear, sem considerar valor residual final dos bens, sendo a taxa utilizada para o cálculo dos referidos encargos os mesmos que constam da legislação fiscal vigente. **NOTA 11 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES**

	2018	2017
Fornecedores - Matriz	21.840	8.286
Fornecedores - Brasnorte	1.462.511	848.417
Contas a Pagar a Fornecedores	**1.484.351**	**856.703**
Adiantamentos de Clientes	2.684.425	4.795.047
Dividendos a Pagar	1.800.000	1.797.549
Parcela Circulante	**2.271.889**	**2.963.639**
Parcela Não Circulante	**-**	**-**
Total a Pagar a Fornecedores	1.484.351	856.703
Total de Outras Contas a Pagar	4.484.425	6.592.596
Total Geral	**5.968.776**	**7.449.299**

NOTA 12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS **Em Reais**

Conta	Taxa %	Vencimento	2018	2017
Passivo Circulante			2.565.737	2.274.597
Banco Itaú	3,5% a.a	15/10/2018	-	162.278
Banco Itaú	4% a.a	16/11/2018	-	57.133
Banco Scania	4% a.a	15/01/2019	4.920	59.055
Banco John Deere	4,5% a.a	15/06/2022	312.205	319.331
Banco John Deere	8,5% a.a	15/05/2025	217.768	210.584
Banco John Deere	3,20 a.a	15/05/2019	74.897	-
Banco Sicoob	9,25% a.a	15/05/2018	-	1.224.916
Banco Sicoob	9,25% a.a	15/06/2018	-	222.452
Banco BRDE	5% a.a	15/07/2027	14.246	14.073
Banco do Brasil		Cheques Comp	3.351	4.776
Banco Sicredi	7% a.a	15/05/2019	1.907.295	-
Banco Santander	11,98% a.a	15/11/2023	31.056	-
Passivo não Circulante			2.346.499	2.554.053
Banco Scania	4% a.a	15/01/2019	-	**4.912,32**
Banco John Deere	4,5% a.a	15/06/2022	522.229	814.579
Banco John Deere	8,5% a.a	15/05/2025	952.425	1.111.163
Banco BRDE	5% a.a	15/07/2027	623.400	623.400
Banco Santander	7,59% a.a	15/11/2023	248.444	-
Total dos Empréstimos e Financiamentos			4.912.236	4.828.651

BARRA DO CRAVARI AGROFLORESTAL S/A. CNPJ nº 04.527.481/0001-49 - Av. Crestani nº 1.103 - Sala 02 - PALMA SOLA (SC)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

• Scania – Investimento ctr.28456, com juros de 4% a.a., com garantia de alienação fiduciária e aval. • John Deere – Investimento ctr.1025999/14, com juros de 4,5% a.a., com garantia de alienação fiduciária, hipoteca e aval. • John Deere – Investimento ctr.1435900/17, com juros de 8,5% a.a., com fiduciária, hipoteca e aval. • John Deere – Capital de Giro ctr.1728524/18, com juros de 3,2% a.a., com garantia de aval. • BRDE - Investimento ctr.234841025, com juros de 5% a.a., com garantia hipotecária e aval. • Sicredi – Custeio Agrícola ctr. B81820330-5, com juros de 7% a.a., com garantia de Penhor de Safra e aval. • Santander – Investimento ctr.60168870-01, com juros de 7,59% a.a., mais variação do IPCA, com garantia de alienação fiduciária e aval.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

	2018	2017
FGTS	15.390	14.391
INSS	21.675	27.063
Funrural	12.475	29.825
IRRF	5.260	6.324
PIS	2.845	3.853
COFINS	13.132	17.785
ISS	299	-
Contribuições Retidas	278	49
Contribuição Sindical	-	101
Provisão CSLL (Nota 15)	13.441	28.414
Provisão IRPJ (Nota 15)	19.729	50.007
Parcelamento Simplificado - RFB	21.527	35.898
Passivo Circulante	**126.051**	**213.709**
Parcelamento Simplificado - RFB	54.099	74.294
Passivo não Circulante	**54.099**	**74.294**
Total das Obrigações Fiscais e Sociais	**180.150**	**288.004**

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2018	2017
Salários a Pagar	2.864	32.394
Provisões de Férias	306.670	276.021
Participação nos Resultados	12.461	-
Outras Obrigações	-	361.948
Total das Obrigações Trabalhistas	**321.994**	**670.363**

NOTA 15 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Passivo Circulante	2018	2017
IRPJ a Recolher (Nota 13)	19.729	50.007
CSLL a Recolher (Nota 13)	13.441	28.414
Total Passivo Circulante	**33.170**	**78.421**
Despesas com IRPJ Corrente	(176.067)	(208.324)
Despesas com CSLL Corrente	(106.645)	(123.238)
Total Despesas	**(282.712)**	**(331.562)**

NOTA 16 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - Nas posições das contingências informadas pelos assessores jurídicos não existem processos cíveis, trabalhistas ou fiscais pelos quais a Companhia esteja como réu, sendo com probabilidade de perda possível ou provável. **NOTA 17 - CAPITAL SOCIAL -** O capital social em 31/12/2018 e em 31/12/2017 é de R$ 8.000.000,00 e composto por 1.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário. **NOTA 18 - RECEITA COM VENDAS**

	2018	2017
Mercado Interno		
Toras de Pinus	9.830.785	11.177.823
Outras Receitas	1.823	2.793
Receita Operacional Bruta	**9.832.608**	**11.180.616**
(-) Impostos Sobre Vendas e Devoluções	(940.750)	(897.951)
Receita Operacional Líquida	**8.891.858**	**10.282.665**

NOTA 19 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Receitas Financeiras		
Descontos Recebidos	15.417	1.537
Juros Ativos	-	368
Rendimentos de Aplicações Financeiras	11.133	5.795
Outras Receitas	3.771	225
Total das Receitas Financeiras	**30.321**	**7.925**
Despesas Financeiras		
Descontos Concedidos	(32.536)	(103.502)
IOF	(7.242)	(9.794)
Juros e Despesas Bancárias	(299.610)	(551.889)
Total das Despesas Financeiras	**(339.388)**	**(665.185)**
Resultado Financeiro Líquido	**(309.067)**	**(657.260)**

NOTA 20 - COBERTURA DE SEGUROS (Não auditado) - A administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais e administrativas. **NOTA 21 – PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS (PPR)** O Programa de Participação nos Resultados foi implantado em agosto de 2018, com base em metas, prevendo uma remuneração máxima de 100 horas para 100% das metas alcançadas ou proporcional as metas atingidas. O valor alcançado em 2018 foi de R$ 29.361, com pagamento em 30.03.2019.

DIRETORIA

GUSTAVO BLOISE PIERONI - CPF: 306.360.228-03
DIRETOR

CONTADORA

NEIDE DE PRIMO LACERDA
CRC/SC 029864/O-7 - CPF: 035.830.009-60

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
BARRA DO CRAVARÍ AGROFLORESTAL S.A.
Palmasola/SC

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da **BARRA DO CRAVARÍ AGROFLORESTAL S.A.** (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, sujeita aos efeitos do mencionado no parágrafo "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BARRA DO CRAVARÍ AGROFLORESTAL S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 R1) **Base para opinião com ressalvas -** A Companhia não efetuou as análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação dos bens do ativo imobilizado, em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, conforme determina o item 17.22 e 17.23 da NBC TG 1000 R1. Não foi possível apurar o valor no momento de nossos trabalhos. A Companhia apresenta saldo de ativos biológicos de R$ 11.046 mil (R$ 10.515 mil em 31.12.2017) mensurados ao valor de custo. Conforme o item 34.4 da NBC TG 1000 R1, esses ativos devem ser mensurados a cada ano pelo valor justo menos as despesas de venda. Não foi possível apurar o valor no momento de nossos trabalhos. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Outros Assuntos -** As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017, apresentadas comparativamente, não foram anteriormente por nós examinadas, nem por outros auditores independentes. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Joinville (SC), 08 de março de 2019.

ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 0018.835/O-7-T-SP
MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

Cod. Mat.: 594099

CIA. LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS
CNPJ Nº 84.683.481/0001-77 NIRE Nº 42300000621
SOCIEDADE ANONIMA DE CAPITAL FECHADO

Edital de Convocação - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocamos os senhores acionistas a se reunirem em ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, na sede da companhia, situada na Rua Nove de Março, 638, nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, no dia 05 de abril de 2019, às 10:00 h, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Analisar Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2018, 2) Aprovar a destinação do resultado, e o pagamento 25% de dividendos sobre o lucro líquido; 3) Aprovar o valor da participação dos administradores nos lucros do exercício social encerrado em 31/12/2018; 4) Aprovar o aumento do Capital Social da companhia dos atuais R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para R$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) com incorporação de reservas 5) Deliberar sobre a alteração dos capítulos II e VI do Estatuto Social, no que couber 6) Fixar a remuneração global anual dos administradores. Joinville/SC, 20 de março de 2019. **Alberto Bornschein – Diretor Presidente**

Cod. Mat.: 593685

FARMA & FARMA S.A.
CNPJ nº 03.533.289/0001-00 - NIRE nº 42300027782
CONVOCAÇÃO - 17ª Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Dia: 26/04/2019 – **Hora:** 08h00min – **Local:** Rua XV de Novembro, 555 – Centro – Itajaí/SC. **Ordem do dia: 1.** Ordinária: **1.1.** Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; **1.2.** Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido e distribuição de dividendos; **1.3.** Eleição dos membros do Conselho Fiscal; **1.4.** Fixação da remuneração global anual dos administradores e conselho fiscal; **1.5.** Outros assuntos de interesse social. **2.** Extraordinária: **2.1.** Aumento de capital social (caso seja aprovada a incorporação dos lucros); **2.2.** Extinção da filial 01; **2.3.** Ratificar a extinção da filial 02 decorrente da cisão parcial da companhia, aprovada na 15ª Assembleia Geral Extraordinária; **2.4.** Outros assuntos de interesse social. A participação na assembleia se fará mediante a comprovação da condição de acionista. Os documentos relativos aos assuntos a serem tratados estarão disponíveis aos acionistas na forma da legislação em vigor. Itajaí, 13 de março de 2019. **Rinaldo Ferreira - Presidente do Conselho de Administração.**

Cod. Mat.: 593740

FARMA & FARMA S/A.

CNPJ/MF: 03.533.289/0001-00
NIRE n° 42 3 0002778 2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sra., o Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas relativas ao exercício social levantado em 31 de dezembro de 2018. Itajaí - SC 19 de Março 2019. A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2018 (valores expressos em Reais)

ATIVO	2017	2018
CIRCULANTE		
Caixa	257.198,28	178.148,82
Duplicatas a Receber	584.799,87	587.836,29
Adiantamentos Funcionários	24.816,15	25.502,54
Estoques de Mercadorias	467.167,37	33.324,90
Tributos a Recuperar	5.314,86	3.204,09
Adiantamento de Sócios	37.611,70	0,00
Adiantamentos a Fornecedores	225.592,54	70.182,87
Outros Créditos	36.725,42	23.705,32
Total do ativo circulante	**1.639.226,19**	**921.904,83**
NÃO CIRCULANTE		
Duplicatas a receber longo prazo	0,00	678.300,00
Imobilizado	549.775,68	164.942,63
Intangível	105.714,19	62.838,43
Total do ativo não circulante	**655.489,87**	**906.081,06**
TOTAL DO ATIVO	**2.294.716,06**	**1.827.985,89**

PASSIVO	2017	2018
CIRCULANTE		
Fornecedores	429.665,87	151.733,92
Obrigações Trabalhistas	123.665,99	82.059,46
Impostos e Taxas a Recolher	91.451,64	91.642,53
Empréstimos	98.287,49	14.137,11
Dividendos a Pagar	4.500,00	4.500,00
Outras contas a Pagar	49.706,80	19.190,10
Total do passivo circulante	**797.277,79**	**363.263,12**
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos	0,00	0,00
Total do passivo não circulante	–	–
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Subscrito	793.655,73	920.131,81
Ações a Integralizar	(12.432,78)	(6.064,73)
Ágio Vendas de Ações	359.292,05	359.292,05
Reserva Legal	63.305,91	74.328,52
Lucros Acumulados	350.436,19	219.733,48
(–) Ações em Tesouraria	(56.818,83)	(102.698,36)
Total do patrimônio Líquido	**1.497.438,27**	**1.464.722,77**
TOTAL DO PASSIVO	**2.294.716,06**	**1.827.985,89**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2018 (Valores Expressos em Reais)

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2017	2018
Revenda de Mercadorias	2.700.551,81	1.473.255,45
Prestação de Serviços	3.004.028,26	3.231.684,56
	5.704.580,07	**4.704.940,01**
Cancelamento e devoluções	(21.313,96)	(13.011,75)
Impostos Incidentes s/ Receita	(512.002,53)	(510.703,63)
REC. OPERACIONAL LÍQUIDA	**5.171.263,58**	**4.181.224,63**
CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS	(1.901.988,08)	(1.072.000,47)
CUSTOS DOS SERV. PRESTADOS	(863.500,77)	(1.041.704,21)
LUCRO OPERAC. BRUTO	**2.405.774,73**	**2.067.519,95**
RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas Administrativas	(1.880.587,40)	(1.829.435,76)
Despesas Tributárias	(128.787,15)	(23.109,15)
Despesas Comerciais	(27.547,78)	(32.398,70)
Despesas Financeiras	(198.434,45)	(102.287,22)
(-) Receitas Financeiras	37.047,82	21.616,19
Outras despesas Operacionais	(182.933,72)	(17.186,20)
(-) Outras Rec. Operacionais	270.013,99	201.280,65
	(2.111.228,69)	**(1.781.520,19)**
(=) RESULT. OPERACIONAL	**294.546,04**	**285.999,76**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		
Lucro na Alienação de Veículos	–	11.655,00
Lucro na Alien. de Imobilizado	1.229,14	–
(=)LUCRO ANTES DO IRPJ E CSLL	**295.775,18**	**297.654,76**
Provisão Contrib. Lucro Líquido	(26.619,77)	(26.788,93)
Provisão IRPJ	(49.943,80)	(50.413,70)
(=) LUCRO LÍQ. DO EXERCÍCIO	**219.211,61**	**220.452,13**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2018 (Valores Expressos em Reais)

	Capital Social Realizado	Ações em tesouraria	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**826.968,90**	**(51.853,83)**	**52.345,34**	**–**	**283.891,41**	**1.141.588,66**
Ajustes de exercícios anteriores						–
SALDO AJUSTADO						–
Lucro Líquido do exercício					208.251,03	**208.251,03**
Aumento do capital	171.943,09				(171.943,09)	–
Ações a Integralizar	107.172,54					**107.172,54**
Ágio na venda de Ações	34.430,46					**34.430,46**
Aquisição de Ações Próprias		(4.965,00)				**(4.965,00)**
Transferência para reserva legal						–
Destinações						–
Juros sobre capital próprio						–
Reserva Legal			10.960,58			**10.960,58**
Lucros Distribuídos						–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**1.140.514,99**	**(56.818,83)**	**63.305,92**	**–**	**320.199,35**	**1.497.438,27**
Ajustes de exercícios anteriores						–
SALDO AJUSTADO						–
Lucro Líquido do exercício					(4.226,64)	**(4.226,64)**
Aumento do capital	**208.251,03**				**(208.251,03)**	–
Ações a Integralizar	**6.368,05**					**6.368,05**
Ágio na venda de Ações						–
Aquisição de Ações Próprias		(45.879,53)				**(45.879,53)**
Transferência para reserva legal						–
Destinações						–
Juros sobre capital próprio						–
Reserva Legal			11.022,61			**11.022,61**
Lucros Distribuídos						–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**1.355.134,07**	**(102.698,36)**	**74.328,53**	**–**	**107.721,68**	**1.464.722,76**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2018 (Valores Expressos em Reais)

	2017	2018
1. RECEITAS	**5.683.266,11**	**4.691.928,26**
Vendas de merc. e serviços	5.683.266,11	4.691.928,26
Outros resultados		
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(2.726.927,57)**	**(2.075.143,40)**
Custos das mercadorias vendidas e serviços prestados	(2.765.488,85)	(2.113.704,68)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	38.561,28	38.561,28
3. VALOR ADIC. BRUTO (1-2)	**2.956.338,54**	**2.616.784,86**
4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZ. E EXAUSTÃO	(38.561,28)	(29.756,12)
5. VALOR ADICIONADO LIQUIDO (3-4)	2.917.777,26	2.587.028,74
6. VALOR ADIC. RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	307.061,81	222.896,84
Receita financeira	37.047,82	21.616,19
Outras	270.013,99	201.280,65
7. VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO (5+6)	3.224.839,07	2.809.925,58
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.209.557,13	2.033.272,37
Pessoal	**1.194.959,78**	**1.127.019,76**
Remuneração direta	738.799,34	704.632,72
Benefícios	367.830,04	355.809,15
F.G.T.S	88.330,40	66.577,89
Imp., taxas e contribuições	**512.002,53**	**510.703,63**
Federais	346.757,73	347.121,04
Estaduais	63.085,55	53.636,48
Municipais	102.159,25	109.946,11
Remun. do capital de terceiros	**283.383,21**	**175.096,85**
Juros	198.434,45	102.287,22
Alugueis	84.948,76	72.809,63
Acionistas	**219.211,61**	**220.452,13**
Juros sobre capital próprio		
Lucros retidos/prej. do exercício	219.211,61	220.452,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2018 (Valores Expressos em Reais)

	2017	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	219.211,61	220.452,13
Ajustes p/ reconciliar o lucro Líquido ao caixa gerado nas operações		
Depreciação, amortização e exaustão	38.561,28	29.756,12
Lucros Distribuídos	–	–
Ações em tesouraria	(4.965,00)	(45.879,53)
Variação do Ativo e do Passivo	–	
Contas a Receber e Clientes	(22.641,14)	(681.336,42)
Estoques	2.037,85	433.842,47
Fornecedores	4.601,47	(277.931,95)
Salários e Obrigações sociais e outros	(116.653,98)	135.533,51
Caixa originado nas atividades operacionais	**120.152,09**	**(185.563,67)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações Financeiras	–	–
Resgate de Aplicação Financeiras	–	–
Aquisição de imobilizado	(48.589,23)	397.952,69
Baixa de imobilizado	–	–
Caixa aplicado nas atividades de investimento	**(48.589,23)**	**397.952,69**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos Obtidos	(21.148,43)	–
Pagamento de Financiamentos	(9.660,75)	(84.150,38)
Aumento de Capital	141.603,00	(207.288,10)
Caixa originado (aplicado) nas atividades de financiamento	**110.793,82**	**(291.438,48)**
Aumento (decréscimo) Líquido no saldo de caixa	**182.356,68**	**(79.049,46)**
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	**74.841,60**	**257.198,28**
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício	**257.198,28**	**178.148,82**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2018 (Valores Expressos em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL – A Sociedade é uma empresa composta exclusivamente por farmacêuticos com formação universitária, proprietários majoritários de estabelecimentos farmacêuticos devidamente registrados no Conselho Regional de Farmácia. A FARMA & FARMA S. A. tem por objetivo social: **a)** o ramo de comércio varejista e atacadista, indústria, exportação, importação e transporte de medicamentos e produtos de perfumaria e higiene, franquias (franchising), manipulação de fórmulas, prestação de serviços de assessorias para os ramos farmacêuticos, exposição, eventos, feiras do ramo, comércio varejista e atacadista de produtos e insumos agrícolas e veterinários, homeopatia, pesquisa científica e atividades de intermediação de negócios; **b)** Divulgar as marcas "COOPERFARMA" e "FARMA & FARMA". **c)** Importar, fabricar, distribuir ou comercializar todos e quaisquer produtos nacionais ou estrangeiros destinados ao ramo farmacêutico, que sob licença, permissão, franquia ou cessão de direitos, fazendo uso, no que couber, das logomarcas destacadas na alínea "b".**d)** Estruturar, por si ou através de parceria com outrem, órgão de comunicação para divulgação, através de qualquer meio disponível, dos trabalhos, propostas, produtos, ações, eventos, promoções publicitárias tanto as de cunho comercial como aquelas destinadas a esclarecimento público. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** – As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os princípios de contabilidade emanados da legislação societária. A Sociedade adota o regime de competência, observando as principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis: **A) Estoques** – Avaliados ao custo médio de compra ou de mercado, dos dois o menor. **B) Imobilizado** – É demonstrado pelo custo de aquisição ou de construção corrigido monetariamente até 31 de Dezembro de 1.995. As depreciações são registradas pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os gastos de renovação e melhorias que aumentam a vida útil do ativo são capitalizados. Os gastos para reparos rotineiros e manutenção são debitados às operações quando incorridos. Os itens retirados ou vendidos são baixados das contas do ativo e da correspondente depreciação. Quaisquer ganhos ou perdas são registrados como receitas ou despesas não operacionais. **C) Provisão para Outros Custos de Pessoal** – As férias e gratificações aos empregados são provisionadas à medida que esses direitos são adquiridos.

Continua>>>

>>>continuação

D) Reconhecimento de Receitas – As receitas da Sociedade são oriundas de Revenda de mercadorias, Prestação de Serviços de Consultoria e Treinamento, de Franquia, e Administração de Convênios, basicamente para as empresas no ramo de farmácia pertencentes a seus acionistas.

3. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	2017	2018
Duplicatas a Receber	584.799,87	1.266.136,29

4. ESTOQUES	2017	2018
Estoques de Mercadorias	467.167,37	33.324,90

5. IMOBILIZADO	Taxa Anual de Deprec.	2017	2018
Comp. e Periféricos	20%	127.348,66	117.862,95
Móveis e Utensílios	10%	101.135,15	35.275,88
Máq. e Equipamentos	10%	58.768,24	61.825,58
Benf. em Prop. de Terc.	0%	476.695,04	117.190,20
Marcas e Patentes	0%	62.838,43	62.838,43
	Taxa Anual de Deprec.	2017	2018
Veículos	20%	32.529,51	0,00
Ponto Comercial	0%	42.875,76	0,00
(-) Deprec Acumulada	0%	-246.700,92	-167.211,98
TOTAL		**655.489,87**	**227.781,06**

6. CAPITAL SOCIAL – a) O capital social é de R$ 920.131,81 (Novecentos e vinte mil, cento e trinta e um reais e oitenta e um centavos) dividido em 28.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. **b)** Conforme a ata da 16ª Assembleia Geral Ordinária registrada na JUCESC sob o nº 20180180088 em 11/05/2018. O Lucro Líquido do Exercício de 2017 foi incorporado ao Capital Social **c)** Em 31/12/2018 a Sociedade mantém em Tesouraria 5.918 ações ordinárias, adquiridas de seus acionistas, para venda à futuros acionistas farmacêuticos. **d)** Foi constituída a Reserva Legal de 5% sobre o Lucro Líquido, de conformidade com o Estatuto Social. **e)** O saldo do Lucro Líquido terá destinação a ser decidida pela Assembleia Geral Ordinária. **7. IMPOSTO DE RENDA** – Em 31 de dezembro de 2018 foi constituída uma Provisão de Imposto de Renda no valor de R$ 50.413,70 e de Contribuição Social de R$ 26.788,93. **8. OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS** – É constituída basicamente para cobrir as obrigações trabalhistas e fiscais. **9. CISÃO PARCIAL** – Farmácia de Blumenau - Filial 004, processo iniciado em 2017 conforme protocolo da Junta Comercial de nº 20171020286 concluído em 12/12/2017. **a)** Os Saldos contábeis de 2017 contemplam as Operações da Farma e Farma Matriz bem como da Farma e Farma filial (farmácia de Blumenau) **b)** A Separação dos saldos contábeis foi feita em 2018. **c)** O valor da Venda foi de R$ 800.000,00. **d)** O valor recebido durante o ano referente a Cisão foi de R$ 41.900,00.

DIRETORIA **Rinaldo Ferreira –** Presidente

CONTADOR **Marcelo Feller Fantoni** – Contador - CRC 1SC-034815/O-3

Cod. Mat.: 594096

SANTA FÉ ENERGIA S.A.CNPJ/MF nº 08.944.243/0001-90NIRE 32.300.029.515

Ata da Assembleia Geral Extraordináriarealizada em 21 de dezembro de 2018

1. Data, Horário e Local: 21 de dezembro de 2018, às 10h00, na sede da Santa Fé Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade de Serra, Estado de Espírito Santo, na Avenida Lourival Nunes, nº 390, Planalto de Carapina, CEP 29.162-748.

2. Convocação: A convocação foi dispensada, nos termos do artigo 124, parágrafo quarto, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença do único acionista da Companhia detentor de ações correspondentes à totalidade do capital social da Companhia, conforme indicado no livro de presença de acionistas da Companhia.

3. Presença: Presentes todos os acionistas da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas.

4. Mesa: Leoze Lobo Maia Júnior, Presidente; e Patrícia Cândido Pinto Silva, Secretária.

5. Ordem do Dia: deliberar sobre: (i) a transferência do endereço da sede da Companhia; (ii) a destituição dos atuais membros da Diretoria da Companhia, e a eleição de novos membros; e (iv) a autorização para os diretores da Companhia praticarem todos os atos necessários e a/ou adequados para a fiel execução das deliberações propostas na ordem do dia.

6. Deliberações: Após leitura, análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas:

(i) Aprovar a transferência da sede da Companhia da Avenida Lourival Nunes, nº 390, Planalto de Carapina, CEP 29.162-748 Cidade de Serra, Estado de Espírito Santo, **para** Avenida Prefeito Osmar Cunha, nº 416, 10º andar, conjunto 13, Centro, Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88.015-100, passando o Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação:

*"**Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.*

***Parágrafo Único** Mediante deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia em qualquer parte do território nacional ou exterior."*

(ii) Aprovar a destituição dos atuais membros da Diretoria da Companhia: (i) Sr. **Luiz Otavio Assis Henriques**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.454.182 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 024.750.768-79, de seu respectivo cargo como Diretor Presidente da Companhia, para o qual foi eleito na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 25 de abril de 2018; (ii) do Sr. **Marcelo Lindenberg Gravina**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 33.458.371-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 310.278.208-67, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04547-006, de seu respectivo cargo como Diretor sem designação específica da Companhia, para o qual foi eleito na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 25 de abril de 2018; e do (iii) Sr. **Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade RG nº 719136-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 592.924.661-00, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, com endereço comercial na Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 8º andar, CEP 04547-006, de seu respectivo cargo como Diretor sem designação específica da Companhia, para o qual foi eleito na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 25 de abril de 2018, todos de acordo com as respectivas cartas de renúncia assinadas e arquivadas na sede da Companhia na presente data.

Em razão da destituição dos atuais membros da Diretoria da Companhia, a Acionista outorga aos Srs. **Luiz Otavio Assis Henriques**, **Marcelo Lindenberg Gravina** e **Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho** ampla, geral e irrestrita quitação com relação a todas e quaisquer reivindicações, ações e causas de ação de qualquer tipo ou natureza, conhecidas ou desconhecidas, que tenham ou possam ter ou possam afirmar agora ou no futuro, contra os Srs. **Luiz Otavio Assis Henriques**, **Marcelo Lindenberg Gravina** e **Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho**, por terem atuado ou renunciado como Diretores da Companhia, exceto em caso de prática de conduta comprovadamente dolosa ou fraude comprovada. Ainda, os Srs. **Luiz Otavio Assis Henriques**, **Marcelo Lindenberg Gravina** e **Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho** dão a mais ampla, plena, geral, rasa, irrevogável e irretratável quitação à Companhia, aos seus acionistas e sociedades ligadas a ela, seja a que título for, declarando ter recebido todos os valores devidos, para nada mais reclamar, a qualquer tempo, em juízo ou fora dele, em decorrência do período em que exerceram o cargo de membros da Diretoria da Companhia.

(iii) Em virtude da deliberação acima, aprovar a eleição dos seguintes novos membros da Diretoria da Companhia para um mandato de 3 (três) anos a partir desta data:

(a) **Leoze Lobo Maia Júnior**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3165628 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 019.815.749-56, com endereço profissional na Av. Prefeito Osmar Cunha, nº 416, 10º andar, Edifício Koerich Empresarial Rio Branco, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015-100, para o cargo de Diretor Presidente;

(b) **Vito Joseph Mandilovich**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão universal de bens, engenheiro, portador do documento de Identidade RG nº 5.154.352-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.542.458-78, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com endereço profissional na Av. Prefeito Osmar Cunha, nº 416, 10º andar, Edifício Koerich Empresarial Rio Branco, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015-100, para o cargo de Diretor sem designação específica; e

(c) **Fabíola Sena Vieira**, brasileira, divorciada, engenheira eletricista, portadora da cédula de identidade nº 23063564 SSP/SC, e inscrita no CPF/MF sob o nº 910.389.879-20, residente e domiciliada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Rio Branco, nº 476 – Apto 502, Centro, CEP: 88015-200, para o cargo de Diretora sem designação específica.

Imediatamente após sua eleição, os diretores ora eleitos procederam à assinatura dos respectivos termos de posse e declaração de desimpedimento anexados a esta ata como **Anexo I**, passando, cada qual, a efetiva e imediatamente, ocupar o cargo de membro da Diretoria da Companhia. Uma via do termo de posse e da declaração de desimpedimento dos administradores ficará arquivada na sede da Companhia.

Ainda, a remuneração global dos membros da Diretoria ora eleitos será determinada em Assembleia Geral a ser realizada em data posterior.

7. Encerramento: nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestou, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, esta ata foi lida e achada conforme, tendo sido aprovada pela unanimidade dos presentes, conforme assinaturas no livro próprio. Mesa: Leoze Lobo Maia Júnior – Presidente; Patrícia Cândido Pinto Silva – Secretária. Acionistas Presentes: Statkraft Energias Renováveis S.A.

Certifico que esta é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Serra, 21 de dezembro de 2018.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco

As assinaturas seguem na próxima página)

(Página de assinaturas da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Santa Fé Energia S.A., realizada em 21 de dezembro de 2018)

Mesa: Leoze Lobo Maia Júnior – Presidente, **Patrícia Cândido Pinto Silva –** Secretária.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina. Certifico o registro em: 04/02/2019 sob o nº 42300048143. Henry Goy Petry Neto – Secretário Geral.

Cod. Mat.: 592586

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria da GERADORA DE ENERGIA **NOVA FÁTIMA** S.A., por seu Diretor Administrativo, na forma dos art. 9º e 17 do Estatuto Social, convoca os senhores Acionistas a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, nos termos dos arts. 132 e 135, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a realizar-se **às 14:00h** do dia **17 de abril de 2019**, no **Auditório do Salão Paroquial da Comunidade de Nova Fátima,** situado na **Rod. SC-108, Km 283 – Santa Rosa de Lima - SC**, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: 1. exame, discussão e votação do Relatório da Administração relativo ao Exercício Social de 2018; 2. exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, inclusive do Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos relativos ao Exercício Social de 2018; 3. deliberar sobre a destinação do resultado líquido (lucros) do Exercício Social de 2018; 4. deliberar sobre a proposta de remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o período 2019/2020; 5. eleição e posse dos membros da Diretoria para o triênio 2019/2022; 6. eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal para mandato 2019/2020; 7. deliberar, nos termos do Parágrafo Único, dos arts. 21 e 22, do Estatuto Social, sobre proposta de elaboração de demonstrações financeiras intermediárias e com base nelas, observado o "caput" do art. 22, do Estatuto Social, autorizar ou não a distribuição antecipada dos respectivos lucros intermediários apurados, fixando-lhe, se for o caso, as condições, modo e prazo; 8. outros assuntos de interesses da Companhia e dos Acionistas. **Notas**: 1. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas encontram-se a disposição dos Acionistas para consulta e obtenção de cópias na Sede da Companhia. 2. O Conselho Fiscal será composto por 3 membros efetivos e 3 suplentes, acionistas ou não e com mandato até a próxima Assembléia Geral Ordinária (Lei das S/As, art. 161, §§ 5º e 6º e Est. Social, art. 25), podendo serem reeleitos. 3. Por falta de espaço físico adequado, a AG **não será realizada na Sede** da Companhia. Santa Rosa de Lima - SC, 25 de fevereiro de 2019. Vilmar Feuser - **Diretor Administrativo**

Cod. Mat.: 591057

CONTESTADO ENERGÉTICA S.A. - CNPJ: 07.659.489/0001-57 – NIRE: 42300029947 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada no dia 24 de abril de 2019, às 14:00 horas, no Auditório da ACIB - Associação Empresarial de Blumenau, localizado na Rua Antonio Treis, nº 607, 2º andar, sala A, Centro Empresarial de Blumenau, bairro Vorstadt, CEP: 89015-400, município de Blumenau/SC, já que não há acomodações suficientes na sede da companhia. Ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2018, a distribuição de dividendos, e o pagamento antecipado dos lucros mensais do exercício de 2019; 3) Eleição do Conselho Fiscal, e; 4) Eleição do Conselho Consultivo. Ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária: 1) Altera o Estatuto Social da companhia, alterando a redação do Artigo 18, que descreve as competências de qualquer dos Diretores e incluindo a alínea "d", acrescentando a competência de representar individualmente a companhia junto às entidades certificadoras; e 2) Assuntos Gerais. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede e no site da companhia (www.eletrisa.com.br), os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Blumenau, 22 de março de 2019. Olinto Silveira - Diretor Administrativo/Financeiro.

Cod. Mat.: 593842

FARMÁCIA PIRATUBA LTDA. - CNPJ: 05.288.553/0001-05, comunica o extravio da impressora fiscal marca: bematech, modelo: MP-4000 TH FI, versão: 01.00.02, número de fabricação: BE091010100011220220. Conforme BO 00276-2019-0000167.

Cod. Mat.: 594078

LINO ROHDEN PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ: 12.717.166/0001-02

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2018 (valores expressos em reais)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores acionistas, atendendo disposições legais e estatutárias, apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Rio do Sul - SC, 11 de março de 2019

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	2018	2017	Passivo e Pat. Líquido	2018	2017
Ativo Circulante	**4.743.722**	**-**	**Passivo Circulante**	**319.012**	**-**
Caixa e equivalente de caixa	2.519	-	Fornecedores	300.000	-
Dividendos a receber	4.741.203	-	Outras contas a pagar	19.012	-
Ativo Não Circulante	**87.487.831**	**61.188.041**	**Patrimônio Líquido**	**91.912.541**	**61.188.041**
Ativo realizável a longo prazo	**6.642.000**	**-**	Capital social	5.114.842	5.063.694
Conta Corrente com Controladas	6.642.000	-	Adto para futuro aum. Capital	32.887.075	32.938.223
Investimentos	80.845.831	61.188.041	Reserva Legal	1.022.968	-
Total do Ativo	**92.231.553**	**61.188.041**	Reserva de Lucros	50.039.070	20.144.773
			Reaval. de Ativos em controladas	2.848.586	3.041.351
			Total do Passivo e PL	**92.231.553**	**61.188.041**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Natureza das operações	2018	2017
Fluxo de caixa das ativ. operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício antes do IRPJ e CSLL	31.597.264	21.612.746
(+/-) Ajustes por:		
Resultado da equiv. Patrimônial	(31.666.277)	(20.068.199)
Var.na part.relativa devido a aum.capital	-	(1.544.547)
Sub-total	**(69.013)**	**-**
(Aumento) e Diminuição nos ativos:		
Dividendos a receber	(4.741.203)	-
Contas a receber de partes relac.	(6.642.000)	-
Aumento e (Diminuição) nos passivos:		
Fornecedor	300.000	-
Outras contas a pagar	19.012	-
Caixa proveniente das oper.	**(11.133.204)**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de invest.		
Aquisições de ativo imob. e invest.	(1.100.479)	-
Lucros recebidos de controladas	12.916.202	-
Caixa líq. usado nas ativ. invest.	**11.815.723**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiam.		
Distribuição de lucros	(680.000)	-
Caixa líq. Prov. das ativ. financ.	**(680.000)**	**-**
Var. líq. de caixa e equiv. de caixa	**2.519**	**-**
Caixa e equiv. caixa - início do período	**-**	**-**
Caixa e equiv. caixa - fim do período	**2.519**	**-**

As demonstrações contábeis completas e suas notas explicativas estão disponíveis aos acionistas na sede da empresa.

Lino Rohden - Diretor Presidente

Jorge Rohden - Diretor

Fabiane Tambosi - Contadora - CRC/SC 024.902/O-7

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2018	2017
Receita Operacional Líquida		
(Despesas) Receitas Operacionais		
Gerais e administrativas	(67.728)	-
Despesas tributárias	(1.132)	-
Equivalência Patrimônial	31.666.277	20.068.199
Ganhos p/modif. de part.societárias	-	1.544.547
Despesas financeiras	(153)	-
Res. Exerc. antes do IR e CSLL	**31.597.264**	**21.612.746**
Provisão para IRPJ E CSLL	-	-
Res. das Operações Continuadas	**31.597.264**	**21.612.746**
Resultado Líquido do Período	**31.597.264**	**21.612.746**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Lucros (Prej.) Acumulados	Reserva Legal	Reserva de Lucros Art. 176	Total
Saldos em 31/12/2016	**5.063.694**	**-**	**23.745**	**-**	**(1.491.718)**	**-**	**-**	**3.595.721**
Aportes	-	32.938.223	-	-	-	-	-	32.938.223
Reserva de reaval. reflexa	-	-	-	3.041.351	-	-	-	3.041.351
Transferencia entre contas	-	-	(23.745)	-	23.745	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	21.612.745	-	-	21.612.745
Saldos em 31/12/2017	**5.063.694**	**32.938.223**	**-**	**3.041.351**	**20.144.772**	**-**	**-**	**61.188.041**
Integralização de capital	51.148	(51.148)	-	-	-	-	-	-
Adiant. de Dist. de Lucros	-	-	-	-	(680.000)	-	-	(680.000)
Reserva de reaval. reflexa	-	-	-	(192.765)	-	-	-	(192.765)
Constit. de reserva legal	-	-	-	-	(1.022.968)	1.022.968	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	31.597.264	-	-	31.597.264
Constit. de reserva de Lucros	-	-	-	-	(50.039.070)	-	50.039.070	-
Saldos em 31/12/2018	**5.114.842**	**32.887.075**	**-**	**2.848.586**	**-**	**1.022.968**	**50.039.070**	**91.912.541**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional: A Cia. está sediada na cidade de Rio do Sul/SC, iniciou suas atividades em 01/06/2010 e tem por objetivo a participação em outras Sociedades nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou não controladora. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com observância das práticas de contabilidade emanadas da Lei 6.404/76 com as modificações introduzidas pela Lei 11.638/07 e 11.941/09 e Práticas Contábeis adotadas no Brasil. **3. Principais Práticas Contábeis Adotadas:** A Cia. observa o regime de competência para o registro de suas transações, combinado ainda com os seguintes aspectos: a) Apresentação das contas: os ativos realizáveis e os passivos exigíveis em prazos inferiores a 365 dias estão classificados como circulante. b) Critérios de avaliação de ativos: Investimentos: avaliados pelo método da equivalência patrimonial. **4. Patrimônio Líquido - Capital Social:** O capital social autorizado, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$ 5.114.842 (cinco milhões, cento e quatorze mil, oitocentos e quarenta e dois reais), dividido em 5.114.842 ações ordinárias.

Cod. Mat.: 593951

ZAGO VEÍCULOS S/A CNPJ: 84.590.322/0001-28 - Rua Felipe Schmidt, 476 - centro - Joaçaba- SC

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	2018	2017	PASSIVO + PATRIMONIO LIQUIDO		
ATIVO	791.339,63	756.669,53		791.339,63	756.669,53
CIRC.	152.598,25	117.928,15	CIRCUL.	2.471.511,42	2.705.283,91
Caixa	21.149,62	21.358,78	Fornecedores	1.329,00	180.157,13
Bancos	99.374,45	51.841,27	Obrig. Tributárias	2.347,69	56.862,84
Imp. a Rec.	9.653,99	9.590,95	Empréstimos	2.467.834,73	2.467.834,73
Contas a receber			Outras contas	-	429,21
de clientes	20.695,19	20.061,19	NÃO CIRCUL.	207.692,41	257.692,41
Outras Contas	1.725,00	15.075,96	Outras contas		
NÃO CIRC.	638.741,38	638.741,38	a pagar	207.692,41	257.692,41
Contas a receber			PATR. LÍQ.	(1.887.864,20)	(2.206.306,79)
de clientes	37.976,86	37.976,86	Capit. Social	3.175.628,15	3.175.628,15
INVEST.	171.985,65	171.985,65	Reser. de Capital	703,83	703,83
Particip.	171.985,65	171.985,65	Reserva		
IMOBIL.	428.778,87	428.778,87	resultado		
Bens em			de ajustes	(454.161,27)	(454.161,27)
operação	565.832,76	565.832,76	Resultados		
Deprec.	(137.053,89)	(137.053,89)	Acumulad.	(4.610.034,91)	(4.928.477,50)

Demonstração de Lucros ou Prejuizos Acumulados exercicio 2018 e 2017

	31/12/2018	31/12/2017
SALDO INICIAL	(4.928.477,50)	(4.926.512,86)
+/- Lucros ou prejuizos do exercicio	139.376,62	
+/- Lucros ou prejuizos do exercicio	-256,16	-1.964,64
+/- Ajustes de exercicios anteriores	179.322,13	-
SALDO FINAL	(4.610.034,91)	(4.928.477,50)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCICIOS

	2018	2017
Rec. com alugueis	146.212,56	144.075,68
Imp. s/ receita bruta	(13.710,05)	(13.944,34)
REC. OPER. LIQ.	132.502,51	130.131,34
(+/-)Desp. operacionais:		
desp. gerais e adm.	(50.148,17)	(105.162,11)
despesas financeiras	(9.855,19)	(25.628,14)
despesas tributárias	(9.398,57)	(6.835,05)
Receitas financeiras	4.111,51	13.274,84
Outras receitas :	-	77,89
Resul.o Oper. liquido	67.212,09	5.858,77
Outros Res. Operacion.	100.000,00	-
Res. Antes da CS e IR	167.212,09	5.858,77
Imposto de Renda e Contribuição Social	(28.091,63)	(7.823,41)
Lucro Líquido Após IRPJ e CSLL	139.120,46	-
Prej. Líq. Após IRPJ e CSLL	-	(1.964,64)

Joaçaba(SC), 31 de dezembro de 2018

Jacqueline Andrea Zago Assumpção - DIRETORA - CPF : 676.344.869-49

Nelson Antonio Quioca - Contador - CRC : 1SC010800O5 SC - CPF: 182.525.089-87

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - INDIRETO- EM 31 DE DEZEMBRO DE:

1 - Fluxos de caixa das atividades oper.	2018	2017
- Resultado do exercicio	139.120,46	(1.964,64)
+ (Aumento) redução de clientes	(634,00)	(420,00)
+ (Aum.) redução em contas a rec.	13.287,92	(21.195,25)
+ Aumento (redução) em fornec.	(178.828,13)	(84.041,26)
+ Aum. (red.) em outras cont. do pas.	(54.944,36)	(21.374,30)
+ Aum. (red.) em cont. a pag. e prov.	179.322,13	-
+ Ajustes dos exercicios anteriores	-	-
Disp. liq. ger. pelas (aplic. nas) ativ. Op.	97.324,02	(128.995,45)
2 - Fluxo de Caixa das Ativ. de Invest.		
- Compras de imobilizado	-	3.699,92
+ Recebimentos por vendas	-	-
Disp. liq. ger. pelas (aplic. nas) ativ. inv.	-	3.699,92
3 - Fluxo de caixa das Atividades de Financ.		
+ Rec. (red.) de Empres./Finan.	(50.000,00)	-
Disponibilidades liquidas geradas pelas (aplic.) nas ativ. Financeir.	(50.000,00)	
4 - Aum. (dim.) nas disp. (1+/-2+/-3)	47.324,02	(125.295,53)
5 - Disponib. no inicio do periodo	73.200,05	198.495,58
6 - Dispon. no final do per. (4+/-5)	120.524,07	73.200,05

Cod. Mat.: 594086

WEG S.A.

Companhia Aberta - CNPJ sob nº 84 429 695/0001-11

Avenida Prefeito Waldemar Grubba, 3.300Jaraguá do Sul - Santa Catarina

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 23 de abril de 2019, às 15 horas, na sua sede social à Av. Prefeito Waldemar Grubba, 3.300, na Cidade de Jaraguá do Sul - SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Relatório da Auditoria Externa, Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018. 2. Destinação do Lucro Líquido do exercício, aprovação do Orçamento de Capital para o ano de 2019 e ratificação da distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, tudo conforme deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração. 3. Fixação da remuneração global anual dos Administradores. 4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal, composto por 3 (três) integrantes e seus suplentes. 5. Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal. 6. Aprovação dos Jornais para publicação dos atos legais. **Informações adicionais: Documentos -** Todos os documentos e informações necessárias ao exercício do direito de voto pelos acionistas, em especial as propostas da administração quanto às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (ri.weg.net), na internet. **Voto a distância -** Em atendimento ao que dispõe o parágrafo único do artigo 121 da Lei 6.404/76, a Companhia disponibilizará canal de voto a distância, segundo regulamentação da CVM. **Procuradores -** Os acionistas podem se fazer representar por procurador constituído a menos de 1 (um) ano, que sejam acionistas, administrador da Companhia ou advogado, e a procuração deve conter os requisitos elencados na Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM nº 481/2009.

Jaraguá do Sul (SC), 20 de março de 2019.

Décio da Silva

Presidente do Conselho de Administração

Cod. Mat.: 593490

LOFT CLUB RESIDENCE CONSTRUÇÕES - CNPJ sob o nº. 14.631.420/0001-80

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL DOS SÓCIOS DO LOFT CLUB RESIDENCE CONSTRUÇÕES

Na qualidade de administradora do empreendimento, ficam convocados, os sócios cotistas do LOFT CLUB RESIDENCE CONSTRUÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.631.420/0001-80, estabelecida na Rua Manoel Antunes Correa, n° 205, Centro, Tubarão/SC, CEP 88701.420, para a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a **ocorrer no dia 30/04/2019, às 19:30 horas, no seguinte endereço: Rua Manoel Antunes Correa, n° 205, Centro, Tubarão/SC**.
A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA irá deliberar sobre os seguintes pontos:
1)situação dos sócios inadimplentes se irão permanecer ou não na sociedade;
2)manutenção ou dissolução total ou parcial da sociedade, em razão da finalização do empreendimento;
Em cumprimento ao disposto no artigo 1.074 do Código Civil e cláusulas 20 e 21 do contrato social, a ASSEMBLÉIA GERAL, instala-se, em primeira chamada, com 3/4 (três quartos) do capital social e, em segunda com qualquer número.
Os sócios que não puderem comparecer na data e horário marcado poderão se fazer representar por procuradores devidamente constituídos através de procuração, com especificação precisa dos poderes e dos atos autorizados. Este documento deverá ser levado a registro juntamente com a ata da respectiva Assembleia Geral.
Contando com a presença e participação de todos, subscrevemos, Tubarão/SC, 11 de Março de 2019.

_____
Tártari& Almeida Empreendimentos Ltda
CNPJ nº 10.735.766/0001-78
Neste ato por seu sócio administrador Everton ZapeliniTartari
Cod. Mat.: 591842

EIESA - ESTAÇÃO INDAIAL ENERGÉTICA S.A
CNPJ: 06.273.886/0001-23 - NIRE 42300028215
Edital de Convocação - Convidamos os senhores acionistas a se reunirem Assembléia Geral Ordinária e em Assembléia Geral Extraordinária, que serão realizadas cumulativamente, na forma permitida pelo Art. 131, Parágrafo único, da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, que será realizada no dia **29 de abril de 2019**, às **14:30 horas**, na sede da empresa, localizado na rua Dr. Blumenau, nº 2.725, Bairro Encano, município de Indaial SC. A Assembleia Geral Ordinária terá a seguinte **ORDEM DO DIA: 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018; e 2) Assuntos Gerais**. A Assembléia Geral Extraordinária terá a seguinte **ORDEM DO DIA: 1) Apresentação da alteração do marco regulatório do setor elétrico; e 2) Cenário Energético para o biênio 2019 e 2020.** Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas na sede da companhia, os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Indaial (SC), 15 de março de 2019. **Landolino Schulz -** Diretor Administrativo/Financeiro.
Cod. Mat.: 592836

EDP PEQUENAS CENTRAIS HIDROELÉTRICAS S.A.CNPJ/MF nº 21.813.271/0001-36NIRE 35.300.475.330
Ata da Assembleia Geral Extraordináriarealizada em 21 de dezembro de 2018
1. Data, Horário e Local: 21 de dezembro de 2018, às 12h00, na sede da EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 7º andar, bloco 72, sala 9, Vila Olímpia, CEP 04547-006.
2. Convocação: A convocação foi dispensada, nos termos do artigo 124, parágrafo quarto, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença do único acionista da Companhia detentor de ações correspondentes à totalidade do capital social da Companhia, conforme indicado no livro de presença de acionistas da Companhia.
3. Presença: Presentes todos os acionistas da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas.
4. Mesa: Fabíola Sena Vieira, Presidente; e Patrícia Cândido Pinto Silva, Secretária.
5. Ordem do Dia: deliberar sobre: (i) a alteração da razão social da Companhia; (ii) a transferência do endereço da sede e filial da Companhia; (iii) o conhecimento da renúncia dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, e a eleição de novos membros; e (iv) a autorização para os diretores da Companhia praticarem todos os atos necessários e a/ou adequados para a fiel execução das deliberações propostas na ordem do dia.
6. Deliberações: Após leitura, análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas:
(i) Aprovar a alteração a razão social da Companhia, de EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. para **TAMAR PEQUENAS CENTRAIS HIDROLÉTRICAS S.A**.
(ii) Aprovar a transferência da sede da Companhia da Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 7º andar, bloco 72, sala 9, Vila Olímpia, CEP 04547-006, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, **para** Avenida Prefeito Osmar Cunha, n. 416, 10º andar, conjunto 12, Centro, Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88.015-100, passando o Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação:
*"**Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.*
***Parágrafo Único** Mediante deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia em qualquer parte do território nacional ou exterior."*
(iii) Aprovar a transferência da filial da Companhia localizada na Avenida Lourival Nunes, nº 390, bloco C-4, sala 6, Planalto de Carapina, Cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, CEP 29.162-748, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.813.271/0003-06, **para** Rodovia ES-355, km 10, Município de Suíça, na Cidade de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo, CEP 29.640-000.
(iv) Tomar conhecimento da renúncia dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia: (i) Sr. **Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas**, português, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RNE nº V533027-Y e inscrito no CPF/MF sob o nº 233.022.348-05, de seu respectivo cargo como Presidente do Conselho de Administração, para o qual foi eleito na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 25 de agosto de 2015; (ii) Sr. **Luiz Otavio Assis Henriques**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.454.182 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 024.750.768-79, de seu respectivo cargo como Vice-Presidente do Conselho de Administração, para o qual foi eleito na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 25 de agosto de 2015; (iii) Sra. **Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro**, portuguesa, casada, engenheira, portadora do Passaporte nº M972147, residente e domiciliada na Cidade de Porto, em Portugal, com endereço na Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 125, 1º direito, 4200-312, de seu respectivo cargo como membro do Conselho de Administração, para o qual foi eleita na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 25 de agosto de 2015; e (iv) Sr. **Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire**, português, casado, engenheiro, portador do Passaporte nº L910589, inscrito no CPF/MF sob o nº 235.109.528-63, de seu respectivo cargo como membro do Conselho de Administração, para o qual foi eleito na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 25 de agosto de 2015, todos de acordo com as respectivas cartas de renúncia assinadas e arquivadas na sede da Companhia na presente data.
Em razão da aceitação das renúncias dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, a Acionista outorga aos Srs. e Sra. **Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas**, **Luiz Otavio Assis Henriques**, **Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro** e **Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire** ampla, geral e irrestrita quitação com relação a todas e quaisquer reivindicações, ações e causas de ação de qualquer tipo ou natureza, conhecidas ou desconhecidas, que tenham ou possam ter ou possam afirmar agora ou no futuro, contra os Srs. e Sra. **Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas**, **Luiz Otavio Assis Henriques**, **Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro** e **Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire**, por terem atuado ou renunciado como membros do Conselho de Administração da Companhia, exceto em caso de prática de conduta comprovadamente dolosa ou fraude comprovada.
Ainda, os Srs. **Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas**, **Luiz Otavio Assis Henriques**, **Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro** e **Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire** dão a mais ampla, plena, geral, rasa, irrevogável e irretratável quitação à Companhia, aos seus acionistas e sociedades ligadas a ela, seja a que título for, declarando ter recebido todos os valores devidos, para nada mais reclamar, a qualquer tempo, em juízo ou fora dele, em decorrência do período em que exerceram o cargo de membros do Conselho de Administração da Companhia.
(v) Em virtude da deliberação acima, aprovar a eleição dos seguintes novos membros do Conselho de Administração da Companhia para um mandato de 3 (três) anos a partir desta data:
(a) **Fabíola Sena Vieira**, brasileira, divorciada, engenheira eletricista, portadora da cédula de identidade nº 23063564 SSP/SC, e inscrita no CPF/MF sob o nº 910.389.879-20, residente e domiciliada na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Rio Branco, nº 476, apto. 502, Centro, CEP 88015-200, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração;
(b) **Vito Joseph Mandilovich**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão universal de bens, engenheiro, portador do documento de Identidade RG nº 5.154.352-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.542.458-78, residente e domiciliado na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com endereço profissional na Av. Prefeito Osmar Cunha, nº 416, 10º andar, Edifício Koerich Empresarial Rio Branco, Centro, na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88.015-100, para o cargo de Vice Presidente do Conselho de Administração; e
(c) **Patrícia Cândido Pinto Silva**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de Identidade profissional nº 130680-OAB/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 082.308.237-74, com endereço profissional na Av. Prefeito Osmar Cunha, nº 416, 10º andar, Edifício Koerich Empresarial Rio Branco, Centro, na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88.015-100, para o para o cargo de membro do Conselho de Administração.
Imediatamente após sua eleição, os conselheiros ora eleitos procederam à assinatura dos respectivos termos de posse e declaração de desimpedimento anexados a esta ata como **Anexo I**, passando, cada qual, a efetiva e imediatamente, ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Uma via do termo de posse e da declaração de desimpedimento dos administradores ficará arquivada na sede da Companhia.
7. Encerramento: nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestou, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, esta ata foi lida e achada conforme, tendo sido aprovada pela unanimidade dos presentes, conforme assinaturas no livro próprio. Mesa: Fabíola Sena Vieira – Presidente; Patrícia Cândido Pinto Silva – Secretária. Acionistas Presentes: Statkraft Energias Renováveis S.A.
Certifico que esta é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.
São Paulo, 21 de dezembro de 2018.
(Restante da página intencionalmente deixado em branco
As assinaturas seguem na próxima página)
(Página de assinaturas da ata da Assembleia Geral Extraordinária da EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A., realizada em 21 de dezembro de 2018)
Mesa: Fabíola Sena Vieira - Presidente, **Patrícia Cândido Pinto Silva -** Secretária.
Junta Comercial do Estado de Santa Catarina. Certifico o registro em: 28/01/2019 sob o nº 42300048119. Henry Goy Petry Neto – Secretário Geral.
Cod. Mat.: 592867

TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA S/A
CNPJ 82.645.029/0001-95
NIRE 42300006084
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Data, Horário e Local: aos 26/08/2018, às 11h00min, na sede da TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA S/A (a "Companhia"), localizada na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Getúlio Vargas, n.º 32, Centro, CEP 89.010-140, inscrita no CNPJ sob o nº 82.645.029/0001-95, com seu estatuto social arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") sob o NIRE 42300006084, em sessão de 05/10/2016 (o "Estatuto Social").
Convocação: dispensada por estarem presentes todos os membros do Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social.
Presenças: (i) Presidente do Conselho, Sr. CARLOS EDUARDO SANCHEZ, brasileiro, viúvo, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 10.229.411-2 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 028.772.178-76, residente e domiciliado no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, à Rua Comendador Carlo Mario Gardano nº 450, Centro, CEP 09720-470; (ii) Vice-Presidente do Conselho, Sr. ISRAEL DOMINGOS BACAS, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 14.040.628-1 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 048.348.648-55, com domicílio profissional na Cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, à Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença s/nº, Km 08, Bairro Chácara Assay, CEP 13186-901; e (iii) CLÁUDIO TOIGO FILHO, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 628.453.900-25, portador da carteira de identidade nº 10.203.400.04, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado na Avenida Érico Veríssimo, nº 400, Bairro Menino de Deus, cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.160-180.
Mesa: Presidente da Sessão: Sr. Israel Domingos Bacas; Secretário da Sessão: Sr. Mário da Silva Neves.
Ordem do Dia: reeleição da Diretoria da Companhia.
Deliberações: Colocada a matéria em discussão e votação, os conselheiros presentes, por unanimidade, resolveram:
1. Reeleger para compor a Diretoria da Sociedade, com mandato de 1 (um) ano, a contar da presente data, os seguintes membros: (i) Sr. ISRAEL DOMINGOS BACAS, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 14.040.628-1 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 048.348.648-55, com domicílio profissional na Cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, à Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença s/nº, Km 08, Bairro Chácara Assay, CEP 13186-901, para exercer o cargo de Diretor Presidente; MÁRIO DA SILVA NEVES, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº. 210.091.800-10, para exercer o cargo de Diretor; GUILHERME SILVEIRA BARROZO NETTO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 011262557-9 DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob n. 100.207.257-36, para exercer o cargo de Diretor Financeiro; ambos com endereço profissional na Rua General Vieira da Rosa, 1570, Morro do Antão, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, devidamente empossados conforme termo de posse anexo (Anexo I).

2. Os Diretores, ora eleitos, aceitam o cargo para o qual foram eleitos, afirmando que conhecem plenamente a legislação, declarando, neste ato, que não estão impedidos por lei especial, nem foram condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.
3. São neste ato ratificados todos e quaisquer atos porventura já praticados pelos Diretores ora nomeados.
Lavratura e aprovação da Ata: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, sendo suspensa a Sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. A presente Ata é assinada em 3 (três) vias de igual teor e forma e é cópia fiel daquela lavrada no respectivo livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

Israel Domingos Bacas
Presidente da Sessão
Mário da Silva Neves
Secretário da Sessão

Advogado
Aglaé de Oliveira
OAB/SC nº 17.670

Cod. Mat.: 593166

HOTÉIS TANNENHOF S.A. (Companhia Fechada**)**
CNPJ n.º 82.602.426/0001-80 NIRE n.º 42300000191
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Ficam convocados os senhores Acionistas, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 02 de Abril de 2019 às 15h, na Rua Visconde de Taunay, n.º 340 em Joinville/SC para deliberar a respeito das seguintes matérias: a) exame, discussão e aprovação do relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, b) outros assuntos de interesse da sociedade.
Joinville, 15 de Março de 2019 **Conselho de Administração**

Cod. Mat.: 593326

FIRBAL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 07.502.592/0001-99 - NIRE nº 42.3.0002985.8
Edital de Convocação dos Acionistas - Os Senhores Acionistas da FIRBAL PARTICIPAÇÕES S/A [Companhia] são convocados pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, que se realizará no dia 15 de abril de 2019, às 9:00 horas, em primeira chamada, e às 9:15 horas, em segunda chamada. Local: ACR – Associação Catarinense de Empresas Florestais, Rua João de Castro, nº 68, Ed. Gemini, no 8º andar, Centro, Lages/SC, a fim de deliberar sobre: 1) Contas dos Administradores, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro/2018; 2) Destinação dos lucros do exercício findo e distribuição de dividendos; 3) Aumento de Capital Social. Os documentos da administração, publicados no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (edição nº 20.970, de 08/03/2019, p. 37/42) e no Correio Lageano (edição nº 17.583, de 09 e 10/3/2018, p. 7/11, dos classificados), encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Adverte-se que será conferida a presença do acionista **ou** de seu procurador, constituído com poderes para votar nas matérias da ordem do dia, conforme determina o art.126, § 1º, Lei 6.404/76. Lages/SC, 15 de março de 2019. **Jandir Ambrosi - Presidente do Conselho de Administração.**

Cod. Mat.: 593384

COMPANHIA HIDROMINERAL DE PIRATUBA
CNPJ Nº. 83.076.315/0001-40
AV. 18 DE FEVEREIRO, 2455 - BALNEÁRIO
PIRATUBA – SC – 89.667-000
NIRE 42300000914
CONVOCAÇÃO
São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a se realizar no dia 26 de Abril de 2019, às 16h00min, no Centro de Informações Turísticas - CIT, situado na Rua Florianópolis, 246 - Piratuba-SC, próximo à sede da empresa, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:
1º) Leitura, discussão e votação do Relatório de Gestão da Diretoria, Demonstrações Financeiras e Parecer do Conselho Fiscal relativo ao Exercício encerrado em 31/12/2018.
2°) Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do Exercício e a distribuição de dividendos.
3º) Eleição dos Membros do Conselho Fiscal.
4º) Fixação da remuneração da Diretoria.
5º) Outros Assuntos Gerais.
A AGO será realizada em endereço diferente da sede em função da melhor acomodação dos acionistas.
Comunicamos, ainda, que os Documentos da Administração, a que se refere o Art. 133 da Lei N° 6.404/76, relativos ao Exercício Social encerrado em 31/12/2018 estão à disposição dos Senhores Acionistas, na Sede Administrativa da Companhia.
Piratuba-SC, 19 de março de 2019.
Willian Knebel
Presidente do Conselho de Administração

Cod. Mat.: 593454

CENTRO EDUCACIONAL TIMBÓ S.A.
COMPANHIA FECHADA CNPJ Nº 04.762.604/0001-26
NIRE Nº 4230002615-8

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os senhores acionistas do **CENTRO EDUCACIONAL TIMBÓ S.A.,** para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária que será realizada, em 30 de abril de 2019, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, na Av. Getúlio Vargas, nº 222 – 1º piso, Bairro Centro, no município de Timbó, Estado de Santa Catarina, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (01) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2018. Encontra-se a disposição dos acionistas conforme art.133 da lei nº 6404/76, na sede da Companhia, na Avenida Getúlio Vargas, 222 – 1º piso, Centro, Timbó/SC, a cópia das demonstrações financeiras referente ao ano findo em 31 de dezembro de 2018. Timbó, 20 de março de 2019. **Joseane Sandra Benaci Bertoldi - *Diretora***

Cod. Mat.: 593806

TERRAFIRME ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL S.A.
CNPJ/MF 22.777.016/0001-48
AVISO AOS ACIONISTAS
Comunicamos que se encontram à disposição dos Acionistas da Companhia na sede social à Rua Domingos André Zanini, 277, Sala 1405, Campinas, São José/SC, os documentos referidos no Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.
São José/SC, 22 de março de 2019.
Rodrigo Seara Cassol - Presidente.

Cod. Mat.: 594051

CORONEL ARAÚJO ENERGÉTICA S.A. - CNPJ: 07.659.452/0001-29 – NIRE: 42300029939 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada no dia 24 de abril de 2019, às 09:00 horas, no Auditório da ACIB - Associação Empresarial de Blumenau, localizado na Rua Antonio Treis, nº 607, 2º andar, sala A, Centro Empresarial de Blumenau, bairro Vorstadt, CEP: 89015-400, município de Blumenau/SC, já que não há acomodações suficientes na sede da companhia. Ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2018, a distribuição de dividendos, e o pagamento antecipado dos lucros mensais do exercício de 2019; 3) Eleição do Conselho Fiscal, e; 4) Eleição do Conselho Consultivo. Ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária: 1) Altera o Estatuto Social da companhia, alterando a redação do Artigo 18, que descreve as competências de qualquer dos Diretores e incluindo a alínea "d", acrescentando a competência de representar individualmente a companhia junto às entidades certificadoras; e 2) Assuntos Gerais. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede e no site da companhia (www.eletrisa.com.br), os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Blumenau, 22 de março de 2019. Olinto Silveira - Diretor Administrativo/Financeiro.

Cod. Mat.: 593844

PASSO FERRAZ ENERGIA S/A - CNPJ: 08.022.479/0001-79 – NIRE: 42300034983 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada no dia 25 de abril de 2019, às 09:00 horas, no Auditório da ACIB - Associação Empresarial de Blumenau, localizado na Rua Antonio Treis, nº 607, 2º andar, sala C, Centro Empresarial de Blumenau, bairro Vorstadt, CEP: 89015-400, município de Blumenau/SC, já que não há acomodações suficientes na sede da companhia. Ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2018, a distribuição de dividendos, e o pagamento antecipado dos lucros mensais do exercício de 2019; 3) Eleição da Diretoria; e 4) Eleição do Conselho Fiscal. Ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária: 1) Altera o Estatuto Social da companhia, alterando a redação do Artigo 18, que descreve as competências de qualquer dos Diretores e incluindo a alínea "d", acrescentando a competência de representar individualmente a companhia junto às entidades certificadoras; e 2) Assuntos Gerais. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede e no site da companhia (www.eletrisa.com.br), os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Blumenau, 22 de março de 2019. Olinto Silveira - Diretor Administrativo.

Cod. Mat.: 593847

CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA DAS PEDRAS S/A - CNPJ: 11.591.106/0001-23 – NIRE: 42300040631 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada no dia 25 de abril de 2019, às 14:00 horas, no Auditório da ACIB - Associação Empresarial de Blumenau, localizado na Rua Antonio Treis, nº 607, 2º andar, sala C, Centro Empresarial de Blumenau, bairro Vorstadt, CEP: 89015-400, município de Blumenau/SC, já que não há acomodações suficientes na sede da companhia. Ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2018, a distribuição de dividendos, e o pagamento antecipado dos lucros mensais do exercício de 2019; 3) Eleição da Diretoria; e 4) Eleição do Conselho Fiscal. Ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária: 1) Altera o Estatuto Social da companhia, alterando a redação do Artigo 21, que descreve as competências de qualquer dos Diretores, incluindo o Parágrafo Terceiro, que acrescenta a competência de representar individualmente a companhia junto à entidades certificadoras; e 2) Assuntos Gerais. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede e no site da companhia (www.eletrisa.com.br), os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Blumenau, 22 de março de 2019. Valter Luiz Torresani – Presidente do Conselho de Administração.

Cod. Mat.: 593848

BLF SECURITIZADORA S/A - CNPJ 18.922.614/0001-96- NIRE 42300039993. **ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Data e Local**: Aos 23/01/2019, às 14h30, na Av. Brasil, 946, Sala 01, CEP 89.868-000, na Saudades/SC. **Convocação**: Realizada por carta convite dirigido a todos acionistas, dispensada a comprovação da convocação prévia desta assembleia pela imprensa, conforme facultado pelo art. 124, §4º, da Lei 6.404/76. **Presença**: A totalidade dos Acionistas conforme assinaturas apostas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Mesa**: Assumiu a Presidência, por aclamação dos presentes, o Sr. José Samuel Thiesen, que convidou a mim, Suzana Thiesen Steinbach, para secretariar a assembleia, o que aceitei. **Ordem do Dia: 01**- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2018; **02**- Análise do resultado e constituição da Reserva Legal; **03**- Análise e destinação dos resultados do exercício; **04**- Eleição da Diretoria para o triênio 2019/2021 e aprovação da remuneração da Diretoria para o exercício de 2019; **05**- Deliberar sobre a lavratura desta ata em forma de sumário e dispensar as assinaturas na sua publicação. **Deliberações** em atendimento ao **item 01** colocou em análise e discussão as contas dos administradores onde foram examinados e discutidos o balanço patrimonial e de resultados relativos ao exercício findo em 31/12/2018, bem como o demonstrativo das mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, os quais foram aprovados por unanimidade, sem restrição. Passando para o **item 02** o Sr. Presidente comunicou que deixará de apresentar proposta pera constituição da Reserva Legal conforme preconiza a letra "a" do art. 22 dos Estatutos Sociais, pois o valor já destinado atingiu 20% do capital social, o que foi aprovado por unanimidade dos acionistas. Em seguida, em pauta o **item 03** da Ordem do Dia, o Sr. Presidente comunicou que o resultado Líquido do Exercício apresentou um prejuízo contábil de R$ 250.275,56 e propôs que parte deste valor fosse absolvido pela Reserva de Lucros existentes e o restante fosse mantido em conta do Patrimônio Líquido para ser compensado com resultados futuros, o que foi aprovado por unanimidade dos presentes. Em atenção ao **item 04**, o Presidente apresentou a chapa para compor a nova Diretoria, composta dos seguintes membros: **Sr. José Samuel Thiesen**, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, CI 697.934 SSP/SC e CPF 131.032.379-87, residente à Rua Miguel Couto, 175, Centro, Saudades/SC, para o cargo de Diretor Presidente, a **Sra. Suzana Thiesen Steinbach,** brasileira, casada em regime de separação parcial de bens, advogada, CI 3408813 SSP/SC e CPF 027.300.129-90, residente à Linha Lageado Bonito, s/nº, Interior, Saudades/SC, para Diretor Vice-Presidente, a **Sra. Juliana Thiesen Rudiger,** brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens, fonoaudióloga, CI 2.652.180 SSP/SC e CPF 950.853.009-04, residente à Rua Castro Alves, 288, Centro, Saudades/SC, para o cargo de Diretora Financeira e o administrador não acionista, **Sr. Odair Steinbach,** brasileiro, casada em regime de separação parcial de bens, administrador, CI 2.911.089-0 SSP/SC e CPF 928.588.059-20, residente à Linha Lageado Bonito, s/

nº, Interior, Saudades/SC, para Diretor Administrativo, Colocada em votação foi por unanimidade aprovada a nova Diretoria para o **triênio 2019/2021**, sendo que permanecerão no exercício de suas funções, até a AGO a ser realizada no primeiro quadrimestre de 2022. Aprovaram ainda a remuneração para o exercício de 2019 no valor de até R$ 150.000,00. Em pauta **item 05**, os acionistas aprovaram por unanimidade, a lavratura desta ata em forma de sumário nos termos do §1º do art. 130 da Lei 6.404/76 e autorização para publicação com a omissão das assinaturas dos presentes. **Parecer do Conselho Fiscal**: Não há Conselho Fiscal Permanente, nem foi instalado no presente exercício. **Encerramento**: Encerradas as "Ordem do Dia" e como ninguém mais se manifestou, o Presidente ordenou a lavratura da presente ata em forma de sumário, a qual será transcrita no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais nº 01, após lida e achada conforme, vai por mim Suzana Thiesen Steinbach, secretária e pelo Presidente José Samuel Thiesen assinada. Acionistas presentes: José Samuel Thiesen, Michele Thiesen, Juliana Thiesen Rudiger e Suzana Thiesen Steinbach. Arquivada na JUCESC sob nº 20197284744 em 13/02/2019.

Cod. Mat.: 593863

SAPIENS PARQUE S.A.
Abertura da Concorrência n° 001/2019 - Processo n° DE.01.01.0055/2018
ERRATA/COMUNICADO
Fica RETIFICADO item 2.3 do edital, e aqui transcrita sua nova redação:
"2.3. LOCAL E DATA: 2.3.1.A entrega dos envelopes de habilitação e proposta será realizada no local e dia indicados a seguir: DATA: 09 de maio de 2019. HORÁRIO: Até as 12:00 horas. LOCAL: No protocolo da Sede da empresa Sapiens Parque S.A. situada à Avenida Luiz Boiteux Piazza, n.º 1.302, Cachoeira do Bom Jesus, Florianópolis, Santa Catarina.
2.3.2. A abertura dos envelopes com a documentação de proposta será realizada no local e dia indicados a seguir: DATA: 09 de maio de 2019. HORÁRIO: 14h30min LOCAL: Sede da empresa Sapiens Parque S.A. situada à Avenida Luiz Boiteux Piazza, n.º 1.302, Cachoeira do Bom Jesus, Florianópolis, Santa Catarina.
Florianópolis, 22 de março de 2019.
Saulo Vieira - Diretor Presidente
Aucinei Agenor Brandão - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Cod. Mat.: 593871

SAPIENS PARQUE S.A.
Abertura da Concorrência n° 002/2019 - Processo n° DE.01.01.0056/2018
ERRATA/COMUNICADO
Fica RETIFICADO item 2.3 do edital, e aqui transcrita sua nova redação:
"2.3. LOCAL E DATA: 2.3.1.A entrega dos envelopes de habilitação e proposta será realizada no local e dia indicados a seguir: DATA: 09 de maio de 2019. HORÁRIO: Até as 12:00 horas. LOCAL: No protocolo da Sede da empresa Sapiens Parque S.A. situada à Avenida Luiz Boiteux Piazza, n.º 1.302, Cachoeira do Bom Jesus, Florianópolis, Santa Catarina.
2.3.2. A abertura dos envelopes com a documentação de proposta será realizada no local e dia indicados a seguir: DATA: 09 de maio de 2019. HORÁRIO: 16h30min LOCAL: Sede da empresa Sapiens Parque S.A. situada à Avenida Luiz Boiteux Piazza, n.º 1.302, Cachoeira do Bom Jesus, Florianópolis, Santa Catarina.
Florianópolis, 22 de março de 2019.
Saulo Vieira - Diretor Presidente
Aucinei Agenor Brandão - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Cod. Mat.: 593872

LINCROS SOLUÇÕES EM SOFTWARE S.A CNPJ: 15.465.026/0001-82 – NIRE: 42300043940 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 29 de março de 2019, sendo a primeira convocação às 14h30min e a segunda convocação às 15h, na sede da Companhia, localizada na Rua São Paulo, nº. 640, 1º andar, bairro Victor Konder, no município de Blumenau/SC, CEP 89.012-000, onde será deliberado sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: 1) Autorização para segunda emissão de debêntures pela Companhia e aprovação da Escritura de Emissão de Debêntures; 2) Autorização para aquisição da empresa BST - Tecnologia da Informação Ltda, bem como a cessão de bens, direitos, obrigações e cumprimento dos dispositivos contratuais da negociação; 3) Autorização para emissão de ações ordinárias futuras em virtude da aquisição da BST e a renúncia do direito de preferência dos demais acionistas; 4) Autorização para a Companhia recomprar ações emitidas e a renúncia do direito de preferência dos demais acionistas; 5) Rerratificar o Boletim de Subscrição da Assembleia de Transformação da Companhia realizada em 01 de janeiro de 2016; 6) Reforma e consolidação do Estatuto Social, e; 7) Assuntos Gerais. Comunicamos que a administração da Companhia está à disposição para maiores esclarecimentos. **Moacir Cardoso - Presidente do Conselho de Administração.**

Cod. Mat.: 593882

Heidrich Industrial Mercantil e Agrícola S/A- Himasa
Convocação - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam os Senhores Acionistas desta Sociedade convocados, para se reunirem em **Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 17 de abril de 2019,** às 14h00min, no escritório Central da Empresa, localizado na Rua Cel.Feddersen,1031, município de Taió, Estado de Santa Catarina, para deliberarem a respeito da seguinte, **ORDEM DO DIA**: **1- Assuntos Ordinários**: 1.1-Apreciação do relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstrações Financeiras, notas explicativas e demais documentos relativos ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e destinação dos recursos; 1.2 fixações dos honorários para os membros da Diretoria. **2- Assuntos Extraordinários:** 2.1- Eventual alteração dos Estatutos no que for necessário; 2.1- Outros assuntos de interesse da Sociedade. Taió, (SC), 20 de março de 2019. **Bruno Heidrich Junior - Diretor Presidente.**

Cod. Mat.: 593928

SPERANDIO S/A COMÉRCIO DE VEÍCULOS - CNPJ/MF 83.296.970/0001-03 - NIRE 42300009181 - CHAPECÓ – SC – EDITAL DE CONVOCAÇÃO E AVISO AOS ACIONISTAS – Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 26 de abril de 2019, às 09:00 horas, na sede social, sito Rua São Pedro, 2281-E, Bairro Jardim América, no município de Chapecó - SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: a)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrados em 31 de Dezembro de 2018; **b)** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; e **c)** Eleição dos Membros da Diretoria e fixação da remuneração. **AVISO AOS ACIONISTAS:** A Direção comunica que estão à disposição dos acionistas, na sede da Sociedade, os documentos de que trata o art. 133 da Lei das S/A, relativo ao exercício social de 2018. Chapecó–SC, 21 de março de 2019. Antonio Mario Sperandio-Diretor Presidente.

Cod. Mat.: 593933

EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - EMASA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONTAINER – TUBULAR/ARAMADO DE AÇO PARA O ALMOXARIFADO DA EMASA.
Tipo de licitação: Menor Preço por Item
Entrega dos envelopes: até às 14:00 horas (Horário de Brasília) do dia 04 de abril de 2019
Data e horário de abertura: às 14:10 horas (Horário de Brasília) do dia 04 de abril de 2019.
Local: Sede administrativa da EMASA – 4ª Avenida, 250, Centro, Balneário Camboriú/SC.
RETIRADA DO EDITAL: www.emasa.com.br/licitacoes
Balneário Camboriú, 21 de março de 2019.
Douglas Costa Beber Rocha
Diretor Geral
EMASA - Quarta Avenida, 250, Centro - Balneário Camboriú/SC.

Cod. Mat.: 593941

SECOVI – SC - Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais de Santa Catarina.

EDITAL CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
O Presidente do SECOVI/SC, no uso de suas atribuições estatutárias, com base no art. 21, letras "f" e "g", do Estatuto, convoca as empresas de compra, venda, locação, loteadoras, shopping centers, administradoras de imóveis e os condomínios residenciais, comerciais e mistos, integrantes da categoria econômica, sediados na base territorial deste Sindicato, e **em dia com suas obrigações sociais**, para através de seus representantes, devidamente credenciados perante SECOVI-SC, a participarem da **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se na sede social da entidade, situada na Rua 3.160, nº 533, 1º andar, Balneário Camboriú (SC), no dia 28 de março de 2019 às 17:00 horas, em primeira convocação, e 17:30 horas em segunda, com qualquer número de presentes, com a seguinte ordem do dia:

* Tratativas de negociações das Convenções Coletivas de trabalho 2019/2020.
* Formação de uma comissão de negociação.

Balneário Camboriú (SC), 20 de março de 2019.

SÉRGIO LUIZ DOS SANTOS
Presidente

Cod. Mat.: 593943

PAMPLONA ALIMENTOS S/A
CNPJ sob o nº 85.782.878/0001-89 - NIRE 42300011193
Aviso aos Acionistas
Comunicamos que se encontram à disposição dos acionistas da Companhia, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15.12.76, relativos ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018, nos seguintes locais: Site da Companhia: www.pamplona.com.br e Sede da Companhia: BR 470, Km 150, nº 13891, bairro Pamplona, no município de Rio do Sul - SC, CEP: 89164-900. Rio do Sul, 19 de março de 2019. A Administração.

Cod. Mat.: 593961

INDUSTRIAL MADEIREIRA S/A
CNPJ 86.547.833/0001-92
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Pelo presente ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária à realizar-se na sede desta sociedade, à Rodovia SC 355 – Km 50 no Bairro Rio das Pedras em Videira – SC, às 16:00 horas do dia 30 de Abril de 2019, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
1 – Relatório da Diretoria;
2 – Exame, discussão e aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2018;
3 – Planejamento das atividades da empresa; e
4 – Outros assuntos de interesse social.
Aviso aos Acionistas
Comunicamos aos senhores acionistas que se encontram à disposição na sede social à Rodovia SC 355 – Km 50, no Bairro Rio das Pedras em Videira – SC, os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018.
Videira, 04 de Março de 2019 A Diretoria

Cod. Mat.: 593994

BSHD Participações e Administração de Bens S.A. - CNPJ/MF nº 05.441.281/0001-31 - NIRE 4230002668-9 - Aviso aos Acionistas - Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia localizada na Rua Menino Deus, nº 63, Centro, na cidade de Florianópolis/SC, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76 (Lei das S.A.) relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018. Florianópolis/SC, 22 de março de 2019. Sergio Marcondes Brincas – Diretor Executivo.

Cod. Mat.: 594075

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC
EDITAL Nº 032/2019 CONCURSO DE DESENHO E FRASE
O SAMAE de Jaraguá do Sul torna público que realizará concurso na modalidade **DESENHO E FRASE** com o tema:
"IMPORTÂNCIA DA SEPARAÇÃO E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE"
PERIODO DAS INSCRIÇÕES:
07/05/2019 a 31/05/2019 para o 1º semestre
19/08/2019 a 12/09/2019 para o 2º semestre
LOCAL DAS INSCRIÇÕES: na sede do Samae – Rua Erwino Menegotti, 478 – Bairro Água Verde, das 08h às 11h e das 14h às 16h.
O Edital do Concurso Desenho e frase encontra-se a disposição dos interessados no endereço eletrônico www.samaejs.com.br
Ademir Izidoro
Diretor Presidente do Samae

Cod. Mat.: 594011

TERRAFIRME PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.
CNPJ/MF 03.356.682/0001-68
AVISO AOS ACIONISTAS
Comunicamos que se encontram à disposição dos Acionistas da Companhia na sede social à Rua Domingos André Zanini, 277, Sala 1405, Campinas, São José/SC, os documentos referidos no Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.
São José/SC, 22 de março de 2019.
Rodrigo Seara Cassol - Presidente.

Cod. Mat.: 594019

Porcelanas Industriais Germer S/A-CNPJ 86.378.189/0001-76 - **Convocação - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária** - Convidamos os senhores acionistas para a assembléia geral que será realizada no dia 04 de abril de 2019, às 15:45 horas, na sede social, à Rua Navegantes n° 196, Bairro Quintino, em Timbó – SC, CEP 89.120-000, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: Assembleia Geral Ordinária: 1.1) Discussão e aprovação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e destinação do resultado. 1.2) Eleição da Diretoria e fixação dos honorários. Assembleia Geral Extraordinária: 2.1) Alteração do Art. 3º do Estatuto Social, mediante inclusão da atividade secundária de "transporte rodoviário de cargas" no objeto social da empresa. Timbó - SC, 22 de março de 2018. Magnus Germer - Diretor Presidente.

Cod. Mat.: 594021

Germer Industrial S/A - CNPJ 86.375.706/0001-53
Convocação - Assembléia Geral Ordinária - Convidamos os senhores acionistas para a assembléia geral ordinária que será realizada no dia 04 de abril de 2019, às 15:30 horas, na sede social, à Rua Navegantes n° 157 – 1º andar, Bairro Quintino, em Timbó – SC, CEP 89.120-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Discussão e aprovação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e destinação do resultado. 2) Eleição da Diretoria e fixação dos honorários. Timbó - SC, 22 de março de 2019. Magnus Germer - Diretor Presidente.

Cod. Mat.: 594030

RETAIL PARK CSL 01 EMPREENDIMENTOS IMOB. S.A.
CNPJ/MF 29.821.153/0001-81
AVISO AOS ACIONISTAS
Comunicamos que se encontram à disposição dos Acionistas da Companhia na sede social à Rua Domingos André Zanini, 277, Sala 1405, Campinas, São José/SC, os documentos referidos no Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.
São José/SC, 22 de março de 2019.
Rodrigo Seara Cassol - Presidente.

Cod. Mat.: 594067

METISA METALÚRGICA TIMBOENSE S.A.
COMPANHIA ABERTA - TIMBÓ (SC)
CNPJ Nº 86.375.425/0001-09 - NIRE 423.0000744-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Convocamos os Senhores Acionistas da METISA METALÚRGICA TIMBOENSE S.A. para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no próximo dia 25 de abril de 2019, às 10:00 horas, em sua sede social à Rua Fritz Lorenz, 2442, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** 1.Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras com Notas Explicativas, Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2018. 2.Proposta do Conselho de Administração para a destinação do Lucro Líquido do exercício de 2018, no valor de R$16.335.466,24 (dezesseis milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos), a saber: **a)** R$816.773,31 (oitocentos e dezesseis mil, setecentos e setenta e três reais e trinta e um centavos) a título de Reserva Legal; **b)** R$5.600.409,15 (cinco milhões, seiscentos mil, quatrocentos e nove reais e quinze centavos), para pagamento de dividendos, com tratamento fiscal de juros sobre capital próprio, correspondentes a R$0,59 por ação ordinária e a R$0,65 por ação preferencial, aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de novembro de 2018 e pagos no dia 17 de dezembro de 2018; **c)** R$198.773,57 (cento e noventa e oito mil, setecentos e setenta e três reais e cinquenta e sete centavos), para a conta de Reserva de Incentivos Fiscais que serão destinados para investimentos, conforme Orçamento de Capital; **d)** R$9.719.510,21 (nove milhões, setecentos e dezenove mil, quinhentos e dez reais e vinte e um centavos) referente ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2018, acrescido do valor de R$667.676,62 (seiscentos e sessenta e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais e sessenta e dois centavos), correspondente ao custo atribuído realizado de R$608.220,61 (seiscentos e oito mil, duzentos e vinte reais e sessenta e um centavos), mais o valor realizado das Reservas de Lucros a Realizar de R$59.456,01 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e um centavo), totalizando R$10.387.186,83 (dez milhões, trezentos e oitenta e sete mil, cento e oitenta e seis reais e oitenta e três centavos), que serão mantidos em conta de Reserva de Lucros para futuros investimentos e/ou capital de giro, conforme orçamento de capital; 3.Eleição dos Membros do Conselho de Administração, reconhecida a possibilidade do exercício das faculdades de que trata o artigo nº 141 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores; 4.Fixação do montante global anual dos honorários dos Administradores, a vigorar até a próxima Assembleia Geral Ordinária, no montante global de até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) da receita operacional bruta anual; 5.Eleição dos Membros do Conselho Fiscal e fixação de sua remuneração. **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** 1.Apreciar e deliberar sobre a Proposta da Administração de aumento do capital social em R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com incorporação de parte da conta de reserva de retenção de lucros. O aumento do capital social hora proposto de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), será acrescido ao capital social existente de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), perfazendo o total de R$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), sem alteração do número de ações da Companhia. Em decorrência da proposta deste item, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5° - O capital social é de R$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), dividido em 9.137.263 (nove milhões, cento e trinta e sete mil, duzentos e sessenta e três) de ações escriturais, sem valor nominal, sendo 4.212.733 (quatro milhões, novecentos e vinte e quatro mil, setecentos e trinta e três) ações preferenciais; §Único – Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral." **Aviso aos Acionistas** ■Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, bem como nos sites da METISA (www.metisa.com.br), da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br): (i)o relatório da Administração;(ii)as demonstrações financeiras;(iii)o parecer do conselho fiscal;(iv)o parecer dos auditores independentes, tudo relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2018 e publicados em 20.03.2019 nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Diário Catarinense, e demais documentos relativos as matérias a serem discutidas na Assembléia Geral Ordinária. ■Em atenção à Instrução CVM Nº 282 de 26.06.1998, informamos que o percentual mínimo do capital votante para requerer a adoção do voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 6%. ■Os Acionistas poderão ser representados na Assembléia por Procurador com mandato outorgado na forma do parágrafo primeiro, do artigo nº 126, da Lei nº 6.404/76. ■Os Acionistas cujas ações estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC deverão depositar na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 horas, comprovante expedido pela referida Instituição. Deverão, igualmente, depositar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação, se forem representados por Procuradores. ■Caso opte pelo voto a distância, até o dia 18.04.2019 (inclusive) deverá transmitir instruções de preenchimento, enviando o respectivo Boletim de Voto a Distância:1) ao escriturador das ações da Companhia, Banco Itaú, através do site Itaú Assembleia Digital; ou 2) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou ainda 3) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/09 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia; para os investidores com ações custodiadas na B3 ou diretamente no escriturador, além dos processos de participação acima elencados, a Companhia também permitirá o exercício do direito de voto de modo eletrônico, com até 72 horas de antecedência da data da Assembléia; em eventual eleição em separado para o Conselho de Administração, somente serão computados os votos relativos às ações detidas pelos acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral, conforme estabelece o Parágrafo Sexto do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76.
Timbó (SC), 12 de março de 2019.
Flavio Snell
Presidente do Conselho de Administração

Cod. Mat.: 594068

SCHULZ S.A. - Companhia de Capital Aberto - Código CVM nº 1.466-4 - CNPJ nº 84.693.183/0001-68 - NIRE 423.0000848.6 - Joinville - SC - Edital de Convocação - São convidados os Senhores Acionistas desta Companhia para a AGO, a se realizar no dia 27/03/2019, às 14h30, em sua sede social na Rua Dona Francisca, nº 6.901, Joinville-SC, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Análise, discussão e aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras, do Parecer dos Auditores Independentes e dos demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018; 2) Aprovação da destinação do resultado do exercício, do orçamento de capital e da distribuição de dividendos/juros sobre capital próprio da Companhia; 3) Aprovação da remuneração dos administradores para o exercício de 2019. Instruções Gerais: Documentos exigidos para que os acionistas sejam admitidos à Assembleia: Para participar e votar na Assembleia os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer munidos do comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante e também dos seguintes documentos: (i) pessoa física: documento de identidade e, se for o caso, instrumento de procuração; (ii) pessoa jurídica: atos constitutivos e documentos comprobatórios da regularidade da representação. Quando os acionistas forem representados por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, exceto para o caso de pessoas jurídicas que poderão ser representadas por mandatários constituídos de acordo com as regras do Código Civil, conforme decisão do Colegiado da CVM, no Processo RJ2014/3578. Ademais, a procuração deve conter os requisitos elencados na Lei 6.404/76 e na Instrução da CVM nº 481/2009. Para facilitar o acesso dos acionistas à Assembleia, recomenda-se que o instrumento de mandato seja depositado na sede da Companhia com antecedência mínima de 48 horas da data prevista para a Assembleia. Informações e documentos relativos à Assembleia: Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, na Rua Dona Francisca, nº 6901, Distrito Industrial, CEP 89.219.600, Joinville-SC, no site da Companhia (www.schulz.com.br), no site da CVM (http://www.cvm.gov.br) e no site da BM&FBOVESPA, atual B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018. Votação à distância: Nos termos da Instrução da CVM nº 481/2009, conforme alterada, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto por meio de seus respectivos agentes de custódia, através da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de escrituração de ações ou diretamente para a Companhia, conforme modelo disponibilizado pela Companhia no prazo previsto no § 1º, do Artigo 21-A, da referida Instrução da CVM. Esclarecimentos: Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico carolina.schramm@schulz.com.br ou do telefone (47) 3451-6786. Joinville-SC, 11/03/2019. A Administração.

Cod. Mat.: 593991



O DIÁRIO OFICIAL ESTÁ MAIS PERTO DE VOCÊ

Acesse o Diário Oficial Eletrônico: www.doe.sea.sc.gov.br



Contatos oficiais do Diário Oficial:

Para publicações diversas:
(48) 3665-6271 / 3665-6273
comercial@sea.sc.gov.br

Para prefeituras:
(48) 3665-6271 / 3665-6273
comercialprefeitura@sea.sc.gov.br

Para órgãos do governo do Estado:
(48) 3665-6268 / 3665-6269 / 3665-6270
diariooficial@sea.sc.gov.br

Para cadastro DOE:
(48) 3665-6267
cadastrodoe@sea.sc.gov.br



DIOESC
DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL E EDITORA DE SANTA CATARINA
IMPRENSA OFICIAL E ARQUIVO PÚBLICO

GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Administração

DIOESC
DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL
E EDITORA DE SANTA CATARINA
IMPRENSA OFICIAL E ARQUIVO PÚBLICO



NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA O DIÁRIO OFICIAL

1. CADASTRAMENTO

Os interessados deverão ser previamente cadastrados. Caso não esteja cadastrado, nosso usuário terá, disponível em nosso *site* www.doe.sea.sc.gov.br, um botão (**cadastro *on-line***) com cinco formulários eletrônicos disponíveis:

- Cadastro de entidade
- Cadastro de usuário
- Troca de órgão/entidade
- Desabilitar usuário
- Termo de autorização para publicação

Os formulários eletrônicos são intuitivos, e levam facilmente o usuário a obter o acesso ao portal do Diário Oficial após análise e aprovação pelo nosso setor de cadastros. Será enviado automaticamente um *e-mail* com *login* e senha para acesso ao sistema.
Ao finalizar o cadastro, os usuários estarão de acordo com o **Termo de aceite,** que faz parte do referido cadastro, do qual se comprometem a cumprir todas as regras previstas.

2. REGRAS DE EDITORAÇÃO

Nos documentos enviados, as seguintes formatações devem ser observadas:

A. o formato eletrônico do DOE é em formato tabloide, com área de impressão de: 24,00 cm de largura X 30,0 cm de altura (o SIGIO acomodará seu texto nas colunas do jornal);
B. a fonte (letra) deverá ser sempre **arial** sem variações, e o tamanho do corpo **8**;
C. o espaçamento entre linhas deve ser **simples** para arquivos no *Word*;
D. as letras em negrito, itálico, sublinhadas, maiúsculas e minúsculas serão respeitadas conforme seu envio;
E. caso o documento do *Word* contenha tabelas em seu corpo, ou esse documento seja exclusivamente um arquivo de imagem do tipo pdf, o limite máximo de ocupação de largura da tabela, ou da imagem interna do pdf, deverá obedecer ao seguinte:

- 7,5 cm para ocupar 1 (uma) coluna do jornal;
- 15,5 cm para ocupar 2 (duas) colunas do jornal;
- 23,5 cm para ocupar 3 (três) colunas do jornal.

3. ENVIO DE MATÉRIAS

Ao entrar no portal www.doe.sea.sc.gov.br com o *login* e a senha, o usuário terá acesso ao módulo diário oficial, selecionará no menu a opção **Diário Oficial**, a seguir **Enviar Matérias**. Nessa seção, o usuário deverá: carregar o arquivo para publicação (*up-load*); agendar a data da publicação; fazer uma pré-visualização da matéria; ver o cálculo do seu orçamento e aprová-lo; e, imprimir o DARE - Documento de Arrecadação de Receitas.

4. REGRAS DE ENVIO

Obrigatoriedades

A. Só é permitido o envio de matérias em texto (no Word versão 2010 – extensão .doc ou .docx, BR-Office – extensão .odt).Os balanços, obrigatoriamente, deverão ser gerados em pdf até versão 1.4.5x.
B. Dentro do arquivo no *Word* poderá haver tabelas, as quais deverão respeitar as regras de editoração abaixo elencadas.

Não será permitido

A. O uso de molduras, caixas de texto, linhas desenhadas, setas, cabeçalhos, rodapés, marca d'água, imagens de assinatura e régua, conexões a banco de dados e macros e documentos escaneados.
B. Anotações no corpo do documento da matéria, como data desejada de publicação, autorização da publicação, ou qualquer outra mensagem que não será publicada.
C. Texto condensado em largura e/ou altura.

5. PAGAMENTO

Para a efetivação da publicação não basta fazer o carregamento da matéria no *site*, é necessário o pagamento do DARE até as 17 horas do dia anterior à publicação.

6. ACOMPANHAMENTO DE MATÉRIAS

O usuário deverá acompanhar o fluxo de tramitações da matéria, poderá gerar a 2ª via da DARE; reagendar a data de publicação; e, cancelar a publicação da matéria até as 18 horas do dia anterior à data da publicação.

7. RESPONSABILIDADE DO USUÁRIO

O usuário é exclusivamente o responsável por toda matéria enviada para publicação para todo e qualquer efeito, bem como a fidedignidade e veracidade da informação para os efeitos jurídicos aqui gerados.
Após envio e aprovação da matéria, ela não poderá mais ser substituída.
Não haverá cancelamento de notas fiscais em decorrência do envio de matérias em duplicidade.
Dados para contato
E-mail: diariooficial@sea.sc.gov.br
Fones: PABX (48) 3665-6200 / (48) 3665-6265 / (48) 3665-6266 / (48) 3665-6269 / (48) 3665-6273 / (48) 3665-6271 .